

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO E CIÊNCIAS DO ESTADO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

MARIANE DOS REIS CRUZ

Trabalhadoras domésticas brasileiras:
entre continuidades coloniais e resistências

Belo Horizonte

2016

MARIANE DOS REIS CRUZ

Trabalhadoras domésticas brasileiras:
entre continuidades coloniais e resistências

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para obtenção do título de Mestre em Direito.

Área de concentração: Direito e Justiça

Linha de Pesquisa: História, Poder e Liberdade

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Fernanda Salcedo
Repolês

Belo Horizonte

2016

Cruz, Mariane dos Reis
C957t Trabalhadoras domésticas brasileiras: entre continuidades coloniais
e resistências / Mariane dos Reis Cruz. - 2016.

Orientadora: Maria Fernanda Salcedo Repolês
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Direito

1. Direito - Teses 2. Trabalho doméstico – Brasil 3. Empregados
domésticos – Legislação – Brasil I.Título

CDU₍₁₉₇₆₎ 331-057.157(81)

MARIANE DOS REIS CRUZ

Trabalhadoras domésticas brasileiras:
entre continuidades coloniais e resistências

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

Prof.^a Dr.^a Maria Fernanda Salcedo Repolês (Orientadora)
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Prof. Dr. Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Prof. Dr. José Luiz Quadros de Magalhães
Pontifícia Universidade Católica (PUC-MG) / Universidade Federal de Minas Gerais
(UFMG)

Dr. Francisco de Castilho (suplente)

AGRADECIMENTOS

Por não conseguir ser apenas eu, apoio-me em minhas autoras preferidas, nas amigas e na família. O texto que apresento não é só meu, ele existe em razão dos apoios e orientação que recebi durante todo o processo de pesquisa e escrita. Diversos fatores e pessoas contribuíram para que eu pudesse realizar e concluir esta pesquisa.

A cuidadosa e carinhosa orientação e correção da minha orientadora, Professora Maria Fernanda, que foi atenta aos meus questionamentos, incertezas e hipóteses. As valiosas reuniões do grupo de pesquisa “Tempo, Espaço e Sentidos de Constituição”, em que os dados colhidos foram contestados e analisados e que forneceram subsídio teórico e metodológico para a pesquisa. A bolsa concedida no último ano do Mestrado pelo CNPq permitiu que eu me dedicasse à pesquisa.

As conversas com as meninas, os cafés, as risadas, os feminismos pujantes, não apenas me apoiaram nos momentos de dúvidas, também caminharam comigo pelas descobertas e transformações. Agradeço o carinho, a amizade e a sinceridade.

Agradeço imensamente o amor e apoio dos meus pais e irmã, que me conhecem profundamente e entendem os meus medos e desejos. Sem eles esta pesquisa não existiria.

Esse eu que é vós pois não aguento ser apenas mim, preciso dos outros para me manter de pé... (Dedicatória do Autor, na verdade Clarice Lispector – A Hora da Estrela).

*Deixa ele [Deus] escutar, eu digo.
Se ele alguma vez escutasse uma pobre mulher negra
o mundo seria um lugar bem diferente,
eu posso garantir.
(A Cor Púrpura – Alice Walker)*

*Se desmorono ou se edifico,
se permaneço ou me desfaço
- não sei, não sei. Não sei se fico
ou passo.
(Motivo – Cecília Meireles)*

RESUMO

Esta dissertação investiga a atuação da *colonialidade de poder e de gênero* no trabalho doméstico remunerado brasileiro. Para isso, parte da construção de uma fotografia do que é o trabalho doméstico atual no país utilizando fontes estatísticas. Como forma de complementação e com o objetivo de dar dinamicidade à fotografia, rígida em sua essência, diversas narrativas, de trabalhadoras domésticas e sobre o trabalho doméstico foram utilizadas. Dentre as narrativas escolhidas, estão os relatos de vida de três ex-domésticas. Tais relatos mostram que a rememoração das experiências é método para a *produção de si* e importante forma de resistência. O retrato do trabalho doméstico tirado apresenta as seguintes características: mostra que o trabalho é realizado majoritariamente por *mulheres de cor* pobres, em posição de subalternidade. Assim, as categorias que o identificam historicamente são gênero, raça/cor e divisão sexual do trabalho, categorias que devem ser analisadas em conjunto, revelando a interseccionalidade no trabalho doméstico. Para afirmar a persistência de uma lógica colonial, faz-se uma montagem histórica das relações de trabalho doméstico desde o período escravocrata brasileiro até os dias atuais, desde a total de negação de direitos até a PEC das Domésticas. Essa revisão histórica do trabalho doméstico foi produzida junto a uma seleção de discursos, de domésticas, políticos, cidadãos comuns e juristas acerca do trabalho doméstico, as relações que o envolvem e a sua ausência de regulamentação. Os discursos mostraram que há uma continuidade nas relações domésticas brasileiras, relações que envolvem afeto, gratidão, negação e ausência de direitos. A divisão sexual e racial do trabalho que configura o trabalho doméstico, implica dominação de gênero e raciais, constituídas em conjunto com a colonização brasileira e que modelaram a forma de conceber e perceber o mundo colonial/moderno. O sistema mundial colonial/moderno classificou a população colonizada e definiu padrões e papéis sociais. Assim, as mulheres racializadas foram duplamente subalternizadas e silenciadas. No entanto, mesmo que o padrão instituído pelo sistema colonial/moderno ainda atua por meio da colonialidade de poder e de gênero, o feminismo, como linguagem, traduz as práticas de resistência das mulheres subalternas, seja em suas narrativas, seja na luta por direitos trabalhistas. Por fim, a práxis feminista *decolonial* é instrumento para uma verdadeira descolonização.

Palavras-chave: Trabalho doméstico. Colonialidade de gênero. Interseccionalidade. Feminismo. Relato de vida.

ABSTRACT

This dissertation investigates the performance of the *coloniality of power* and *gender* within the Brazilian domestic work. For this, part of building a picture of what the current domestic work entails in the country using statistical data. As a way of complementing and in order to give dynamism to the picture, rigid in its essence, different narratives by domestic workers regarding domestic work were used. Among the chosen narratives are the life stories of three former workers. These reports show that the recollection of experiences is a method for the *construction of self* and important form of resistance. The picture taken of domestic work shows the following characteristics: shows that the work is performed mostly by poor *women of colour*, in subordinate position. Thus, the categories that historically identify it are gender, race/colour and sexual division of labour and therefore should be examined together, revealing the intersectionality within the domestic work. To affirm the persistence of a colonial logic, a historic assembly of the domestic labour relations from the Brazilian slavery period to the present day is made, from total denial of rights to the *PEC das Domésticas*. This historical review of domestic work was produced from a selection of speeches, of domestic workers, politicians, ordinary citizens and jurists about the domestic work, relations that involve it and its lack of regulation. The speeches showed that there is a continuity in the Brazilian domestic work relations, involving affection, gratitude, denial and lack of rights. Sexual and racial division of labour that sets the housework implies gender and racial domination, established in conjunction with the Brazilian colonization and that modelled the way to design and perceive the colonial/modern world. This world system ranked the colonized population and defined standards and social roles. Thus, racialized women were doubly subordinated and silenced. However, even if the standard established by the colonial/modern system still operates through power and coloniality of gender, feminism, as a language, translates the practices of resistance of the subaltern women, whether in their narratives, whether in the fight for labour rights. Finally, the *decolonial* feminist praxis is an instrument for a real decolonization.

Keywords: Domestic work. Coloniality of gender. Intersectionality. Feminism. Life story.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABWH	Association of Black Women Historians (Associação de Mulheres Negras Historiadoras)
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNRS	Centre National de la Recherche Scientifique (Centro Nacional de Pesquisa Científica)
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
FENATRAD	Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEC	Proposta de Emenda Constitucional

PRÓLOGO

E esse futuro não é cósmico, é o do meu século, do meu país, da minha existência. De modo algum pretendo preparar o mundo que me sucederá. Pertença irreduzivelmente a minha época. E é para ela que devo viver. O futuro deve ser uma construção sustentável do homem existente. Esta edificação se liga ao presente, na medida em que coloco-o como algo a ser superado (Pele negra, máscaras brancas - Frantz Fanon).

Este é um pré-texto; anterior à pesquisa, mas essencial a ela. Antes de qualquer racionalidade ou lógica científica é um posicionamento. É o meu posicionamento frente ao meu papel como pesquisadora e ao sujeito de pesquisa eleito, as trabalhadoras domésticas brasileiras. Pesquisa é interação, entre sujeito (não objeto) da pesquisa e pesquisadora, *sujeito ideológico* da relação.

Assim como a Relatividade apresenta a relação simbiótica entre espaço e tempo, a pesquisa que aqui começa a ser apresentada também faz jus da relação espaço-tempo, indissociável. Tempo é lugar, é o caminho que percorri até o texto que se escreve. Por isso, o pensamento que aqui se (re)produz é situado, prende-se a um espaço-tempo específico. Sendo assim, não tenho intenção de realizar um tratado acerca do trabalho doméstico, ou mesmo descrevê-lo minuciosamente, como forma de distanciar-me do sujeito da pesquisa e produzir ciência supostamente parcial, mas sim apresentá-lo por meio de uma *epistemologia feminista latino-americana*. Esse é o meu lugar de fala.

O mito da parcialidade da ciência serve apenas à manutenção de privilégios masculinos. Sendo assim, posiciono-me não apenas como pesquisadora, acadêmica, mas também como *mulher de cor*. Esta condição guiou o meu caminho.

Então, sem me distanciar de mim e sem deixar de buscar realizar uma pesquisa fundamentada metodologicamente e teoricamente, anseio por uma *objetividade forte*, conquistada a partir do diálogo e das trocas e que procura revelar o sujeito e o local da produção do conhecimento. Então, proponho-me a *fazer outras perguntas*, para interseccionar categorias e ouvir os silenciados.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - O RETRATO E O RELATO DO TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL	20
1.1 O retrato	20
1.2 Os relatos	28
<i>Os relatos sobre a raça e a cor</i>	29
<i>Os relatos sobre gênero</i>	37
<i>Os relatos de classe e do sentido do trabalho</i>	48
<i>O afeto: a categoria dos relatos que não aparece no retrato</i>	59
1.3 Interseccionalidades	63
CAPÍTULO 2 - A HERANÇA COLONIAL BRASILEIRA: CONTINUIDADES E RESISTÊNCIAS	68
2.1 Escravas, Livres e Libertas e o trabalho doméstico	69
<i>A gratidão (ou A dádiva)</i>	80
2.2 Construção e desconstrução da lógica colonial	82
2.3 Colonialidade do poder	88
CAPÍTULO 3 - DAS ESCRAVAS À PEC DAS DOMÉSTICAS: A HISTÓRIA DE DISCURSOS	97
3.1 Da CLT à Constituição: limitações, ausências de direitos e resistência	98
3.2 A PEC das Domésticas	106
3.3 Continuidades no trabalho doméstico	112
3.4 A indissociabilidade da colonialidade de gênero e raça: um feminismo sem fronteiras	114
3.5 Pela descolonização do trabalho doméstico	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	126
ANEXOS	136

INTRODUÇÃO

A Sociedade, ao contrário dos processos bioquímicos, não escapa à influência humana. É pelo homem que a Sociedade chega ao ser. O prognóstico está nas mãos daqueles que quiserem sacudir as raízes contaminadas do edifício (FANON, 2008, p. 28).

Este é o começo da transformação da pesquisa em texto. É aqui que revelo as minhas intenções e o *mapa do caminho* da pesquisa, expressão utilizada por Suely Kofes para apresentar as coordenadas da pesquisa ao leitor, passando pelo tema, pelas escolhas metodológicas, até a hipótese trabalhada.

O tema central da pesquisa é o trabalho doméstico remunerado no Brasil e a persistência de uma lógica colonial em sua conformação. Esta *lógica colonial* pode ser traduzida por *colonialidade*, ou seja, a permanência da atuação de forças e poderes políticos, econômicos e culturais instituídos durante o período colonial na formação e manutenção relações sociais hierárquicas brasileiras contemporâneas (QUIJANO, 20002; 2005). Marcado pela escravidão, o colonialismo brasileiro promoveu a constituição de identidades¹ e papéis sociais fundadas na oposição de categorias como raça/cor (brancos europeus x indígenas nativos e negros africanos), religião (cristãos x religiões de matriz africana e indígenas), gênero (homem x mulher) e trabalho (trabalho intelectual x trabalho manual, trabalho livre x trabalho escravo). Assim, o trabalho realizado pelos escravos nas lavouras, nas minas ou nas residências, todos de caráter manual, foi relegado ao lugar mais baixo da hierarquia social brasileira. Com a soma da categoria gênero a trabalho e raça/cor, desenhou-se o trabalho doméstico realizado pelas escravas. Por isso, não parece fortuito, mas fruto de configurações históricas, que o trabalho doméstico remunerado seja destinado ainda hoje às mulheres mais pobres e marcadas pela raça. Para a sua compreensão, faz-se necessária uma análise que abranja as categorias gênero, raça/cor e trabalho e classe conjuntamente.

Pouco valorizado enquanto produtor de economia e com *status* inferiorizado na sociedade, o trabalho doméstico concentra características particulares que o colocam em tal posição. Realizado nas residências, em âmbito privado, o trabalho doméstico assume não apenas função de manutenção da casa, mas também de seus habitantes, como no cuidado de crianças e idosos. Para além de uma relação contratual de trabalho, o que lhe atribui

¹ Nesta Dissertação, consideramos as características que compõem as identidades dos indivíduos, gênero e raça, como ficções, visto que são dinâmicas e cambiáveis e tiveram seus significados transformados durante o tempo.

formalidade, as relações que se dão com o trabalho doméstico também envolvem as subjetividades e intimidades das partes, que podem construir relações afetuosas, de carinho. O trabalho doméstico remunerado convive com essa ambiguidade, entre colonialidades, formalidades e afetos.

A proposta da pesquisa é analisar o trabalho doméstico atual brasileiro, sua história e as categorias que o formam para refletir e questionar a atuação de colonialidades em sua configuração. Com suporte de uma teoria feminista *decolonial*, aventuro-me a *fazer outras perguntas*, a identificar e desconstruir colonialidades presentes no trabalho doméstico remunerado brasileiro.

O pensamento produzido é situado e, portanto, depende de um contexto, um cenário social, para se laçar. E o cenário brasileiro que comporta a pesquisa é o de uma economia dependente do trabalho doméstico, que acomoda um grande número de trabalhadoras, quase seis milhões (IPEA, 2015), e de recentes mudanças legislativas que garantem direitos às trabalhadoras domésticas e os debates que as antecederam.

O assunto trabalho e trabalhadoras domésticas não é incomum nas pesquisas nacionais. Nos últimos quinze anos houve grande produção acerca do tema, que engloba trabalho da mulher, divisão sexual do trabalho e questões de gênero e raça/cor. Destacam-se algumas produções, localizadas em diversas áreas, como sociologia, antropologia, história e literatura.

A mais antiga é a de Heleieth Saffioti, cientista social que começou a escrever sobre mulher e trabalho da mulher na década de 1960 sob perspectiva marxista e filiada ao feminismo hegemônico e que voltou-se a uma produção científica fundada nas tradições europeias, que ignorava a produção nacional e até mesmo a latino-americana sobre o tema. O conhecimento produzido por Saffioti não apresenta discussões aprofundadas sobre raça e gênero, matérias presentes nas produções brasileiras depois dos anos 1990.

Nos anos 80 Rose Marie Muraro escreveu *A sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil*, livro de grande impacto nacional e internacional que marcou os estudos feministas no Brasil. Com base nos conceitos de Félix Guattari, Muraro analisa em vários de seus capítulos a relação entre patroas e empregadas usando a transversalidade gênero e classe.

No início dos anos 1990 Suely Kofes (2001) defendeu tese de doutorado cujo tema foi a relação entre patroas e empregadas domésticas. O texto versou sobre a construção da identidade, da diferença e da desigualdade dos *dois lados* da relação do trabalho doméstico. Apesar de não adentrar os estudos de gênero, Kofes toma *mulher* como categoria central da

sua pesquisa. Também na década de 90 encontra-se a extensa dissertação de mestrado de Elizabete Aparecida Pinto, que pesquisou a trajetória de vida de Laudelina de Campos Melo, ícone do movimento de domésticas brasileiras desde o início do século passado.

Como produção colaborativa e comparada, a brasileira Helena Hirata e a francesa Danièle Kergoat possuem um amplo escopo de produção acerca da divisão sexual do trabalho, trabalho doméstico e teorias do *care*. Desde a década de 1970 Kergoat escreve sobre a intersecção entre trabalho e gênero, que chama de *consustancialidade*, configurando a divisão sexual do trabalho. O trabalho das duas pesquisadoras no CNRS, entidade francesa que financia e incentiva a pesquisa, é voltado para o tema e o seu grupo de pesquisa atua nos campos de discussão de gênero, trabalho e participação. Hirata e Kergoat produzem sob uma perspectiva feminista interseccional.

Sobre uma produção dogmática no campo do Direito, enfatizam-se duas obras dos anos 70, a de Emilio Gonçalves (1973) e a de José Maciel (1978). As duas abordam a evolução legislativa do trabalho doméstico e colacionam comentários sobre o assunto de diversos juristas brasileiros.

A intersecção entre raça/cor e gênero no trabalho doméstico é um aporte mais recente na produção científica brasileira, a despeito da produção da historiadora Sandra Graham que, nos anos 90, já produzia estudos sobre escravidão e trabalho doméstico. Graham possui vasta obra acerca do tema, sempre com o enfoque de raça/cor e gênero na história da mulher brasileira. A historiadora não apenas descreve as relações sociais e históricas das mulheres na sociedade brasileira, principalmente as mulheres negras, mas também relata suas histórias de resistência e lutas por liberdade.

Igualmente com uma perspectiva interseccional, Jurema Brites e Maria Cristina Bruschini pesquisam sobre o trabalho doméstico, remunerado ou não, e os papéis sociais de homens e mulheres na sociedade brasileira. As duas contribuem para a produção nacional com presença constante de seus textos em duas importantes revistas científicas feministas nacionais: *Cadernos Pagu*, da Universidade Estadual de Campinas, e *Estudos Feministas*, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Nos anos 2000, duas teses de doutorado se tornaram referência sobre trabalho doméstico brasileiro: a de Joaze Bernardino-Costa (2007), na Universidade de Brasília, e a de Maria Betânia Ávila (2009), da Universidade Federal de Pernambuco. A primeira aborda a história dos sindicatos de domésticas sob a perspectiva teórica de colonialidade de poder e projeto *decolonial*. Esta tem sido a linha de pesquisa de Bernardino-Costa, que se insere no debate latino-americano. A segunda, analisa o trabalho doméstico e o tempo de trabalho, a

jornada de trabalho das mulheres. Ressalta-se que Ávila, bem como Hirata, foi exilada na França nos anos 70 em razão da ditadura civil-militar brasileira, época em que começou sua militância no movimento feminista e sua pesquisa sobre trabalho doméstico.

Importante pesquisa recente é a de Lorena Telles (2013) em sua dissertação de mestrado em história. Ela produz uma narrativa sobre as domésticas paulistas no fim da escravidão e início do século XX. A historiadora aborda histórias e relatos de sobrevivência e resistência à dominação e exploração de mulheres escravas e ex-escravas.

Por fim, no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais, destacam-se duas teses de doutorado nos últimos anos: a de Priscila Furst (2013) e a de Juliana Teixeira (2015). A primeira analisa os discursos midiáticos em torno do trabalho doméstico entre os anos de 2008 e 2013, antes, durante e depois da aprovação da PEC das Domésticas. A segunda, com fundamento nos conceitos de arte de viver, cuidar e resistir de Michel Foucault, versa sobre o processo de subjetivação das empregadas domésticas, as relações de poder que envolvem o trabalho doméstico e as práticas e saberes cotidianos produzidos pelas domésticas. Teixeira também elaborou análises de discursos sobre domésticas nas redes sociais (2013).

Sabendo do lugar que ocupa em nível de produção nacional, o texto desta pesquisa percorre o caminho do contexto, do concreto, da realidade social que analisa, passando por uma reconstrução histórica até a teorização do tema. Por esta ordem, os capítulos que se seguem são divididos da seguinte maneira:

O capítulo 1, chamado *O retrato e o relato do trabalho doméstico no Brasil* apresenta o perfil do trabalho doméstico brasileiro atual e das trabalhadoras domésticas e analisa as características que os envolvem. Para isso, segue dois caminhos, sempre entrelaçados. O primeiro deles é montar uma fotografia atual da doméstica brasileira, com a ajuda de pesquisas quantitativas realizadas pelo IPEA e pelo IBGE. Esse perfil nacional contribuirá para a seleção das categorias a serem analisadas e discutidas para a complexificação do sujeito da pesquisa. O segundo caminho apresenta a doméstica por meio de narrativas, nas artes visuais e por ela mesma. Recorrendo à metodologia da *abordagem biográfica*, três ex-domésticas relatam suas experiências enquanto tais, interpretando uma experiência social. Depois disso, é possível destrinchar e analisar as categorias e conceitos que envolvem o sujeito da pesquisa, as trabalhadoras domésticas: gênero, divisão sexual do trabalho, raça/cor e afetividade. Não descarto outras categorias que se mostrarem conectadas ao desenho apresentado.

A tentativa é a de construir esse perfil e contar uma história (a pesquisa é uma história a ser contada, a história do Brasil; a história das domésticas; a história de como essa realidade

é conhecida e contada no país) sendo fiel ao sujeito da pesquisa, neste caso, às domésticas brasileiras. Para isso, faz-se mister elaborar uma análise do tema que comporte o retrato tirado com as narrativas selecionadas.

A pesquisa é posta em torno do tema trabalho doméstico remunerado no Brasil e seus múltiplos sentidos e significados: a questão da divisão sexual e racial do trabalho doméstico, seu passado e futuro; o papel social da mulher da sociedade; e como categorias como gênero, raça/cor² e trabalho se articulam para criar a figura da *doméstica*³, tão arraigada na sociedade e tão invisível aos nossos olhos. A fotografia do trabalho doméstico e das *trabalhadoras domésticas*⁴ no cenário brasileiro permite a sua análise sob as perspectivas de gênero, raça/cor e trabalho/classe. Não um retrato como representação completa da realidade, pois a fotografia é rígida, inflexível, e reproduz um instante específico e montado da realidade, ocultando todos os elementos que a compõem. Como o retrato é estático, agregam-se as narrativas dos *relatos de vida*, capazes de mostrar, sob certa perspectiva, a dinâmica da realidade composta pelo retrato, sua contextualização, o processo de construção desse perfil. Todo o capítulo – na verdade, todo o texto, conta com o apoio de algumas mulheres que foram trabalhadoras domésticas e relataram suas experiências como tais em conversas por meio do recurso metodológico da *abordagem biográfica*. Os relatos e interpretações dessas experiências sociais encontram-se completos, em razão de fluidez do texto, no final desta Dissertação como Anexo. Os relatos de vida apresentadas são parte do texto, “menos biografias, mais relatos de uma experiência social” (KOFES, 2001, p.49). E é a partir daí, e de pesquisas quantitativas já realizadas, que traçaremos o perfil das domésticas e as nuances e categorias que as compõem, e passaremos a analisá-las.

A fotografia capta uma determinada realidade, localizada em um espaço-tempo específico, e a reproduz continuamente com a consciência de que o momento representado não irá se repetir. Ela não vai além disso; “...é o Particular, a Contingência soberana, fosca e um tanto boba” (BARTHES, 1984, p.13). No entanto, a fotografia tem uma razão de existir

² Utilizo o binômio *raça/cor* porque, mesmo considerando a inexistência da raça ou pensando a raça como uma ficção, as teorias raciais foram bastante atuantes na sociedade e na academia brasileira no século XIX e construíram a noção de raça no imaginário social do país. Além disso, o IBGE usa os dois termos nas pesquisas de identificação racial.

³ Antes mesmo de refletir sobre o tema já antecipo que o trabalho afirma que há uma divisão sexual do trabalho doméstico e, por isso, utilizará a desinência nominal de gênero: o estudo que se pretende é o de negação de direitos das *trabalhadoras domésticas*.

⁴ Ainda que a promulgação da Emenda Constitucional nº 72 (PEC das Domésticas) e sua posterior regulamentação em 2015 tenham conferido a relação de emprego formal às domésticas, a informalidade no trabalho doméstico ainda se faz presente na realidade brasileira. Por isso a utilização do termo *trabalhadoras domésticas* e não empregadas domésticas.

por trás do objeto ou do sujeito representado. Ela revela o motivo e a intenção do fotógrafo e a interpretação do espectador, nunca o objeto/sujeito; este pode ser retratado de outras formas.

A fotografia expõe a limitação da representação. Ao fotografar, o fotógrafo representa a si mesmo e mostra como observa o mundo. Assim, o objeto/sujeito não tem voz e parece ser o elemento menos importante da relação. Neste sentido, Gayatri Spivak (2012) afirma que a representação é a dificuldade enfrentada pelos intelectuais ao se depararem com o seu objeto/sujeito de estudo. Ela então elabora dois sentidos para o significante *representação*: *falar por*, como uma corrente ideológica política, e *re-representação*, realizada com as artes, como na dramaturgia, a encenação. Para Spivak, a fotografia seria um ideal de representação, pois indicaria uma *interpretação de si* do próprio sujeito retratado. Acontece que ela desconsidera os outros elementos presentes na construção da foto, que o operador da câmera exerce poder sobre a constituição do retrato, ele define o local onde vai ser tirada a foto, define a luz, indica a posição do objeto/sujeito e determina a composição do cenário; o fotógrafo tem todo o controle da fotografia. Por isso, Roland Barthes (1984) afirma que uma fotografia expõe um vazio, que ela é invisível. O retrato em si é estático, fixado na instantaneidade do presente. Sendo assim, acaba por retratar uma imagem incompleta e transformando o sujeito em objeto.

O que interessa é a subjetividade que envolve a fotografia, os dois lados da lente, o fotógrafo que opera a câmera e o espectador, que interpreta a imagem. Todas as suas classificações e interpretações são externas ao objeto fotografado. Portanto, para uma análise completa e complexa do tema retratado, é preciso permitir que o sujeito (transformado em objeto) retome sua vida. As narrativas, seja pelas artes, seja pelos relatos de vida, possibilitam que os sujeitos elaborem uma *produção de si*, rememorando suas experiências, dando dinamicidade e fluidez às fotografias.

Para a sistematização e análise das narrativas selecionadas, a metodologia utilizada é *abordagem biográfica* por meio da *história de vida*. Foram colhidos três relatos de ex-domésticas, que interpretaram momentos específicos de suas vidas. Eles serão apresentados e discutidos durante toda a Dissertação, não como forma de ilustrar o texto, mas como o próprio texto.

Daniel Bertaux afirma que “os relatos de vida constituem uma ferramenta incomparável de acesso à experiência subjetiva; e a riqueza de seu conteúdo é uma fonte inesgotável de hipóteses”⁵ (1980, p. 198, tradução nossa). O sociólogo francês faz a distinção

⁵ No original em francês: “Les récits de vie constituent un outil incomparable d'accès au vécu subjectif; et la richesse de leurs contenus est une source d'hypothèses inépuisable.”

dos termos, cunhados pela sociologia estadunidense, *life history* e *life story*. Este último refere-se à história de vida que a própria pessoa que a viveu relata. Já no primeiro sentido, o termo história de vida engloba outras fontes de pesquisa, além dos relatos oferecidos pelos sujeitos. Bertaux propõe que a história de vida contada pelo próprio sujeito seja traduzida pela expressão *relato de vida*. Nesse sentido, a metodologia é a *abordagem biográfica*, expressão que revela um futuro; para além do relato cru do sujeito. Assim, o pesquisador também tem papel importante na narrativa, como observador participante totalmente dependente do sujeito/objeto a ser ouvido/analizado. Para Bertaux (1980), a abordagem biográfica concilia observação e reflexão, “as abordagens biográficas caracterizam-se por um compromisso com a história como processo de lembrar, com o qual a vida vai sendo revisitada” (BARROS, 2007, p. 27).

A metodologia não admite um estudo de caso, e, nas palavras de Kofes: “Não se trata, aqui, embora também sejam caminhos interessantes, de centrar minha análise na história completa de um ator, mas ver como a sua elaboração individual reinterpreta uma parte da experiência de vida” (2001, p. 450). Os relatos que os sujeitos elaboram podem remeter a aspectos mais gerais das relações, contextos e situações em que se encontram e, assim, indicarem experiências de vida compartilhadas com outros atores sociais, e também podem remeter a aspectos singulares da vida dos indivíduos. O relato é a ponte entre o individual e o social. Os relatos de vida colhidos referem-se a um momento específico da vida das mulheres, o da sua atuação profissional como trabalhadoras domésticas. E, por óbvio, há outras facetas em suas experiências e vida.

Ao conjugar a fotografia do trabalho doméstico remunerado brasileiro e os relatos de vida, ou interpretações de uma experiência social, faz-se mister conceituar e analisar as categorias e características que o envolvem. Para isso, conto com o apoio de teorias sociológicas, antropológicas, feministas e históricas, apresentadas nas divisões do capítulo. As categorias analisadas são: *raça/cor* e as teorias raciais brasileiras; *gênero*, a história do seu conceito e sua fluidez; em seguida a categoria *classe/trabalho* e seus sentidos, no trabalho da mulher, na divisão sexual do trabalho e no próprio trabalho doméstico; e *afeto*, revelando as ambiguidades constantes do trabalho doméstico. Por fim, uma análise do conceito de *interseccionalidade* e como as categorias *raça/cor* e *trabalho* se juntam à questão de gênero para definir o trabalho doméstico brasileiro.

O segundo capítulo da Dissertação é *A herança colonial brasileira: continuidades e resistências* e trata das consistências coloniais existentes no trabalho doméstico brasileiro perceptíveis nos retratos e nos relatos apresentados pelas domésticas, e a forma como

convergem com as teorias pós-coloniais, da subalternidade e *decoloniais*, seguindo um caminho que sai da Europa, do Ocidente, dos países do Atlântico Norte, e vai para as margens do mundo moderno. São as teorias produzidas nessas margens que nos interessam neste ponto da pesquisa; é a *produção de si* das ex-colônias; é a historiografia produzida pelos povos historicamente marginalizados e invisibilizados. O capítulo trata da relação entre trabalho doméstico e escravidão por meio de uma revisão histórica. A partir dessa análise histórica à luz de teorias *decoloniais*, busca-se os pontos de intersecção entre escravidão e trabalho doméstico. Como item persistente nas relações de trabalho doméstico, o segundo capítulo também aborda o sentimento de obrigação de gratidão que o envolve desde a escravidão.

A atuação de uma *colonialidade do poder* nas relações sociais brasileiras se apresenta como fator determinante das continuidades presentes no trabalho doméstico. Para além das persistências coloniais, a atuação da colonialidade também se apresenta como um processo de desconstrução, ou descolonização, possibilitando pensamentos outros que expõem a lógica colonial e a refutam.

O capítulo aborda a teorização da constituição do mundo colonial/moderno, fundado em diferenças raciais e relações dicotômicas entre europeus e colonos, entre tradicionais e modernos. O enfoque é a América Latina e o Brasil. O suporte teórico é descolonial, ou *decolonial*⁶, com apoio das teorias dos estudos subalternos sul-asiáticos e dos estudos pós-coloniais. Os principais teóricos presentes nessa parte do capítulo são Aníbal Quijano e Walter D. Mignolo. Quijano cunhou a expressão *colonialidade*, que indica uma persistência das relações de poder instituídas no período colonial latino-americano. Nesse sentido, existem três formas de colonialidade: a do poder – que atua na política e na economia; do saber – que opera na produção de conhecimento, na filosofia e nas linguagens; e a do ser – que controla a subjetividade dos indivíduos. Mignolo, com base nos estudos sobre as colonialidades, propõe uma narrativa crítica e um *pensamento liminar*, para além das dicotomias coloniais.

O terceiro capítulo da Dissertação, *Das escravas à PEC das Domésticas: a história de discursos*, apresenta uma seleção de discursos de domésticas, políticos e juristas que confirmam continuidades coloniais no trabalho doméstico em torno do trabalho doméstico brasileiro no século XX, a despeito das diversas mudanças que ocorreram em relação ao trabalho doméstico. Vai desde a negação de direitos, passando pela luta do movimento das

⁶ Utilizo o termo *decolonial* para indicar um presente e um futuro, a persistência da atuação da colonialidade nas relações sociais brasileiras e também a proposta de uma descolonização dessa colonialidade. A ausência do “s” diferencia o termo *decolonial* nos sentidos apresentados dos processos de descolonização ocorridos na América Latina no século XIX.

domésticas para conquistá-los, e vai até os debates em torno da PEC das Domésticas, regulamentação recente do trabalho doméstico.

Os discursos apresentados no capítulo são de representantes da associação e dos sindicatos das trabalhadoras domésticas, de juristas, de domésticas, de donas de casa e de políticos profissionais. Tais discursos podem ser separados em dois grupos: o de resistência e de luta por direitos, e o de negação de direitos e persistência da desvalorização do trabalho doméstico. Todos são intercalados com as narrativas que complementam a fotografia do trabalho doméstico apresentada.

Assim como as narrativas, os discursos criam identidades e constroem sentidos coletivos acerca de um assunto. Logo, podem disseminar estereótipos, como o que afirma ser “serviço de negro” o trabalho manual e precário, e manter ideologias, como a que acredita que o trabalho doméstico tem um caráter afetivo e não carece de regulamentação.

A linguagem é fato social, resultado da expressão de vontade de comunicação dos indivíduos, é interação social, e interlocução entre falante e ouvinte, o que caracteriza a sua *não neutralidade* (BRANDÃO, 2004). Os discursos produzidos por falas, textos e outros modos de expressão, materializam contextos, inclusive ideológicos. Segundo Helena Brandão:

A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia (2004, p.11).

O discurso é espaço de produção de sentido e significações das falas e textos produzido por meio de processos ideológicos. No entanto, para além do aspecto semântico da linguagem, as falas têm sentido pragmático e indicam ações. É pressuposto pragmático de que toda fala envolve uma ação. Falas são modos de agir no mundo e coordenam ações sociais. Assim, as falas são reveladoras de como o mundo opera, inclusive ideologicamente, simbolicamente e factualmente. Neste sentido, Paul Ricoeur (2016) trata do discurso como evento, uma ação atual, ligado à concretude das práticas sociais. Para ele, o discurso celebra a junção do evento e a sua significação. Tal articulação transforma a mensagem, suas intenções e significados, em ações. Assim, falar é agir. Está aí a essência do *giro linguístico* ensinado por Jürgen Habermas e tratado por Maria Fernanda Salcedo Repolês (2003). Segundo Habermas, a integração social requerida pelas sociedades modernas é mediada pelo agir comunicativo, culminando no entendimento entre as partes liderado pelo Direito. Dessa

forma, a linguagem constitui sociedades. O filósofo prioriza “... o caráter pragmático da teoria dos atos de fala, ou seja, a relação única que estabelece entre atos de fala e ação” (SALCEDO REPOLÊS, 2003, p. 58). Ele supera a questão semântica da teoria da linguagem, representada pelas intenções do falante, e centra sua Teoria do Discurso nos atos de fala.

Tanto Habermas quanto Ricoeur recorrem a John Austin para afirmar que falar é fazer e o próprio agir revela a intenção do falante. Assim, o discurso é auto-referencial e o evento é a fala, a mensagem. O ato de fala implica o falante em agir pois, por exemplo, ao dizer “prometo”, promete. Austin concebeu uma teoria performativa do discurso, em que os atos de fala são divididos em três dimensões: locutória, em que se diz algo; ilocutória, que se faz algo ao dizê-lo; e perlocutória, em que efeitos são produzidos pela fala (RICOEUR, 2016). A partir disso, Habermas propõe duas dimensões para a ação: uma a partir da perspectiva do falante e do ouvinte em busca de entendimento, a ação comunicativa; e a outra a partir da perspectiva do observador, a ação estratégica (SALCEDO REPOLÊS, 2003). É com o agir comunicativo que se consegue a integração social.

Os discursos inseridos no capítulo três, para além de representarem intenções em relação ao trabalho doméstico e às trabalhadoras domésticas, indicam as ações que determinam as formas de interação social entre sujeitos que prezam por manter status e papéis sociais construídos hierarquicamente e sujeitos que resistem a essa lógica. Os discursos, então, não apenas proclamam e declaram a negação ou luta por direitos, mas *negam* e *lutam* por direitos. Neste sentido, o discurso cuja mensagem afirma que o trabalho doméstico tem caráter íntimo e afetuoso e não possui fim econômico nega o *status* jurídico das empregadas domésticas e reproduz uma lógica social que inferioriza mulheres racializadas. Aí, o discurso é ação e os atos de fala determinam os próprios contornos do trabalho doméstico.

Por fim, o terceiro capítulo também abrange a questão da ausência de discussões sobre gênero nas teorias de Quijano e Mignolo. Feministas como María Lugones e Karina Bidaseca abordam e refletem a colonialidade de gênero atuante na América Latina e propõem a utilização de epistemologia feminista fronteiriça, ou liminar, para uma verdadeira descolonização.

O trabalho doméstico passou por mudanças sociais e as trabalhadoras domésticas conseguiram conquistar direitos trabalhistas, que configuram práticas de resistência que, no entanto, carregam continuidades coloniais. A partir do retrato do trabalho doméstico e dos relatos construídos, da análise das categorias que o configuram, da leitura sobre sua história de resistência e luta por direitos das domésticas e do aporte teórico feminista *decolonial*, a dissertação buscará as bases teóricas e empíricas para a reconstrução dessa hipótese.

CAPÍTULO 1 - O RETRATO E O RELATO DO TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL

1.1 O retrato

Essa conta do passado, é. Tem hora que eu fico pensando, “meu Deus será como é que eu como é que foi que eu vivi aquilo lá”? Foi assim encarando mesmo, né? Sem reclamar, assim sem nada, porque não tinha pra quem reclamar também (Maria de Lourdes – Anexo 1).

O termo *doméstica* carrega muitos sentidos que contribuem para a sua invisibilização e silenciamento. A origem latina da palavra é *domus* ou *domo*, que significam casa, lar. Como a língua é dinâmica e se transforma constantemente, essas palavras latinas ganharam novos significados, todos fazendo referência à casa: dono, senhor da casa e doméstico. Refere-se à vida familiar, íntima, não apenas como lugar, mas também como funcionamento das relações familiares (HOUAISS, 2016). Doméstico também se refere a domesticar, civilizar, amansar para servir. Suely Kofes (2001) analisa-o como termo feminino e definidor de feminilidade. Nesse sentido, a casa, ou a unidade doméstica, em âmbito privado, seria o lugar da mulher, onde esta representa seus papéis sociais “determinados”, o de mãe (reprodução), o de esposa (sexualidade) e o de dona de casa (manutenção, cuidado). Este último pode ser delegado a outra mulher, a trabalhadora doméstica. No entanto, na realização do papel “destinado” a outra mulher, o que poderia ser *locus* de igualdade, transforma-se em local de diferença entre patroas e empregadas, pois as duas posições têm valor desigual na sociedade. Portanto:

O doméstico (como categoria) é, então, estratégico. Pois, além de remeter a um lugar e a seu funcionamento, refere-se tanto às relações familiares quanto às relações de outra ordem que nele se desenrolam. Finalmente, é uma categoria que constrói os sentidos de “mulher”. (KOFES, 2001, p. 86)

A identificação do perfil das domésticas brasileiras, e a quem ele se destina, salta aos olhos e está arraigado no imaginário social de modo naturalizado. A representação da categoria na teledramaturgia, por exemplo, sempre foi ligada à submissão, à servidão e à promiscuidade. É só lembrar a história das telenovelas brasileiras, em que mulheres negras são personagens de domésticas, babás, arrumadeiras, cozinheiras, que os homens negros são os motoristas, mordomos, capatazes e que as crianças são órfãs, resgatadas por boas famílias brancas. O impecável documentário *A Negação do Brasil – o negro nas telenovelas*

brasileiras de Joel Zito Araújo refaz a história dos negros, e a sua própria história como ativista do movimento negro, nas artes dramáticas brasileiras e nos mostra os negros em papéis de inferioridade e sem cultura. Além da invisibilidade já naturalizada nas novelas, são apresentados os estereótipos clássicos: a empregada doméstica submissa, a fofqueira, a mentirosa e a *mammy*, geralmente representada por uma mulher grande e com instinto maternal imenso. Na literatura brasileira a realidade é a mesma. Lembremos da Tia Nastácia de Monteiro Lobato, personagem de mulher negra, grande, sempre alegre e com uma maternidade exposta. Por outro lado, temos o negro carnal, bestializado, quase animalesco, incivilizado, como Macunaíma de Mário de Andrade, o (anti) herói brasileiro, foi representado no cinema. Não nos esqueçamos também das personagens mulheres de Jorge Amado, como as sensuais Gabriela e Tereza Batista.

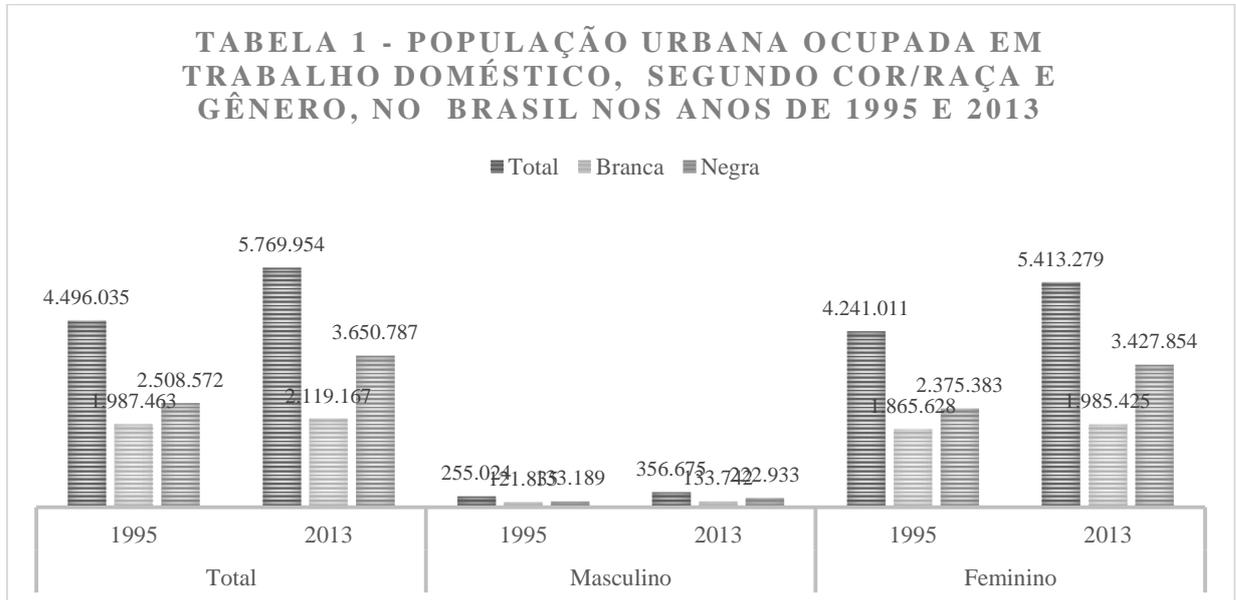
Todos esses estereótipos são ainda visíveis em nossas artes, com pouquíssimas exceções, já que raramente vemos personagens negros protagonistas, donos de suas vidas, formalmente educados e com empregos não servis na teledramaturgia brasileira. Não obstante, há que se refletir e questionar o próprio uso da palavra *servil*, ou *elemento servil*, que era utilizado para indicar escravos e o sistema escravista brasileiro. Tal termo se refere a seres subservientes e submissos, indicando que o servo, o escravo, aceitava a condição que lhe foi imposta. Segundo o Dicionário Houaiss (2016) o adjetivo servil significa “3 Baixo, ignóbil, torpe, vil. 4 Subserviente. 5 Bajulador, sevandija, sabujo. 6 Que segue rigorosamente o modelo ou original. 7 Sem personalidade”. Além disso, o uso de *elemento servil* e não de escravo carrega uma falácia travestida em eufemismo, pois tenta encobrir a própria imposição de ser escravo e traz uma ideia de escolha. Mesmo a literatura abolicionista do século XIX utilizava o termo *elemento servil* para tratar da população escrava e do sistema escravista. São exemplo disso os livros *Como pensa o elemento servil*⁷, de Policarpo Lopes de Leão de 1870, e *Elemento servil*⁸, de 1871 de Theodoro Parker. Os dois condenavam a escravidão e foram escritos com finalidade de informar e reverter o sistema escravista brasileiro. O primeiro, apresenta ainda um projeto de abolição e também um modelo de contrato de locação dos serviços pessoais dos ex-escravos a ser usado com o advento da abolição.

A representação da mulher negra como doméstica nas novelas brasileiras traduz a realidade da sociedade brasileira. No *Relatório das Desigualdades de Gênero e Raça*, o IPEA (2015) faz uma análise do trabalho doméstico remunerado brasileiro entre 1995 e 2013 com

⁷ Disponível digitalizado no site do Senado Federal: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/220539>.

⁸ Disponível digitalizado no site do Senado Federal: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/174445>.

dados obtidos pelo IBGE (2013). A primeira conclusão que a pesquisa apresenta é a distribuição do trabalho doméstico sob a perspectiva de gênero (sexo) e raça/cor:



Fonte: IBGE/PNAD

Elaboração: Ipea. Relatório das Desigualdades de Gênero e Raça, 2015.

Nota 1: descartados os dados referentes aos anos de 1996 a 2012.

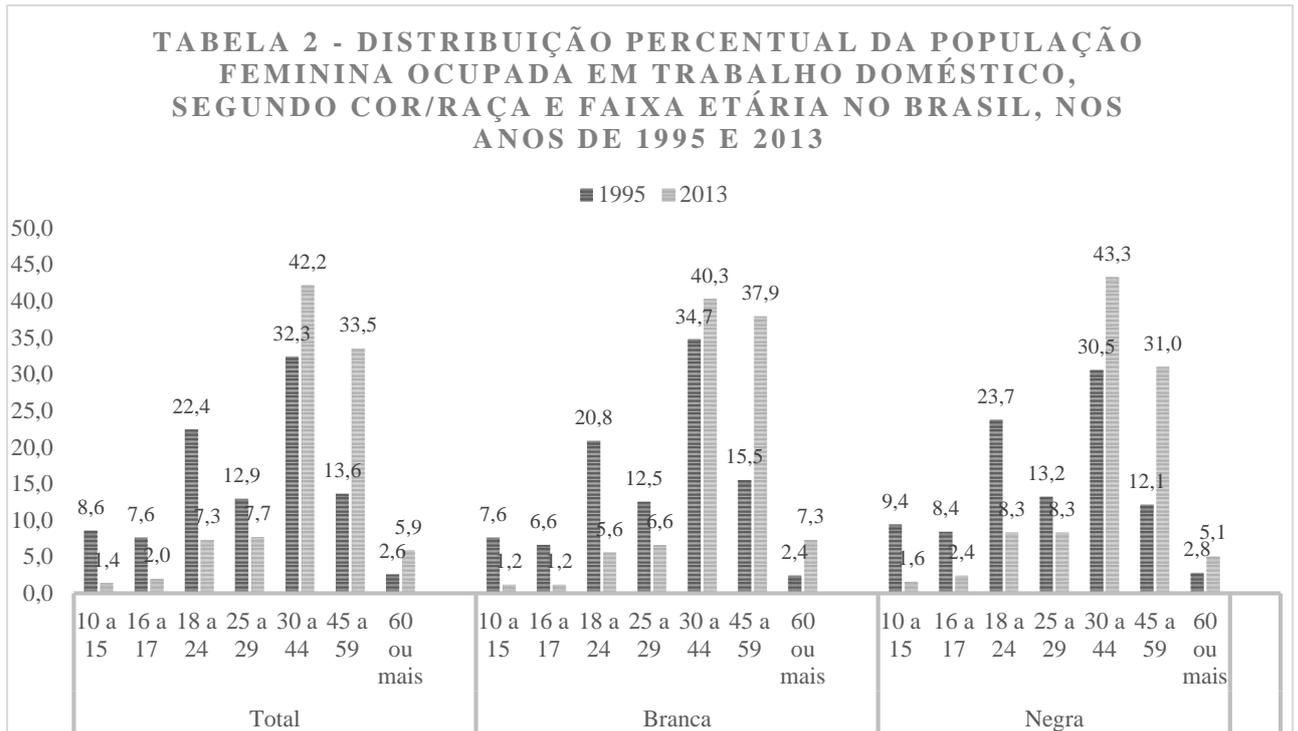
Nota 2: a população negra é composta por pretos e pardos.

*População masculina em 1995: Branca: 121.835; Negra: 133.189; Total: 255.024

**População masculina em 2013: Branca: 133.742; Negra: 222.933; Total: 356.675

Com as informações acima podemos chegar a duas conclusões, de suma importância para a pesquisa: 1- o trabalho doméstico é ocupado por uma grande maioria de mulheres; 2- a população negra está mais presente no trabalho doméstico que a branca. Se levarmos em conta que a legislação trabalhista, antes com a Lei nº 5.859/72 e atualmente com a Emenda Constitucional nº 72/2013, define trabalhador doméstico como aquele que trabalha para famílias sem fins lucrativos, aí estão incluídos, além de trabalhadoras domésticas e babás, motoristas, zeladores, porteiros, jardineiros, cujos serviços são considerados “masculinos”. A desinência nominal de gênero prova a divisão de papéis dentro do trabalho doméstico remunerado: As trabalhadoraS são domésticaS, e os outros trabalhadores são Os porteiros, zeladorEs, jardineirOs. E essa divisão é hierárquica, em que as mulheres ocupam os lugares inferiorizados e invisibilizados.

Abaixo a distribuição da população de mulheres ocupadas no trabalho doméstico segundo raça/cor e faixa etária:



Fonte: IBGE/PNAD

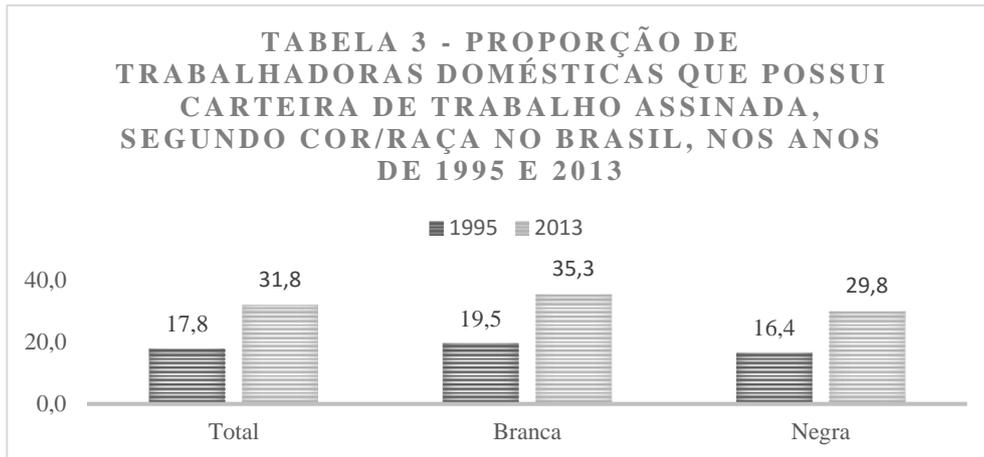
Elaboração: Ipea. Relatório das Desigualdades de Gênero e Raça, 2015.

Nota 1: descartados os dados referentes aos anos de 1996 a 2012.

Nota 2: a população negra é composta por pretos e pardos.

Observa-se da tabela acima que, a maioria das mulheres que ocupam o trabalho doméstico atual se situam na faixa etária entre 30 e 59 anos de idade. Aduz-se também que o número de domésticas nesta faixa etária aumentou desde 1995, quando a maior parte das domésticas estavam na faixa etária de 18 a 44 anos de idade. Alguns pesquisadores acreditam que a mudança de faixa etária na ocupação do serviço doméstico se deve ao envelhecimento das mulheres que se ocupam do trabalho doméstico e ao aumento da escolaridade, o que proporciona oportunidades de se desvincular dessa ocupação (FRAGA, 2013 apud BRITES, 2013).

Sobre a questão da formalidade no trabalho doméstico:



Fonte: IBGE/PNAD

Elaboração: Ipea. Relatório das Desigualdades de Gênero e Raça, 2015.

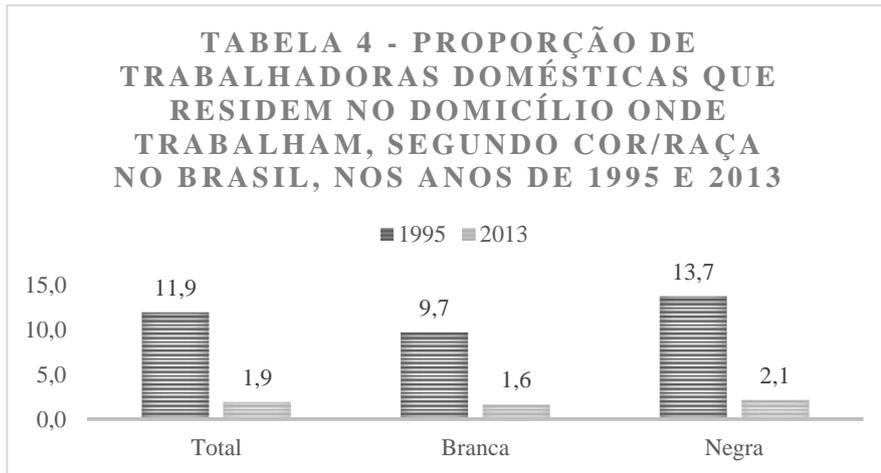
Nota 1: descartados os dados referentes aos anos de 1996 a 2012.

Nota 2: a população negra é composta por pretos e pardos.

Na tabela acima os dados nos mostram com clareza que a ilegalidade ainda é a realidade das domésticas brasileiras, que compõem um grupo que 32% de integrantes sem carteira assinada. Não existem dados de igual magnitude que nos permitam analisar o impacto da aprovação da PEC das Domésticas sobre a formalidade/informalidade⁹. Outro fato que chama a atenção é a destinação da formalidade e garantia de direitos: mulheres brancas têm mais acesso à carteira profissional. Segundo o Relatório (IPEA, 2015), o mesmo pode se dizer da contribuição para a Previdência Social.

Como parte da realidade brasileira, o serviço doméstico muitas vezes inclui a moradia no próprio local de trabalho. As seguintes tabelas retratam tal realidade:

⁹ Reportagem do Observatório de Gênero do Governo Federal afirma que no estado do Acre apenas duas de dez trabalhadoras domésticas tinham carteira assinada em 2015. Em São Paulo, no ano de 2014, houve 25% de aumento de ações trabalhistas envolvendo as relações de emprego doméstico, o que indica, segundo o Sindicato de Empregadas e Trabalhadoras Domésticas da Grande São Paulo, o descumprimento dos direitos conquistados com a PEC, incluindo a não formalização da relação de emprego.

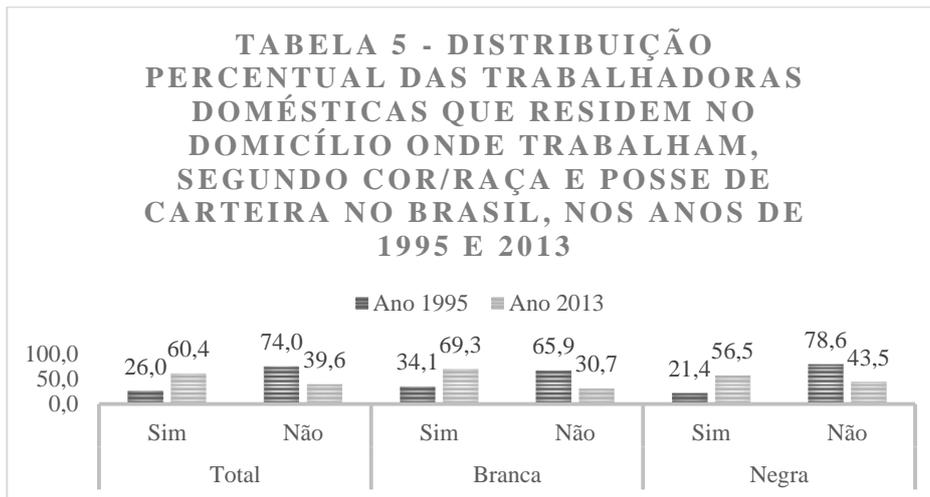


Fonte: IBGE/PNAD

Elaboração: Ipea. Relatório das Desigualdades de Gênero e Raça, 2015.

Nota 1: descartados os dados referentes aos anos de 1996 a 2012.

Nota 2: a população negra é composta por pretos e pardos.



Fonte: IBGE/PNAD

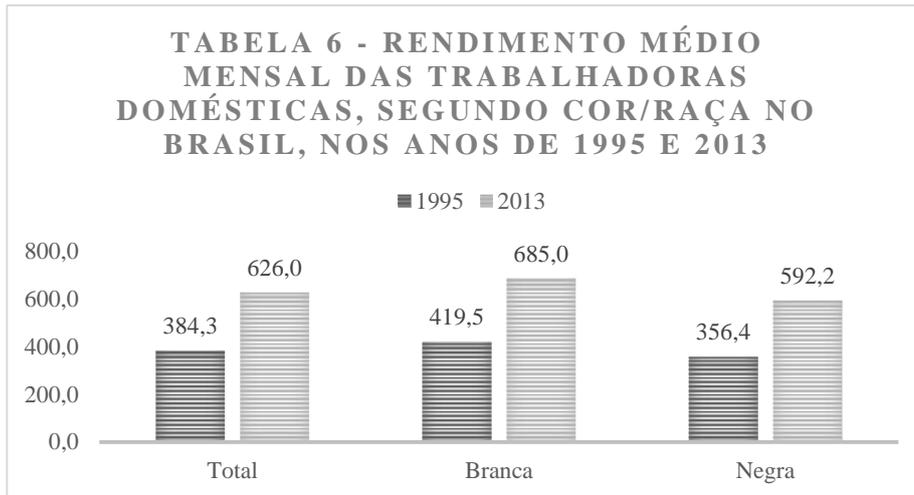
Elaboração: Ipea. Relatório das Desigualdades de Gênero e Raça, 2015.

Nota 1: descartados os dados referentes aos anos de 1996 a 2012.

Nota 2: a população negra é composta por pretos e pardos.

O que nos mostra as tabelas anteriores é que morar no domicílio de trabalho já é uma realidade mais distante das domésticas brasileiras. No entanto, as informações também nos mostram como as mulheres brancas ainda têm mais acesso à formalidade.

Sobre a renda e os rendimentos das trabalhadoras domésticas:

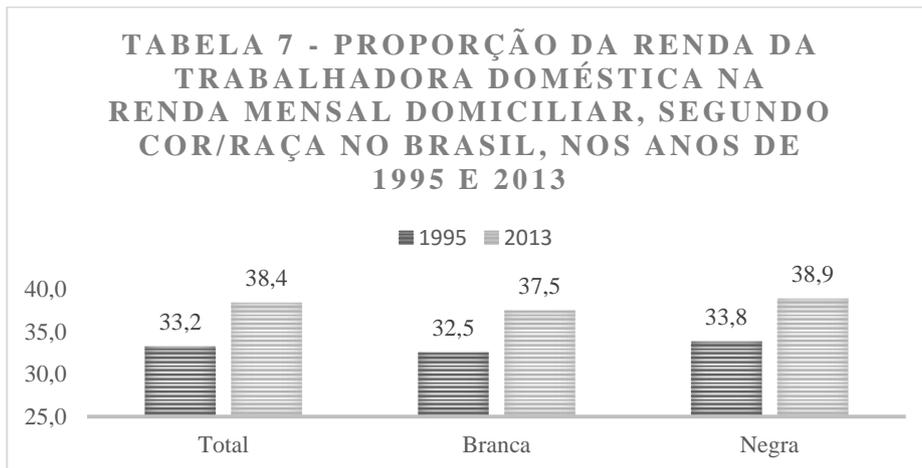


Fonte: IBGE/PNAD

Elaboração: Ipea. Relatório das Desigualdades de Gênero e Raça, 2015.

Nota 1: descartados os dados referentes aos anos de 1996 a 2012.

Nota 2: a população negra é composta por pretos e pardos.



Fonte: IBGE/PNAD

Elaboração: Ipea. Relatório das Desigualdades de Gênero e Raça, 2015.

Nota 1: descartados os dados referentes aos anos de 1996 a 2012.

Nota 2: a população negra é composta por pretos e pardos.

Lembramos que o salário mínimo em 1995 era de R\$100,00, ou U\$109,89, e em 2013 era de R\$678,00, ou U\$332,00¹⁰. Houve aumento real do salário mínimo brasileiro no período. Acontece que em 1995 o salário da doméstica era superior ao salário mínimo e correspondia a U\$418,88. Em 2013, mesmo com o aumento do salário mínimo em reais, a renda média das domésticas caiu, com o salário correspondendo a U\$265,25¹¹. Então, houve diminuição de renda no período, somente e no máximo correção monetária. Essa perda do

¹⁰ Sobre a evolução do salário mínimo nacional: <http://www.contabeis.com.br/tabelas/salario-minimo/> Sobre o valor do salário mínimo em dólares: <http://extra.globo.com/noticias/economia/salario-minimo-de-2014-convertido-em-dolares-o-menor-desde-2010-11153536.html>

¹¹ Para a evolução do valor do dólar: <http://economia.uol.com.br/cotacoes/cambio/dolar-comercial-estados-unidos/?historico>

poder de compra aprofunda o problema econômico e social, principalmente o das mulheres negras, em razão da diferença salarial de acordo com os recortes gênero e raça/cor. Conclui-se, portanto, que as trabalhadoras domésticas brancas têm rendimento maior que as trabalhadoras negras e que estas contribuem mais na renda domiciliar.

A que conclusão podemos chegar com as informações obtidas no Relatório das Desigualdades elaborado pelo IPEA? 1- A maior parte da população que ocupa o serviço doméstico é de mulheres e a maioria dessas mulheres são negras; 2- O serviço doméstico ainda abriga um contingente considerável de mulheres, fazendo que seja uma das ocupações principais das mulheres no mercado de trabalho; 3- As mulheres no trabalho doméstico têm renda baixa, não passando de um salário mínimo mensal; 4- A informalidade (ausência de carteira assinada e garantia de direitos) ainda é muito presente; e 5- As mulheres negras têm menos acesso às formalidades do emprego doméstico que as brancas. Este é o perfil do trabalho doméstico no Brasil, a partir do cruzamento de categorias, ou como afirma Jurema Brites: “...ainda é lugar comum a constatação de que o trabalho doméstico remunerado persiste como um espaço de desigualdade de gênero e classe, étnicas e raciais, e também de origem geográfica” (2013, p. 428). Ela simplifica:

No trabalho doméstico, a força de trabalho é recrutada entre mulheres, as quais geralmente provem daquelas camadas mais pobres e com índices menores de escolaridade, características sobrepostas por uma forte marca de racialização (BRITES, 2013, p. 429).

A realidade do trabalho doméstico brasileiro não pode ser analisada sem considerarmos que o país se insere em um contexto geograficamente maior, pois toda a América Latina e Caribe compartilham análises semelhantes. É razoável supor que o passado de colonização e escravidão guarda estreita relação com a persistência desse perfil. Além disso, mesmo com conjunturas distintas, a realidade brasileira acerca do trabalho doméstico se assemelha com as situações dos países periféricos, em desenvolvimento, ou chamados de Terceiro Mundo, como os países do sudeste asiático e do Oriente Médio, de acordo com o relatório da OIT *Domestic workers across the world: Global and regional statistics and the extent of legal protection* (2013).

O trabalho doméstico remunerado é um fenômeno mundial, porém é encarado de diversas formas, em razão da existência ou não de direitos trabalhistas, do passado histórico a que se vincula e da sua importância no mercado de trabalho. Nesse sentido, nos países centrais, ou desenvolvidos economicamente, o trabalho doméstico emprega 0,8% dos

trabalhadores remunerados, enquanto na América Latina, ele emprega 7,6% do total de empregados, número que dá o posto de maior empregador de trabalhadores domésticos à América Latina do mundo (ILO, 2013, p. 20). Nesse sentido, Brites (2013) conclui que o trabalho doméstico é diretamente proporcional à desigualdade nas regiões em que ele se instala. Corroborando a realidade brasileira, a pesquisa citada da OIT apontou que o serviço doméstico é destinado às mulheres, e às mulheres pobres, pois as domésticas são 26,6% das trabalhadoras remuneradas na América Latina e que no mundo, 83% dos trabalhadores domésticos são mulheres (ILO, 2013, p. 20-21).

O perfil do trabalho doméstico construído até agora nos impõe uma realidade, não singular ou única em contextos mundiais, mas reconhecidamente repetida em certas situações e lugares. Tal perfil traduz uma realidade que conjuga categorias geográficas, por se concentrar em regiões com passado colonial como América Latina e sudeste asiático (ILO, 2013), raciais, de gênero e de trabalho para produzir o sujeito do trabalho doméstico, que se encontra em informalidade, com baixas remunerações e sem garantias trabalhistas, ou seja, na hierarquia social do trabalho, a mulher trabalhadora doméstica ocupa os lugares mais inferiores.

1.2 Os relatos

Deus disse que precisamos amar nossos inimigos. Isso é difícil. Mas podemos começar dizendo a verdade. Ninguém nunca tinha me perguntado qual é a sensação de ser eu. Uma vez eu disse a verdade sobre isso, e me senti livre. E eu comecei a pensar em todas as pessoas que conheço. E as coisas que eu vi e fiz. Meu rapaz Trelaw sempre disse que um dia nós vamos ter um escritor na família. Eu acho que vou ser eu. (Aibileen Clark - Histórias Cruzadas)

O retrato encontrado do trabalho doméstico no Brasil se encontra com as narrativas produzidas sobre ele, por meio da abordagem biográfica e das histórias de vida relatadas por três mulheres que trabalharam profissionalmente como domésticas. Os relatos foram selecionados e transformados em textos corridos, integralmente reproduzidos no anexo da Dissertação, e as falas da interlocutora-pesquisadora, que aqui os apresenta, foram ocultadas, para sua melhor fluidez. As três mulheres interpretam suas experiências como trabalhadoras domésticas ao mesmo tempo em que fazem uma *produção de si*, pois revisitam e reescrevem

suas vidas. Não é a descrição da história de vida, mas sim uma interpretação que elas fazem a partir da memória dos eventos ou episódios de suas vidas.

As personagens reais são Dona Maria de Lourdes, que começou a trabalhar com sete anos de idade e o fez durante mais de cinquenta anos, alguns deles sem receber salário e todos eles sem se filiar à Previdência Social; Cláudia, psicóloga, que trabalhou em quatro casas diferentes durante os nove anos em que foi trabalhadora doméstica, alguns deles sem receber salário; e Claudinéia, estudante de psicologia que trabalhou dois anos como doméstica.

Além desses relatos, somam-se as narrativas produzidas pelas artes visuais, pelo cinema de ficção e também documental. Os filmes e fotografias escolhidos, mesmo com todos os seus limites, não se conformam em reforçar estereótipos e preconceitos, como o fazem as obras criticadas na introdução desta Dissertação. Os filmes de ficção *Histórias Cruzadas* e *Que Horas Ela Volta?* e o documentário *Como se fosse da família* auxiliam na construção de um imaginário de transformação social, quando mostram de maneira tensional e complexa a dura e cruel face da realidade e, às vezes, até propõe alternativas para essa realidade. Neles, as mulheres domésticas tornam-se protagonistas e narradoras. Além disso, deter-nos-emos sobre o *Retrato de Augusto Gomes Leal e da ama de leite Mônica*.

Os relatos sobre a raça e a cor

*Tratados como pretos
Só pra mostrar aos outros quase pretos
(E são quase todos pretos).
Como é que pretos, pobres e mulatos
E quase brancos quase pretos de tão pobres são tratados
(Haiti – Caetano veloso e Gilberto Gil).*

O filme *The Help*, ou no Brasil *Histórias Cruzadas*, é uma produção cinematográfica estadunidense de 2011 dirigida pelo diretor Tate Taylor e adaptada do livro homônimo de Kathryn Stockett. A história se passa no estado do Mississippi – EUA, na década de 1960. Ambientado em época de grandes embates acerca da igualdade racial e num local conhecido pela segregação e violência cometida contra a população negra, onde a Ku Klux Klan tinha (e ainda tem) base política forte, o filme trata da história de empregadas domésticas, negras, e sua relação com as patroas e com as constantes agressões legitimadas pela legislação local. No período histórico em que o filme acontece, segundo a ABWH, 90% das mulheres negras

que ocupavam postos de trabalho no sul estadunidense exerciam o trabalho doméstico. Num certo sentido, o filme simplifica as relações laborais da época, transformando-as em uma tensão individual entre empregadas e patroas, ofuscando o papel das instituições oficiais na segregação racial e desigualdades econômicas e reforçando o estereótipo da ausência de solidariedade entre mulheres.

A película conta a história de duas trabalhadoras domésticas – Aibileen e Mimmy, que sofrem com a imposição de leis sanitárias para o trabalho doméstico, com a violência perpetrada contra os negros da cidade, com a falta de oportunidades, com os baixos salários e com a ausência de direitos trabalhistas. No meio dessa realidade, uma jornalista – Skeeter, branca, de família influente, liberal e preocupada com questões sociais, começa a ouvir as suas histórias, que se agregam a de outras empregadas e são transformadas em livro.

Há um tom de salvação, no qual é o relato transformado em escrita que redime as protagonistas na medida em que lhes permite reviver suas experiências de sofrimento. A redenção vem também por meio de uma mulher branca, que lhes oferece a oportunidade de se expressarem e as representa perante a sociedade, pois o livro acaba não revelando o nome de Aibileen e Mimmy.

Por um lado, podemos ver no filme um certo reforço dos estereótipos de submissão, inferioridade e afetividade da população negra nas protagonistas. Mimmy é uma *mammy*, engraçada, sem “meias-palavras”, uma mãezona para sua patroa. Aibileen é a empregada que criou laços de afetividade com a criança da qual cuidava, o tempo todo dizia que a amava e a queria bem. No entanto, Aibileen não pôde criar o próprio filho e lamenta com dor o seu falecimento. Assim também se posicionou a ABWH:

A representação do filme The Help dessas mulheres é uma ressurreição decepcionante da Mammy - um estereótipo mítico de mulheres negras que foram obrigadas, seja pela escravidão ou segregação, a servir as famílias brancas. Retratado como cuidadores assexuados, leais e satisfeitos de brancos, a caricatura de Mammy permitiu boa parte da América ignorar o racismo sistêmico que ligava as mulheres negras a empregos de back-breaking e com baixos salários, em que os empregadores rotineiramente as exploravam¹² (ABWH, 2013, tradução nossa).

¹² No original em inglês: “The Help’s representation of these women is a disappointing resurrection of Mammy—a mythical stereotype of black women who were compelled, either by slavery or segregation, to serve white families. Portrayed as asexual, loyal, and contented caretakers of whites, the caricature of Mammy allowed mainstream America to ignore the systemic racism that bound black women to back-breaking, low paying jobs where employers routinely exploited them”.

Se por um lado o filme endossou estereótipos, por outro falou sobre a *produção de si* por meio do relato das histórias de vida como forma de libertação das opressões. Por mais que não houvesse transformação política e social na cidade de Jackson, quando Aibileen decidiu contar, e depois escrever, suas histórias, ela se libertou do passado de sofrimento e caminhou para a sua emancipação.

Isso nos leva a pensar sobre o porque curiosamente nos relatos de nossas entrevistadas a questão racial não ser considerado por elas fator determinante de sua condição de trabalhadora doméstica ou da ausência de direitos. As ambiguidades envolvidas nessa relação são retratadas pela afirmação de Maria de Lourdes:

Você sabe, né. Não, assim... Tem meio um preconceito contra cor, essas coisas, é claro que existe. Mas assim, diretamente... (Anexo 1).

Não. Não posso falar que eu... Isso aí é a única coisa que eu não... Acho que não, assim... Posso até ter passado, assim... Mas não assim... (Anexo 1).

É. A gente pode acha assim: “ah, isso é normal porque eu né”... (Anexo 1).

Assim que acontece né, então não pode levar tudo a fogo e ferro né. Às vezes a pessoa fala alguma coisa com você e se você pudesse na hora você explodia, falava coisas, né... Mas as vezes é melhor você calar, né? (Anexo 1).

O minidocumentário *Como se Fosse da Família* apresenta o relato de duas mulheres sobre o seu trabalho doméstico: Vanderlea e Áurea, sendo que a primeira ainda exerce a profissão e a segunda está aposentada. No documentário, a questão racial tomou forma, pois a empregadora de Vanderlea afirma que, apesar das críticas recebidas, trocou a babá branca, uma “alemãzinha”, por Vander, que chegou em sua casa “feia”, “desnutrida”, “com buraco entre os dentes”. As duas mulheres de cor trabalharam para famílias brancas abastadas, e a divisão fenotípica se fez presente não apenas com a troca de babás na casa de Vanderlea, mas também no caso de Áurea, que mostra as fotos de sua família negra, com a qual não convive, e lembra que criou e tinha tempo para convívio apenas com a família empregadora.

Cláudia conta que, mesmo que não tenha vivido experiências de racismo, por ser branca, observou muitos atos racistas voltados para as trabalhadoras domésticas no círculo de trabalho que frequentava, como na utilização dos elevadores do prédio:

Não tinha... Ela falou: “olha, eu não quero que faça distinção”... Porque lá é realmente, as empregadas tinham que sair pelo elevador,

e ela falou: “eu não quero que ela suba pelo elevador, mesmo quando ela não estiver com as crianças ela vai subir pelo elevador social”, entendeu? Ela deixou isso claro na portaria, assim... (Anexo 3).

As outras subiam pelo elevador... (Anexo 3).

Não, social não. De serviço (Anexo 3).

De... De serviço. Subia pelo elevador de serviço. E aí eu noto uma coisa também, eu não sei se eu tô errada, pode ser um pensamento assim, sobre a cor (Anexo 3).

Tinha, tinha a maioria... A maioria das meninas era negra (Anexo 3).

É, elas andavam no elevador de serviço (Anexo 3).

A palavra raça, que indicava descendência ou linhagem na Idade Média, adquiriu outros sentidos na Modernidade. De acordo com Kabengele Munanga (2003), desde o século XV raça é categoria utilizada para classificar grupos humanos a partir das diferenças físicas. Com o Iluminismo e a racionalidade científica, raça passou a ser utilizada na zoologia e botânica para classificar e categorizar espécies. No entanto, seu sentido sociológico continua a ser utilizado para definir as interações sociais.

Por que então, classificar a diversidade humana em raças diferentes? A variabilidade humana é um fato empírico incontestável que, como tal merece uma explicação científica. Os conceitos e as classificações servem de ferramentas para operacionalizar o pensamento. É neste sentido que o conceito de raça e a classificação da diversidade humana em raças teriam servido. Infelizmente, desembocaram numa operação de hierarquização que pavimentou o caminho do racismo (MUNANGA, 2003, s d).

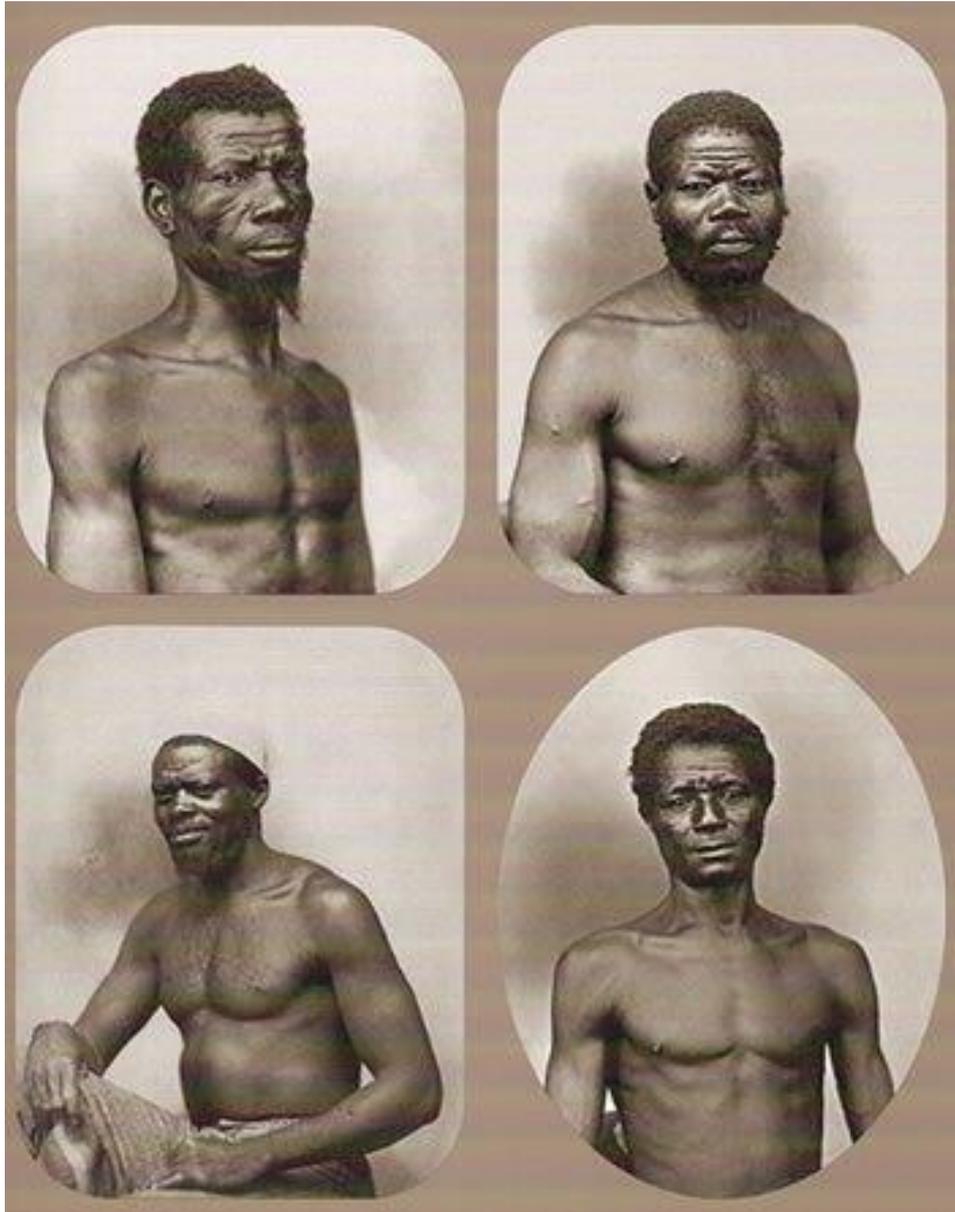
Ao utilizar o conceito botânico de raça, inexistente entre a população humana, para classificar os diversos grupos humanos, as suas diferenças foram transformadas em desigualdade e serviram para criar hierarquias sociais, das *raças puras* até as *degeneradas*. Tal desigualdade justificou genocídios na história da humanidade, como a escravidão.

Como elemento classificador dos papéis sociais no período colonial, a categoria raça/cor continua sendo elemento centralizador e hierarquizador das relações contemporâneas brasileiras. A questão racial e o racismo da sociedade contemporânea não poderiam ser entendidos, como hoje o são, desconectados do significado da escravidão por raça estabelecida no período colonial.

Por essas e por outras é que a escravidão foi mais que um sistema econômico: ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadores de diferença fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência, e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia estrita (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 96).

Entretanto, no início da escravização de africanos, os portugueses não se interessavam para raça ou cor. Apenas com a atuação dos traficantes muçulmanos no norte da África, a expansão do Império Otomano, o encarecimento da mão de obra e a ampliação dos mercados de escravos para o centro do continente africano é que os negros se tornaram baratos e, assim, mais atrativos para os lusitanos (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Durante a escravidão a categoria raça/cor identificava e separava os escravos de pessoas livres, aqueles que exerciam o trabalho manual e os do trabalho intelectual, não interessou à ciência brasileira adentrar nos estudos das questões raciais. Foi no século XIX que, ao critério cor, foram adicionadas outras características físicas, como formato do rosto, do nariz e do crânio, variações da cor negra e dos cabelos, dentre outros, para aprimorar as classificações (MUNANGA, 2003). Nessa época, alguns fotógrafos, como Marc Ferrez e Auguste Stahl, auxiliaram na “catalogação” dos *tipos raciais* brasileiros, para identificar e diferenciar as etnias que compunham a sociedade racializada brasileira. Eles construíram um acervo que continha indígenas e negros, muitas vezes nus, dispostos como num catálogo. Na fotografia que se segue (Figura 1), Stahl expõe quatro homens negros tentando lhes diferenciar. Nela, os quatro estão seminus e parecem esforçar-se para fazer uma expressão facial neutra. As marcas de expressão, dos anos de castigos e maus tratos, ressaltam em seus rostos.

Figura 1: *4 tipos de negros*

Fonte: Auguste Stahl, 1858.

Na estrutura social brasileira, altamente hierárquica, a categoria raça/cor marca a diferença entre liberdade e escravidão, entre trabalho assalariado e trabalho gratuito/compulsório, entre trabalho manual e trabalho intelectual. Todavia, tal marca não é rígida ou inflexível segundo Flávia Souza (2012) e Sandra Graham (1992; 2005; 2012), pois mesmo que os papéis e funções sociais fossem bem definidos, havia possibilidade de sair da condição de escravo e ocupar outras posições. No entanto, para os casos de resistência, sobrevivência e liberdade relatados, muitos outros endossam o peso da raça/cor na construção da sociedade brasileira. Há que se destacar que dentro da própria estrutura do sistema escravocrata havia uma hierarquia. Os escravos ladinos, aqueles já aculturados, com

conhecimento da língua portuguesa e tinham alguma habilidade especial para realizar os serviços domésticos. Os escravos boçais, que ocupavam o trabalho nas lavouras ou minas, eram aqueles recém chegados da África e que ainda não haviam sido aculturados. Os ladinos recebiam melhor tratamento que os boçais, tinham acesso a roupas e calçados e se relacionavam com intimidade com os senhores, em razão dos laços de confiança e afeto construídos (SCHWARCZ; STARLING, 2015). O *colorismo*, ferramenta de classificação racial de acordo com a pigmentação da cor de pele também era regra de classificação entre os escravos. Os escravos mais claros, fulos ou morenos (GRAHAM, 1992), eram os considerados para o trato direto com os senhores, para o trabalho doméstico. Nesse caso, o trabalho doméstico poderia ser considerado um privilégio no sistema escravocrata, entre os escravos.

Figura 2: *Escrava doméstica*



Fonte: Instituto Moreira Sales, João Goston, 1870.

Segundo Lilia Schwarcz (1993; 2012) e Ana Cláudia Pacheco (2013), apenas nos anos finais do sistema escravocrata, principalmente depois da Lei do Ventre Livre em 1871 e depois com a Abolição em 1988, é que uma classe de cientistas e estudiosos começou a se preocupar com as possibilidades de miscigenação entre as raças e as suas consequências para a sociedade brasileira. Desse período até a década de 30 prevaleceu a ideia de que existiam diferenças biológicas entre as raças e que a mistura entre elas não era positiva para o país. Com teorias importadas da Europa e fundadas no darwinismo eugênico, cientistas brasileiros, como o médico Nina Rodrigues, acreditavam que a miscigenação representaria a degeneração da nação.

Foi só no século XIX que os teóricos do darwinismo racial fizeram dos atributos externos e fenotípicos elementos essenciais, definidores de moralidades e do devir dos povos. Vinculados e legitimados pela biologia, a grande ciência desse século, os modelos darwinistas sociais constituíram-se em instrumentos eficazes para julgar povos e culturas a partir de critérios deterministas e, mais uma vez, o Brasil surgia representado como um grande exemplo — desta feita, um “laboratório racial”. Se o conceito de raça data do século XVI, as teorias deterministas raciais são ainda mais jovens: surgem em meados do XVIII. Além disso, antes de estar vinculado à biologia o termo compreendia a ideia de “grupos ou categorias de pessoas conectadas por uma origem comum”, não indicando uma reflexão de ordem mais natural (SCHWARCZ, 2012, p. 16).

Além das teses sobre raças degeneradas, no final dos Oitocentos a ideia de branqueamento para a *purificação racial* da população brasileira justificaria e incentivaria a miscigenação (PACHECO, 2013). Tais teorias alimentaram o racismo, que surgiu como conceito a partir da década de 1920. Segundo Munanga (2003), o racista acredita que as diferenças físicas se relacionam com a moralidade, a cultura e o intelecto dos indivíduos, o que acaba por naturalizar as hierarquias construídas. Para além de questão biológica, o racismo tem caráter sociológico.

A partir da década de 1930 novas teorias raciais inundaram as ciências sociais brasileiras, principalmente com o sociólogo Gilberto Freyre. Para ele, a miscigenação era instrumento de diminuição das desigualdades sociais e apaziguaria as relações sociais escravagistas, pautadas no patriarcalismo e na violência¹³ (PACHECO, 2013). Acontece que Freyre, ao afirmar que a miscigenação diminuiria a distância entre a casa-grande e a senzala, declarou que o Brasil vivia uma democracia racial. Além disso, Freyre dizia que a

¹³ Antes, pra antropologia criminal (positivismo criminológico), a miscigenação era causa de degeneração e crime.

miscigenação ocorreria em razão da sexualidade das mulheres negras e indígenas, que “naturalmente” seriam mais propensas a afetividade. Por tudo isso, Freyre, bem como outros “intérpretes do Brasil”, são fortemente criticados na contemporaneidade. Um de seus fervorosos críticos é o sociólogo Jessé Souza, que alega que a suposta democracia racial vivida no país seria um mito, que oculta, ou tenta ocultar, as violências raciais vividas pela população. A tese do mito da democracia racial brasileira é utilizada também pelo Movimento Negro nacional em vistas de desvelar e combater o racismo edificante da sociedade e propor políticas públicas e ações afirmativas com o objetivo de curar desigualdades e revisar a história brasileira.

Os relatos sobre gênero

*Levou algum tempo para percebermos que nosso lugar era a própria casa da diferença e não a segurança de alguma diferença em particular.*¹⁴ (LORDE, 1982, p. 226, tradução nossa)

O Brasil contemporâneo, em uma casa de família rica de uma grande metrópole, é o ambiente do filme *Que Horas Ela Volta?* de Anna Muylaert, produção nacional de 2015. A película conta a história da empregada doméstica Val, uma mulher nordestina que há anos mora na casa em que trabalha, cuida do filho dos patrões como se seus fossem e não vê a sua própria filha também há muitos anos. A rotina de Val é a de cuidar da criança, da limpeza e da alimentação da família. Ela constrói uma relação de afeto e carinho com o filho dos patrões, é com ela que ele se consola e ela é quem o ajuda a lidar com suas inseguranças. Val é uma nova Aibileen, é uma Áurea. Apesar da relação de afeto, Val se mantém em sua posição de empregada, não ultrapassando os limites da relação doméstica x empregadores.

A pessoa já nasce sabendo o que pode e o que não pode. Tu parece que é de outro planeta! (Val - *Que Horas Ela Volta?*)

Nesse sentido, Val se assemelha com Dona Maria de Lourdes, que trabalhava para agradar os outros e preferia não “bater de frente” com os patrões e ficar quieta:

¹⁴ No original em inglês: “It was a while before we came to realize that our place was the very house of difference rather the security of any one particular difference.”

Eu achava que eu agradando os outros tava tudo bem, né. É por isso que eu não sei, eu não arrependo de ter sido assim porque eu não tenho nada que me acuse. Minha consciência não me acusa (Anexo 1).

O espaço de Val na casa é o quartinho de empregada, pequeno, onde guarda seus poucos pertences. Val é “quase da família”, e a relação que tem com a patroa é a de transferência, pois Val se torna responsável pelo serviço doméstico “destinado” a outra mulher enquanto aquela busca a sua emancipação, e de subalternidade e silenciamento:

V: *Estou precisando conversar com a senhora.*

B: *Claro, deixou a lasanha lá?*

V: *Deixei, deixei, mas e o...?*

B: *Obrigada, amor, chega cedo segunda, beijo (Val e Bárbara – Que Horas Ela Volta?).*

O enredo muda quando a filha de Val – Jéssica, vai para São Paulo morar com a mãe e prestar vestibular. Nesse contexto, todo o tipo de preconceito aflora e a face pseudoprogressista da família burguesa se mostra elitista e conservadora: os padrões desacreditam na capacidade de Jéssica conseguir uma vaga no curso de uma universidade prestigiada; o patrão assedia a filha da empregada; e há separação de objetos, alimentos e espaços entre empregados e empregadores. Jéssica questiona toda a estrutura social ali montada, os lugares e os papéis sociais, o que no início da trama constrangeu Val, mas depois se mostrou como forma de libertação da doméstica. Mesmo que não seja uma trabalhadora doméstica, Jéssica se assemelha a Claudineia, que impunha seus limites e não aceitava os mandos os padrões:

É. Mas tinha um porém, que ela era idosa né. Ai além de fazer as coisas ela queria companhia também né. Mas eu não tinha saco né porque eu queria assim meu horário acabou. Eu queria ficar fazendo as minhas coisas ai eu saía pra fazer minhas coisas. Não queria ficar lá ficar vendo televisão com ela. E os familiares queriam exigir isso, uma companhia para ela além de fazer as coisas isso eu não gostava muito não (Anexo 2).

Eu falei: “ah gente, no dia que eu tiver disponibilidade na hora que eu quiser e se eu quiser eu faço companhia, no dia que eu não quiser eu não faço”. E eu sempre fazia outras coisas acabava que não dava tempo né (Anexo 2).

A posição de Jéssica incomodou o sindicato dos empregadores domésticos de São Paulo, cuja presidente afirma:

Está faltando no ser humano cada um saber o seu lugar (Margareth Carbinato – Anexo 7).

A [Regina] Casé estava maravilhosa, fez o papel de uma empregada consciente. Se sentiu oprimida pelas atitudes da filha. Houve um "abuso" da menina. Gostei do papel da patroa porque ela foi até onde suportou e não ofendeu (Margareth Carbinato – Anexo 7).

Margareth pode ser uma nova Hilly, ex-patroa de Mimmy que controlava a associação de moradores de Jackson e impunha padrões de comportamento às empregadas, como a utilização de banheiros exclusivos exteriores à casa.

Por fim, não há negros em *Que Horas Ela Volta?*. Um filme que trata de subalternidade, de trabalhos servis e de domésticas, que expõe a luta de classes e os *privilégios injustos*¹⁵ não questiona o racismo, apesar de enfatizar a origem nordestina das domésticas paulistas. Faltou nele interseccionar as características das pobres e domésticas brasileiras, faltou discutir as desigualdades raciais e a falsa democracia racial brasileira.

O trabalho doméstico foi o destino quase *natural* para as três personagens reais de nossa Dissertação. Para Dona Maria de Lourdes, era uma tradição familiar:

É... Porque minha mãe trabalhava (Anexo 1).

As histórias de vida colhidas mostram que o gênero, ou seja, o fato de ser mulher, é fator crucial na vida dessas mulheres e no trabalho doméstico. Claudineia sabia que era comum para as mulheres pobres de sua cidade migrarem e ocuparem o trabalho doméstico como forma de melhorar de vida. Todas as relações relatadas, seja nas artes visuais seja nas histórias de vida contadas, expõem relações entre mulheres, patroas e empregadas. Nenhuma delas fala de relações com patrões, empregadores homens, apenas com da relação com as patroas, que exerciam controle sobre as domésticas. O extenso relato de Cláudia é alinhavado por mulheres, as que a contratavam, as colegas de profissão. Além das relações profissionais, os relatos também apresentam as relações dessas mulheres com familiares, com as mães, as avós, as tias. O trabalho doméstico cria uma rede de mulheres em torno das posições que ocupam na relação de trabalho, como empregadas e patroas (KOFES, 2001), quase como uma

¹⁵ Jessé Souza faz referência aos privilégios injustos travestidos de mérito nas sociedades modernas no livro *A Tolice da Inteligência Brasileira – ou como o país de deixa manipular pela elite*. Reflete como a máscara do mérito, os privilégios seriam aceitos e até justificáveis.

oposição, como mostra o filme *Histórias Cruzadas*, em que as mulheres se unem para lutar por direitos e contra preconceitos e também para manter seus privilégios.

Gênero é questão central nos dois lados do trabalho doméstico. E, ao mesmo tempo em que une as mulheres, que ocupam o serviço doméstico, também as diferencia, em razão da raça/cor, da classe social, da origem étnica e geográfica. Audre Lorde ressalta que o lugar de encontro das mulheres é a própria diferença, que as coloca em posições diferentes na sociedade.

Marcado pelo gênero, o trabalho doméstico brasileiro é destinado para as mulheres, sendo como trabalho remunerado ou como imposição da dupla jornada de trabalho¹⁶. Esta é a marca que se destaca no trabalho doméstico, para além de outras, como raça e trabalho.

O conceito de gênero está em constante debate e segue um processo de construção e reconstrução permanente. Essa seria a única certeza sobre ele, apesar das tentativas de fixá-lo. O dicionário apresenta uma gama de significados para o termo:

*Substantivo masculino. 1 Conceito geral que engloba todas as propriedades comuns que caracterizam um dado grupo ou classe de seres ou de objetos. 2 Derivação: por extensão de sentido: conjunto de seres ou objetos que possuem a mesma origem ou que se acham ligados pela similitude de uma ou mais particularidades. [...] 9 Rubrica: gramática, linguística: **categoria das línguas que distingue classes de palavras a partir de contrastes como masculino/feminino/ neutro, animado/ inanimado, contável/ não contável etc.; nas línguas, a distribuição das palavras nessas classes pode coincidir em parte com uma distinção semântica, como, p.ex., a distinção de sexos, pela qual a classe de palavras designando machos é gramaticalmente masculina, e a classe de palavras designando fêmeas é gramaticalmente feminina (p.ex.: cavalo e égua)** (HOUAISS, 2016, grifo nosso).*

Gênero, como define o dicionário, é uma categoria linguística e gramatical “que distingue as palavras a partir de contrastes” e as distingue semanticamente entre masculino e feminino. Assim, gênero é um espaço de divisão e separação entre dois opostos. No entanto, nos estudos feministas, principalmente no início do século passado, o termo passou a ser utilizado como o sinônimo de *mulher*, e passou a ser utilizado como ferramenta da luta contra

¹⁶ Na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios em 2012 o IBGE concluiu que no Brasil, além das horas trabalhadas no trabalho principal, as mulheres se ocupam dos afazeres domésticos em mais de 20 horas/semanais, o dobro dos homens (2013). Sobre isso, Bruschini e Ricoldi (2012) alertam, que nas PNADs, os homens utilizam com frequência o termo *ajuda* quando se referem ao trabalho doméstico, o que indica que o trabalho doméstico é atribuição feminina e que as atividades domésticas que realizam são as que sobram quando as mulheres não conseguem fazer.

a opressão¹⁷ das mulheres no sentido de que tenta desnaturalizar concepções essencializantes e estáticas sobre o que é ser mulher e qual o seu papel na sociedade. “...não se falava de ‘gênero’, mas de mulheres e sua invisibilização pela sociedade e por uma ciência androcêntrica, de sua opressão/exploração pelos homens e das condições de sua libertação” (HIRATA, 2009, p. 225).

Nesse sentido, o gênero se tornou uma categoria de análise histórica e social, pois aponta como o sistema social entre homens e mulheres se organiza e define os papéis sociais a serem cumpridos por ambos (SCOTT, 1989). Para além da raça e da classe social, o gênero é o fator central do trabalho doméstico, seja remunerado ou não.

O vocábulo gênero, como instrumento de compreensão da sociedade, sofreu mudanças de significado e significantes durante todo o século XX para se adequar às demandas das mulheres e situar-se no tempo e espaço das lutas feministas. A evolução histórica do termo aqui é contada com a ajuda de pesquisadoras feministas: Donna Haraway (2004), Alba Coura e Claudia Mayorga (COURA, 2013), Joan Scott (1989), Verena Stolcke (2004), Adriana Piscitelli (2009) e por Nicole-Claude Mathieu (HIRATA, 2009).

O ponto de partida para os estudos de gênero foram as lutas dos movimentos feministas do final do século XIX e início do XX nos países do Atlântico norte. Com a expansão industrial e das comunicações, as mulheres passaram a ter presença constante nos círculos públicos, antes destinados aos homens, as mulheres começaram a integrar a mão de obra das fábricas e frequentar espaços políticos. Com o encontro das mulheres nesses lugares, questionamentos e críticas sobre papéis sociais e as diferenças entre homens e mulheres se tornaram instrumento na luta por direitos trabalhistas, como redução da jornada de trabalho e segurança no ambiente de trabalho, e por direito ao voto. Esta é a história oficial do movimento de mulheres, é uma história datada e situada, feita por um único segmento de mulheres, com reivindicações específicas, ocidentais e liberais. Essa seria a Primeira Onda do Feminismo. Não se incluíam nesses movimentos as mulheres negras, que estavam incorporadas ao mercado de trabalho há séculos, como escravas ou domésticas, e as mulheres nativas das Américas, as *mulheres de cor*¹⁸, expressão usada por bell hooks¹⁹ (1995), Karina Bidaseca (2011), María Lugones (2008) e Chandra Mohanty (2003), como forma de

¹⁷ O sentido de opressão neste texto é o mesmo adotado por Fraser (1997, p. 256-258), com um duplo caráter, cultural e político-econômico. Assim, opressão são processos institucionais que impedem que os sujeitos aprendam e se expressem em lugares socialmente reconhecidos ou que dificultem que as pessoas se comuniquem e expressem sentimentos e perspectivas em contextos da vida social.

¹⁸ Lilly Caldwell (2002) prefere a utilização do termo *mulheres não brancas*, pois *mulheres de cor* remete a sua origem norte-americana e, especificamente, às mulheres negras e mulatas apenas.

¹⁹ bell hooks prefere identificar seu nome apenas com letras minúsculas, pois quando escreve, acredita que as ideias são mais importantes que o nome.

identificar mulheres marcadas pela raça, pelo local de nascimento – as periferias do mundo, e pela subalternidade. Como veremos, essas diferenças entre mulheres refletiram no movimento feminista depois da década de 1970 e o transformaram em movimentos feministas, devido à pluralidade e heterogeneidade de mulheres e demandas.

A estrutura social que divide homens e mulheres e os hierarquiza, restando às mulheres o espaço mais abaixo da hierarquia social, é fundada em binarismos biológicos, ou sexuais, em que homens e mulheres são diferentes por possuírem características sexuais distintas. Nesse sentido, mulheres, com capacidade para a maternidade, foram sujeitadas aos papéis sociais que envolviam reprodução e cuidado, papéis que seriam “naturais”, o trabalho doméstico e de *care*. A antropóloga Margaret Mead declarou que as mulheres têm suas trajetórias definidas pela natureza, com a menstruação, a reprodução e a menopausa (STOLCKE, 2004). Assim, às mulheres o lugar mais íntimo, privado, da vida social, aos homens a produção, o espaço público, a política. Portanto, por diferenciar homens e mulheres por meio de suas qualidades biológicas, a estrutura social hierarquizada se fez extremamente forte e perversa. Ao associar essa distinção à natureza, e não à cultura, restringiu-se a sua capacidade de mudança, pois as estruturas biológicas são dadas e não transformadas.

Mathieu explica a fundamentação para a hierarquia social:

As sociedades humanas, com uma notável monotonia, sobrevalorizam a diferenciação biológica, atribuindo aos dois sexos funções diferentes (dividas, separadas e geralmente hierarquizadas) no corpo social como um todo. Elas lhe aplicam uma “gramática”: um gênero (um tipo) “feminino” é culturalmente imposto à fêmea para que se torne uma mulher social, e um gênero “masculino” ao macho, para que se torne um homem social (HIRATA, 2009, p. 223).

Para Simone de Beauvoir (1967), a hierarquização assimétrica dos papéis sociais colocou a mulher em posição de *outro*, o *segundo sexo*. Logo, este *outro* está submetido à dominação masculina. Segundo a filósofa, para além de uma relação dual e binária entre homens e mulheres, a relação que propõe é recíproca, pois a constituição do *eu* ou *nós* (ou o *mesmo*, de acordo com a francesa) só se dá com a existência absoluta do *outro*. Nesse sentido, afirma:

Para os habitantes de uma aldeia, todas as pessoas que não pertencem ao mesmo lugarejo são "outros" e suspeitos; para os habitantes de um país, os habitantes de outro país são considerados "estrangeiros". Os judeus são "outros" para o antissemita, os negros para os racistas norte-americanos, os indígenas para os colonos, os proletários para as classes dos proprietários. Ao fim de um estudo aprofundado das diversas figuras das sociedades primitivas, Lévi- -Strauss pôde concluir: "A passagem do estado natural ao estado

*cultural define-se pela aptidão por parte do homem em pensar as relações biológicas sob a forma de sistemas de oposições: a dualidade, a alternância, a oposição e a simetria, que se apresentam sob formas definidas ou formas vagas, constituem menos fenômenos que cumpre explicar que os dados fundamentais e imediatos da realidade social. Tais fenômenos não se compreenderiam se a realidade humana fosse exclusivamente um *mitsein* baseado na solidariedade e na amizade. Esclarece-se, ao contrário, se, segundo Hegel, descobre-se na própria consciência uma hostilidade fundamental em relação a qualquer outra consciência; o sujeito só se põe em se opondo: ele pretende afirmar-se como essencial e fazer do outro o inessencial, o objeto (BEAUVOIR, 1967, Tomo I, pp. 11-12).*

Durante a primeira metade do século passado o estruturalismo de Lévi-Strauss apontava para uma essência humana fundada em binarismos naturais. Para ele, esse seria o marco divisório entre natureza e cultura. Ele propôs:

Uma teoria sobre a passagem da natureza à cultura - ou seja, tentava entender o que diferencia os homens dos animais. Ele notou que na natureza o comportamento dos animais é universal, ou seja, todos os animais de uma determinada espécie, por exemplo, um tipo de macaco, têm os mesmos comportamentos. Na humanidade, os comportamentos variam muito de um grupo para outro, há formas de organização social variadas, línguas diversas, regras específicas. Mas há uma regra universal, presente em todas as sociedades humanas: o chamado tabu do incesto, ou seja, a proibição de se manter relações sexuais com parentes muito próximos (PISCITELLI, 2009, p. 137).

Para algumas feministas o sistema proposto por Lévi-Strauss explica a opressão das mulheres na sociedade.

Como forma de transpor essa naturalização das posições sociais de homens e mulheres buscou-se compreender como esses papéis sociais são constituídos. Para isso, firmar uma oposição entre sexo biológico e gênero social foi essencial entre as feministas. Essa oposição, também traduzida em *natureza x cultura*, traz a possibilidade de transformação da hierarquia social, pois a cultura, a qual o gênero se filia, é flexível, dinâmica, está em constante mutação. Deste modo, o sexo é biológico e o gênero um constructo social. Para Mead, “os papéis e as condutas sexuais variam segundo os contextos socioculturais”²⁰ (STOLCKE, 2004, p. 82, tradução nossa). Neste sentido, Stolcke (2004) afirma que a identidade sócio simbólica dos sujeitos, essa que é apresentada ao mundo, é cultural e, portanto, variável e transformável. Assim, a concepção da pessoa é devida a uma história social diferente, moldada não por fatores biológicos, mas por fatores sociais, culturais, econômicos. Stolcke afirma que a

²⁰ No original em espanhol: “los papeles y las conductas sexuales varían según los contextos socio-culturales”.

opressão contra as mulheres se deve a uma ordem hierárquica inventada pelo patriarcalismo para assegurar a autoridade masculina sobre as mulheres.

Com a Segunda Onda do Feminismo, entre as décadas de 1960 e 1970, a teoria marxista foi elemento basilar nos estudos de gênero. As feministas marxistas da metade do século acreditavam que a opressão das mulheres era universal e que dependia das relações históricas de produção. Assim, uma ordem supostamente igualitária se rompeu com a aparição da propriedade privada e da sociedade de classes, em que há uma separação entre produção social e vida doméstica. Foi nessa época que as expressões como *subordinação* e *condição feminina*, utilizadas por Beauvoir e Virginia Woolf foram substituídas por *opressão das mulheres* e *dominação masculina*, com a ressignificação do termo *patriarcado* pelas feministas de Segunda Onda. Antes, a palavra se referia aos chefes de família ligados à religião. Para Christine Delphy, “Nessa nova acepção feminista, o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de ‘opressão das mulheres’” (HIRATA, 2009, p. 173). A origem grega da palavra é *pater* (pai) e *arkhe* (origem e comando), dando sentido de autoridade do pai para patriarcado. A etimologia do vocábulo oferece um tom familiar e privado à expressão.

No entanto, no sentido contemporâneo da palavra, a autoridade – ou a dominação, não é realizado apenas pelo pai, em ambiente privado, mas por homens, sejam ele pais ou não. De acordo com Delphy (HIRATA, 2009), as feministas marxistas que reinventaram o termo *patriarcado* alegaram que a relação patriarcal é anterior ao capitalismo, o que indica que a *dominação masculina* não é fruto do sistema capitalista, mas sim da própria construção dos papéis sociais apontados por Lévi-Strauss. Algumas feministas entenderam que o controle da reprodução era a chave de libertação do sistema patriarcal, visto que era a capacidade de reprodução que diferenciava homens e mulheres e que estas se encarregariam de atividades domésticas, reprodutivas e aqueles seriam responsáveis pela produção da sociedade (SCOTT, 1989). Um outro problema para as teóricas do patriarcado apontado por Scott é que

...as teorias do patriarcado não explicam o que é que a desigualdade de gênero tem a ver com as outras desigualdades. Segundo, que a dominação venha na forma da apropriação masculina do labor reprodutivo da mulher, ou que ela venha pela reificação sexual das mulheres pelos homens, a análise baseia-se na diferença física (1989, 10).

Para a historiadora, “uma teoria que se baseia na variável única da diferença física é problemática para os(as) historiadores(as): ela pressupõe um sentido coerente ou inerente ao

corpo humano – fora qualquer construção sociocultural – e portanto, a não historicidade do gênero em si” (SCOTT, 2009, p. 10).

Até a década de 1970 o conceito de gênero esteve atrelado ao de sexo biológico. E foi nessa época que feministas socialistas anglo-saxãs abordaram o tema da mulher na sociedade ocidental como uma crítica política à dominação masculina (STOLCKE, 2004). Foram essas feministas que introduziram o conceito atual de gênero: atributo pessoal, uma forma de organização hierárquica da sociedade, uma construção social que nos mostra uma relação primária de poder, constitui um processo de simbolização das diferenças sexuais, mas que não deve ser confundido com sexo biológico. Tal conceito de gênero tenta desmascarar o falso determinismo bio-sexual das teorias que tratam de sexo biológico e gênero como sinônimos. Homens e mulheres se produzem e se reproduzem socialmente.

Scott acredita que o conceito de gênero contém um paradoxo: ao mesmo tempo que a sua construção rejeita determinismos biológicos e procura (re)inscrever as mulheres na história, ele “inclui as mulheres sem nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica” (1989, p.6). Aí se encontra a crítica que as feministas do final do século estabeleceram com o sistema de gênero.

Foi nos anos 70 que Gayle Rubin ofereceu às feministas uma teoria que explicava as estruturas sociais: a teoria do *sistema sexo/gênero* (HARAWAY, 2004; PISCITELLI, 2009; STOLCKE, 2004). Para a antropóloga estadunidense, tal sistema consiste em um conjunto de dispositivos socioculturais que transformam machos e fêmeas em homens e mulheres respectivamente, dividindo-os em duas categorias dispostas hierarquicamente, em que a parte inferior é dedicada às mulheres. Esses são arranjos “através dos quais uma sociedade transforma sexualidade biológica em produtos da atividade humana” (PISCITELLI, 2009, p. 137), da cultura. A partir da teoria de Lévi-Strauss e do próprio *sistema sexo/gênero*, Rubin desenvolve a ideia de que as diferenças entre os sexos inaugura a divisão sexual (reprodutiva) do trabalho, em que as mulheres têm função reprodutiva na sociedade e os homens função produtiva. A divisão sexual do trabalho seria a primeira forma de divisão do trabalho ao passo que é a responsável pela criação da categoria gênero. Dessa forma, a relação entre homens e mulheres não se dá forma dicotômica ou complementar, mas sim em uma oposição assimétrica, em que os homens assumem a posição de poder e dominação sobre as mulheres. Rubin afirma que esta é a origem da opressão das mulheres.

Na relação hierárquica entre os gêneros, a dominação é masculina. Explicando como se constrói essa relação de dominação masculina e subordinação feminina, Pierre Bourdieu (2000) afirma que mesmo a diferença biológica encontrada entre os sexos é uma construção

social naturalizada. Desse modo, o sujeito de gênero feminino seria o passivo, o que é subordinado, e o masculino o ativo, aquele que domina. Para ele, dominação é a universalização (naturalização) de um modo particular de vida. Nesse caso, o modo de vida que controla e limita a construção social dos corpos e do gênero é o masculino.

Em contextos de dominação colonial essa relação hierárquica de poder entre homens e mulheres acentua as diferenças entre os gêneros e delega à mulher papéis sociais mais invisíveis e desvalorizados na sociedade, traduzidos no trabalho doméstico e de cuidado.

A divisão sexual do trabalho utiliza das diferenças entre natureza e cultura para criar um paralelo entre feminino e masculino, em que homens se relacionariam com a cultura (com a produção, com a possibilidade de criar, de filosofar, de ter domínio sobre a linguagem) e as mulheres se relacionariam com a natureza (com a reprodução, com uma realidade mais estática, essencial, muito ligada ao corpo). Nesse sentido, na construção simbólica de homens e mulheres, as suas diferenças são construídas, e os papéis sociais são atribuídos e valorados dentro dessa hierarquia social. Assim, o papel social da mulher está sempre associado ao doméstico, ao que é privado, íntimo; e o papel social do homem está mais ligado ao que é público. Contudo, o *sistema sexo/gênero* já não atende mais as demandas dos movimentos feministas das últimas décadas. Por dois motivos: é genérico, não se preocupa com a heterogeneidade das mulheres; e continua naturalizando as diferenças entre homens e mulheres.

Para as *mulheres de cor* o *sistema sexo/gênero* é universalizante e igualmente etnocêntrico e imperialista, uma vez que as *mulheres de cor* não foram constituídas como mulheres. Elas são o *outro do outro*, expressão derivada de Grada Kilomba (2010) e, de certo modo, contrária à teoria de Beauvoir, pois a francesa pensou o gênero e a mulher como o *outro* da sociedade de modo universal, desconsiderando as especificidades e heterogeneidade das mulheres. “Cada condição de opressão requer análise específica que recusa a separação, mas insiste na não identidade de raça, sexo e classe” (HARAWAY, 2004, p. 243). Sendo assim, nas hierarquias sociais a questão racial também pesa na classificação dos sujeitos e as *mulheres de cor* são o outro das mulheres brancas (e dos homens brancos, e dos homens negros). “Esta estratégia me faz lembrar de um processo de apropriação colonial. A mulher branca confirma o seu poder através da apreensão de outras negras, retratando uma dependência colonial²¹” (KILOMBA, 2010, p. 124, tradução nossa). É o caso do trabalho doméstico, não apenas na América Latina, onde o colonialismo tomou conta de todo o

²¹ No original em inglês: “This strategy reminds me of a process of colonial appropriation. The white woman confirms her power through the seizure of other Blacks, portraying a colonial dependency.”

território, mas também no sul dos Estados Unidos. Enquanto as mulheres brancas e liberais, como Beauvoir, lutavam para sair de casa e assumir postos de trabalho, às outras mulheres, as de cor, eram delegados os trabalhos menos valorizados e ocultados, como o serviço doméstico. Mimmy e Aibileen eram o *outro* (ou outra) das suas patroas e também de Skeeter, que assumiu posição privilegiada na relação com as domésticas, como intelectual que as representava. É o caso também de Dona Maria de Lourdes que, ainda criança, cuidava de outra criança. Quando as mulheres liberais lutaram para ter direito a ocuparem os espaços públicos, na política e no mercado de trabalho, ignoraram que muitas outras já lidavam com o mercado de trabalho, nas *plantations*, nas casas-grandes, na casa de família.

A outra crítica acerca do *sistema sexo/gênero* é a de que ele se apoia nas diferenças sexuais de homens e mulheres para explicar a divisão sexual do trabalho e os papéis sociais dos sujeitos. Ao tratar as diferenças entre homens e mulheres como fatores naturais, dados, reduz-se as possibilidades de identidades e restringe a categoria mulher à características sexuais/reprodutivas.

Até a década de 1980 os estudos sobre gênero, sexo e sexualidade mais aplaudidos eram os das teóricas feministas que compunham o hoje chamado feminismo hegemônico, como Beauvoir e Rubin. Esse feminismo se caracterizava por ser liberal, branco, acadêmico e proveniente dos países ocidentais, do atlântico norte, e por ignorar uma pluralidade de mulheres que não se encaixavam em suas características. Sendo assim, os outros feminismos silenciados, o negro, o sul-asiático, o latino-americanas das *mulheres de cor*, produziram uma crítica em relação ao feminismo hegemônico. Alegaram que este construiu a imagem de uma mulher de terceiro mundo e subalterna como um grupo homogêneo, sem poder, que se encontra no lugar da vítima do sistema socioeconômico (vítima da violência masculina, dependente, vítima do colonialismo, vítima do sistema familiar religioso), como aponta Mohanty (2003). Segundo a feminista indiana, a homogeneização e sistematização das experiências dos diversos grupos de mulheres apaga todas as experiências, modos de vida, resistências marginais e as pluralidades identitárias. Este seria o maior problema de se utilizar a categoria mulher como índice de análise histórico e social. Assim, *mulher* ganha *status* de objeto, uma vez que assume uma unidade histórica e universal entre as mulheres baseada em uma noção generalizada de sua composição e subordinação.

A despeito das diversas tentativas de defini-lo, o conceito de gênero ainda está em aberto, seja para conceituá-lo seja para desconstruí-lo. A certeza que se pauta neste momento do feminismo e dos estudos de gênero é a diversidade de maneiras de entender o que é gênero e as muitas formas de ser mulher. O que importa são as lutas contra a dominação, contra a

violência perpetrada contra as mulheres, contra a negação de direitos individuais e trabalhistas das mulheres.

Os relatos de classe e do sentido do trabalho

Trabalhei de criancinha (Maria de Lourdes - Anexo 1).

Nos relatos apresentados, o trabalho é elemento central na vida das mulheres. Maria de Lourdes narrou que começou a trabalhar aos sete anos de idade e não parou mais; não teve infância ou adolescência; não teve oportunidade de estudar.

Nunca brinquei. Nem lembro se eu brinquei (Anexo 1).

Nunca estudei (Anexo 1).

Perdi essa parte. Eu não sei contar o que é que é... Fala comigo, o que é que foi infância pra mim? O que é que foi adolescência? Num te falar nada não sei. Foi trabalho. Nem sabia se existia (Anexo 1).

Para Claudineia, era uma posição transitória, um caminho a percorrer para conseguir fazer um curso superior:

Porque foi o primeiro trabalho que apareceu. Eu tinha que trabalhar para estudar e aí foi a primeira coisa que apareceu (Anexo 2).

Eu trabalhava de doméstica e achava que essa era a única possibilidade de sair pra trabalhar. E como eu queria estudar, se eu tentasse outra coisa seria mais difícil assim (Anexo 2).

Acho que foi exatamente um espaço de transição mesmo. Porque eu tinha que começar de algum lugar. Foi o que apareceu então foi exatamente isso assim um espaço de transição mesmo (Anexo 2).

Claudineia entendia que sair da cidade e começar a trabalhar como doméstica era provisório em sua experiência pessoal, mas não para outras mulheres de Matias Cardoso:

Naquele tempo era definitivo, assim treze anos atrás. Não tinha essa coisa de provisório. Eu era porque queria estudar. E a maioria das pessoas não queria estudar, queria trabalhar mesmo e ganhar dinheiro, porque isso que era importante (Anexo 2).

Ela vislumbra uma importante mudança social nos últimos anos, sair para trabalhar não é mais uma realidade comum em sua cidade:

Agora os jovens já saem para estudar direto, a vida mudou, os jovens já tá saindo só pra estudar mesmo (Anexo 2).

O sonho de estudar também levou Cláudia ao trabalho doméstico. Ela saiu de casa para estudar:

É, quando eu saí da minha casa. É que na verdade quando eu saí da minha casa... Eu saí da minha casa eu tava com 15 anos. Que eu fui morar numa cidade pra poder estudar (Anexo 3).

É, na casa da minha tia. Eu tinha uma tia. Mas aí é assim, eu era empregada doméstica (Anexo 3).

Até 2013 o trabalho doméstico remunerado brasileiro carecia das mesmas garantias jurídicas que eram conferidas a outras categorias de trabalhadores. E os três relatos de vida confirmam a ausência de direitos no trabalho doméstico, como inexistência da conformação da relação de trabalho com a assinatura da CTPS e até ausência de salário.

Maria de Lourdes nunca teve sua carteira assinada e, na infância e adolescência, não recebia salário:

Não. Não recebia salário (Anexo 1).

Sim, às vezes ganhava uma fruta, ganhava alguma coisa assim ... Coisa de comida (Anexo 1).

Entendeu? Não que eu precisaria nesse tempo, realmente eu não precisava assim mas elas davam era isso. Dinheiro mesmo não. Às vezes dava uma roupa... (Anexo 1).

Subia no banquinho e tal... Mesmo assim depois que eu trabalhei aqui, eu nunca trabalhei de carteira assinada. Nenhum mês assinou minha carteira! (Anexo 1).

Para Claudineia, a formalização da relação de emprego significaria estreitamento de laços e a possibilidade de ficar mais tempo atrelada ao trabalho doméstico:

É, na época não sabia, mas hoje faz a diferença. Eu tinha na cabeça que seria muito rápido mas se assinasse carteira teria que ficar mais um pouco sabe. Acho que foi isso minha estratégia porque eu realmente não queria ficar muito tempo minha ideia era passageira por isso não fiz questão (Anexo 2).

No minidocumentário *Como se Fosse da Família*, enquanto as domésticas se posicionaram a favor da PEC das Domésticas, dizendo que a lei foi uma conquista para a classe – Áurea ainda diz que se tivesse direitos quando ainda trabalhava a vida de aposentada seria muito melhor, ouvimos da patroa que “a inexistência da lei foi positiva”. Dois lados de uma mesma moeda.

Claudia teve algumas experiências como doméstica, algumas em que a relação de trabalho foi formalizada com um contrato e ela tinha salário, direito a descanso e jornada limitada. Em outras casas o mesmo não aconteceu, ela trabalhou sem formalização e com salários baixíssimos:

É, é. Assim, eu ficava lá, eles me davam uma ajuda de 15 reais, eu lavava passava e cozinhava, entendeu? (Anexo 3).

Aí eu falei: “olha, então tá. Então, gente, eu concordo em ficar aqui, só... Era 209 [reais] na época, eu fico por 209 reais, que vai ser a conta de pagar a passagem pro cursinho e o dinheirinho pra combinar as coisas” (Anexo 3).

Não tinha folga final de semana. Às vezes eu ia pro cinema... Já aconteceu, eu ia pro cinema, ela me ligava: “minha filha, vem embora, que eu tô com medo de ficar sozinha”. Eu saí, assim, na sessão, “eu tenho que ir embora porque ela tá sozinha, ela tá desesperada, eu tenho que ir embora” (Anexo 3).

O termo *trabalho*, como prova da dinamicidade das línguas e da linguagem, assumiu um significado diverso de sua etimologia, que remetia à aflição, sofrimento. Apesar da evolução do termo, o dicionário ainda oferece a definição de “Incômodo, infortúnio, tormento ou sucesso infeliz” (HOUAISS, 2106). Aparentemente, a concepção moderna de trabalho não comporta mais tal sentido. Segundo Helena Hirata e Philippe Zarifian (HIRATA, 2009) – a partir das leituras dos economistas clássicos como Karl Marx, asseveram que trabalho possui uma dupla definição. A primeira, de sentido mais antropológico define trabalho como uma ação humana genérica sobre a natureza, logo, quando o homem age sobre a natureza, ele trabalha. A partir desta acepção, pode-se refletir sobre a segunda, a qual avalia que a ação do homem na natureza sempre se dá em condições sociais específicas. Saffioti explica: “A atividade trabalho, nas diferentes formas que assume ao longo da história, não é senão o resultado histórico da luta do ser humano (homens e mulheres) com a natureza no processo social de produção de sua vida” (2013, p. 70). A evolução do termo permitiu que se pensasse as relações sociais, para além da relação homem-natureza. “É a partir desta segunda

reinterpretação que o conceito de trabalho assalariado pode ser desenvolvido: o assalariado trabalha sob o controle do capitalista ao qual pertence o produto de seu trabalho” (HIRATA, 2009, p. 252). No entanto, os autores apontam para a sua insuficiente concepção visto que não abarca a categorização sexual dos sujeitos. Nesta definição, o sujeito do trabalho é o masculino, tratado como universal. Outrossim, tal acepção naturaliza, e portanto estabiliza e restringe, as condições sociais do trabalho, que se dão de forma dinâmica e contextualizada.

A divisão sexual do trabalho, como primeira forma de divisão do trabalho, é a força motriz da opressão contra as mulheres, foi deixada de lado na análise dos economistas clássicos, excetuando Friedrich Engels, que escreveu sobre a separação entre produção e vida doméstica na sociedade de classes em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* no século XIX. Ao utilizar as diferenças sexuais para categorizar homem e mulher, a sociedade definiu e classificou os indivíduos de acordo com suas funções biológicas/sexuais. Às mulheres, reprodutoras, o espaço privado da família, de modo que pudessem exercer seu papel de reprodução e cuidado perfeitamente. Aos homens, relacionados à cultura e à racionalidade, desvinculados de sua animalidade, o espaço público, onde podem exercer a função de produtores, de provedores.

O sentido moderno de trabalho aponta para a distinção fundamental entre o trabalho assalariado e o trabalho doméstico.

A noção moderna de trabalho surgiu então sob o impacto de um verdadeiro golpe de força política e social: a separação entre uma sequência de operações que podem ser objetificadas e a capacidade humana de realizá-las. O trabalho de um lado, a força de trabalho de outro. E, entre os dois, o tempo (HIRATA, 2009, p. 253).

Portanto, para uma análise das relações sociais, ou das condições sociais do trabalho, deve-se repensar como os papéis sociais se relacionam com o tempo, a disponibilidade para o trabalho.

A cientista social Heleieth Saffioti apresentou sua tese de livre docência no final da década de 1960 com o tema *A mulher na sociedade de classes – mito e realidade* (2013). Nela, fez uma análise histórica sobre a mulher e o trabalho, utilizada como referência nos estudos de gênero e atualizada pelas feministas contemporâneas.

No capítulo denominado “Trabalho feminino” Saffioti traça a história da mulher e o trabalho. Começa afirmando que a mulher “nunca foi alheia ao trabalho” (2013, p. 61). Nas sociedades pré-capitalistas, em que a pequena produção familiar, artesanal, era fonte de trabalho e riqueza, as mulheres participavam do comércio dessa produção. No medievo, o

comércio era a única atividade que as mulheres poderiam realizar, e apenas as mulheres casadas poderiam assumir função no comércio. Fora desta realidade, as mulheres eram consideradas civilmente incapazes e eram relegadas à casa, para o cuidado do lar e da família. Saffioti continua afirmando que no sistema capitalista, na sociedade de classes sociais, as mulheres foram posicionadas em lugares periféricos e marginalizados.

O primeiro contingente feminino que o capitalismo marginaliza do sistema produtivo é constituído pelas esposas dos prósperos membros da burguesia ascendente. A sociedade não prescinde, entretanto, do trabalho das mulheres das camadas inferiores. Muito ao contrário, a inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai favorecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que, para o processo de acumulação rápida de capital, era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então (SAFFIOTI, 2013, p. 67).

Adentrando a sociedade capitalista, a socióloga analisa uma grande proporção de dados estatísticos sobre a mulher no mercado de trabalho e a sua sindicalização. Entretanto, Saffioti não analisa, ou até mesmo colhe, dados sobre a mulher e o trabalho nas periferias do mundo, interpretando apenas informações dos países centrais europeus, Estados Unidos e Japão. Uma análise mais horizontal sobre o tema permitiria uma conclusão mais complexa, e talvez até mudaria os resultados obtidos. Conclui que no início do século XX as condições e possibilidades de trabalho para as mulheres progrediram, porém ainda são reféns de uma suposta *condição feminina*, relacionada a uma *mística feminina*, que referem-se aos comportamentos “naturais” das mulheres.

Quando trata da questão feminina no Brasil desde os primórdios da colonização até o pós-guerra, Saffioti separa as mulheres em dois grupos: mulheres negras escravas e negras marginalizadas em razão do período escravista; e as mulheres brancas, senhoras da casa-grande. As primeiras foram reduzidas a sua sexualidade e ao trabalho braçal, na lavoura ou no serviço doméstico. A mulher negra, durante o período escravista, foi traduzida em corpo, seja para alimentar o prazer do homem branco e produzir mão de obra, seja para assumir a função de cuidado nas famílias. A negra nesse período foi matriz de novos escravos, ama de leite, escrava sexual, funções inerentes ao corpo biológico. Por sua vez, as mulheres brancas eram as senhoras do lar, encarregadas de produzir herdeiros varões para seus senhores e comandar

os escravos domésticos. Essas mulheres, não participavam do sistema de produção e comercialização de bens e não ocupavam cargos políticos ou espaços públicos, a não ser nas festas e bailes a partir do dezenove. Se ocupasse posição social de estima, a mulher teria direito à educação. O destino das mulheres brancas no Brasil, pelo menos até o início do século XX, é de se casar jovem e reproduzir a família tradicional brasileira. Saffioti argumenta que as condições das mulheres não mudaram mesmo depois da abolição, pois as mulheres negras continuaram a ocupar posições invisibilizadas no mercado de trabalho, no serviço doméstico por exemplo.

Como as obras de referência dos setenta, o texto de Saffioti também carrega os problemas dos feminismos fundados nas diferenças sexuais entre os sujeitos. A socióloga, de fato, não utiliza o termo gênero, apenas sexo feminino, e crava como fonte de hierarquias sociais e dominação masculina as diferenças biológicas entre homens e mulheres. Ao longo do texto Saffioti transparece que as mulheres aceitavam a sua condição de subordinação aos homens. Além disso, filia-se ao feminismo hegemônico, estabelecendo uma única maneira de ser mulher e universaliza suas experiências de todas. Nesse sentido, faltou à Saffioti entender que as relações sociais de trabalho nunca acontecem de forma idêntica, mas sim situadas no tempo e espaço histórico.

Nos últimos cem anos o tema mulher e trabalho sofreu diversas mudanças. Permanece a divisão sexual do trabalho, mas as mulheres ocupam todo o tipo de cargos e funções, conquistaram direitos trabalhistas como jornada de trabalho equivalente a dos homens e licença e salário maternidade. Contudo, algumas realidades ainda não foram mudadas: as mulheres recebem 38% a menos de salário que os homens²² (OCDE, 2015) ocupando a mesma função e possuindo a mesma formação e têm dupla, ou tripla, jornada de trabalho (IBGE, 2013), pois têm que cuidar da casa e dos filhos.

Para atender as demandas das mulheres do século XX, feministas como Danièle Kergoat se dedicaram a reinventar o conceito de trabalho,

...para incluir o sexo social e o trabalho doméstico no conceito de trabalho. Essa reconceituação abrangeu também o trabalho não assalariado, não remunerado, não mercantil e informal. Trabalho profissional e trabalho doméstico, produção e reprodução, assalariamento e família, classe social e sexo social são considerados categorias indissociáveis (HIRATA, 2009, p. 254).

²² O Brasil, de acordo com a Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico, possui uma diferença salarial entre homens e mulheres preocupante. Elas recebem o equivalente a 62% do salário dos homens, informação que coloca o Brasil em primeiro lugar no ranking de desigualdade salarial entre os 46 países onde foi realizada a pesquisa.

Há que se compreender que o trabalho da mulher tem suas especificidades históricas e sociais, pode acontecer de muitas formas e ocupar espaços públicos e privados. O trabalho, como prática social, possui diferentes sentidos no contexto das relações sociais entre homens e mulheres. Socialmente, conforma uma disposição de competências e atribuições que pertencem ao gênero feminino, como o trabalho doméstico, e outro que pertence ao masculino.

Não tem direitos de nada, nenhum! Direito só de trabalhar e receber aquilo ali e pronto. Entendeu? Não tem direito de nada! (Maria de Lourdes - Anexo 1).

Feministas como Hirata e Kergoat (2007), Hirata (2009), Saffioti (2013) e Lourdes Benería (1981) tratam da divisão sexual do trabalho como discussão central para a reflexão sobre os papéis de gênero no processo histórico de construção social das identidades. A divisão sexual do trabalho expressa as relações de poder entre homens e mulheres, poder que se distribui de forma desigual, conformando historicamente a suposta subordinação feminina e sua invisibilização (HIRATA; KERGOAT, 2007). Sendo assim, as práticas domésticas (íntimas, maternais, de âmbito privado) assumem status inferiorizado na ordem patriarcal e são invisíveis enquanto atividade de relevância econômica.

Saffioti, dizendo sobre a sociedade capitalista, afirma:

Embora muitos países subdesenvolvidos apresentem elevada taxa de utilização de mão de obra feminina, grande parte dessa força de trabalho efetiva localiza-se em função não produtivas (por exemplo, os serviços domésticos remunerados), permanecendo, portanto, à margem do sistema produtivo de bens e serviços da sociedade de classes (2013, p. 83).

Nesse sentido, Dominique Fougereoullas-Schwebel define “trabalho doméstico como um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família – domicílio conjugal e parentela – trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres” (HIRATA, 2009, p. 257). O trabalho doméstico é central na vida das mulheres, e determina a condição de todas, independente de classe, raça, nacionalidade, mesmo que seus efeitos sejam distintos em cada uma individualmente. Ainda que em maiores ou menores doses, o trabalho doméstico exige dedicação de todas, o que o configura em lócus de exploração das mulheres.

As teorias do *care*, ou do *cuidado*, que abarcam as questões sobre produção e criação de crianças e de manutenção de casa e do ambiente familiar, tentam explicar que o trabalho assalariado, produtivo, ocorre simultaneamente e em dependência do trabalho realizado em esfera privada, reprodutivo. Fougeyroullas-Schwebel (HIRATA, 2009) alega que o fortalecimento dos dois tipos de trabalho colabora para o desenvolvimento de autonomia dos indivíduos. Brites (2013) aponta para a existência de “cadeias globais de cuidados”, que envolvem *mulheres de cor* migrando para países centrais para compor a força de trabalho reprodutivo, como acontece com as mulheres romenas na França (HIRATA, 2007) e com as indianas no Golfo Pérsico (ILO, 2013)

A função de reprodução social está ligada ao trabalho de mulheres, um trabalho afetivo e material, quase realizado sem pagamento, e indispensável à continuação da sociedade. Sendo assim, o trabalho de *cuidado*, por se dar em ambiente doméstico, no âmbito da família e não possuir função econômica, assume *status* inferiorizado na ordem social. Essa inferioridade atribuída é a justificativa para economistas e juristas para a negação de direitos relacionados ao trabalho doméstico, que por sua vez reforça a naturalização dos estereótipos de diferenças e papéis, colocando as mulheres sempre na posição inferiorizada.

A filósofa Nancy Fraser (2015)²³ se debruçou sobre o tema sob uma perspectiva marxista e feminista para afirmar que o *care*, ou *cuidado*²⁴, está em crise. Para Fraser, ao contrário do que diziam os economistas clássicos, a reprodução social, ou o *cuidado*, é condição *sine qua non* da acumulação capitalista. Ela revisita e analisa as mudanças no sistema capitalista e revela algumas contradições.

A primeira delas é contradição social da economia capitalista. De acordo com Fraser, o pensamento político de esquerda preocupa-se apenas com a crise econômica e entende o capitalismo tão-só como um sistema econômico, o que exclui o *cuidado*. Contudo, o sistema econômico capitalista depende das condições externas de reprodução social, do *cuidado*, das subjetivações, do sujeito social, do *habitus* dos seres sociais capitalistas. Certo que as atividades de *cuidado* acontecem fora do mercado do capital e não tomam a forma de trabalho remunerado. Porém, o trabalho doméstico é necessário à acumulação capitalista no sentido de que é responsável por cuidar e criar novas gerações de trabalhadores. Neste ínterim, dentro do sistema, o *cuidado* é delegado às mulheres, e a produção, o trabalho remunerado, aos homens. Essas são novas e modernas formas de dominação das mulheres para além do patriarcalismo,

²³ Em conferência realizada na Universidade Federal de Minas Gerais no dia 10 de novembro de 2015 com o título *Crisis of care*.

²⁴ Este trabalho usa *care*, *cuidado* e trabalho doméstico como sinônimos, pois tratam das relações sociais que se travam em âmbito privado, geralmente realizado por mulheres e para a manutenção da casa e da família.

que continuam reproduzindo o ocultamento do trabalho da mulher. Deste modo, o binômio produção econômica-reprodução social, ao mesmo tempo em que são oposição e se distanciam, relacionam-se em dependência, o que significa fonte de estabilidade do sistema capitalista e a própria contradição inerente à sociedade. Tal contradição se encontra às margens do sistema, no entrelaçamento entre reprodução e produção.

A segunda contradição explanada por Fraser acontece no seio do capitalismo liberal e do capitalismo monopolista, liderado pelos Estados. A separação entre reprodução e produção nem sempre foi um dado, tomou diferentes formas na história, e revelou-se por meio de lutas sociais, especialmente em tempos de crises. Nesse sentido, as disputas de fronteiras são tão importantes quanto as lutas de classe. A escravidão e o colonialismo aumentaram e aprofundaram as diferenças e a dominação de homens sobre mulheres. Esse período promoveu uma oposição entre as donas de casa e as mulheres colonizadas, racializadas, que continuavam trabalhando fora de casa, cuidando da reprodução de outras famílias. Tal contradição foi reforçada pelo feminismo hegemônico no início do século XX, uma vez que liberal individualista, valorizava a produção sobre reprodução (direito ao voto, personalidade jurídica independente, etc., contra direitos trabalhistas para as trabalhadoras domésticas). No capitalismo competitivo liberal do século XIX reprodução e produção estavam em oposição. Segundo a filósofa, a teoria de Marx, como antes pensada, acreditava que o capitalismo iria destruir a família e acabar com as diferenças entre homens e mulheres. No entanto, não foi o que aconteceu. As famílias, nucleares, com o homem provedor e a mulher reprodutora, são instrumentos de manutenção do próprio sistema. Para Maria Bruschini e Arlena Ricoldi,

...embora as mulheres estejam ingressando em massa no mercado de trabalho, as relações de gênero não estariam sofrendo nenhuma alteração no interior das famílias, razão pela qual as trabalhadoras estariam sendo, cada vez mais, sobrecarregadas com a chamada “dupla jornada” (2012, p. 260).

Reformas legislativas protetivas e políticas públicas, principalmente no último século, como a proibição do trabalho infantil e a redução da jornada de trabalho, favoreceram a aspectos da reprodução contra a produção. Quando do capitalismo monopolizado promovido pelo Estado, este lidou com essa contradição trazendo para dentro de si a reprodução social, por meio de políticas públicas. A defesa da reprodução social foi associada a uma hierarquia de gênero e ao modelo de família fundado em diferenças sexuais, homem provedor e mulher como dona de casa, o que garantiu a separação entre esfera privada e pública. Tal

configuração social acabou por naturalizar a hierarquia de gênero e, assim, a exclusão das mulheres na política.

Por último, atualmente verifica-se um déficit do *cuidado*²⁵, revelando mais uma contradição do capitalismo. Com o capitalismo financeirizado do final do século passado e início deste, uma nova ordem de gênero, de reprodução e produção foi estabelecida. Quando os bancos e instituições financeiras substituíram os Estados na exploração pela força de trabalho e também pelo débito, pelas dívidas, o capitalismo volta-se contra a sua condição de possibilidade, a reprodução social, que está em seu plano de fundo. O capitalismo financeirizado recrutou as mulheres para a produção sem livrá-las do *cuidado*, da reprodução social. Assim, o trabalho de reprodução e *cuidado* fica por conta de mulheres racializadas, pobres, migrantes. Essas mulheres também transferem a sua responsabilidade de cuidado para outras, mais pobres e mais subalternizadas. É um longo círculo, que transfere o trabalho de *cuidado* do centro para a periferia. Novamente se impõe a contradição do movimento de mulheres, as lutas feministas do norte, ao passo que não aceitam a reprodução social nos moldes do mercado, também não são abolicionistas, pois dependem de mulheres subalternizadas que assumam o “seu papel” na reprodução da casa e da família para que tenham condições de emancipação. Fraser declara que, dessa forma, o feminismo central fornece um alibi para o neoliberalismo e para o sistema produtivo para manter as mulheres em posição de subordinação. É o caso de Bárbara, de *Que Horas Ela Volta?*, executiva que delega os afazeres domésticos, função feminina naturalizada, a Val, mulher racializada, de origem humilde. Foi o mesmo que aconteceu com as primeiras patroas de Cláudia e Claudineia, mulheres divorciadas com filhos que necessitavam que outra mulher exercesse suas funções domésticas enquanto trabalhavam fora.

A partir da análise das contradições apresentadas, Fraser afirma que uma nova forma de sociedade capitalista, acampada neste início de século, destrói o *cuidado*, pois prioriza a produção e a acumulação sem freios, o que representa a crise da reprodução social. Nesse sentido, para ela, a crise do *cuidado* é central na crise econômica contemporânea, porém é negligenciada por economistas e governos e tratada apenas nos estudos de gênero e feministas, não com políticas públicas. Para Fraser, o papel da teoria crítica é diagnosticar essa estrutura contraditória do capitalismo que reflete a crise do *cuidado*, da reprodução social, e não assumir lados.

²⁵ Para Fraser, a conquista de direitos e espaços de atuação garantiu às mulheres outros lugares e formas de atuar. Assim, o *cuidado*, o serviço doméstico, ficou em segundo plano ou se tornou incumbência de outra mulher. Contudo, os direitos trabalhistas também foram conquistados para as mulheres encarregadas do trabalho doméstico, criando um ciclo do *cuidado*, transformando-se em déficit da reprodução social.

O déficit do *cuidado* e, portanto, a crise da reprodução social, tenta ser contornada com o trabalho doméstico remunerado, o que pode fortalecer a própria crise. Mesmo assim, é uma realidade presente e atuante, no Brasil são mais de 5 milhões de trabalhadoras domésticas (IPEA, 2015). Para Fougeyroullas-Schwebel:

A contratação de trabalhadores domésticos é um fato social antigo, mas a novidade está nos desdobramentos desses empregos, implicando a emergência de relações entre empregador e empregado nas classes médias (as categorias intermediárias do INSEE) e nas classes populares, e o aumento de polarizações nos empregos femininos. Essa perspectiva demonstra a importância de análises que combinem relações de sexo, de classe de “raça” (HIRATA, 2009, p. 261).

Por fim, para uma análise completa e complexa do trabalho doméstico, há que compreender como gênero, raça e classe se configuram e criam a categoria trabalhadora doméstica.

O afeto: a categoria dos relatos que não aparece no retrato

Figura 3: Retrato de Augusto Gomes Leal e da ama de leite Mônica



Fonte: Cartão de visita de João Ferreira Villela, 1860.

A imagem anterior (Figura 3) revela o que o retrato produzidos com as estatísticas deixa escapar, as tensões, afetos e ambiguidades das relações de trabalho doméstico. A ama Mônica se apresenta tensa, com uma expressão facial austera, sem sorrir, numa pose séria, que não se comunica com o outro personagem da fotografia, mesmo que se toquem. Ao contrário, a criança Augusto se apoia em sua ama, abraçando-a. Sua expressão, a despeito da

seriedade, não é austera. As relações entre as crianças e suas amas pairava na ambiguidade construída com a escravidão: as mulheres negras escravas ocupavam espaços de criação e cuidado dos filhos de seus senhores, relação fruto do trabalho compulsório, forçado, e que, mesmo assim, produzia vínculos de afeto. A intimidade com a família no serviço doméstico complexificava as relações em torno do trabalho escravo. Para além da realização do trabalho braçal, o trabalho doméstico permitiu a edificação de relações afetuosas entre escravos e senhores livres, entre escravos e as crianças de quem cuidavam. Ainda que em outro contexto histórico e sendo enredo ficcional, essa é a realidade de Aibileen, de *Histórias Cruzadas*. Ela constituiu uma relação de amor e carinho com a criança da qual criava e cuidava. Se a relação com a criança era de afeto, o mesmo não se pode falar da relação com a sua patroa, que a acusava de desleixo, pequenos furtos e a segregava da casa, fazendo-a utilizar um banheiro com pouca estrutura do lado externo da habitação. Ao fim da relação de trabalho Aibileen e a criança sofreram com a separação. E aí se delineia novamente a ambiguidade do trabalho doméstico. Mesmo criando vínculos afetivos, que compõem a subjetividade dessas mulheres e as torna “da família”, “quase da família” ou “como se fosse da família”, a situação jurídica do trabalho doméstico na escravidão ou no trabalho livre assalariado de negação de direitos delimita as margens do afeto.

O trabalho doméstico, por ser relacionado ao trabalho da mulher e as suas características naturalizadas, como a maternidade, implica relações de afeto, não quantificadas como outras relações de trabalho, mas disponíveis. Nesse sentido, Hirata explica: “a noção de trabalho doméstico é o oposto da objetificação, ela é ligada às relações afetivas da família e baseada na ‘disponibilidade’ materna e conjugal” (2009, p. 253). Assim, não é um trabalho contado pelo tempo, ou por suas frações, é um trabalho contínuo, como o da babá ou da dona de casa (ou trabalhadora doméstica), que está 24hs por dia disponível para sanar as necessidades da casa, dos filhos ou do marido.

No caso das mulheres racializadas²⁶, hooks (1995) afirma que as mulheres negras e pobres foram socializadas para cuidar dos outros. Ao discutir a condição das intelectuais negras, hooks se depara com a realidade de as mulheres negras serem traduzidas em corpo, seja para exercício de sua sexualidade, seja para o trabalho doméstico, que para ela inclui a maternidade e a manutenção do lar.

²⁶ Raça aqui é entendida como uma ficção, podendo se referir a indígenas, negros, brancos. Ocorre que a utilização do termo *racializadas* é indicativo das mulheres de cor, negras, latinas, indígenas, como se o padrão racial fosse o branco e raça, marca hierarquizante, fosse característica apenas dos colonizados.

O sexismo e o racismo atuando juntos perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros. Desde a escravidão até hoje, o corpo da negra tem sido visto pelos ocidentais como o símbolo quintessencial de uma presença feminina, natural, orgânica, mais próxima da natureza animalística e primitiva (hooks, 1995, p.468).

No trabalho doméstico as mulheres negras representam um papel que requer afeto e carinho com seus senhores ou patrões no imaginário social. O seu trabalho, nesse sentido, deve ser sempre abnegado, sempre preocupado em cuidar dos outros. De acordo com hooks, “as suposições racistas e sexistas de que as mulheres negras são de algum modo, inatamente, mais capazes para cuidar dos outros continuam a impregnar o pensamento cultural sobre os papéis da mulher negra” (1995, p. 470). Essa imagem construída criou estereótipos e “personagens” de mulheres negras na história do trabalho doméstico brasileiro: a *mammy*, cujo instinto maternal é algo “natural”, a *mãe preta*, que é uma espécie de ligação entre os tempos da senzala e a contemporaneidade, pois é uma mulher acolhida ou criada pela família e que trabalha para sua manutenção, cuidando da casa e dos filhos, assemelha-se bastante com as *amas de leite* e *amas secas* do período colonial. Todos estes papéis sugerem relações de afeto.

Ao mesmo tempo em que alude ao afeto, a relação das trabalhadoras domésticas, escravas ou livres, com seus senhores ou empregadores também insinua uma ambiguidade. A relação é ambígua porque mistura afeto e tensão, como mostra a fotografia acima. Questiona-se a existência de amor ou afeto dentro do sistema escravocrata, que subordinava e obrigava as mulheres negras a exercerem esse papel afetivo. Cláudia se encontrou nessa ambiguidade:

É! Total! Já tá grande já, mas assim, eu tenho contato com ela, entendeu? Eu criei, eu não sei, eu criei um carinho mesmo, eu gosto e, eu gosto muito da família dela, eles me acolheram muito, sabe? Gosto muito dela também, num tenho... Não tenho raiva dela, mas... A situação eu, na posição de empregada e ela na posição de patroa, não foi, não foi uma relação boa, assim. Foi uma relação que, eu vi que tipo assim que, pra mim foi muito ruim, entendeu? Aí quando eu saí de lá ela falou assim que eu tava sendo ingrata, que eu tava saindo no tempo em que ela mais precisava de mim. E realmente, o tempo que ela mais precisava de uma pessoa pra ficar com ela foi o tempo que eu saí! E eu senti muito culpada nesse tempo, eu fiquei muito mal. Falei: “nossa, eu tô saindo daqui, tô deixando ela, deixando as crianças e eu me apego demais às pessoas, eu me apeguei demais aos meninos”. Eu falava, “nossa, mas”... Aí eu ficava pensando: “mas se eu ficar aqui eu é que tô educando esses meninos (Anexo 3).

Questiona-se a existência de afeto quando não há garantia de direitos, como narra Maria de Lourdes:

Trabalhei muito, ajudei muito. Cuidei dos três filhos (Anexo 1).

Ela tem muita coisa comigo, só nunca assinou minha carteira né? (Anexo 1).

A ambiguidade também se faz presente quando analisamos as relações entre mulheres negras. No texto *Vivendo de amor* (1993), hooks discute a dificuldade da mulher negra de ter relações afetuosas e amorosas com seus pares, seus familiares, e também como vivem em solidão. Ela atribui essas características ao passado escravocrata que atormenta os negros que conheceram a violência e brutalidade no trato com seus senhores. A construção do perfil de uma pessoa forte, que não se limitava às relações afetuosas também era estratégia de sobrevivência em meio à efemeridade das relações com seus pares, seus amantes que eram vendidos ou morriam, seus filhos que lhes foram tomados. hooks (1993) afirma que esse perfil de homens e mulheres negras ainda é uma constante na realidade social contemporânea, em que ainda imperam racismo e sexismo. Ela dá ênfase à relação entre mães e filhas negras que não constroem relações afetuosas entre si. Dona Maria de Lourdes relata a sua experiência pessoal:

Não, não... Eu nunca recebi um carinho da minha mãe. Que eu lembro não! Nunca! Nunca recebi! Agora se me perguntar se eu já apanhei muito... (Anexo 1).

Em *Como se Fosse da Família Áurea* nos diz com tristeza que deu amor para os filhos do patrão, que não pagou a sua previdência social e a deixou na pobreza quando saiu do trabalho, e que tentou dar amor para os filhos, com os quais não tem convivência:

Ah, dava amor para os filhos dos patrões. Mas do mesmo jeito que dava pra eles eu tentava dar para os meus filhos também né (Áurea).

A fotografia acima revela o que Áurea confirmou, a ausência dos filhos da ama de leite ou trabalhadora doméstica no retrato, na relação afetuosas. O amor ficava para os outros.

hooks (1993) também aborda a solidão das mulheres negras que, sem possibilidades de afeto, fecham-se em si mesmas. Essa foi a realidade vivida por Maria de Lourdes:

Eu não tinha ninguém! Ninguém... (Anexo 1).

É, pois é... E eu, eu, eu sempre falo assim: “eu é que me criei” (Anexo 1).

Não é? Porque eu não tive nunca alguém pra me apoiar, ninguém pra nada, nada! Era eu e eu! (Anexo 1).

Maria de Lourdes declara que sempre foi sozinha, que se criou sozinha e admite que teve dificuldade em aceitar ajuda dos netos, mas que hoje a família é tudo em sua vida:

Não tive nada, não tive amor de ninguém... Mas eu sei passar amor, eu criei meus netos com maior amor, criei meus bisnetos, que... Meu Deus, são tudo pra mim! (Anexo 1).

Vanderlea, com 40 anos de idade, conta que não constituiu família porque não teve oportunidade. Trabalha na mesma casa desde os 14 anos de idade. Tem um apreço muito grande pela família que lhe acolheu, mas não realizou o sonho de casar e ter filhos; é sozinha. O amor é dirigido apenas à família que a acolheu.

Em seu texto, hooks (1993) afiança que as relações afetuosas entre as mulheres negras se dá com as mais velhas, as avós, as matronas. Nesse sentido, Maria de Lourdes lembra com pesar da sua mãe, de quem não recebeu amor, mas recorda da avó com muito carinho:

Eu lembro da minha vó com muito, muito amor. Porque se for olhar foi a única família que eu tive lá no princípio da minha vida foi a minha vó. Entendeu? Porque nossa, era tão calma sabe? Nossa, tinha uma paciência e tal, né? (Anexo 1).

Portanto, a relação de afeto que implica o trabalho doméstico é ambígua, pois oculta a relação de dominação entre escravos e senhores e alimenta o vazio do amor maternal e filial entre as pessoas negras.

1.3 Interseccionalidades

Todas as mulheres são brancas, todos os negros são homens, mas algumas de nós somos corajosas (Gloria Hull).

O que nos impõe a realidade do trabalho doméstico brasileiro é a relação latente entre as categorias raça/cor, gênero e trabalho, Não é possível examinar o trabalho doméstico no Brasil sem encará-lo de forma interseccional, ou seja, analisando como essas três categorias se relacionam para conformar a divisão sexual e racial do trabalho, como bem declarou Fougeyroullas-Schwebel (HIRATA, 2009).

Em *Histórias Cruzadas* os fatores gênero e raça/cor eram determinantes para a identificação da trabalhadora doméstica, os papéis sociais impostos se mostraram claramente definidos. O mesmo acontece quando falamos das amas, de leite ou seca, durante a escravidão, e da mãe preta em períodos mais recentes. A discussão interseccional é imprescindível. Entretanto, parece ser uma discussão ocultada das esferas públicas, o que aconteceu com o filme *Que Horas Ela Volta?*, que propôs discutir o tema emprego doméstico no Brasil, mas não adentrou às discussões de raça/cor.

A análise conjunta das categorias revela diversas possibilidades e a soma e atuação das três (raça/cor, gênero e trabalho) configura o trabalho doméstico brasileiro remunerado atual. A presença de outras categorias, como origem geográfica e religiosidade, também poderiam se fazer presentes na análise. Esta pesquisa se debruçou sobre as características descritas. Todavia, a partir dos relatos colhidos e selecionados, verificou-se que a afetividade é item importante nas relações de trabalho doméstico. O afeto é decisivo na constituição dessas relações pois une o que foi construído para ser separado. As relações afetuosas entre as partes do trabalho doméstico oferece fluidez para uma relação supostamente rígida, que separa mulheres de homens, negros de brancos, trabalho braçal de trabalho intelectual. Assim, se estas categorias separam e excluem, o afeto ataca a aparente rigidez da conformação do trabalho doméstico e flexibiliza e complexifica as suas relações.

O termo *interseccionalidade* foi primeiramente utilizado pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw no final da década de 1980 em sede de discussão sobre discriminação racial e de gênero na crítica que o feminismo negro realizava a propósito do feminismo hegemônico (HIRATA, 2014). O feminismo ocidental hegemônico assumiu, durante boa parte do século XX, a posição política de representação de todas as mulheres, desconsiderando as suas diferenças culturais, sociais e identitárias e a interseccionalidade presente em qualquer análise sobre discriminação e opressão da mulher (MOHANTY, 2003).

Crenshaw define o termo:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre

dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (2002, p. 177).

Crenshaw (1989) e Lugones (2008) atentam que a palavra *interseccionalidade* revela um vazio, uma exclusão, pois as categorias *mulher* e *negro* ou *latino*, não incluem as mulheres negras ou latinas, as *mulheres de cor*. Crenshaw usa o livro “Todas as mulheres são brancas, todos os negros são homens, mas algumas de nós somos corajosas”²⁷ de Gloria Hull para inaugurar a sua crítica feminista. Ela acredita que qualquer análise que tenha foco nos membros privilegiados do grupo (grupo mulheres: brancas, grupo negros: homens), marginaliza e obscurece as demandas dos discriminados e oprimidos. Isso cria uma distorção na crítica ao racismo e ao sexismo, porquanto se baseia em apenas parte de um fenômeno complexo. As *mulheres de cor* são grupos marcados por muitos sistemas de opressão (patriarcalismo, racismo, xenofobia, sexismo) que cruzam e se sobrepõem, aprofundando a sua discriminação²⁸. Por isso, a interseccionalidade possui dois eixos: o político, que se relaciona com políticas feministas e antirracistas que não incluem as *mulheres de cor*; e o estrutural, que intersecta raça e gênero nas vivências das *mulheres de cor*.

O problema interseccional não está simplesmente no fato de não abordar um único tipo de discriminação de forma completa, mas no fato de que uma gama de violações de direitos humanos fica obscurecida quando não se consideram as vulnerabilidades interseccionais de mulheres marginalizadas e, ocasionalmente, também de homens marginalizados (CRENSHAW, 2002, p. 178).

A interseccionalidade requerida por Lugones (2008) e Hirata (2014) reconhece a multiplicidade de identidades e as suas diversas formas de integração como forma de resistência às opressões que sofrem as mulheres. As duas ensinam que as categorias gênero, raça e classe são inseparáveis na realidade das mulheres. Por não serem fixas as posições e relações sociais, Hirata (2014) propõe uma *interseccionalidade de geometria variável*, que inclui sexualidade, religião, idade, nacionalidade e outras relações sociais, para além de raça, gênero e classe.

²⁷ No original em inglês: “All the women are white, all the blacks are men, but some of us are brave”.

²⁸ Crenshaw (2002) exemplifica a subordinação interseccional decorrente do cruzamento de categorias: a violência contra as mulheres baseada na raça ou na etnia.

Lugones sugere que a própria noção de intersecção de categorias analíticas pode ser contraditória, em razão do uso do termo *categoría*. Ela afirma:

Gênero, raça e classe foram pensadas como categorías. Como tais, foram concebidas como binárias: homem/mulher, negro/branco, burguês/proletário. A análise de categorías tende a esconder a relação de intersecção entre elas y por isso tende a apagar a situação violenta da mulher de cor exceto como um complemento do que passa as mulheres (brancas: excluídas) e os negros (homens: excluídos). A separación categorial es a separación de categorías que são inseparáveis²⁹ (2008, p. 76, tradução nossa).

A feminista introduz um neologismo para substituir categoria: *categorial*. Para ela, “a denominação categorial constrói o que nomeia”³⁰ (2008, p.81, tradução nossa). Crenshaw argumenta que as categorías são os fatores relacionados às identidades sociais dos sujeitos, são “diferenças que fazem a diferença” (2002, p. 173), e que a sua teoria da interseccionalidade não pretende hierarquizar e fixar as diversas e plurais identidades dos sujeitos.

A proposta de trabalho com essas categorías é oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades. É importante destacar que já não se trata da diferença sexual, nem da relação entre gênero e raça ou gênero e sexualidade, mas da diferença, em sentido amplo para dar cabida às interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos (PISCITELLI, 2008, p. 266).

Para Kia Lilly Caldwell (2002), até o início do século XXI a pesquisa acadêmica no Brasil ainda tratava a categoria mulher em termos homogêneos, sem refletir o impacto que a raça tinha na vida das mulheres. De acordo com a pesquisadora, não tratar das questões raciais nos estudos de gênero alimenta a falácia de que o Brasil vive uma democracia racial, de que não é um país racista. Caldwell afirma que os estudos e gênero no país se voltavam à dominação de gênero e classe, tentando neutralizar a dominação racial. Nesse sentido, as questões que envolviam as mulheres passavam apenas pelo patriarcalismo e sua dominação masculina. Assim pensava Saffioti, que não problematizou o papel da raça na construção das

²⁹ No original em espanhol: “Género, raza, clase han sido pensadas como categorías. Como tales, han sido pensadas como binarias: hombre/mujer, blanco/negro, burgués/proletario. El análisis de categorías ha tendido a esconder la relación de intersección entre ellas y por lo tanto ha tendido a borrar la situación violenta de la mujer de color excepto como una adición de lo que les pasa a las mujeres (blancas: suprimido) y a los negros (hombres: suprimido). La separación categorial es la separación de categorías que son inseparables”.

³⁰ No original em espanhol: “La denominación categorial construye lo que nomina”.

hierarquias de gênero. Em apologia ao trabalho de Sueli Carneiro e Thereza Santos, Caldwell acrescenta:

As autoras defendem que a tendência à generalização sobre as experiências dos mulheres brasileiras resultou em visões essencializadas da condição feminina, que negam a diversidade dessas experiências e fabricam noções homogeneizadas de uma “identidade feminina” hipotética (2002, p. 97).

Por tudo isso, qualquer exame do trabalho doméstico remunerado brasileiro só pode expor sua verdadeira realidade se se propuser a pensar as categorias de raça, gênero e trabalho agindo de maneira conjugada. É quando o gênero, divisor sexual do trabalho, encontra com a raça/cor, divisora racial do trabalho, que se apresenta o retrato do trabalho doméstico remunerado brasileiro. Soma-se a isso a questão de classe, pois as mulheres recebem salários mais baixos que os homens e negros estão menos empregados formalmente e recebem menores salários que os brancos³¹ (IBGE, 2016). Logo, com a intersecção destas três categorias, temos a mulher negra, ou mulher de cor, de classe baixa, ou pobre no sentido econômico. E é este o perfil da doméstica brasileira (IPEA, 2015).

A divisão sexual e racial do trabalho atuando no trabalho doméstico brasileiro e conformando o perfil da trabalhadora, não é episódio incomum ou contemporâneo. A história do Brasil, entre escravidão e colonialismo, conta como se configurou o atual cenário do trabalho doméstico no país. Complexificar a análise acerca do trabalho doméstico requer uma apreciação histórica e interseccional. Nesse sentido, Crenshaw (2002, p. 183) propõe a utilização da metodologia do *fazer outras perguntas* (quais as estruturas de poder que aqui se impõem?; ondem atuam gênero e raça nesse contexto?) para visibilizar as subordinações interseccionais.

³¹ Na pesquisa realizada pelo IBGE sobre trabalho e emprego entre 2003-2015, “Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa”, concluiu-se que a população negra (e parda) do país recebe 59,2% dos rendimentos percebidos pela população branca.

CAPÍTULO 2 - A HERANÇA COLONIAL BRASILEIRA: CONTINUIDADES E RESISTÊNCIAS

Levantar-se de madrugada, deitar-se tarde, estar de pé todo o dia, salvo as duas ou três horas de repouso, viver numa eterna sordícia: a poeira, as águas de lavagem da loiça e do toilette; alimentar-se de restos, não ter em cada mez senão poucas horas de liberdade, das quaes a fadiga impede de saborear o goso, [...]

Ainda não alludi senão ás dores phisicas; e as Moraes!

Tragar durante dezoito horas os caprichos de uma família inteira, ouvir as crueldades serrazinas das crianças, as impertinencias da senhora, as grosserias do senhor, as observações azêdas e as exigências senis dos avós...

Ainda não é tudo. É preciso supportar as suspeitas injuriosas, os armarios fechados, o molho de chaves levado com ostentação, os talheres contados á noite, deante da criada, oficialmente, depois da família se ter assegurado, ás occultas, de não faltar coisa alguma; e uma interminavel serie de phrases com duplo sentido atiradas de esguelha e mais horriveis de receber no coração do que uma facada na carne. (“Os criados” – Júlia Lopes de Almeida, grafia original).

No primeiro capítulo vimos que a combinação entre retrato e relato fez emergir as categorias de raça/cor, gênero, classe/divisão do trabalho e afeto/violência que compõe uma imagem geral do emprego doméstico no Brasil. Isso nos leva à referenciar com frequência as relações que poderiam existir entre essas categorias e a história, fincada nas raízes do período colonial e escravocrata brasileiro, no qual se configuram a divisão sexual e racial do trabalho. Como construir essa relação, sendo que ela não é direta? Se é distinto falar em trabalho escravo e trabalho doméstico remunerado e regulado, pode-se falar, por outro lado, em persistências e continuidades coloniais? A interseccionalidade entre as categorias visíveis nesse diagnóstico que destina o trabalho doméstico às mulheres mais pobres e racializadas configuram a *colonialidade* atuante no trabalho doméstico? Para responder a essas questões recorreremos à história da escravidão doméstica e buscamos elementos de persistência dessa história interpretados à luz das teorias *decoloniais*, fundamento sociológico acerca da construção do pensamento que compreende as relações sociais brasileiras traduzido em *colonialidade do poder*, ou na persistência de uma lógica colonial na contemporaneidade. Para tanto, faz-se mister uma pesquisa histórica que envolva relatos e retratos sobre a condição das mulheres na construção da sociedade brasileira e sobre o trabalho doméstico. O retrato abrange a pesquisa histórica realizada por historiadoras feministas e os relatos abarcam discursos produzidos sobre as mulheres racializadas e sobre o trabalho doméstico.

2.1 Escravas, Livres e Libertas e o trabalho doméstico

Dos autores estudados durante a pesquisa da Dissertação, vários fazem a associação entre escravidão e emprego doméstico, como Joaze Bernardino-Costa (2007), Kofes (2001), Maria Betânia Ávila (2009), Hirata (2004), Graham (2005), Souza (2012) e Lorena Telles (2013). Schwarcz e Heloisa Starling (2015) declaram que a escravidão sempre foi uma forma de trabalho importante para os europeus desde a Antiguidade e que os portugueses traficavam escravos africanos para o serviço doméstico na Europa já em meados do século XV. As historiadoras Graham (2005), Souza (2012) e Telles (2013) refazem a história das mulheres trabalhadoras domésticas, escravas, libertas e livres, no período que vai do século XIX ao início do século XX, portanto, do regime escravocrata até a abolição da escravatura, nos anos iniciais da República. Essas teses apontam que a configuração atual do trabalho doméstico remunerado brasileiro é fruto de um processo histórico de hierarquização de raça/cor, gênero e divisão do trabalho iniciado com o período colonial e a escravidão que nos foram impostos.

Souza (2012) se debruça sobre o Oitocentos e o papel da mulher escrava doméstica na Corte Imperial. A historiadora afirma que possuir escravos significava assumir uma posição importante na estrutura social da época, pois marcava a diferença entre trabalho manual, ligado à exploração escravista, e as posições de comando, exercido por homens livres.

A escravidão por raça, inaugurada com a colonização das Américas, implantou um tipo de exploração que intersectava raça/cor e trabalho (QUIJANO, 2005). Assim, o trabalho compulsório, manual, precário³², foi delegado aos negros e indígenas escravizados e o trabalho intelectual, o de comando e o policial, ficaram a cargo de homens brancos. Novamente, não é possível ignorar uma certa e limitada mobilidade nas hierarquias sociais, já que existiam negros que exerciam atividades especializadas e intelectuais e brancos que se ocupavam com serviços manuais. Todavia, essa não era a regra do sistema escravocrata. No regime de escravidão o negro foi constituído como corpo, não como mente (hooks, 1995), e o trabalho manual seria uma extensão de seu próprio corpo, como uma função “natural” do sujeito negro. Aqui também se impõe a disputa natureza x cultura. Assim, o corpo negro, imutável, deveria exercer seu papel no trabalho manual, e o branco, por ter sido constituído

³² Contemporaneamente, a OIT (2012) define trabalho precário como sendo o que possui baixíssima remuneração, sem garantias legais ou benefícios sociais, sem representação coletiva, com alto índice de acidentes, responsável pelas desigualdades salariais entre homens e mulheres e sem estabilidade. Trabalho precário, dessa forma, opõe-se a trabalho decente, cujo conceito elaborado pelo OIT é o de um trabalho em condições de liberdade, segurança, equidade e dignidade. Mesmo sendo um conceito contemporâneo, é possível realizar comparações entre trabalho escravo e trabalho precário, uma vez que compartilham características.

como produtivo, criativo e racional, deveria assumir as funções intelectuais da sociedade. Sendo marco da separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, famílias pobres e ricas possuíam escravos, mesmo que um ou dois, para o serviço doméstico nas cidades ou no campo.

Durante todo o período colonial, os escravos foram peças fundamentais nos lares, tanto aqueles simples quanto os abastados, situados nos campos ou cidades. E desde esses tempos as escravas sobressaíam como segmento majoritário entre criadagem das casas coloniais (SOUZA, 2012, p. 244).

A utilização de escravos domésticos foi prática muito disseminada no período colonial e também na época do Brasil Império. Boa parte das imagens e textos produzidos por viajantes/artistas que por aqui passaram no século XIX retratavam o cotidiano das famílias brasileiras com seus criados domésticos. Jean Baptiste Debret e Johann Rugendas produziram uma série de obras marcadas pela presença de escravos nas residências brasileiras.



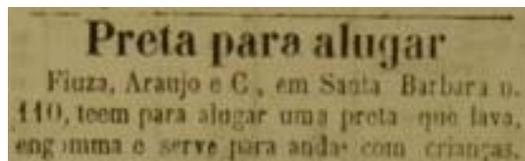
Figura 4: Jean Baptiste Debret, *Um jantar brasileiro*, 1827.

Na figura acima observa-se que a família branca de posses no período colonial era rodeada de negros escravos, que não ocupavam a mesma posição social que seus senhores. Na imagem, negros não tem acento à mesa e observam de pé o jantar da família à qual pertencem. Percebe-se também que às crianças negras é destinada a nudez e o chão, o que acaba por transformá-las em objetos ou animais de estimação.

Souza se remete ao Recenseamento do Império do Brasil realizado em 1872, realizado anos depois do fim do tráfico de africanos em 1850, para afirmar que a grande maioria de escravos na cidade do Rio de Janeiro à época ocupava o serviço doméstico. No século XIX a capital do Brasil se consolidou como a cidade mais escravagista das Américas. E desses, 62% eram mulheres (SOUZA, 2012, p. 246). Ressalta-se que nesse período as criadas domésticas realizavam serviços desde a manutenção e limpeza da casa, a amamentação e criação dos filhos e também nas atividades do “ganho”, em que vendiam e ofereciam pequenos produtos pela cidade, onde atuavam.

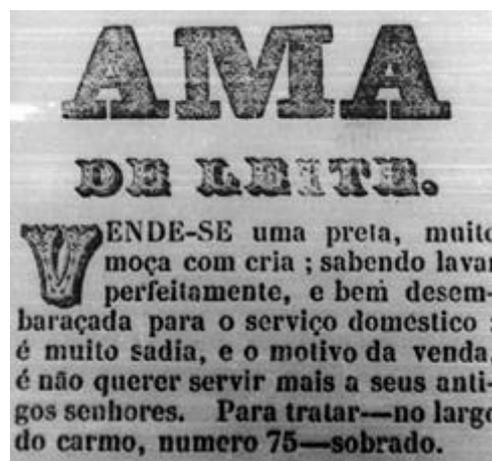
Com a diminuição do tráfico de africanos na segunda metade do século e o consequente aumento do preço dos escravos, o modo de utilização dos serviços dos cativos se diversificou e os donos de escravos criaram novas formas de gerar rendimentos com a escravidão. Uma dessas formas era o aluguel de escravos para outras famílias, para realização de pequenos trabalhos e com prazo determinado, geralmente para os serviços domésticos. Eram muitos comuns os anúncios de aluguel e venda de escravos para o serviço doméstico.

Figura 5: Anúncio



Fonte: Acervo Fundação Casa Rui Barbosa. Diário da Bahia, 1873, p. 8.

Figura 6: Anúncio



Fonte: BARRETO; LUHAR, 2011, p. 34.

Figura 7: Anúncio



Fonte: FREYRE, 2010, p. 91

Percebe-se que os anúncios das escravas, para aluguel ou venda, preocupavam-se em atestar suas qualidades para o serviço doméstico: sadia, robusta, que sabe realizar as tarefas da casa e cuidar de crianças, e não em apresentar as facetas de suas identidades. Nome ou idade não eram importantes para os anunciantes, ou seja, considerava-se apenas a sua capacidade para o trabalho doméstico, como se este fosse uma extensão do próprio corpo da mulher negra. Outra vez, a mulher negra é referenciada como corpo (hooks, 1995). Nesse período, já é possível perceber que as categorias gênero e raça/cor se configuram na divisão sexual do trabalho e na distinção entre trabalho manual e trabalho intelectual. Mas essas distinções não são apenas genéricas, elas se dão no interior da própria distinção entre o mesmo gênero, como a diferenciação de mulheres brancas e mulheres negras; entre a mesma raça/cor, com a diferenciação de mulheres negras mais claras e mais escuras; e entre formas de trabalho escravo, como o trabalho doméstico e o trabalho na lavoura e nas minas.

Assim, às *mulheres de cor* (gênero + raça/cor), duplamente em situação de dominação, destina-se o trabalho doméstico, invisibilizado na composição social brasileira. Por reunir características inferiorizadas (raça/cor, gênero e divisão sexual do trabalho), o serviço doméstico remunerado ocupa espaços de negação de direitos e informalidades. Durante o século passado, toda a legislação criada para cuidar dos assuntos relacionados ao emprego doméstico não garantia às domésticas os mesmos direitos assegurados as outras categorias de trabalhadores, inferiorizando-as ainda mais.

A interseccionalidade permite interligar essas categorias para definir papéis sociais específicos, que denotam hierarquias sociais: homem branco no trabalho intelectual, mulher branca na reprodução de herdeiros, homem negro no trabalho manual desconectado das funções de reprodução e mulher negra na reprodução de outros escravos, na manutenção da casa e no cuidado com os filhos dos senhores. As diferenças entre *mulheres de cor* e mulheres

brancas, entre escravas e mulheres livres, reforçavam esses papéis e hierarquias, pelo trabalho e pela sexualidade, conforme ressalta Caldwell.

Desde a era colonial, as mulheres foram diferenciadas por práticas patriarcais que associaram matrimônio a mulheres brancas e relações sexuais mais ilícitas a não brancas. Enquanto as brancas eram designadas para o reino de sexualidade legítima e honrada, nos papéis de esposas e mães, mulheres africanas escravizadas, e depois as mulatas, eram associadas a práticas sexuais ilegítimas e desonrosas. Em grande parte por causa de sua relação privilegiada com o patriarcado e com a hegemonia racial, mulheres brancas se tornaram o ponto de referência para construções idealizadas de mulher e de identidade feminina no Brasil (2002, p. 103).

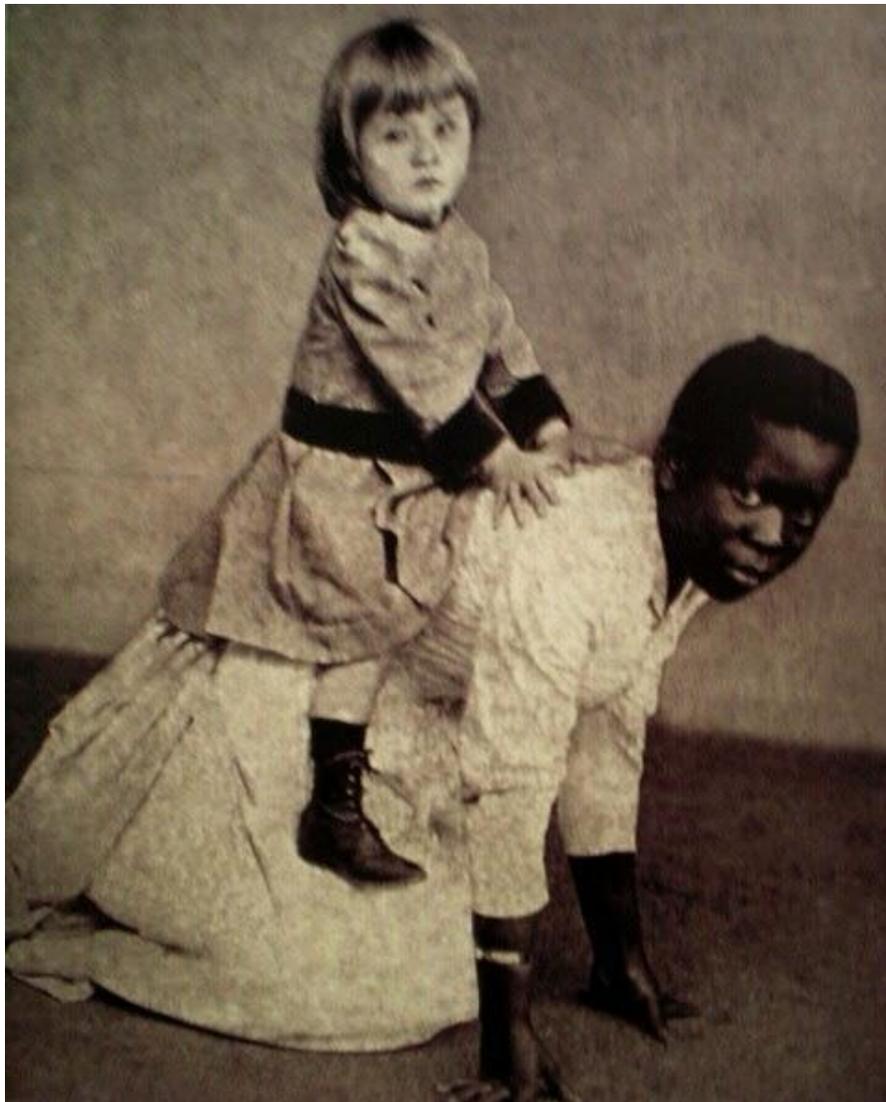
Ainda com informações do Recenseamento de 1872, Souza (2012) aponta para uma modificação na estrutura social brasileira na segunda metade do século XIX: a predominância mulheres livres e libertas no trabalho doméstico, que abrangia 70% das mulheres trabalhadoras. Mesmo com a diminuição de escravas no serviço doméstico, em 1890 “o trabalho doméstico era fundamentalmente realizado por mulheres negras e pardas” (SOUZA, 2012, p. 251).

A variável identificada no diagnóstico do capítulo 1 desta Dissertação é também ressaltada por Souza (2012), quem alega que a proximidade do trabalho doméstico com a vida íntima da família permitiu que vínculos de afeto, confiança e amizade entre escravas e senhores fossem criados. As características reprodutivas e naturalizadas das mulheres era primordial para a edificação de tais vínculos, como o das amas de leite na amamentação e o das amas secas no cuidado das crianças. Assim, havia uma hierarquia entre os próprios escravos, sendo que os de casa, os domésticos, teriam mais *privilégios* ou regalias em relação aos escravos que permaneciam na lavoura ou nas minas. Essa relação entre criados domésticos e senhores, no entanto, estava repleta de contradições e de violências embutidas Souza acrescenta:

... ainda que sob a aparência de “ganhos” gerados pela proximidade e pela familiaridade, tais relações de convívio estabelecidas entre senhores e escravos foram sempre constituídas por logicas de dominação social. Ao compreender relações de poder – de autoridade, dependência e hierarquia –, a escravidão doméstica implicava, ao mesmo tempo em que envolvia a “concessão de privilégios”, a existência de práticas de abusos e de violências físicas e morais contra os escravos (2012, p. 255).

Ela aponta para a ambiguidade das relações escravocratas representadas pelas fotografias das amas com seus senhores, como ilustrado pelo retrato de Augusto Gomes Leal e da ama de leite Mônica (Figura 3), analisado no capítulo 1 desta Dissertação, assim como na Figura 8 abaixo, que traduzem a tensão entre as relações de afeto e a dominação e violência do próprio sistema. Na fotografia que se segue é possível perceber que a cuidadora da criança não está contente com a menina em suas costas, na verdade, sua expressão facial parece questionar a situação. O que é um gesto de carinho, na imagem toma ares de tensão e obrigação.

Figura 8: *Mulher negra servindo de cavalinho para criança branca*



Fonte: fotógrafo desconhecido, 1890.

Schwarcz e Starling (2015) lembram que, apesar dos laços de afeto e civilidade criados entre senhores e os escravos domésticos, escravidão é sinônimo de violência, pois

impunha aos negros situações violentas desde o seu sequestro na África, durante a viagem para as Américas e com o trabalho pesado, os castigos, a precária assistência médica, a separação dos entes queridos, a fome e a indignidade de vestimentas e moradias oferecidas. Apesar dos esforços estatais e dos senhores para dominar os escravos, as resistências contra o sistema eram muito comuns; segundo as autoras, os quilombos existiram durante todo o período escravocrata brasileiro e se tornaram exemplo de luta contra a escravidão.

A historiadora Graham dedicou-se a pesquisar as histórias das mulheres escravizadas que resistiram à exploração e dominação do sistema patriarcal-escravagista brasileiro. Em *Caetana diz não* (2005), a pesquisadora conta a história de duas mulheres que tentam romper as amarras impostas pelo patriarcalismo e transformar a sua realidade. Inácia, de família rica e próspera, tenta deixar seus bens para uma família de escravos de sua propriedade. Tal arranjo é frustrado pelo testamenteiro e os herdeiros escravos acabam recebendo apenas dívidas. Caetana, a escrava, consegue anular um casamento indesejável com o apoio de seu dono, burlando as supostas regras patriarcais que reinavam sobre a vidas das mulheres e mostrando que o sistema não saía vencedor sempre. Assim como Caetana, outras mulheres escravizadas refutaram a história oficial de submissão e dominação e se tornaram protagonistas de suas vidas. Outro bom exemplo está no texto *Uma certa liberdade* (2012), de Graham, em que se narra a história de três mulheres ex-escravas que possuíam bens, uma rede de amizades entre as personalidades importantes da época e até seus próprios escravos. Os contornos da sociedade escravista patriarcal brasileira eram tortuosos.

Em *Proteção e Obediência* (1992), Graham descreve a relação entre criadas e patrões entre os anos de 1860-1910. Ela contou a história das mulheres, escravas, livres ou libertas, no serviço doméstico no final do Império e início da República para refletir sobre continuidades em tempos de rupturas. A historiadora escolheu pesquisar o universo de criadas do Rio de Janeiro do período, incluindo aí as mulheres escravas, livres ou libertas, apesar de o serviço doméstico ser realizado majoritariamente por mulheres escravas. Assim, revelou que as relações sociais domésticas eram dinâmicas e estavam em constante mudança. E, embora a sociedade estivesse em ebulição e transformação, a estrutura social se conservava bastante hierárquica, com o serviço doméstico sendo realizado quase exclusivamente por mulheres pobres e de cor. Dessa forma, “uma criada, fosse livre fosse escrava, não vivia como pessoa independente, mas como membro do lar, sujeita à autoridade do senhor e objeto implícito de sua proteção” (GRAHAM, 1992, p. 24). E mesmo com a chegada de imigrantes brancas, com a finalidade de “sofisticar” o trabalho doméstico e “branquear” a sociedade brasileira, muitos senhores/patrões ainda preferiam mulheres escravas ou libertas para cuidar de sua casa e dos

filhos, pois acreditavam que teriam mais poder sobre as *mulheres de cor* e as teriam mais facilmente dominadas.

Uma das estrangeiras trazidas para o Brasil a fim de cuidar da educação dos filhos de família fazendeira da Província do Rio de Janeiro foi Ina von Binzer. A alemã relatou suas experiências como professora no Brasil em cartas dirigidas a uma amiga durante os poucos anos que viveu por aqui, de 1881 a 1883. Nelas, fala da escravidão, do Brasil Império, da vida nos trópicos. Por ser trabalhadora livre assalariada convivendo com muitos escravos as comparações foram inevitáveis. Em suas cartas descrevia acontecimentos cotidianos, e em todos eles os escravos eram personagens importantíssimos para a vida econômica e familiar, mas apenas silenciosos coadjuvantes na história relatada. Assim diz:

Todo trabalho é realizado pelos pretos, toda riqueza é adquirida por mãos negras, [...] Todo serviço doméstico é feito por pretos: é um cocheiro preto quem nos conduz, uma preta quem nos serve, junto ao fogão o cozinheiro é preto e a escrava amamenta a criança branca; gostaria de saber o que fará essa gente, quando for decretada a completa emancipação dos escravos (BINZER, 1994, p. 40).

Na fotografia a seguir (Figura 9), uma família brasileira do século XIX se apresenta com seus escravos domésticos. A imagem reforça a presença marcante de escravos domésticos nas casas das famílias brasileiras do século XIX. Nela, os únicos personagens a olhar para o fotógrafo são os escravos, que se encontram de pé, aparentam não fazer gestos grandiosos, estando com os braços para trás do corpo, e expressam uma feição preocupada. A tensão que vê nos escravos, todavia, não é sentida na família de senhores, sentada à mesa e realizando tarefas criativas, intelectuais, como a leitura e o bordado.

Figura 9: Família com seus escravos domésticos



Fonte: Revert Klumb, 1860.

Binzer tinha a falsa ideia de que a abolição da escravatura libertaria os negros ex-escravos do trabalho doméstico, do trabalho com seus antigos senhores. Ao contrário, Graham (1992) e Telles (2013) mostram que muitas libertas ocuparam o serviço doméstico como assalariadas depois da abolição.

Em uma carta de 1882 Binzer relata a preferência por escravos no serviço doméstico:

Nesta plantação, os escravos são raros, porque o Sr. de Sousa e a D. Maria Luísa são contrários ao cativo. Possuem alguns pretos apenas para serviço doméstico, e o trabalho de fora é feito por homens livres (1994, p. 126).

A alemã expõe com naturalidade o pensamento contraditório dos senhores fazendeiros, que, sendo contrários à escravidão, possuíam escravos para o serviço doméstico. Logo, o trabalho doméstico estava fora do escopo de liberdade discutido nos anos anteriores à abolição. Tal discurso mostra como o trabalho doméstico era inferiorizado.

Em outra passagem a professora discorre sobre a escravidão no Brasil. Apesar de se considerar uma abolicionista, Binzer afirma que o fim da escravidão seria um grande problema para o país e que entendia a situação dos grandes donos de escravos.

Aliás, obedecendo-se a uma impressão global, verifica-se que a gente preta é um peso para o Brasil formando a escravidão uma verdadeira chaga, ainda pior para os senhores do que para os próprio escravos; e isso mais se nota atualmente, nas vésperas de ser extinta (BINZER,1994, p. 153).

No entanto, não apenas histórias de conservação de um *status quo* escravagista e hierárquico são relatadas pela educadora. Ela também conta história de sobrevivência e resistência. Em uma passagem, relata a fuga de um escravo considerado muito valioso para seus donos. Ele foi a uma sociedade abolicionista quando realizava serviços para seu dono e comprou sua alforria; como valia muito, teria consumido laxantes para parecer fraco e ser avaliado por menos (BINZER, 1994, p. 99). Esta história não é uma história de submissão, mas de resistência.

Telles (2013) refaz a história de mulheres ex-escravas e pobres da cidade de São Paulo alocadas no serviço doméstico no fim do século XIX. Ela narra as estratégias de sobrevivência e luta dessas mulheres, que eram registradas em livros de polícia (*Livro de Inscrição de Empregados* e *Livro de Certificados*), exigidos pelo Código de Postura da Província. A historiadora descreve a realidade de trabalhadores domésticos dos anos 1880 por meio do *Livro de Inscrição de Empregados* do ano de 1886. Nele constava que, dos 111 trabalhadores domésticos da cidade inscritos, provenientes de outras localidades da província, 81 eram de *cor* (preta, parda, morena, fula). Também relatava que, dos 44 trabalhadores domésticos migrantes de outras províncias, 38 eram de *cor* (TELLES, 2013, p. 234-235). O registro das “alugadas” no serviço doméstico, que se pretendiam livres, serviu para seu controle e fiscalização, mas não indicou melhores rendimentos, jornada de trabalho regulamentada ou o fim dos assédios e agressões. A realidade da escravidão permanecia. Para fugir da dominação e exploração, essas trabalhadoras utilizaram das fugas e dos atos de desobediência como estratégia de sobrevivência e luta. Muitas ficavam pouco tempo em cada casa, saíam do trabalho sem avisar e não prestavam contas. Esse comportamento enfureceu os senhores/patrões, que diziam que as escravas eram insolentes e causavam discórdia.

Tais estratégias estavam presentes na vida das domésticas mesmo em trabalho livre e assalariado, com finalidade de fugirem dos resíduos da escravidão e de conquistarem

melhores condições de vida e de trabalho. Os resquícios de escravidão eram tantos que até um abolicionista republicano se indignou com as estratégias de resistência das mulheres:

Estas pretas!

Fui um fervoroso adepto da liberdade dos pretos; folguei immensamente com a extincção dessa mancha negra que aviltava o meu amado Brasil; achei e acho ainda boa, justa, santa, a lei de 13 de Maio de 1888.

Entretanto sempre pensei que essa lei devia ter dado aos pretos uma liberdade com restricções; devia libertando-os, impor-lhes a obrigatoriedade do trabalho.

A falta dessa cláusula foi conveniente e prejudicial: trouxe, naquele tempo grandes prejuisos à lavoura e, ainda hoje occasiona inconvenientes aos trabalhos domésticos, pois é raro encontrar-se um preto, ou uma preta, que seja assíduo no serviço, ou mesmo que se queira sugeitar a elle.

As sras. Morenas (chamal-as de pretas é uma grave offensa!) então são intoleráveis!

Querem andar muito bem vestidas, melhor ainda do que as patroas, serem tratadas com muitas atenções, não gostam de serviços grosseiros...

Vou contar-lhes um factio para provar o que digo:

Uma sra. tem uma lavadeira que lhe lava a roupa em determinados dias. Num destes a preta não procurou a roupa, a sra. mandou chamal-a

- Já vou! Respondeu ella.

Não foi. No dia seguinte a sra. manda de novo chamal-a

- Ora diga a sua mãe, pequena, que não vou, porque chego lá, custam a abrir a porta e fico me queimar no sol! E demais não gosto de carregar mala de roupa pela rua! Ella que mande trazer a roupa, que eu lavo.

Ah! Se eu fosse autoridade tiraria as cócegas a essas morenas enthusiasmas...³³

Tições! (BOSI, 2004, p. 108-109, grafia original).

O texto *Estas pretas!*, publicado em 1914 no jornal republicano de Uberlândia (antes Uberabinha) *O Progresso*, poderia ser facilmente confundido com a fala de algum senhor de escravos do final do século XIX. A raça/cor, mesmo com a abolição, continuava sendo fator determinante na vida social e diretamente ligada ao trabalho manual. As condições de raça/cor e trabalho atuam como complementos uma da outra. Para o autor do texto, “essa lei [a abolição] devia ter dado aos pretos uma liberdade com restricções; devia libertando-os, impor-lhes a obrigatoriedade do trabalho”. Para ele, a abolição foi uma dádiva concedida aos escravos, que obrigava os ex-escravos à retribuição e deveria ser retribuída com gratidão. Desse modo, os negros libertos seriam obrigados a trabalhar, como se a escravidão nunca

³³ Artigo de opinião de capa publicado no *Jornal O Progresso*. Anno VIII, nº363, de 04/10/1914, p.01. A grafia original não foi alterada.

tivesse sido abolida. Para o autor, os negros deveriam se sujeitar a qualquer tipo de trabalho, sem escolhas, e às hierarquias e autoridades impostas, ocupando lugares inferiores, diferenciando-se de seus patrões. Às mulheres, dirigiu expressões como *intoleráveis*, *entusiasmadas*, *tições*, todas em seus sentidos mais ofensivos, somando-as ao rol de adjetivos depreciadores direcionados às *mulheres de cor*, trabalhadoras, que ousaram não aceitar as condições que lhes foram impostas.

A entrada de mulheres estrangeiras brancas e livres e mulheres libertas no mercado de trabalho doméstico, conferindo o caráter assalariado à categoria, possibilitou discussões sobre a regulamentação do trabalho doméstico nos últimos anos do século XIX.

Na ausência de leis que regulamentassem as relações de trabalho e em razão da própria deficiência na garantia de direitos civis – que no século XIX ainda estavam baseados nas antigas Ordenações Filipinas -, as relações de trabalho tenderam a ser orientadas por valores e práticas de cunho paternalistas e escravistas (SOUZA, 2012, p. 256).

Nos últimos anos do Oitocentos e início do século XX foram muitas as propostas de regulamentação do trabalho doméstico, geralmente com finalidade de identificar, fiscalizar e controlar os trabalhadores por meio de instituições públicas como a Polícia. A necessidade de regulamentação trabalhista fez do século XX um período de grandes transformações na vida das domésticas, que lutaram para que lhes fossem assegurados direitos. Tais transformações se deram em meio às ambiguidades e tensões em torno do trabalho doméstico.

A gratidão (ou A dádiva)

Dentre as tensões que envolviam as relações de trabalho doméstico escravo, de afeto e violência, o dever de gratidão entre ex-escravos e senhores permeava as relações de liberdade. A obrigação de gratidão que os ex-escravos deveriam ter para com seus antigos senhores revelava mais uma violência infringida contra os escravos no sistema escravocrata. Como forma de manter poder sobre os novos trabalhadores livres depois da ações de liberdade e da abolição, o sistema demandava, mesmo que não explicitamente, que os ex-escravos mantivessem uma posição de deferência em relação aos antigos donos. Tal deferência requeria que os ex-escravos fossem, ou aparentassem, gratos pela liberdade adquirida, como se esta tivesse sido uma dádiva concedida pelos proprietários de escravos, uma liberalidade

realizada por eles sem qualquer ação de resistência dos escravos. Assim, os vínculos sociais e de trabalho permaneciam (SCHWARCZ; STARLING, 2015) e os papéis sociais (o senhor de escravo benevolente e o escravo como o sujeito que necessitava de salvação, da barbárie, da sua incivilidade) se fortaleciam.

O mesmo sentimento de dever de retribuição faz parte da realidade das domésticas brasileiras. Como para muitas domésticas o trabalho é ferramenta para tirar-lhes do *fundo do buraco* (CARNEIRO; ROCHA, 2011), elas constroem uma relação de gratidão com seus empregadores. Cláudia relata que tem o sentimento de gratidão para com uma das famílias com as quais trabalhou. Ela criou laços afetivos com os empregadores e, quando saiu do trabalho para se dedicar apenas aos estudos, sentiu que devia obrigações para família, mesmo que ela não tivesse recebido salário ou formalizado o contrato de trabalho durante o tempo do trabalho. Ela narra:

E também tem aquela coisa, “nós te ajudamos muito, você entrou na faculdade. Nós te ajudamos a entrar na faculdade”. Tem aquele pensamento, sabe? E assim, eu sentia de forma que eu era ingrata. Se eu sáísse de lá eu estaria sendo muito ingrata, sabe? Deixar eles na mão... E além... tô com medo né, medo do desconhecido, o sentimento assim de “tô sendo ingrata, tô saindo daqui”. Pessoas que me ajudaram, que na minha cabeça realmente eles tinham me ajudado. Eles me ajudaram, mas eu também ajudei. Hoje eu compreendo (Anexo 3).

O mesmo se deu com Maria de Lourdes, que passou a vida tentando agradar os outros, mas hoje faria diferente:

Agradando os outros, só procurava agradar os outros. Né? Fazia tudo pra agradar... Então quem vive a minha vida conhece, viver pra agradar os outro. Eu achava que eu agradando os outros tava tudo bem, né. (Anexo 1).

O sentido de *gratidão*, quando se trata de laço social, pode ser compreendido por *dádiva*, como teoriza Marcel Mauss. Como paradigma sociológico proposto por Mauss, *dádiva* pode ser entendida como o que funda e fortalece laços sociais com a existência de obrigação entre as partes. Uma *dádiva* pode ser um presente, um serviço. JT Godbout (1998) afirma que, quando concedida a *dádiva*, a parte que a recebeu é obrigada a retribuí-la. Todavia, interessa ao doador a permanência da dívida adquirida com a *dádiva*, e não a sua retribuição. Assim, as partes conservariam seus laços sociais. É uma relação de duplo sentido, ao mesmo tempo em que espera o cumprimento da obrigação, deseja que o laço social criado

com a dádiva se fortaleça. Então, cria a relação livre (da dívida) e obrigada (a retribuir) x interessada (em manter o laço social) e desinteressada (não manter o laço social). “A dádiva é um jogo constante entre liberdade e obrigação” (GODBOUT, 1998, s d).

No período escravocrata brasileiro, a alforria era entendida como uma dádiva, uma benevolência concedida ao escravo pelo senhor do escravo. Como retribuição, o escravo alforriado deveria ser grato ao seu antigo dono, não podendo lhe ofender ou agredir. A retribuição ao bem concedido (doador) é a gratidão. Com isso, a única forma de revogação da carta de alforria concedida ao escravo era a ingratidão ou deslealdade cometida por ele contra o antigo proprietário de escravos (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Além de ter o poder de reescravizar o ex-escravo alforriado, o senhor exercia outras formas de controle sobre o sujeito liberto. Muitos escravos, ao chegarem ao Brasil, foram rebatizados e ganharam os sobrenomes de seus donos e os carregavam mesmo com a liberdade. Dessa forma, “estendiam-se os laços de dependência, que não se esgotavam no momento em que se recebia a liberdade via alforria” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 91) e os senhores de escravos continuavam a ter controle sobre os libertos. O texto *Estas pretas!* concebe a relação de diferença entre negros e brancos e entre trabalho manual e trabalho intelectual para impor papéis sociais e, assim, demandar certos comportamentos aos negros ex-escravos. Ao mesmo tempo em que o autor do texto clamava para que as negras fossem obrigadas a trabalhar, demandava que elas obedecessem e se comportassem de acordo com as vontades dos patrões brancos.

Ao mesmo tempo em que libertava e desobrigava da obrigação de servir, a alforria obrigava à retribuição, à gratidão. E o trabalho doméstico, ao mesmo tempo em que promove a saída das mulheres do *fundo do buraco*, é constituído de forma a deixá-las às margens do buraco, fortalecendo vínculos com os empregadores e criando dependência, ou a obrigação de gratidão.

2.2 Construção e desconstrução da lógica colonial

A ligação entre trabalho escravo doméstico (compulsório, sem salário) e trabalho doméstico remunerado (livre, assalariado) não é direta, as relações são complexas e se fundam em sistemas econômicos e sociais diferentes. Entretanto, os dois possuem características que indicam a atuação de uma *colonialidade*. A divisão sexual e racial do trabalho ainda é uma

constante mesmo no capitalismo, do trabalho livre e assalariado, pois gênero e raça/cor ainda são marcas para definição de papéis sociais. No sistema escravocrata, produção e reprodução impunham funções sociais, como as mulheres negras na reprodução de uma população escrava para trabalhar na produção. No sistema capitalista, as mulheres, principalmente as mais pobres, das periferias, têm função de reprodução de uma massa de operários para a produção e de manutenção desses operários (FRASER, 2015).

O pensamento dominante que traduz e interpreta as relações sociais brasileiras tem sua origem com o período colonial na América Latina. O colonialismo inaugura uma nova episteme para entender e ver o mundo, fundada em binarismos, representados em diferenças étnicas, de raça/cor, de gênero, religiosas. Esse pensamento colonial tem como matriz o pensamento moderno do colonizador, ou seja, é de matriz eurocêntrica. Com os processos de descolonização ocorridos no século XIX nas Américas e no século XX na Ásia e África, fez-se mister um movimento epistemológico crítico para a renovação das ciências sociais, cujo paradigma até então era europeu. Essa novo pensamento crítico se consolidou na segunda metade do século XX.

Como crítica ao pensamento construído com as colonizações, o movimento *pós-colonial* buscava uma releitura da história oficial dos países colonizados e sua consequente problematização, além de analisar criticamente a historiografia colonial. Dentre as suas características teóricas estão a descentralização das narrativas localizadas nos países centrais, nas metrópoles; a desconstrução de essencialismos, que consagram estereótipos, identificam as diferenças e as transformam em fonte de desigualdades; e a crítica às concepções dominantes da modernidade, de papéis e hierarquias sociais estabelecidos com as colonizações. Os *estudos pós-coloniais* conglomeraram correntes científicas críticas de mesmo período histórico, posteriores aos processos de descolonização, como o pós-modernismo, pós-estruturalismo, o desconstrutivismo (BALLESTRIN, 2013). O pressuposto do pensamento pós-colonial é o antagonismo entre colonizado e colonizador. Assim, o pós-colonialismo analisa as narrativas e conhecimentos produzidos pelo colonizador que objetivaram e subjetivaram os colonizados e, assim, reflete sobre a condição periférica dos espaços coloniais e pós-coloniais (ALMEIDA, 2012).

Walter D. Mignolo (2003) afirma que a teoria crítica posterior à descolonização, configurada nos *estudos pós-coloniais*, ignorou o lado colonial da relação colonizado x colonizador e descartou a sua origem nos Quinhentos. Alvo de críticas dos intelectuais que falavam desde as antigas colônias, como Mignolo e Gayatri Spivak, o movimento pós-colonial tem origem nas discussões acadêmicas europeias, entre intelectuais que perceberam a

lógica colonial e *intercederam* pelo colonizado. Desse modo, pendeu para o conhecimento moderno, europeizado. Dentre os intelectuais europeus pós-coloniais criticados estão os franceses Michel Foucault e Gilles Deleuze.

No entanto, esta relação científica pós-colonial foi rompida por intelectuais que, mesmo atuando na Europa, e atualmente nos Estados Unidos, eram representantes dos *colonizados* nos estudos pós-coloniais, como Frantz Fanon, Homi Bhabha, Edward Said e Spivak. Eles representam uma práxis subalterna. Fanon (2008) escreveu sobre a constituição do negro como o *outro* e sobre sua relação com a língua e linguagem colonizadora, com o branco, com sua terra natal e com o outro negro. Bhabha (1998) teceu uma crítica à modernidade em razão de seu falso universalismo, da sua tentativa de uniformização e da valorização de um único modelo de racionalização. Com uma perspectiva de desocultamento, Bhabha propôs o hibridismo como epistemologia crítica à modernidade. O palestino Said (2007) dissertou sobre a construção de um discurso de poder (político, cultural e moral) para dominar o Oriente. Para ele, tal dominação se dá por meio do *orientalismo*, que é um modo de tratar o Oriente como uma experiência ocidental europeia. O orientalismo é abalizado na identificação e afirmação das diferenças entre Ocidente e Oriente e na definição do *eu* (Ocidente) como oposto do *outro* (Oriente). Dessa forma, o Oriente se tornou, com a colonização, o *outro* distante, o alternativo, o exótico, presente no imaginário europeu.

Said (2005) também discutiu o problema da representação. Para ele, intelectual é um indivíduo com papel público na sociedade, com capacidade de representar um público, seja um movimento social, seja um estilo de vida, e de enfrentar paradigmas e dogmas. Entretanto, por ter capacidade de representação, os intelectuais também podem ser instrumentos de manutenção de *status* coloniais. Por aí passa a crítica elaborada por Spivak em *Pode o subalterno falar?* (2012). Direcionando sua crítica a Foucault e Deleuze, a indiana critica a ausência de questionamento e reflexão dos intelectuais pós-coloniais sobre a permanência dos oprimidos na condição subalterna e não como sujeitos autônomos. Spivak afirma que é difícil realizar uma produção ideológica contra-hegemônica sob esta perspectiva, o que acaba por reforçar a constituição do sujeito colonizado como o *outro*. Para ela, a experiência concreta que dá o apelo político aos estudos pós-coloniais é a do intelectual que diagnostica a episteme colonial, e não a do subalterno que a vivencia. Ela afiança que a postura do intelectual pós-colonial é uma “... contra-dição não reconhecida de uma posição que valoriza a experiência concreta do oprimido, ao mesmo tempo que se mostra acrítica quanto ao papel histórico do intelectual” (SPIVAK, 2012, p. 38). A teórica acrescenta: “Como a teoria é também apenas uma ‘ação’, o teórico não representa (falar por) o grupo oprimido. De fato, o sujeito não é

visto como uma consciência representativa (uma consciência que ‘re-presenta’ a realidade adequadamente)” (SPIVAK, 2012, p. 39). A partir disso, nenhum intelectual pode representar aqueles que agem, e, “ao representá-los os intelectuais representam a si mesmos” (2012, p. 40). Nesse mesmo sentido, Said afirma que o *orientalismo* diz mais sobre o Ocidente que do próprio Oriente:

Assim, todo o Orientalismo representa e se afasta do Oriente: o fato de o Orientalismo fazer sentido depende mais do Ocidente que do oriente, e esse sentido tem uma dívida direta com várias técnicas ocidentais de representação que tornam o Oriente visível, claro, “presente” no discurso a seu respeito (SAID, 2007, p. 52).

Esta preocupação com a representação pode ser transposta para a política profissional brasileira, em que membros do Legislativo discursam e atuam “em nome” dos eleitores, dos cidadãos, mesmo que estes demandem posição diferente do legislador. É o caso da divergência nos discurso do Deputado Jair Bolsonaro e da Presidente da FENATRAD, Creuza Maria:

Eu tô votando em defesa das domésticas (Jair Bolsonaro, Programa Palavra Aberta, 2013).

Se todos os trabalhadores têm, por que a doméstica não pode ter? (Creuza Maria - Anexo 6).

Sobre a representação dos intelectuais Spivak propõe:

Diante da possibilidade de o intelectual ser cúmplice na persistente constituição do Outro como sombra do Eu [Self], uma possibilidade de prática política para o intelectual seria pôr a economia “sob rasura”, para perceber como fator econômico é tão irreduzível quanto reinscrito no texto social – mesmo este sendo apagado, embora de maneira imperfeita – quando reivindica ser o determinante final ou o significado transcendental (2012, pp. 59-60).

Para ela, o papel do intelectual pós-colonial é “criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar para que, quando ele ou ela o faça, possa ser ouvido (a)” (SPIVAK, 2012, p. 16).

Representantes nacionais de um pensamento pós-colonial são Darcy Ribeiro e Paulo Freire. O primeiro realizava uma crítica aos *pensadores do Brasil* e à matriz europeia atuante na economia, na política e na produção das ciências sociais brasileiras. Ele se opôs à ideia de

democracia racial e de sequência histórica evolutiva linear, enfatizando as rupturas na constituição de uma nação brasileira. O último, numa perspectiva descolonial, construiu uma teoria voltada e determinada pelos oprimidos, indicando que são capazes de elaborar processos de aprendizagem próprios com autonomia. De acordo com Freire, a atuação do opressor faz parte da subjetivação do oprimido e vice-versa, o que possibilita processos de aprendizado entrelaçados. Assim, *ninguém educa ninguém*, todos se educam em conjunto.

Como proposta de uma crítica pós-colonial originada nas ex-colônias, um grupo de intelectuais indianos se reuniu para analisar criticamente a historiografia colonial da Índia a partir dos movimentos de resistência da população durante o período colonial. Eles construíram o *Grupo de Estudos Subalternos*, cujo projeto era tornar visível o que não é visto e com isso reescrever a história da nação, apontando as heranças coloniais para depois superá-las. Segundo Ranajit Guha “a historiografia do nacionalismo indiano foi dominada por muito tempo pelo elitismo - o elitismo colonialista e o elitismo burguês-nacionalista” (GUHA, 1982 apud SPIVAK, 2012, p.72). A promessa do grupo era a de construção de uma historiografia nacional que rompesse com os paradigmas eurocêntricos e os regimes de poder implementados na modernização indiana depois da independência nacional.

O *Grupo de Estudos Subalternos* tomou como categoria de análise a *subalternidade*, ou melhor, o *subalterno*, como o agente da mudança, narrador de sua própria história. A partir da leitura de Antonio Gramsci³⁴, o grupo construiu seu conceito de *subalternidade*, que se refere às pessoas e grupos que não participam das estruturas de poder hegemônicas.

Nesse sentido, os subalternos são os sujeitos que não são ouvidos ou que não possuem representatividade em razão da posição que ocupam na hierarquia social, são os oprimidos, os dominados, os colonizados. Os subalternos podem ser classificados como grupo, porém um grupo heterogêneo, cuja identidade se constitui nas diferenças. Para Spivak “o sujeito subalterno colonizado é irremediavelmente heterogêneo” (2012, p. 72). A condição da subalternidade é o silenciamento, é a negação da própria condição de subalterno. O que interessa ao grupo não é a retirada do subalterno de sua situação de subalternidade, mas sim afirmar que ele é capaz de se subjetivar autonomamente, de produzir e narrar sua própria história e de constituir uma identidade subalterna. Dessa forma, a subalternidade é um fenômeno em si e para si, e representa uma epistemologia pós-colonial alternativa ao paradigma eurocêntrico.

³⁴ A *subalternidade* em Gramsci explica as relações de poder em sociedades de classe ocidentais industrializadas. Para ele, o subalterno era o operário e não era um grupo heterogêneo. Darcy Ribeiro utilizou as relações étnico-raciais em sua definição de povos subalternos.

Com a colonização, os subalternos foram idealizados como sujeitos que carecem de poder e de (auto)representação. Assim, os estudos subalternos são definidos como uma prática contínua de análise crítica sobre a subalternidade, não uma forma de representar os subalternos. Spivak (2012) afirma que não existem atos de resistência *em nome* do subalterno e não realizado por ele, pois tais atos seriam estratégias de manutenção de seu *status* no discurso hegemônico. De acordo com a indiana, os subalternos são silenciados, no sentido de não serem ouvidos em seus desejos e demandas, ou pelos intelectuais que *falam em seu nome*, ou pela própria lógica colonial, que não valoriza seus saberes. Ela afirma que o sujeito subalterno feminino está em dupla condição de subalternidade, pois atuam em sua subjetivação a colonialidade imposta pelo colonialismo e o gênero como categoria desvalorizada na hierarquia social. Cláudia assim coloca:

A gente sente, assim... Nossa, eu tô aqui em baixo, eu não tenho voz. Eu não posso, eu não posso sair pegando, entendeu? (Anexo 3).

De acordo com o Grupo, o saber subalterno foi silenciado pela racionalidade instrumental inserida pela modernização indiana no pós-independência e a sua história foi ocultada da historiografia oficial do país. O período colonial suplantou a história e os conhecimentos subalternos para elevar uma única história, a História, cuja narrativa é eurocentrada. Essa história oficial é narrada linearmente, ignorando as diferenças de sujeitos com sua historicidade própria. Também é uma história binária, no sentido de que é construída identificando dois lados, o oficial, racional e moderno, e o lado subalterno, colonial e tradicional; e o primeiro sendo o *fim* da História, o único local possível de constituição de identidade e de conhecimento.

Segundo objetivos semelhantes aos do *Grupo de Estudos Subalternos*, na década de 1990 nasce nos Estados Unidos o *Grupo colonialidade/modernidade*, cujas metas são uma crítica ao ocidentalismo eurocentrado com o lócus na América Latina e a reconstrução da sua história. O Grupo é formado por intelectuais e acadêmicos³⁵ latino-americanos, tendo a maioria residência nos EUA. Os seus integrantes construíram uma crítica situada e continuada, de caráter descolonial, realizada pelos subalternos, pelos saberes silenciados, e dirigida ao eurocentrismo. Aí se diferenciam dos intelectuais pós-modernos, cuja crítica ao

³⁵ Intelectuais e acadêmicos não são necessariamente os mesmos sujeitos. Segundo hooks, as duas categorias lidam com ideias, mas os intelectuais lidam com ideias e suas facetas políticas, o intelectual “é alguém que lida com ideias transgredindo fronteiras discursivas porque ele ou ela vê a necessidade de fazê-lo” (1995, p. 468).

eurocentrismo é elaborada de forma eurocêntrica. Atuam a partir da ideia de que a descolonização foi e é um projeto inacabado.

O Grupo utiliza conceitos básicos em sua teoria e prática: *sistema-mundo*, elaborado por Immanuel Wallerstein; e *modernidade/colonialidade*, realizados e construídos por Enrique Dussel, Aníbal Quijano e Walter Mignolo. A constituição de um sistema-mundo indica que uma nova forma de vida política, econômica e social foi construída com a colonização das Américas, e essa constituição também inaugurou a *modernidade*. A estruturação do sistema-mundo é realizada por duas forças, *modernidade* e *colonialidade*. Para eles, colonialidade é a continuação das formas de dominação colonial e pode se dar em três dimensões: do *poder*, que controla o sistema político e social; do *saber*, que domina os conhecimentos e saberes subalternos; e do *ser*, que define as subjetividades dos sujeitos subalternos. Tendo a imposição da escravidão por raça se dado na colonização latino-americana, o Grupo acredita que o critério raça/cor é o “princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo” (GROSFOGUEL, 2008 apud BALLESTRIN, 2013, p. 101) e principal critério de diferenciação e hierarquização das estruturas sociais. As feministas latino-americanas acreditam que Quijano ignorou o mais importante princípio organizador do sistema-mundo, o *gênero* e a própria atuação de uma colonialidade de gênero na construção das relações sociais na América Latina.

Para os integrantes do Grupo, a lógica *colonialidade/modernidade* são duas faces da mesma moeda, sendo uma constitutiva da outra. E a *decolonialidade* é a terceira parte dessa lógica, pois simboliza um movimento de resistência crítica teórico e prático. Para isso, Mignolo (2003) sugere um *pensamento fronteiroço*, resistente à lógica colonial-moderno, como metodologia para uma verdadeira descolonização, conceito semelhante ao de *transmodernidade* de Dussel, que pretende romper com a lógica dicotômica e binária da modernidade para uma libertação da alteridade negada com o período colonial.

2.3 Colonialidade do poder

A política imperialista de renomear o que já tinha nome: lugares, línguas, crenças, costumes... silenciou os idiomas originários e com

*isso, a memória e a história dos povos qualificados como sem história*³⁶ (BIDASECA; LABA, 2011, p. 2, tradução nossa).

A atuação de uma lógica colonial iniciou com o colonialismo latino-americano no final do século XV. A colonização da Américas inaugurou um lócus de exploração e dominação fundado em dicotomias rígidas entre *nós* e *eles*, ou melhor, entre *Eu* e o *Outro*, sendo o *Eu* o padrão cultural, político, econômico, científico e social a ser seguido pelo *Outro*, o sujeito subalterno. O *Eu*, a voz desse novo paradigma, é o europeu colonizador e o *Outro*, o silenciado da relação, é o povo colonizado. A partir de sua fundação, o período colonial impulsiona o seu oposto, o período moderno (MIGNOLO, 2003).

Mignolo utiliza a definição de povos subalternos de Ribeiro, o *antropólogo* que falava desde a posição de subalternidade, em seus estudos *decoloniais*.

Do mesmo modo que a Europa levou várias técnicas e invenções aos povos presos em sua rede de dominação... ela também os familiarizou com seu equipamento de conceitos, preconceitos e idiosincrasias, referentes simultaneamente à própria Europa e aos povos coloniais. [...] Mesmo as camadas mais inteligentes dos povos não-europeus acostumaram-se a enxergar-se e a suas comunidades como uma infra-humanidade, cujo destino era ocupar uma posição subalterna pelo simples fato de que a sua era inferior à da população europeia (RIBEIRO, 1968 apud MIGNOLO, 2003, pp. 45-46).

Os teóricos *decoloniais* elaboram a sua crítica à *colonialidade* (lógica colonial) integrando-a a seu outro lado, a *modernidade*. Como o grande projeto ideológico que redefiniu o mundo a partir do século XVI, a Modernidade³⁷ representou uma expansão de uma nova forma de conhecimento, que configurou a economia, a política e a religião nos moldes europeus, “... que se impôs como hegemonia epistêmica, política e ética” (MIGNOLO, 2003, p. 48). Enquanto a teoria crítica, os estudos pós-coloniais e os subalternos afirmam que o período moderno tem início com o Iluminismo no século XVIII, os *decoloniais* não o desvinculam do período colonial latino-americano e sincronizam as suas fases, declarando que um é constitutivo do outro. Sendo assim, Modernidade é um evento tanto latino-americano quanto europeu (DOMINGUES, 2015). Mignolo justifica a sua escolha:

³⁶ No original em espanhol: “La política imperialista de re-nombar lo que ya tenía nombre: lugares, lenguas, creencias, costumbres... silenció los idiomas originarios y con ello, la memoria y la historia de los pueblos calificados *sin historia*”.

³⁷ Aqui, utilizo dois sentidos para a palavra modernidade: Modernidade (com M maiúsculo), como evento histórico, fato, que pode ser traduzido por período moderno; e *modernidade* como epistemologia, como uma forma de construir e entender o mundo.

... o modelo ou metáfora do sistema mundial moderno tem no século 16 a data crucial de sua constituição, ao passo que todas as outras possibilidades que acabei de mencionar (Said, Guha, teoria crítica, pós-estruturalismo) têm no século 18 e no Iluminismo a fronteira cronológica da modernidade. Como meus sentimentos, educação e pensamento têm como âncora as heranças coloniais dos impérios espanhol e português nas Américas, “começar” no século 18 seria excluir-me do jogo (MIGNOLO, 2003, p. 43).

A partir da ideia de constituição conjunta de *colonialidade e modernidade*, ressalta-se que esta última não é um instrumento de superação da primeira, pois se funda e reproduz com a colonialidade. Para Quijano, o fenômeno modernidade não é exclusivo da Europa ou de um momento histórico específico:

Se o conceito de modernidade refere-se única ou fundamentalmente às ideias de novidade, do avançado, do racional-científico, laico, secular, que são as ideias e experiências normalmente associadas a esse conceito, não cabe dúvida de que é necessário admitir que é um fenômeno possível em todas as culturas e em todas as épocas históricas (2005, p. 112).

Para ele, desde uma perspectiva subalterna, a modernidade é a fusão das experiências coloniais com as necessidades do capitalismo, formando relações intersubjetivas de dominação sob uma hegemonia eurocentrada.

Alguns elementos constituídos durante o período colonial latino-americano contribuíram para a existência e persistência da atuação do binômio colonialidade/modernidade. Tais elementos podem ser identificados e esclarecidos com a teoria do *sistema-mundo* de Wallerstein. Para ele, citado por Mignolo (2003), a conquista da América possibilitou a criação de uma nova rota comercial, de caráter mundial, que ligava as Américas ao resto do mundo. Tal rota comercial rearticulou o sistema econômico e social global e foi o elemento que deu condições para o capitalismo que, segundo Wallerstein, teve início no século XVI. Assim afirma:

A economia mundial capitalista vem operando desde o longo século 16. Funcionou por três séculos, entretanto, sem nenhuma geocultura firmemente estabelecida. Ou seja, do século 16 ao século 18, nenhum conjunto único de valores e regras básicas, ativamente endossado pela maioria dos membros e passivamente aceito pela maioria das pessoas comuns, prevaleceu no interior da economia mundial capitalista (WALLERSTEIN, 1995 apud MIGNOLO, 2003, p. 89).

Apesar de datar a economia capitalista no século XVI, Wallerstein desconsidera a atuação da Modernidade no mesmo período. Para ele, uma geocultura, que constrói uma única forma de entender o mundo, só é estabelecida com a Revolução Francesa no final dos Setecentos, e lá teria início o período moderno. Geocultura se assemelha com *imaginário*, ou as formas utilizadas por uma cultura para conceber e perceber o mundo. De acordo com Mignolo (2003), o *imaginário* é a memória coletiva de um povo operando para ocultar e revelar as estruturas sociais. O imaginário moderno para Dussel, Quijano e Mignolo é elaborado com a constituição de um sistema mundial na conquista das Américas.

Nessa nova ordem mundial, do sistema-mundo, as colonizações latino-americanas garantiram a expansão da dimensão geográfica do mundo, o desenvolvimento de métodos de controle do trabalho e do corpo (escravidão e servidão) e o fortalecimento de uma estrutura estatal centralizada com os Estados-Nações. O sistema mundial alimentou o imaginário moderno e o articulou em função dos princípios de *pureza do sangue*, de caráter punitivo, e *direitos dos povos*, que importava um debate e um tratado acerca dos ameríndios (MIGNOLO, 2003).

Quijano (2005) aperfeiçoou a teoria do sistema-mundo e a incorporou ao sistema colonial/moderno. O peruano acredita que a colonização das Américas se fundou em dois eixos: na diferença entre colonizado e colonizador, e na articulação das formas de controle do trabalho em torno de um capital e do mercado mundial. Quijano não atribui ao início do capitalismo com a colonização, porém, acredita que a constituição de um sistema-mundo de caráter global que controlava o trabalho e era voltado para mercado mundial e a constituição e fortalecimento dos Estados-Nações entre os séculos XVI e XVIII foram condição de possibilidade para o capitalismo do século XVIII. Para ele, a escravidão, a servidão e a reciprocidade não são incompatíveis com o capital, mesmo que a relação hegemônica do capitalismo seja a relação capital/salário. Quijano (2005) desenha o sistema-mundo colonial/moderno com base em quatro eixos: uma (proposta de) empresa capitalista, que controlava a força de trabalho e a produção; a família colonial, a qual controlava o sexo e a sexualidade de seus membros; o eurocentrismo, como epistemologia hegemônica que definiu o padrão de conhecimento, a construção e o controle de subjetividades e da cultura; e o surgimento e fortalecimento de Estados-Nações, que ficavam a cargo do controle da autoridade. Assim, as disputas pelo controle dos quatro eixos pelos atores sociais estruturaram as relações de poder no sistema-mundo colonial/moderno.

Para Mignolo, antes do *orientalismo*, explicado por Said e constituído na segunda Modernidade (expansão europeia e colonização da Ásia e África), a atuação do *ocidentalismo*

na América Latina foi a força para elaboração e fortalecimento do imaginário do sistema-mundo colonial/moderno, pois, como alega Dussel, a América foi a primeira periferia mundial. O ocidentalismo se constituiu como importante ferramenta para subalternizar o conhecimento e estabelecer um padrão epistemológico planetário, de fundo greco-romano e cristão, cujo princípio é separar o sujeito que conhece do objeto a ser conhecido, eliminando a dimensão intersubjetiva na produção do conhecimento (MIGNOLO, 2003). Assim, a configuração do mundo colonial/moderno ganhou um caráter dicotômico, sempre traduzido em dois lados, duas categorias, eu/outro, superior/inferior, branco/negro, colonial/moderno, com história/sem história, cristãos/pagãos. Para Quijano, “europeus geraram uma nova perspectiva temporal da história e re-situaram os povos colonizados, bem como suas respectivas histórias e culturas, no passado de uma trajetória histórica cuja culminação era a Europa” (2005, p. 111). “A população dominada, nas novas identidades que lhes haviam sido atribuídas, foram também submetidas à hegemonia eurocêntrica como maneira de conhecer” (MIGNOLO, 2003, p. 85).

O eurocentrismo, como perspectiva de conhecimento produzida com o sistema mundial colonial/moderno, declara ser a história europeia o projeto global a ser seguido. Assim, uma história local, tornou-se a história universal, que tem a Europa como ponto de chegada e ponto de partida. Nesse sentido, Mignolo (2003) aponta para a diferença entre atores e narradores, em que estes são os colonizadores, e aqueles são os povos colonizados. Para ele, o principal objetivo da modernidade foi realizar projetos globais a partir de histórias locais e os implementar na diferença colonial, onde encontravam outras histórias locais e eram adotados, rejeitados ou ignorados.

Para Quijano, o princípio organizador da estrutura social colonial é a raça, ou a identidade racial do colonizado. Na colonização das Américas a raça foi instrumento legitimador da dominação sobre o sujeito diferente, o colonizado, o Outro. O sociólogo afirma que as identidades raciais foram associadas às hierarquias sociais do padrão de dominação que se impôs com a colonização, o eurocêntrico. Sendo assim, a raça é fundamento para a divisão do trabalho entre assalariado/livre e escravo, para a produção de conhecimento e para as posições sociais dentro do mundo colonial.

A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente

obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo. E o menor salário das “raças inferiores” pelo mesmo trabalho dos brancos, nos atuais centros capitalistas, não poderia ser, tampouco, explicado sem recorrer-se à classificação social racista da população do mundo. Em outras palavras, separadamente da colonialidade do poder capitalista mundial (QUIJANO, 2005, p. 110).

Assim, faz-se uma associação “natural” entre raça e trabalho manual. Quijano denuncia que a divisão racial do trabalho e da exploração do trabalho no sistema-mundo colonial/moderno marcou as relações de sociais das colônias e ainda persiste nas relações de trabalho. Tal persistência é vista no trabalho doméstico remunerado contemporâneo no Brasil, que é majoritariamente ocupado por sujeitos racializados (IPEA, 2015). Segundo Mignolo, “o racismo é a matriz que permeia todos os domínios do imaginário do sistema mundial colonial/moderno” (2003, p. 37).

Lugones aponta a inovação de Quijano na classificação social adota pelo sistema mundial colonial/moderno:

A colonialidade do poder introduz a classificação social universal e básica da população do mundo em termos da ideia de “raça” (Quijano, 2001-2002: 1). A invenção da “raça” é uma torção profunda, um pivô central, já que reposiciona as relações de superioridade e inferioridade estabelecidas através de dominação. Concebe a humanidade e as relações humanas através de uma ficção, em termos biológicos³⁸ (2008, p. 79, tradução nossa).

Ponto importante da teoria de Mignolo é a *diferença colonial*, que foi ignorada pelos pós-modernos, pós-coloniais e teóricos críticos. A diferença colonial é lugar de atuação da colonialidade do poder, é o processo de subalternização dos sujeitos e saberes subalternos. E a lógica colonial é ferramenta que converte a diferença colonial em valor, para efetivação da colonialidade do poder.

Mignolo analisa o dilema universal/particular, global/local, instituído com a modernidade e que classificou o padrão europeu de conhecimento como superior a qualquer outro. Ele utiliza o conceito de *saberes subalternos* de Ribeiro e o de *saberes subjugados* de

³⁸ No original em espanhol: “La colonialidad del poder introduce la clasificación social universal y básica de la población del planeta en términos de la idea de «raza» (Quijano, 2001-2002:1). La invención de la «raza» es un giro profundo, un pivotear el centro, ya que reposiciona las relaciones de superioridad e inferioridad establecidas a través de la dominación. Reconoce la humanidad y las relaciones humanas a través de una ficción, en términos biológicos”.

Foucault para explicar que a diferença colonial revela a constituição dicotômica do sistema-mundo colonial/moderno, que silenciou os saberes, histórias e memórias nativas, locais, não científicas e particulares em detrimento de uma saber disciplinar, acadêmico e erudito que se pretendia universal. Spivak (2012) também emprega os mesmos termos para explicar que o colonialismo tentou silenciar os saberes tradicionais indianos.

Nesse sentido, de dividir o mundo em dois e silenciar um dos lados, que atua a *colonialidade do poder*, forma de controle da subjetividade, da cultura e do conhecimento do colonizado, não europeu (QUIJANO, 2005). Ela pressupõe que apenas uma explicação e narrativa da sociedade foram estabelecidas como normativas da sociedade, a europeia, deixando outras histórias e culturas em posições subalternizadas. Quijano, com apoio de Dussel, desmembra essa *colonialidade* e afirma que ela atua em três níveis: poder (economia e política), saber (conhecimento, filosofia e línguas), e ser (controle da subjetividade, da sexualidade e dos papéis atribuídos aos gêneros).

Colonialidade do poder é um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da ideia de “raça”³⁹. Essa ideia e a classificação baseada nela (ou “racista”) foram originadas há 500 junto com América, Europa e o capitalismo. [...] Desde então, no atual padrão mundial de poder, impregnam todas e cada uma das áreas da existência social e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva, e são, por isso mesmo, a base intersubjetiva mais universal de dominação política dentro do atual padrão de poder (QUIJANO, 2002, p. 04).

Sendo assim, no sistema colonial/moderno há uma única matriz cultural a ser seguida: a eurocêntrica. Essa matriz de poder é articulada de acordo com o critério raça para Quijano, categoria totalizadora em sua teoria. Um dos eixos do sistema-mundo colonial/moderno, o eurocentrismo, foi imposto como única forma de produção de conhecimento, como única racionalidade legítima. Tal racionalidade hegemônica pretende produzir um conhecimento universal e abstrato e, para isso, funda-se na construção do dualismo sujeito-objeto, em que são percebidos isoladamente, desconectados dos fenômenos sociais e das experiências dos subalternos. Deste modo, a ciência produzida acaba por ser apreendida fora da história e ser homogeneizante. Para Quijano, “a modernidade e a colonialidade fornecem uma compreensão complexa da organização do trabalho. Permitem-nos ver a intersecção entre a racialização

³⁹ Quijano usa as aspas na palavra raça para indicar que esta é uma ficção instituída com a colonização.

total da divisão do trabalho e a produção de conhecimento”⁴⁰ (LUGONES, 2008, p. 81, tradução nossa).

O sociólogo, bem como Mignolo, afirma que, mesmo com o fim do período colonial, a *colonialidade do poder* ainda atua nas relações sociais e declara que há uma descolonização cultural a ser realizada.

Por fim, como forma de superar as dicotomias concretizadas com a colonialidade do poder Mignolo (2003) propõe uma narrativa crítica em resposta à diferença colonial: o *pensamento liminar*, ou *gnose liminar*. Essa narrativa seria produzida desde uma perspectiva subalterna, exterior à racionalidade hegemônica, constitui-se em diferentes locais de enunciação, que representam sujeitos históricos diversos. Mignolo prefere o termo *gnose*, pois é um conhecimento que ultrapassa o conhecimento dominante, vai além das culturas acadêmicas. Assim, a gnosiologia indica uma absorção, e um posterior deslocamento, dos modos hegemônicos de produção de conhecimento. Portanto,

A gnose liminar, enquanto conhecimento em uma perspectiva subalterna, é o conhecimento concebido das margens externas do sistema mundial colonial/moderno (MIGNOLO, 2003, p. 33).

[...] ... a gnose liminar constrói-se em diálogos com a epistemologia a partir de saberes que foram subalternizados nos processos imperiais coloniais (MIGNOLO, 2003, p. 34).

Para Mignolo, o pensamento liminar é uma ruptura epistemológica do imaginário do sistema mundial colonial/moderno e, por isso instrumento da descolonização. Ele nasce das fronteiras, das encruzilhadas, e requer um pensamento construído para além das dicotomias, linearidade e racionalidade implementada com o eurocentrismo. Bhabha (1998) tratou a *fronteira* como lugar da cultura, como um local de conflitos, de disputas entre os sujeitos, que estão dispostos a tudo. Para ele, a fronteira liga os sujeitos do conflito, ela é local onde esses sujeitos podem colaborar ou contestar uma ideia ou pensamento sem assumir lados. A chicana Anzaldúa (2005) também realiza uma teoria de fronteiras, ou sem fronteiras, alegando que a ruptura com as tradições opressivas requer uma luta de fronteira, uma colisão cultural entre distintas estruturas referenciais. Feminista, Anzaldúa cria a categoria *mestiza* como representação da mulher fruto da colisão de culturas, filha das diferenças culturais dos grupos sociais.

⁴⁰ No original em espanhol: “La modernidad y la colonialidad proveen una comprensión compleja de la organización del trabajo. Nos permiten ver el encaje entre la racialización total de la división del trabajo y la producción de conocimiento”.

Descobre que não pode manter conceitos ou ideias dentro de limites rígidos. As fronteiras e os muros que devem manter ideias indesejáveis do lado de fora são hábitos e padrões de comportamento arraigados; esses hábitos e padrões são os inimigos internos. Rigidez significa morte. Apenas mantendo-se flexível é que ela consegue estender a psique horizontal e verticalmente. La mestiza tem que se mover constantemente para fora das formações cristalizadas – do hábito; para fora do pensamento convergente, do raciocínio analítico que tende a usar a racionalidade em direção a um objetivo único (um modo ocidental), para um pensamento divergente, caracterizado por um movimento que se afasta de padrões e objetivos estabelecidos, rumo a uma perspectiva mais ampla, que inclui em vez de excluir (ANZALDÚA, 2005, p. 706).

Segundo Anzaldúa, o posicionamento *fora das formações cristalizadas* é o caminho para a libertação⁴¹ da dominação cultural, para desconstruir a dualidade sujeito-objeto e reinterpretar a história dos subalternos.

⁴¹ Mignolo frisa a diferença entre os termos *libertação* (ou *liberação*) e *emancipação*: o primeiro é elaborado desde a perspectiva de fronteiras externa do sistema mundial colonial/moderno, e o segundo desde as fronteiras internas.

CAPÍTULO 3 - DAS ESCRAVAS À PEC DAS DOMÉSTICAS: A HISTÓRIA DE DISCURSOS

Se todos os trabalhadores têm, por que a doméstica não pode ter?
(Creuza Maria - Anexo 6).

As persistências da colonialidade da história do trabalho doméstico remunerado apresentadas no capítulo anterior serão agora vistas sob o prisma dos discursos de atores sociais envolvidos na construção desse modo de trabalho, como também nos discursos de resistência e de ruptura dessas continuidades. O capítulo apresenta uma seleção de discursos acerca do trabalho doméstico livre e remunerado brasileiro, desde as primeiras ações para regularizá-lo até a regulamentação de garantias de direitos trabalhistas com a PEC das Domésticas. Foi por meio do movimento das trabalhadoras domésticas que a realidade de negação de direitos se transformou, com a lei específica de 1972, com a Constituição Federal de 1988 e por último com a PEC em 2013. O processo de luta e conquista de direitos foi longa e não aconteceu sem obstáculos. Os discursos de diversos atores sociais desse processo implicam o pressuposto de que falar é fazer, ou seja, de que esses discursos encerram um aspecto pragmático de construção de práticas sociais cotidianas conformadora de instituições e direitos.

No período apresentado, a despeito das mudanças sociais e legislativas em torno do trabalho doméstico, os discursos proferidos por políticos, juristas e pessoas comuns reproduzem as mesmas falas encontradas nos discursos coloniais escravagistas. Há, portanto, uma continuidade nessas falas. Alguns aspectos dos discursos estão presentes desde o início do século XX e perduram até os dias atuais. Tais aspectos envolvem o caráter íntimo e afetivo que pode adquirir o serviço doméstico e a sua natureza não econômica. E, sendo ação, esses discursos excluem as trabalhadoras domésticas do rol de categorias trabalhistas que merecem regulamentação e direitos. Ao priorizar a faceta afetiva do trabalho doméstico, os falantes negam garantias trabalhistas às domésticas. Expressões como “quase da família” ou “como se fosse da família” representam a ambiguidade que ronda o trabalho doméstico: ao mesmo tempo em que demanda uma relação afetiva e carinhosa das domésticas, também impõe a separação entre membros da família e as trabalhadoras. *Quase* e *como se fosse* atuam como limite da afeição construída entre domésticas e patrões; *quase* e *como se fosse* não é. Esses discursos negam direitos e também o próprio *status* de empregadas domésticas com suas

garantias, porquanto atuam como definidores e mantenedores de hierarquias e papéis sociais rígidos.

No entanto, em meio aos discursos que negam direitos, e que pareceram prosperar no último século, mulheres dissidentes e resistentes ao *status quo*, tão presente no que tange o trabalho doméstico, atuaram (agiram) para mudar a realidade de negação de direitos. Os atos de fala de resistência são encontrados nos discursos de domésticas, ex-domésticas, representantes de sindicatos e associações. O embate entre os dois tipos de discurso, e as ação por eles implicadas, reflete a história do trabalho doméstico no Brasil e a realidade das domésticas brasileiras, entre continuidades e resistências.

3.1 Da CLT à Constituição: limitações, ausências de direitos e resistência

Até a década de 1940 o trabalho doméstico remunerado brasileiro era regulado com base no direito civil, em forma de contratos de locação de serviço; o Código Civil de 1916 ditava as regras e não se consideravam as relações entre trabalhador e patrão como relações de emprego. O trabalho doméstico ficou de fora da CLT de 1943, configurando-se uma categoria de trabalho diferenciada e, nesse caso, por ser excluída do rol de direitos trabalhistas, inferiorizada. Nesse sentido, os últimos cem anos se mostraram anos de luta para as trabalhadoras domésticas para a conquista de direitos trabalhistas.

Importante ativista dos direitos das trabalhadoras domésticas foi Laudelina de Campos Mello (1904-1991), ativista negra que iniciou o movimento das domésticas na década de 1930. Começou a trabalhar como doméstica ainda criança, sem salário, sem direitos. Em 1936 fundou a Associação de Empregados Domésticos de Santos. Ela foi muito atuante em movimento sociais, criou companhias de teatro, fez parte do movimento negro desde sua adolescência em Minas Gerais; a causa da mulheres negras era também sua causa. Em tempos de regulamentação dos direitos trabalhistas, Dona Laudelina disse: “eu vou e pronto”⁴². E foi. Ela levou as reivindicações das trabalhadoras aos deputados e ministros para que a categoria não fosse esquecida pela CLT e conquistasse *status* jurídico com garantias e proteção (BERNARDINO-COSTA, 2007).

⁴² Referência à fala de Laudelina de Campos encontrada no vídeo: Heróis de Todo Mundo – Laudelina de Campos Mello.

Um dos poucos relatos escritos de Dona Laudelina é encontrado na dissertação defendida por Elisabete Aparecida Pinto em 1993 na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Nele, ela relata sua história, com a família, com o movimento negro, com o trabalho, com o sindicato das domésticas e também suas experiências como mulher negra e trabalhadora doméstica. O relato compreende toda a sua vida, da infância em Poços de Caldas até a Constituinte em 1988.

Sobre suas experiências como mulher de cor Laudelina de Campos conta: “Aí o Juiz falou: - Você precisa dar uma carraspana nesta negrinha. A gente não tinha nome era negra, negrinha” (PINTO, 1993, Apêndice II, p. 5). Desde criança ela sofria com o desrespeito de gênero e raça, reconhecia-o e sempre resistia. “Era aquele velho costume, da gente estar tomando a benção do branco, de estar subordinado ao branco” (PINTO, 1993, Apêndice II, p. 7). Antes dos 20 anos de idade já trabalhava como doméstica e aos 22 foi trabalhar em Santos/SP, onde se casou. Participou da criação de associações carnavalescas e sindicais e de um jornal escrito por e para pessoas negras, tinha contato com pessoas ligadas à esquerda e à causa negra, participou de associações e sindicatos ligados ao Partido Comunista. Foi muito atuante politicamente.

Em 1936, em meio a discussões partidárias com as quais se engajava, decidiu criar a Associação das Empregadas Domésticas de Santos e de São Paulo, sendo que esta última não durou, por ter sido acusada de comunista. Laudelina de Campos lamentava a situação das trabalhadoras domésticas da época:

A situação da empregada doméstica era muito ruim, a maioria daquelas antigas trabalharam vinte e três anos e morria na rua pedindo esmolas. Lá em Santos a gente andou cuidando, tratou delas até a morte. Era um resíduo da escravidão, porque era tudo descendente de escravos (PINTO, 1993, Apêndice II, p. 12).

Figura 10: *Laudelina de Campos Mello*

Fonte: Agência Senado

Dona Laudelina e as outras associadas conseguiram muitos apoiadores para a Associação, inclusive advogados, para “proteger as empregadas, em defesa do trabalhador doméstico” (PINTO, 1993, Apêndice II, p. 13). Ela lutou pelos direitos das domésticas: “Fui falar com o Ministro mas não adiantou nada porque não havia possibilidade de enquadramento de classe, as empregadas domésticas foram destituídas porque não traziam economia para o país” (PINTO, 1993, Apêndice II, p. 14), durante as discussões sobre a CLT. A justificativa utilizada pelo ministro de Estado, para a não regulamentação do trabalho doméstico, perdurou durante todo o século XX. A ideia central da justificativa é a de que produção e reprodução não se comunicam, ou seja, de que o trabalho doméstico, derivado direto da divisão sexual do trabalho, não interessa à produção. Fraser (2015), explicou que a reprodução é condição de existência da produção, do sistema econômico capitalista.

Sobre a legislação pertinente ao emprego doméstico, o professor Emílio Gonçalves escreveu o livro *Empregados Domésticos: Doutrina – legislação e jurisprudência* (1973). Nele, conta a história das leis que regulamentavam o trabalho doméstico, do contrato de locação de serviços domésticos, à Lei nº 5.859 de 1972, do contrato de trabalho. De acordo com o professor, a relação de trabalho doméstico possui os elementos necessários definidos pelo art. 3º da CLT para configurar uma relação de emprego que mereça garantias jurídicas. Todavia, por ser realizado em âmbito doméstico (nas residências) e por não ser atividade fim de empreendimento lucrativo, o trabalho doméstico foi excluído da Consolidação.

A ideia de que o trabalho doméstico não participa do mercado produtivo capitalista pois não gera lucros, foi durante todo o século XX a justificativa para se distingui-lo de outras

categorias e, assim, não o incluir nas proteções jurídicas conferidas aos demais trabalhadores. Desde os anos 1970 tal ideia era rebatia pelas feministas, que alegavam ser o trabalho doméstico, reprodutivo, força motriz da sociedade capitalista, garantindo a reprodução do sistema produtivo (BRITES, 2013; FRASER, 2015; HIRATA, 2009; SAFFIOTI, 2013).

Em 1941 o Decreto nº 3.078 ensaiou a regulamentação dos contratos de locação de serviço doméstico. Mesmo ainda no campo do direito civil, o decreto avançaria no tange à proteção do trabalhador, uma vez que obrigaria o uso da Carteira Profissional, expedida pela Polícia, para a contratação de domésticos. Ressalte-se que:

Para expedição da mesma, exigia [o decreto]: a) – prova de identidade; b) – atestado de boa conduta passado pela Autoridade Policial; c) – atestado de vacina e saúde, fornecido por autoridade federal, estadual ou municipal [...] Os atestados de boa conduta e de vacina e saúde deveriam ser renovados de dois em dois anos... (GONÇALVES, 1973, p. 18).

O Decreto nº 3.078 se assemelha ao *Livro de Insprição de Empregados*, pois também exigia registro na Polícia e atestado de conduta a cada dois anos, como forma de fiscalizar e controlar as trabalhadoras, não para regulamentar juridicamente a relação de trabalho. Segundo Gonçalves (1973), o decreto não teve êxito, pois não foi regulamentado e porque a CLT substituiu todas as outras leis que cuidavam da relação de trabalho.

No art. 7º, alínea “a” da CLT os trabalhadores domésticos são excluídas da Consolidação. Gonçalves (1973) colaciona uma série de justificativas feitas por juristas renomados a sua época para a exclusão do emprego doméstico da CLT. Aqui estão algumas:

... o trabalho doméstico é um dos mais refratários à regulamentação, pelas suas condições peculiares, entre as quais um certo aspecto de benevolência, a que se refere Barassi e que faz o empregado, em muitos casos, um agregado da família a que serve, além de que, como já se observou e com razão, - a legislação social não se interessa tanto por ele, porque não há aí realmente conflito entre capital e o trabalho a resolver. Nesta conformidade a regulamentação legal do trabalhador doméstico tem sido muitas vezes mais do interesse patronal que no dos empregados, frequentemente mesmo com um caráter nitidamente policial e sanitário (JUNIOR, 1970 apud GONÇALVES, 1973, p. 23-24).

Alega Cesarino Junior que a lei esquece o trabalhador doméstico porque ele é um *agregado da família a que serve*. Ora, não pode ser da família e ao mesmo tempo servi-la. O

status de servo no trabalho doméstico permanecia. Além disso, ignorou a luta das domésticas que há muito tempo buscavam por regulamentação jurídica.

Carlos Chiarelli e Mozart Victor Russomano afirmavam que, por se dar em ambiente privado, domiciliar, o trabalho doméstico não poderia ser fiscalizado ou regulamentado em razão do princípio de inviolabilidade do domicílio (GONÇALVES, 1973, p. 24-25). Ora, o Direito regulamenta uma gama de relações que se dão em âmbito domiciliar, algumas mais íntimas que a própria relação de emprego doméstico. A justificativa não se sustenta. Russomano acrescenta:

A par disso, devemos considerar que o empregado doméstico vive desorganizado, do ponto de vista sindical; é de baixo nível de cultura; forma ao lado dos “trabalhadores marginais”, sem qualificação profissional apreciável [...] Na realidade brasileira, porém, o doméstico forma, juntamente com os trabalhadores a domicílio, os menores, as mulheres operárias e os inválidos readaptados para outras funções, a caravana dos menos favorecidos, que ainda não levantou seu clamor com a força necessária – por não ser um grupo de pressão organizado e poderoso a ponto de ser ouvido pelo legislador (RUSSOMANO, s. d. apud GONÇALVES, 1973, p. 25).

Muito se apreende da passagem anterior, mais uma vez um jurista mostra a sua ignorância em relação ao movimento de trabalhadoras domésticas, que desde os anos trinta busca e luta por direitos. Se não eram sindicalizadas à época, é porque a legislação proibia a sua sindicalização. Mesmo assim, as domésticas se uniram em associações, como a criada por Laudelina de Campos em 1936. Além do mais, Russomano despeja uma quantidade de preconceitos em relação aos trabalhadores, crianças e deficientes físicos, sem tamanho. Ao dizer que os trabalhadores domésticos são seres *de baixo nível de cultura*, ele continua os inferiorizando, alegando que as mulheres, a maioria no serviço doméstico, não é capaz de exercer outra atividade, cabendo-lhes apenas o trabalho doméstico. A despeito dos comentários selecionados, o trabalho doméstico foi regulamentado na década de 1960, ainda que indiretamente e em partes, com a possibilidade de integrar a Previdência Social e garantir a assistência social em caso de acidente de trabalho.

A luta de Laudelina de Campos por direitos continuava e era alimentada pela realidade das domésticas:

Era uma vida assim ... Uma vida toda de semi-escravidão, de semi-escravidão e ganhando apenas cento e cinquenta cruzeiros por mês, que não chegava a nenhum salário, pois em 1961 o salário

novecientos cruzeiros, não chegava a um salário. Não chegava a nada mesmo (PINTO, 1993, Apêndice II, p.39).

Nesta época fundaram a associação de Campinas/SP, com ares de sindicato das domésticas, com 1.500 associadas. Para ela, foi um dia histórico.

Sobre a continuidade da precariedade no trabalho doméstico, Cláudia relata:

E o dinheiro... É! Mas aí eu falei: “o dinheiro”... Eu não tinha nem roupa, passava até vergonha. Deixava de ir nos lugares porque eu não tinha nem roupa pra ir, entendeu? (Anexo 3).

Nem roupa eu comprava, vestia muito roupa usada. Que eles davam roupa... Então eu tipo assim, usava muita roupa usada mesmo. Eu acho que comprei pouquíssimas roupas assim, na época (Anexo 3).

Eu falei: “ah, deixa”... Isso já passou, a minha vida... Mas eu, quando eu volto eu penso assim que tem pessoas que continuam trabalhando, entendeu? (Anexo 3).

Minha irmã hoje trabalha, minha irmã vem falar isso comigo... Eu fico revoltada, sabe? (Anexo 3).

Minha irmã trabalha hoje também, no final de semana. Ela cuida de criança. E é a mesma situação, tipo assim... Tem que usar uniforme, não come na mesa com eles... Parece que lá a comida também, não sei como é que eles... Mas é diferente. Eles compram um sorvete melhor, e um sorvete mais vagabundinho pra minha irmã... (Anexo 3).

Na ditadura civil-militar brasileira o movimento de domésticas ganhou força com o apoio da Igreja Católica e dos movimentos de base. Com isso, em 1972 conquistou a Lei nº 5.859, que regulamentava o emprego doméstico. Alguns direitos trabalhistas foram assegurados, como férias anuais de 20 dias, os benefícios da Previdência Social e carteira profissional assinada.

José Alberto Maciel analisa criticamente o contrato de trabalho doméstico e a sociedade da época. Em seu livro *O progresso atual e o contrato de trabalho do empregado doméstico* (1978), discorre sobre a Lei nº 5.859 e o que as doutrinas estrangeira e nacional falam da exclusão dos trabalhadores domésticos das leis trabalhistas. Sobre a doutrina internacional, relata que se assemelha bastante com a nacional, pois afirma que a relação de emprego doméstico deve ser regulamentada por lei especial dada o caráter diferenciado do trabalho doméstico. Sobre a doutrina nacional, como Gonçalves, Maciel também expõe uma série de comentários acerca da exclusão do trabalho doméstico na CLT e da necessidade de lei específica para a categoria. Para Orlando Gomes: “Com efeito, trata-se de uma atividade de mero consumo, não produtiva. O empregado insere-se no âmbito familiar, daí o traço de

benevolência” (GOMES, s. d. apud MACIEL, 1978, p. 26). Novamente um renomado jurista afirma que o trabalho doméstico tem caráter de benevolência, justificando a sua exclusão dos direitos trabalhistas. José Martins Catharino acrescenta: “O empregado doméstico não é histórica e economicamente, um ‘proletário’, mesmo porque a família, máxime a urbana, é grupo social de consumo e não de produção” (CATHARINO, 1972 apud MACIEL, 1978, p. 28). Ao tirar o caráter de proletário do trabalhador doméstico, mais uma vez justifica-se a sua exclusão do rol de direitos trabalhistas e, por conseguinte, sua inferiorização social.

A despeito da colação de falas de juristas sobre o trabalho doméstico e sua especificidade trabalhista justificando a negação de direitos, Maciel (1978) propõe a abolição do trabalhador doméstico como foi a do escravo. Ele afirma que o termo *doméstico* é pejorativo e que deve ser excluído do Direito. Assim, o trabalhador doméstico seria empregado e só, podendo ser agraciado pelo art. 7º da CLT.

Durante a Constituinte o movimento foi intenso e as domésticas obtiveram importantes conquistas, conformadas no art. 7º. Entre elas estão o direito ao salário mínimo, licença maternidade, 13º salário, repouso semanal remunerado, férias anuais remuneradas, direito a sindicalização, dentre outros. No entanto, a categoria não foi equiparada às outras categorias de trabalhadores, não lhes sendo assegurados direitos como seguro desemprego, FGTS, jornada de trabalho de 44 horas semanais, hora-extra, adicional noturno e salário família (DELGADO, 2007).

Os obstáculos para a conquista de direitos também se apresentaram quando da promulgação da Constituição de 1988. Em texto sobre a aplicabilidade das normas constitucionais produzido em 1990, João Baptista Villela aponta o caráter fiduciário do trabalho doméstico no Brasil em uma tentativa de desmoralizar o novo *status* dos trabalhadores domésticos, a quem, segundo ele, a Constituição não deveria amparar: “Aqui, o vínculo que une empregado e empregador tem, assim, uma dimensão eminentemente fiduciária” (VILLELA, 1990, p. 74). Alega também que a relação entre doméstica e patrões é pessoal, íntima, familiar, o que excluiria a necessidade de garantias jurídicas.

Na seção *As reações à Constituinte* do Jornal Correio Braziliense, a reportagem *Patroas e domésticas já brigam por direitos* do dia 06 de março de 1988 (Anexo 4) mostra as diferentes reações em torno dos direitos relativos ao emprego doméstico da nova Constituição. A maioria das reações foram favoráveis à mudança, afirmando que é positiva a ampliação dos direitos das domésticas. Todavia, dois entrevistados disseram que não saberiam dizer se as empregadas estariam preparadas para a sua nova situação, que são despreparadas, sem qualificações, o que dificultaria a entrada no mercado de trabalho. A estudante Lucimar

Alves declara: "...mas poderá dificultar o acesso ao mercado de trabalho na medida em que, havendo mais direitos, haverá maiores responsabilidades. Não sei se as empregadas domésticas estão prontas para isto" (Anexo 4 - CORREIO BRAZILIENSE, 1988, p. 08). Nelton Bittencourt Filho afirma:

Acredito que o reconhecimento da profissão vai restringir o mercado, pois elas não querem ser empregadas domésticas; querem, isto sim, trabalhar no Jumbo, nas Lojas Brasileiras, ganhar quase a mesma coisa e ainda ter que se submeter a uma série de constrangimentos. Além disso, 90 por cento delas não são habilitadas (Anexo 4 - CORREIO BRAZILIENSE, 1988, p. 08).

De acordo com os dois entrevistados, a regulamentação do trabalho doméstico dificultaria a entrada no mercado das domésticas e que elas não estariam preparadas, pois não têm qualificação. Não dificultou, o Brasil mesmo depois de mais de 25 anos da Constituição, é um dos países com maior número de domésticas do mundo. E o argumento da ausência de qualificação é ilógico, pois qualificação não é requisito para garantia de direitos e para formação da relação de emprego. Ao mesmo tempo em que são favoráveis às mudanças, acreditam que elas não devem acontecer, em razão do despreparo das domésticas. Assim, ficariam onde sempre estiverem: invisibilizadas e sem direitos.

Na mesma reportagem a presidente da Associação das donas de casa do Distrito Federal, Vera Sant'Anna, afirma:

Não há motivos para comemorar. O que eu realmente gostaria de saber é das garantias das patroas, porque vai demorar um pouco até que as relações entre patroas e empregadas domésticas venha a ser meramente profissional. E preciso que as empregadas se conscientizem que a conquista de seus direitos devem estar associados suas qualificações e atribuições (Anexo 4 - CORREIO BRAZILIENSE, 1988, p. 08).

Vera Sant'Anna condiciona a conquista de direitos às qualificações e atribuições das trabalhadoras domésticas, assegurando que apenas têm direitos as domésticas bem qualificadas e competentes. Outrossim, menciona que as patroas também deveriam ter garantias, posição da dona de casa Dagmar Silva, também entrevistada. Ao dizer que as patroas também deveriam ter garantias, as duas ignoram e relativizam o histórico de negação de direitos e de lutas das domésticas.

Por outro lado, a trabalhadora doméstica entrevistada, Ana Maria Dagoberto, presidente da Associação das Empregadas Domésticas à época, assegura: "Esta é apenas

nossa primeira vitória. Não basta ser lei, é preciso que nossos direitos sejam cumpridos” (Anexo 4 - CORREIO BRAZILIENSE, 1988, p. 08). Sobre os direitos ainda a serem conquistados ela completa: "No futuro todos estes pontos serão objeto de lei ordinária. O importante é que conseguimos uma vitória importante, graças a nossa mobilização e ao apoio das deputadas Benedita da Silva (PT-RJ) e Maria de Lourdes (PFL-DF)" (Anexo 4 - CORREIO BRAZILIENSE, 1988, p. 08).

Mesmo com os avanços conquistados, ainda se conservavam continuidades que as trabalhadoras domésticas teriam que combater, e combateram nos últimos vinte anos.

3.2 A PEC das Domésticas

Em resposta aos anos de persistência e luta, as trabalhadoras domésticas brasileiras conquistaram uma grande vitória em 2013 com a aprovação da Emenda Constitucional nº 72, advinda da PEC nº 66 de 2012 – PEC das Domésticas. Tal Emenda modifica o art. 7º da Constituição, incluindo as domésticas no rol dos direitos trabalhistas garantidos as outras categorias de trabalhadores. Dentre os direitos assegurados pela PEC estão o seguro desemprego, o FGTS, jornada de trabalho semanal de 44 horas e hora extra e adicional noturno. Ficou pendente a regulamentação destes direitos (como quanto seria recolhido de FGTS) até 2015, quando houve a regulamentação e a Emenda entrou em vigor.

Em meio às discussões sobre a regulamentação do trabalho doméstico e sua equiparação com as demais categorias de trabalho, posições foram tomadas e oposições reveladas. Sindicatos de empregadores declaravam que haveria demissão em massa, que a família não seria uma empresa e que as relações no trabalho doméstico são afetivas e não econômicas; mesma posição do único parlamentar brasileiro que votou contra a PEC, Deputado Federal Jair Bolsonaro (PP-RJ). Discordando, sindicatos de domésticas e a própria FENATRAD, entenderam a aprovação da PEC como uma grande vitória das trabalhadoras domésticas; mesma posição da Deputada Federal Benedita da Silva (PT-RJ), que desde a Constituinte trabalhou para tal conquista no Congresso brasileiro. “Isso ocorreu por uma trajetória histórica nesta Casa como ex-trabalhadora doméstica” (Anexo 5). Em pronunciamento na Câmara dos Deputados em razão da promulgação da PEC, a Deputada afirma:

... após 25 anos de muita luta, desde a Constituinte, hoje será a promulgação da Emenda nº 72, de 2013. Viramos uma página na história da justiça social do Brasil, garantindo a ampliação dos direitos trabalhistas a mais de 7 milhões de trabalhadoras e trabalhadores domésticos. [...]É um avanço histórico em relação à situação de exclusão de direitos e de subemprego deixada pela Lei Áurea para os ex-escravos no Brasil (Anexo 5).

Para Benedita da Silva, a equiparação dos trabalhadores domésticos com as outras categorias de trabalhadores, é um grande passo para a real libertação dos negros brasileiros. Ao contrário, em entrevista ao programa Palavra Aberta da TV Câmara, o Deputado Jair Bolsonaro não concorda que a PEC seja uma reparação histórica e sobre o pronunciamento da deputada afirma:

Acabou a escravidão do Brasil. Pelo amor de Deus né. Ah, acabou a escravidão no Brasil porque eles vão passar a ter todos os direitos trabalhistas. Assim sendo, o que que eu tô fazendo agora? Bem, eu acho que esses todos, o governo e esse pessoal, tem que ser coerente, vamos acabar sim com a escravidão no Brasil dando os mesmos direitos, fundo de garantia, hora extra, jornada máxima de 44 horas por semana para os meus companheiros da Marinha, Aeronáutica, do Exército, para as Polícias militares, pro corpo de bombeiros militares, vamos conceder esses direitos a todos eles. Tenho certeza que o governo não vai apoiar a minha PEC. Que agora, o discurso que foi demagógico foi (Programa Palavra Aberta, 2013).

Ao desviar o assunto de conquista de direitos para outras categorias de trabalhadores, o deputado tira do foco a discussão central, o trabalho doméstico. A ampliação dos direitos para as domésticas não depende da concessão de direitos para essas outras categorias.

A despeito das discussões sobre o caráter econômico do trabalho doméstico no Congresso e na mídia brasileira, Jair Bolsonaro foi o único parlamentar que votou contra a PEC das Domésticas, nas duas casas legislativas federais. Sobre isso ele assegura que a aprovação da Emenda se deu em razão de clamor social e não de acordo com a realidade econômica brasileira: “O parlamentar nessa casa aqui, ele vota muitas vezes com o partido, em função de acordos né, ou então de forma às vezes um pouco com medo do eleitor” (Programa Palavra Aberta, 2013). O deputado ignora a demanda das domésticas e dos parlamentares engajados na aprovação da PEC pra dizer:

Eu tô votando em defesa das domésticas, porque como você acabou de me questionar aí agora, nós, eu não sei como o governo vai com band-aid querer estancar aqui uma hemorragia de femural, porque são sete milhões de pessoas que vão ter problema pela frente. O

próprio site né Doméstica Legal, antes da votação, uma pesquisa que eles fizeram, dava que em torno de 50% que iriam demitir as suas domésticas né [...] e 15% apenas iria manter (Programa Palavra Aberta, 2013).

De acordo com o deputado, ele votou *em defesa das domésticas*, mas sem o apoio delas e sem ouvi-las. O deputado se diz representante do movimento que desconhece. Em oposição, Benedita da Silva saúda os congressistas envolvidos com a PEC e a atuação do movimento das domésticas:

... desde a Constituinte, que viram a luta dessas mulheres, lembro-me da nossa companheira Lenira, em Pernambuco, que nesta Casa encheu as galerias, dos que passaram noites indormidas nesta Casa para fazer valer o direito das trabalhadoras domésticas. [...] Hoje Creuza, comandando esse processo e esse movimento (Anexo 5).

Os dois discursos, opostos em sua essência, têm a mesma origem: o Parlamento brasileiro.

Adiante na entrevista, Jair Bolsonaro faz uma analogia entre a PEC das Domésticas e a PEC do Trabalho Escravo, que propõe expropriar a propriedade de empregadores que mantenham trabalhadores em situação análoga a de escravo, sem direitos. Para ele, o empregador da doméstica que não paga todos os direitos pode perder sua propriedade, o que acredita que será muito comum com a PEC. Segundo o deputado, esse é o maior problema da Emenda. Sobre a PEC do Trabalho Escravo ele diz:

... como o nome é muito bonito, trabalho escravo, a tendência é votar favorável. Então a minha grande preocupação com a PEC das Domésticas é a informalidade, é um exército de pessoas que vão pra informalidade ou vão para o bolsa família (Programa Palavra Aberta, 2013).

Além de votar contra a ampliação de direitos às domésticas, Bolsonaro também é contrário à PEC do Trabalho Escravo. Questionado sobre alguns aspectos jurídicos da PEC, como habitação no lugar de trabalho, o deputado declara:

A minha [empregada doméstica] dorme. Dorme por que? Ela mora muito longe, e pra ela é vantagem, porque ela janta lá em casa, ela faz um lanche lá em casa e tem uma tv a cabo no seu quarto (Programa Palavra Aberta, 2013).

Portanto, de acordo com a sua declaração, para a doméstica é vantajoso ter lanche, jantar e tv a cabo no quarto na casa dos patrões, mesmo que seja o quartinho de empregada e que ela não possa voltar para a própria casa e família. Para ele, jantar, lanche e assistir tv na casa dos patrões é melhor que ter direitos. Sobre disputas trabalhistas, o deputado afirma que a Justiça do Trabalho vai sempre decidir pela empregada, que diz que “é a coitada, a que é explorada”. Ele também discorre sobre a relação entre empregada e empregador, afirmando:

... uma vez quebrando essa, esse vínculo [afetivo], com toda certeza vai haver demissão. Então você não pode ficar com uma pessoa que você desconfia dela (Programa Palavra Aberta, 2013).

Segundo ele, a relação que se dá com o emprego doméstico é afetiva, de confiança, e a PEC seria instrumento de discordância, pois as trabalhadoras buscariam seus direitos, mesmo que na Justiça. Outrossim, sendo trabalho afetivo, não lhe alcançariam os direitos.

Benedita da Silva afirma que a proposta da PEC é justamente fugir de todos os estereótipos e do caráter afetivo, fiduciário, imposto ao trabalho doméstico. A deputada reconhece que ainda existem dificuldades a serem superadas, que:

... era preciso regulamentar artigos que dessem aos empregadores condições de terem empregados domésticos em seus lares, com taxas e tarifas que não podem ser comparadas às daqueles que pagam impostos de grandes empresas” (Anexo 5).

Ainda teremos novos desafios, é o que expressará a promulgação. O Brasil está vivendo uma crescente superação da informalidade em todas as áreas. A PEC das Domésticas expressa exatamente isso, a formalização das relações de trabalho dos empregados e empregadas domésticas e o advento de uma nova realidade social, mais justa e moderna (Anexo 5).

Para a presidente da FENATRAD, Creuza Maria, a modificação no art. 7º da Constituição pode acabar com o sofrimento de muitas domésticas, que padecem com a informalidade, com os abusos e assédios e com a ausência de direitos. Em entrevista realizada pelo Jornal A Tarde, Creuza Maria conta sua história como doméstica, desde o trabalho infantil e os abusos sofridos até o engajamento com o movimento social de domésticas. Ela lembra como foi sua infância e a precoce vida de doméstica:

A ideia era que eu tivesse casa, comida e escola. A promessa da escola nunca foi cumprida. [...] Não tinha salário. Eu recebia roupas

usadas, casa e comida, que na verdade eram as sobras da comida dos filhos da patroa (Anexo 6).

Realidade semelhante a de Maria de Lourdes:

Sim, às vezes ganhava uma fruta, ganhava alguma coisa assim ... Coisa de comida (Anexo 1).

Assim como Creuza, Cláudia também recebeu a promessa de estudar, que não se concretizou em razão da extensa jornada de trabalho, o salário baixo e a quantidades de tarefas a fizeram perder algumas oportunidades:

Aí ela falou: “não, sem problema, você pode estudar para”... As coisas que eu colocava mesmo: “eu quero estudar, e quero ter tempo pra Igreja” (Anexo 3).

Aí ela falou: “não, você pode vir estudar”. Só que quando chegou aqui, a mesma história. Ela viajava muito, não tinha com quem a menina ficar, porque ela era separada também, aí eu tinha que ficar com a criança... (Anexo 3).

Por causa desse negócio, que falou que ia deixar eu estudar, aí quando eu falei: “e agora? Eu vou estudar?” “Não, Cláudia, porque eu viajo! Quem vai ficar com a menina?!” Era uma menina só, e tal, mas assim, “quem vai ficar”, entendeu? E aí... Eu não podia estudar. Eu continuava, aí... (Anexo 3).

É um sonho estudar, eu sempre, desde criança, lá em casa eu sempre tive muita vontade de estudar, entendeu? (Anexo 3).

Realidade comum é a de meninas que começaram cedo na vida doméstica, buscando oportunidades de educação e de sobrevivência. Muitas delas vivem apenas o sonho e as promessas. Creuza conta que sofreu assédio sexual dos filhos dos patrões quando adolescente:

Eu era chamada de lerda, demente, preguiçosa, mole. Isso faz você realmente acreditar que está fazendo tudo errado. [...] Eu precisava do trabalho e tinha que abrir mão dos estudos. O trabalho era mais importante para a minha sobrevivência. Ainda não terminei o ensino médio (Anexo 6).

Por ser atribuído às mulheres economicamente pobres e vulneráveis socialmente, o trabalho doméstico é decisivo nas suas trajetórias de vida. Para elas o trabalho exerce papel essencial na construção de suas identidades e de sua cidadania, sendo capaz de removê-las *do fundo do buraco* em que se encontram para a condição de sujeitos de direitos, ou pelo menos

sujeitos de alguns direitos. O trabalho doméstico está ligado diretamente à história pessoal das trabalhadoras domésticas.

Creuza afirma que:

Demorou anos para descobrir que eu podia questionar os patrões [...] Só em 1986 eu passei a ter essa consciência, quando comecei a participar de um grupo de domésticas. Foi lá que eu descobri que eu poderia questionar o patrão” (Anexo 6).

Desde que “adquiriu” consciência, como diz, Creuza buscou integrar grupos que discutissem os direitos das domésticas, ela

... queria uma reunião que falasse que a gente tinha direitos, que a gente precisava se organizar. [...] Entrei nessa para lutar contra tudo o que eu passei. Não queria meus sobrinhos e filhas passando por tudo aquilo (Anexo 6).

Consciente da história e da importância do trabalho doméstico, ela afirma:

Tem tudo a ver. Isso passa pela questão de gênero, raça e classe. A maioria dos trabalhadores domésticos é de mulheres de raça negra. E ainda há a questão de classe. Uma classe que é discriminada, que não é vista como uma categoria que faz parte da classe operária brasileira. E faz, sim. Nós contribuimos para a economia brasileira. Contribuímos para que outras mulheres possam sair de suas casas para trabalhar fora. Participamos da educação dos filhos das mulheres de classe média (Anexo 6).

Diferente do que diz o deputado Jair Bolsonaro, Creuza Maria coloca o trabalho doméstico no rol de trabalhos necessários ao funcionamento da economia capitalista, negando seu caráter afetivo, de confiança. Ela confirma a persistência do movimento de domésticas na luta por direitos até a promulgação da PEC:

Estamos envolvidas nesse projeto desde 1985, quando entregamos uma proposta de emenda constitucional. Na Constituição de 1988, a gente já conseguiu alguma coisa. Foi um processo de negociação como agora. [...] Fizemos várias audiências públicas, pedimos audiências com todo mundo. Cobramos da Organização Internacional do Trabalho, desde 1995, a proibição do trabalho infantil. [...] Foi um longo processo. Foi muita luta, de muitos anos (Anexo 6).

A presidente da FENATRAD lembra que é preciso haver uma mudança de mentalidade para que as transformações ocorram, para que os direitos e garantias sejam

cumpridos. Além disso, assegura que, se a PEC foi entendida como ação demagógica ou aconteceu muito rapidamente, apenas a entendeu assim aqueles que não viveram a realidade do trabalho doméstico. Ela lamenta que, quando começou, ainda criança no trabalho doméstico, não existiam direitos e garantias ou a proibição do trabalho infantil. De outra forma, ela poderia ter estudado e teria outra carreira atualmente.

Em entrevista concedida ao Jornal A Folha de São Paulo, Margareth Carbinato, presidente do Sindicato dos Empregadores Domésticos do Estado de São Paulo, mostra que pensa diferente de Creuza Maria. Acerca da história do trabalho doméstico remunerado brasileiro ela diz:

Então resqúcio de escravatura, como dizem...não é resqúcio de coisa alguma, é falta de educação (Anexo 7).

Preocupada com a ausência de direitos das patroas sobre as domésticas, Carbinato é questionada sobre a desigualdade brasileira, que afirma não existir, e diz:

Meu amor, desigualdade...A única desigualdade que vi até agora foi um absurdo de que tomei conhecimento. Uma família que tem um hotel no centro da cidade, paga IPTU e, como estavam querendo vender o hotel e é difícil de vender, o local foi invadido pelos sem-terra, os sem teto da vida. Quatrocentas famílias. [Os donos do hotel] Entraram na Justiça para reaver o que era deles e aí vem um promotor perguntando onde os proprietários vão colocar as famílias. Se fosse eu, esqueceria a educação que meus pais me deram e daria uma resposta. Eles não puderam fazer nada até agora (Anexo 7).

Enquanto Creuza Maria e Benedita da Silva ressaltaram a importância histórica da PEC, de reparação e justiça social, Jair Bolsonaro e Margareth Carbinato descartaram o valor histórico da conquista, negaram a questão racial que envolve o tema e tentaram subverter o assunto, desviando-o para a necessidade de regulamentação de outras categorias de trabalho e para a ideia de que as patroas também necessitariam de direitos enquanto tais.

3.3 Continuidades no trabalho doméstico

Os argumentos que hoje tentam ocultar a luta do movimento das domésticas e negar-lhes direitos são os mesmos que há quase 100 anos lhes negam *status* de jurídico de

trabalhadoras. Tais argumentos, traduzidos nos discursos de juristas, jornalistas, políticos profissionais, pessoas comuns, representam a ideologia de uma época. “... a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia” (BRANDÃO, 2004, p. 11). Todavia, para além de mostrar a intenção do falante, o discurso revela a sua ação acerca, neste caso, do trabalho doméstico. Ao dizerem que o serviço doméstico implica relações de afeto e não possui relevância econômica e que por isso não merece regulamentação jurídica, políticos e juristas não apenas dizem, mas agem em favor dessa tese e atuam negando direitos às trabalhadoras domésticas. Tais discursos não escondem uma ideologia, pois dizem o que querem dizer.

O trabalho doméstico no Brasil reproduz categorias coloniais/modernas e nos diz que ainda há uma descolonização política, cultural, econômica e social a ser realizada. Ele associa três características indispensáveis para o projeto colonial moderno: raça, gênero e classe (BERNARDINO-COSTA, 2007). Assim, a divisão sexual, racial, econômica e social do trabalho mostra-se implacável no trabalho doméstico, marcado pelo passado escravagista do país. No período colonial, identidades raciais foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais impostas pelo padrão de dominação: o trabalho remunerado associado ao branco e o trabalho escravo ao negro. Nesse sentido, trabalho e raça são categorias indissociáveis na análise histórica brasileira, em que as diferenças raciais persistem e definem as relações de trabalho contemporâneas.

No caso do trabalho doméstico, há que se acrescentar a essas duas categorias a questão de gênero, que conforma a divisão sexual do trabalho. O trabalho, como prática social, possui características e significados diferentes entre o gênero feminino e o masculino, e a cada um deles são atribuídas competências diferenciadas (HIRATA; KERGOAT, 2007).

A herança colonial-escravista brasileira ainda está presente na realidade das trabalhadoras domésticas brasileiras e é reproduzida cotidianamente nos discursos sociais. É essa lógica tenta impedir a conquista de direitos dessas trabalhadoras.

Os discursos sobre o trabalho doméstico revelam uma continuidade histórica nas relações de trabalho no que tange gênero, raça/cor, trabalho e classe. Mesmo que os sistemas político e trabalhista tenham mudado radicalmente, de colônia e império para o sistema republicano, de regime escravocrata para o trabalho livre, assalariado e regulamentado pela CLT, a *lógica colonial* que define e hierarquiza os papéis sociais ainda é atuante na sociedade brasileira.

A raça/cor une-se ao gênero, marca da divisão sexual do trabalho, da diferença entre produção e reprodução, para determinar papéis sociais e, assim, para definir a quem se destinam os lugares na hierarquia social. A primeira divisão do trabalho, de acordo com Strauss, é a sexual, que diferencia as funções de homens e mulheres na sociedade (PISCITELLI, 2009). Por possuírem a característica biológica necessária para produzirem a prole, às mulheres foi imposto o papel de reprodutoras, posição naturalizada na sociedade. A reprodução liga-se à natureza, ao dado, estático, e, por isso, não poderia ser alterada, devendo as mulheres cumprirem seu papel natural. Os homens, então, ocupariam o lugar de produção da sociedade, ligado à cultura, à criatividade, e, por isso, poderia ser transformado a todo o tempo. Ainda, a diferença natureza x cultura impõe uma hierarquia, em que a natureza ocupa posição inferior, pois ligada à animalidade do sujeito, o que não poderia modificar, e a cultura ocupa posição superior, pois conecta-se à racionalidade, característica que o diferencia de todos os outros animais.

O gênero é fator central na análise do trabalho doméstico, escravo ou livre. Ele define as funções do trabalhador (produção e reprodução na divisão sexual e racial do trabalho) e a necessidade e obrigação de afetividade nas relações domésticas e de cuidado. Sendo assim, faz-se mister uma análise que leve em conta o gênero na construção (e desconstrução) da colonialidade.

3.4 A indissociabilidade da colonialidade de gênero e raça: um feminismo sem fronteiras

Because I am in all cultures at the same time, alma entre dos mundos, tres cuatro, me zumba la cabeza con lo contradictorio. Estoy norteeda por las voces que me hablan simultáneamente⁴³.

O que nos impõe a realidade do trabalho doméstico brasileiro é a relação latente entre as categorias raça, gênero, trabalho e classe. Não é possível analisar e pensar o trabalho doméstico no Brasil sem encará-lo de forma interseccional, ou seja, analisando como essas três categorias se relacionam para conformar a realidade das trabalhadoras domésticas brasileiras. A interseccionalidade aqui requerida reconhece a multiplicidade de identidades e as suas diversas formas de integração como forma de resistência às opressões que sofrem as mulheres.

⁴³ Poema de Glória Anzaldúa, *Una lucha de fronteras / A Struggle of Borders*.

Com isso, a análise do sistema mundial colonial/moderno deve ser pautada pela interseccionalidade. Para isso, faz-se mister apresentar a evolução do conceito de colonialidade, desde uma perspectiva que utiliza a categoria raça como elemento fundante e totalizante da colonialidade, como o faz Quijano (2002; 2005), até a sua abrangência na questão do gênero, contribuição do feminismo latino-americano, como argumenta Lugones (2008).

A crítica feita pelas feministas latino-americanas a Quijano aponta que o autor desconsidera outros critérios para a afirmação da *colonialidade do poder* para além da raça. Lugones afirma que são três categorias indispensáveis para a constituição da colonialidade: gênero, raça e trabalho/classe (BIDASECA, LABA, 2011; COSTA, 2012; LUGONES, 2008). Para ela, Quijano ao totalizar o critério raça na colonialidade, desconsidera uma forma de discriminação e dominação milenar: o gênero. O sociólogo considera que dominação de gênero é anterior à história e à sociedade, e acaba por naturalizar as relações de gênero e de heterossexualidade, o que o tornaria irrelevante na constituição do sistema mundial colonial/moderno. Segundo Lugones (2008), as categorias indicadas se cruzam e afirmam a interseccionalidade de qualquer pesquisa que se pautar em pensar a *colonialidade de poder*. Para Spivak, “se, no contexto da produção colonial o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (2012, p. 85). Logo, há que se pensar também em *colonialidade de gênero*.

De acordo com Lugones (2008), um dos eixos identificados por Quijano na estrutura do sistema colonial/moderno, o controle do sexo e da sexualidade, abarcaria a questão de gênero para o sociólogo. Todavia, ele limita a organização social de sexo e gênero heterossexualidade e ao patriarcalismo, ignorando outros aspectos da realidade de gênero, como a sua organização em termos de raça/cor. Lugones acredita que o gênero é central no sistema colonial/moderno e que a colonialidade não se refere apenas à classificação racial. Quijano não trabalha com a intersecção de raça e gênero em sua lógica de eixos estruturais. Lugones explica a necessidade de uma análise interseccional:

Embora na modernidade capitalista eurocêntrica todos/as somos racializados e atribuídos a um gênero, nem todos/as somos dominados ou vitimados por este processo. O processo é binário, dicotômico e hierárquico. Kimberlé Crenshaw e outras mulheres de cor feministas temos argumentado que as categorias têm sido entendidas como homogêneas e que selecionam o dominante, no grupo, como seu padrão; portanto, "mulher" seleciona como o padrão as fêmeas burguesas brancas heterossexuais, o "homem" seleciona machos burgueses brancos heterossexuais, "negro" seleciona machos

*heterossexuais negros, e assim por diante*⁴⁴ (2008, p. 82, tradução nossa).

Sendo assim, o padrão social e hierárquico imposto pelo imaginário constante do sistema-mundo colonial/moderno, podemos caracterizar a matriz de poder da *colonialidade de gênero* como: branca, masculina, heterossexual, e classista⁴⁵. Tal classificação revela o vazio da interseccionalidade proposta por Crenshaw (2002), em que as mulheres racializadas não são incluídas nas categorias *mulher* ou *negro*. O discurso cultural construído com as colonizações e a escravidão criou uma imagem da mulher racializadas traduzida em apenas corpo, não mente, como afirma hooks:

[...] Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas “só corpo, sem mente”. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as “mulheres desregradas” deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado (hooks, 1995, p. 469).

Mohanty elabora como se deu a consolidação do sistema mundial colonial/moderno sob a perspectiva interseccional:

*(1) a construção e consolidação ideológica da masculinidade branca como normativa e a correspondente racialização e sexualização dos povos colonizados; (2) os efeitos das instituições e políticas coloniais na transformação de patriarcados indígenas e consolidação hegemônica da cultura da classe média nas áreas das metrópoles e coloniais; e (3) o surgimento de políticas e consciência feministas nesse contexto histórico dentro e contra a conjuntura dos movimentos de libertação nacional*⁴⁶ (2003, p. 58, tradução nossa).

⁴⁴ No original em espanhol: “A pesar que en la modernidad eurocentrada capitalista, todos/as somos racializados y asignados a un género, no todos/as somos dominados o victimizados por ese proceso. El proceso es binario, dicotómico y jerárquico. Kimberlé Crenshaw y otras mujeres de color feministas hemos argumentado que las categorías han sido entendidas como homogéneas y que seleccionan al dominante, en el grupo, como su norma; por lo tanto, «mujer» selecciona como norma a las hembras burguesas blancas heterossexuales, «hombre» selecciona a machos burgueses blancos heterossexuales, «negro» selecciona a machos heterossexuales negros y, así, sucesivamente”.

⁴⁵ A *colonialidade do poder* reflete outras tantas características do sistema-mundo colonial/moderno como: cristão, patriarcal, cis, etc.

⁴⁶ No original em inglês: “(1) the ideological construction and consolidation of white masculinity as normative and the corresponding racialization and sexualization of colonized peoples; (2) the effects of colonial institutions and policies in transforming indigenous patriarchies and consolidating hegemonic middle-class cultures in metropolitan and colonized areas; and (3) the rise of feminist politics and consciousness in this historical context within and against the framework of national liberation movements”

Sobre a constituição do sistema machista de produção de conhecimento Ilana Lowy afirma:

Apresentar os conhecimentos produzidos num dado momento – desde a aurora do período moderno -, num dado local (a Europa, e mais tarde a América do Norte), por indivíduos dotados de uma identidade social específica (machos, membro das classes dominantes) como o único saber, objetivo e universalmente válido, de modo a excluir qualquer outro ponto de vista (o das mulheres, dos pobres, das pessoas “de cor”, de países não ocidentais) possibilitou que se consolidasse a hegemonia material e ideológica dos dominantes (HIRATA, 2009, p. 42).

Segundo Mignolo (2003), a matriz de poder colonial/moderna utiliza a *diferença colonial*, que transforma as diferenças culturais em valores e hierarquias sociais, como uma estratégia para discriminação e separação entre sujeitos, povos e culturas. E, como Quijano, Mignolo também acredita que há uma manutenção da *diferença colonial* nas relações contemporâneas. No que tange ao trabalho das mulheres, essas continuidades da *colonialidade do poder e de gênero* podem ser retratadas pelo viés do trabalho doméstico, que ainda carrega as dicotomias e separações fundadas em relações coloniais e evidenciadas pela divisão sexual e racial do trabalho.

A colonialidade de gênero alimenta a divisão sexual do trabalho (e vice-versa) em todas as áreas da vida social, seja no trabalho doméstico, seja na produção de conhecimento. A divisão por gênero na construção do saber científico (divisão sexual do trabalho) aponta uma dicotomia exclusiva e hierárquica. A modernidade ordena as racionalidades e a produção científica com o objetivo de buscar uma ideia totalizadora, universal e abstrata, a partir de uma atuação neutra, objetiva, reforçando a dualidade sujeito-objeto. Acontece que essa suposta neutralidade representa o padrão de dominação fundado no eurocentrismo e que pretende controlar os saberes subalternos para silenciá-los. Lowy declara que “... as definições vigentes de neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade da ciência, na verdade frequentemente incorporam a visão de mundo das pessoas que criaram essa ciência: homens - os machos - ocidentais, membros das classes dominantes” (HIRATA, 2009, p. 40). Assim, a ciência revela a sua não neutralidade na oposição universal (homem, machos) x gênero.

Haraway explica:

Eles contam fábulas sobre a objetividade e o método científico para estudantes nos primeiros anos de iniciação, mas nenhum praticante das altas artes científicas jamais seria apanhado pondo em prática as

versões dos manuais. Os adeptos da construção social deixam claro que as ideologias oficiais sobre a objetividade e o método científico são péssimos guias, particularmente no que diz respeito a como o conhecimento científico é realmente fabricado. Quanto ao resto de nós, há uma relação muito frouxa entre o que os cientistas acreditam ou dizem acreditar e o que eles realmente fazem (1995, p. 09).

Haraway é categórica ao afirmar que a compreensão da natureza, o fazer ciência, é uma atividade cultural e social, e depende do tempo e do lugar. Assim, gênero deve ser uma variável na produção de conhecimento.

Dentro da disputa travada sobre o que é gênero e o que é ser mulher, o feminismo tradicional não conseguiu desatrelar a ideia de gênero a de sexo biológico. Tratou esse último como algo dado, natural, universal à espécie humana e que, portanto, não é passível de ser transformado, o mesmo tratamento dado por Quijano. Feministas no final do século XX, Haraway e Judith Butler questionaram as diferenças sexuais entre homens e mulheres, o gênero e a “naturalidade” do sexo biológico (BIDASECA, LABA, 2011; STOLCKE, 2004). Haraway indica que o corpo é mais que uma página em branco disponível para registros sociais, tampouco é simplesmente a matéria-prima para a construção social do gênero. Butler, com sua teoria *performativa* (precursora da teoria *queer*), desafia a noção estática de gênero, afirmando que é um efeito discursivo (Bidaseca e Vanessa Laba apresentam o gênero como um *disfarce*), e o sexo é um efeito do gênero. Assim, as identidades se encontram em constante construção e reinterpretação. A forma de ser mulher é heterogênea, existem muitas identidades. A desnaturalização dos papéis de gênero e sexo apontam para a conclusão de que as mulheres não são o único sujeito do feminismo.

Para feministas como Bidaseca, a *colonialidade de gênero* deve ser entendida com uma nova possibilidade de episteme a partir das *mulheres de cor*. Trata-se de complexificar o pensamento tomando o gênero como objeto de análise e partindo das fronteiras entre saberes ocidentais e saberes dos povos colonizados.

Bidaseca, Laba (2011), Mohanty (2003) e a *chicana* Anzaldúa (2005) afirmam que o feminismo hegemônico construiu a imagem da *mulher do terceiro mundo*⁴⁷ como um sujeito monolítico, incapaz da práxis política e carente de representação. Spivak (2012) chega a mesma conclusão, porém não vislumbra possibilidades de fala ou de atuação política autônoma enquanto as mulheres permaneceram em posição de subalternidade. Ao contrário, as teorias *decoloniais* não buscam a extração do subalterno da sua posição de subalternidade,

⁴⁷ Mohanty utiliza as expressões *terceiro mundo* e *mulher do terceiro mundo* para marcar um lugar geográfico e uma conjuntura sócio-histórica que incorpora minorias.

mas sim a valorização do saber subalterno como lócus de enunciação capaz de uma gnose liminar, de construir um novo pensamento desde as fronteiras.

Bidaseca e Laba (2011) propõem que as feministas devem se perguntar se a representação das mulheres subalternas pelo feminismo hegemônico não é um esforço colonizador ou uma tentativa de proteger uma matriz cultural ocidental. Nesse sentido, Mohanty (2003) faz uma distinção entre a imagem construída da *mulher do terceiro mundo* pelo feminismo hegemônico e a sua auto representação: as primeiras seriam ignorantes, pobres, domésticas, limitadas por tradições, restringidas pela família e sem possibilidade de controlar o seu próprio corpo, enquanto as mulheres ocidentais seriam modernas, educadas, aquelas que controlam seu próprio corpo e sua sexualidade e que tomam suas próprias decisões. Por isso, para a indiana, definir o feminismo hegemônico como emancipatório é separar as mulheres da luta de seu povo, ignorar as interseccionalidades e como atua a colonialidade de gênero.

O feminismo hegemônico usa o conceito *mulher* como categoria de análise, ou seja, com *status* de objeto, fundada em seu universo antropológico e sociológico. O que o feminismo hegemônico fez foi construir a categoria *mulher do terceiro mundo* como um grupo homogêneo e sem poder, que se encontra no lugar da vítima do sistema socioeconômico (é vítima da violência masculina, são universalmente dependentes, vítimas do colonialismo, vítimas do sistema familiar religioso), como aponta Mohanty (2003). Para ela, estabelecer mulher como categoria de análise assume uma unidade a-histórica e universal entre as mulheres fundada numa noção generalizada de sua subordinação. Esse universalismo trata a opressão das mulheres como um fenômeno global, desconsiderando as vivências individuais, o lugar, a cultura ou a história de cada uma. Sendo assim, a homogeneização e sistematização das experiências dos diversos grupos de mulheres *do terceiro mundo* apaga todas as experiências e modos de resistências marginais e pluralidades identitárias. Não, as *mulheres do terceiro mundo* são uma comunidade de mulheres com histórias e locais sociais divergentes, entrelaçadas por suas diferenças e pelos fios políticos de oposição a formas de dominação generalizada e sistêmica.

Em oposição ao feminismo hegemônico, Anzaldúa (2005) introduziu o conceito de *fronteira* como sendo uma “categoria ontológica, étnica e topográfica que mostra a necessidade de uma epistemologia fronteiriça”⁴⁸ (BIDASECA, LABA, 2011, p. 9, tradução nossa). Diante da persistência da *diferença colonial* e do feminismo hegemônico colonizador

⁴⁸ No original em espanhol: “categoría ontológica, étnica y topográfica que muestra la necesidad de una epistemología fronteriza”.

por meio de uma *colonialidade do poder e de gênero*, e a partir do conceito de *fronteira* de Mignolo e Anzaldúa, propõe-se um outro feminismo, que restabeleça a luta das mulheres dentro da diferença (*na casa da diferença*), sem negá-la, e que crie um imaginário feminino autônomo, para além de estereótipos de mulher existentes. Propõe-se que o projeto modernidade/colonialidade seja desconstruído, criticado e repensado para além das dicotomias impostas. Esta é a proposta do feminismo *decolonial*, construído desde as margens do sistema mundial colonial/moderno, que lutaria pela autonomia das mulheres desde seus lugares geográficos, suas culturas, suas histórias e memórias (BIDASECA, LABA, 2011) e produziria uma epistemologia feminista *decolonial*, um *pensamento situado, localizado* (HARAWAY, 1995; MOHANTY, 2003; SPIVAK, 2012), redistribuído espacialmente e resistente às colonialidades.

3.5 Pela descolonização do trabalho doméstico

Como narrativa crítica, a gnose liminar, nascida da subalternidade, é a proposta de um novo pensamento, que combata as colonialidades e transforme a realidade dos subalternos. Essa práxis subalterna reage às imposições sociais e hierárquicas do sistema-mundo colonial/moderno e questiona os papéis sociais atribuídos aos sujeitos. Em situação de dupla subalternidade, as mulheres racializadas narram a sua própria história. Como metodologia da epistemologia feminista *decolonial*, o relato de vida dessas mulheres por elas mesmas, possibilita a sua *produção de si* por meio da rememoração do passado. Foi assim com Carolina Maria de Jesus e seu *Quarto de despejo*, é assim com Claudineia e Cláudia:

Não queria ficar lá ficar vendo televisão com ela. E os familiares queriam exigir isso, uma companhia para ela além d'eu fazer as coisas. Isso eu não gostava muito não. [...] Eu falei: "ah gente, no dia que eu tiver disponibilidade, na hora que eu quiser e se eu quiser eu faço companhia, no dia que eu não quiser eu não faço". E eu sempre fazia outras coisas, acabava que não dava tempo né (Claudineia – Anexo 2).

Eles me ajudaram, mas eu também ajudei. Hoje eu compreendo. [...] É, hoje eu elaboro bem isso. Não, é como diz o ditado do povo: uma mão lava a outra. Ali eles não me devem nada e eu não devo nada também, entendeu? Não é ingratidão, é amizade (Cláudia – Anexo 3).

A configuração do trabalho doméstico remunerado brasileiro reflete como a colonialidade de poder e de gênero atuam na divisão sexual e racial do trabalho. A lógica econômica, social e cultural implementada com o período colonial brasileiro classificou a população a partir dos critérios de raça e gênero que, juntos, colocam as *mulheres de cor* em posições inferiores na escala social. As mulheres de cor recebem as menores remunerações, são mais informalizadas no que tange o trabalho, têm menos acesso a bens de consumo, dentre outros (IPEA, 2015).

A categoria raça/cor foi um dos pilares organizadores da sociedade, pois identificava e separava a população colonizada nas formas de trabalho segundo o estabelecido com o regime escravocrata (QUIJANO, 2005), trabalho compulsório/sem salário x trabalho livre/assalariado. Assim, raça/cor foi a marca do trabalho do escravo, um trabalho essencialmente manual, mesmo que especializado, como o de ferreiros e sapateiros (GRAHAM, 1992). Oposto do trabalho escravo, o trabalho livre era, majoritariamente, exercido por brancos e significava remuneração, criatividade e intelecto, e por isso era mais valorizado. Assim afirmam Schwarcz e Starling: “Numa sociedade escravocrata, todo o trabalho físico e que demandasse esforço era considerado aviltante, e assim relegado aos africanos. Por sinal, cor virou uma régua para essa sociedade que a eles vinculava o labor braçal” (2015, p. 95).

Mesmo com as transformações políticas, econômicas e sociais, o trabalho manual, inferiorizado na hierarquia social, ainda é destinado aos sujeitos racializados, como acontece com o serviço doméstico. Negros ainda estão em menor número nas profissões e cargos com maior prestígio e remuneração no país (IPEA, 2015).

Para as mulheres marcadas pela raça/cor, a intersecção com o gênero as coloca em posição de dupla subalternidade e configura o principal elemento da colonialidade de gênero. A divisão sexual e racial do trabalho estrutura a sociedade brasileira, dividindo-a para além do trabalho manual e incorporando o trabalho reprodutivo. Sendo assim, se o gênero e a naturalização do sexo constituíram a divisão sexual do trabalho como forma atribuir papéis sociais distintos a homens e mulheres, a raça/cor somou o trabalho manual e colocou as mulheres de cor em posição de dupla dominação (LUGONES, 2008). O trabalho reprodutivo relegado às mulheres e realizado na intimidade das famílias, assim como o trabalho manual, é inferiorizado e naturalizado como sendo uma extensão do corpo da mulher. O trabalho de manutenção da casa e cuidado dos filhos ainda hoje é entendido como função “natural” das mulheres em razão do sexo biológico lhes atribuído. O serviço doméstico, então, é visto como

o posto de trabalho cujo principal ocupante é a mulher, mesmo que ela também participe do mundo do trabalho produtivo (HIRATA, 2004, 2009, 2014; HIRATA, KERGOAT, 2007).

Na escravidão, a divisão sexual e racial do trabalho foi implacável: o trabalho doméstico era realizado por uma grande maioria de mulheres negras. Mesmo as famílias menos abastadas possuíam um ou dois escravos para o serviço doméstico, que alinha trabalho manual e trabalho reprodutivo (BINZER, 1994; GRAHAM, 1992). Na hierarquia escravocrata, os escravos domésticos ocupavam posição privilegiada em relação aos outros escravos, já que trabalhavam junto das famílias, tinham acesso a bens materiais, falavam o português e, por tudo isso, criaram laços de amizade e afeto com seus senhores. No entanto, se as escravas domésticas possuíam algum privilégio, hoje o trabalho doméstico da mulher de cor ocupa posição rasa na hierarquia social brasileira.

Por ser um trabalho que envolve intimidade e cuidado, o serviço doméstico construiu relações ambíguas entre escravas e senhores. Ao mesmo que permitia e possibilitava a edificação de uma relação afetuosa, impunha a escravidão, a subordinação dos escravos. Como pode haver amor num lugar de dominação? A relação ambígua ainda é comum no trabalho doméstico brasileiro, cuja realidade é a negação de direitos, porquanto até recentemente não era regulamentado. Dona Maria de Lourdes relatou a sua experiência ambígua, entre afeto e negação de direitos:

Ela tem muita coisa comigo, só nunca assinou minha carteira né?
(Anexo 1).

As mulheres de cor foram transformadas em corpos com a colonização. Foram sexualizadas e habitam o imaginário dos homens, foram transformadas em corpos prontos e perfeitos para a reprodução, seja para reproduzir a massa de escravos e trabalhadores braçais necessários à economia, seja para o cuidar, amamentar e educar as crianças dos senhores ou dos patrões. Neste caso, o afeto é requisito básico do trabalho, que requer disponibilidade integral das mulheres e alimenta a ambiguidade entre o afeto dirigido aos seus pares e afeto dedicado aos senhores e empregadores, como narrou Dona Áurea, que cuidou dos filhos dos patrões enquanto tentou cuidar dos seus próprios. O destino e a representação das mulheres de cor ainda é *só corpo, não mente* (hooks, 1993, 1995).

Outro aspecto que perpassa a vida das domésticas é a gratidão. Na escravidão, a concessão de liberdade, de alforria, foi considerada uma dádiva dos senhores para os seus escravos. E, apesar de não requerer um pagamento, exigia a gratidão do liberto indeterminadamente. Como possibilidade de *sair do buraco*, de buscar um sonho, de mudar

de vida, o trabalho doméstico contemporâneo também implica a gratidão das domésticas, como contou Cláudia, que foi chamada de ingrata por seus antigos patrões e que se sentia verdadeiramente ingrata, pois o trabalho doméstico que realizava, mesmo sem direitos, possibilitou a realização de seu sonho de estudar.

Nesse contexto, a luta por direitos no trabalho doméstico constituiu uma práxis subalterna, resistente às colonialidades. A longa luta de mulheres como Laudelina de Campos, Creuza Maria e Benedita da Silva, silenciada no campo social e jurídico brasileiro, foi ouvida e proporcionou a constituição de direitos trabalhistas para as domésticas brasileiras. Tal prática subalterna (ou das subalternas) não contou com representação ou intercessão, foi fruto de luta e resistências das domésticas, a despeito das vozes poderosas que bradavam pela naturalização do trabalho doméstico da mulher e pela negação dos direitos das trabalhadoras domésticas.

Essas relações de afeto, (in)gratidão e de negação de direitos, pouco refletidas nas relações no trabalho doméstico, foram elaboradas criticamente nos relatos de vida de Maria de Lourdes, Cláudia e Claudineia. As experiências vividas foram diferentes para as três ex-domésticas, porém as suas narrativas mostraram que rememorar o passado pode ser uma forma de conhecimento e de libertação. Os relatos, como saberes subalternos, constituíram a *produção de si* dessa mulheres, que sem interlocutores ou representantes, confrontaram e desconstruíram as supostas posições estáticas que ocupavam com o trabalho doméstico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim da redação do relatório de pesquisa é possível analisar os caminhos percorridos, a hipótese construída e as conclusões a que chegamos. Tanto a pesquisa quanto a redação do texto final foram processos que foram elaborados de uma forma e que sofreram mudanças durante sua realização, o que tornou a pesquisa dinâmica no sentido de não aceitar hipóteses rígidas e desconectadas da realidade que pretende analisar.

Durante a pesquisa descobrimos a necessidade de traçar um perfil das trabalhadoras domésticas para analisar a atuação de uma colonialidade nas relações de trabalho atuais por meio da análise das categorias encontradas. Para isso, a escolha metodológica foi o suporte de pesquisas quantitativas acerca do trabalho doméstico, que montaram o seu *retrato*. No entanto, percebemos que a fotografia tirada correspondia apenas a uma parte da realidade das domésticas, pois era estática e momentânea. Sendo assim, necessária a escolha de outra ferramenta metodológica que complementasse o retrato. Os *relatos* colhidos e analisados desvelaram as relações que envolvem o trabalho doméstico. De início, o retrato apresentou as categorias já esperadas: gênero, raça/cor, trabalho e classe. Além dessas categorias, nos relatos ficou evidenciada a relação de afeto em torno do trabalho doméstico. Assim, a afetividade também foi analisada como uma característica marcante. No exame dessas categorias ficou evidenciado que elas se inter-relacionam e produzem identidades e modos de vida diversos. As experiências de homens e mulheres, negros e brancos no mundo do trabalho é distinta e configura a divisão sexual e racial do trabalho, definidor do trabalho doméstico.

Depois do diagnóstico sobre o que compreende o trabalho doméstico, a ligação entre trabalho doméstico escravo e trabalho doméstico livre pôde ser traçada. Tal liame não se apresentou direto e claro, em razão das diferenças intrínsecas entre os dois tipos de trabalho. Entretanto, por meio da análise histórica a respeito do trabalho escravo, foi possível encontrar no sistema escravocrata as mesmas características que cercam o trabalho doméstico atual. Dessa forma, categorias e papéis sociais forjados no período colonial escravocrata ainda se mostram permanentes e definidores de hierarquias sociais. Essa continuidade presente no trabalho doméstico indicou a atuação de uma lógica colonial nas relações de trabalho doméstico, traduzida em *colonialidade de poder e de gênero*. A colonialidade define identidades e papéis sociais, relegando às mulheres negras as posições mais inferiorizadas da sociedade.

Além da presença das categorias encontradas tanto no retrato e nos relatos quanto na análise histórica do trabalho doméstico, a negação de direitos às trabalhadoras domésticas também conforma a persistência de uma lógica colonial nas relações de trabalho doméstico. Os seus direitos trabalhistas foram negados e adiados com a justificativa de que o serviço doméstico e de cuidado são atividades “naturalmente” destinadas às mulheres, que abarca relações de afeto e intimidade e que não é relevante economicamente. Os discursos que negaram *status* jurídico ao trabalho doméstico persistem desde o final do período escravocrata brasileiro e se reproduzem na política e na sociedade. Ao justificarem a não garantia de direitos das domésticas com argumentos construídos desde a escravidão, políticos e juristas acabam por impor-lhes os lugares inferiorizados no mundo do trabalho e na sociedade.

Contudo, no exame dos discursos de negação de direitos, encontramos os discursos de resistências das domésticas. Os atos de resistência promovidos pelas trabalhadoras domésticas brasileiras podem ser traduzidos pelas lutas que travaram para serem ouvidas e conquistarem seus direitos, o que se mostrou eficaz com a PEC das Domésticas. A resistência realizada pelas domésticas envolve uma luta feminista pela desconstrução da divisão sexual do trabalho, pelas trabalhadoras e pelas mulheres racializadas, que lutam para se desvencilhar das colonialidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Júlia. Crítica pós-colonial nos domínios de língua portuguesa: pautando desafios epistemológicos. *Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais*. Vol. 2, nº 1, jan-jun 2012, pp. 33-44.

ANZALDÚA, Gloría. La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(3):320, set/dez 2005, pp. 704-719.

ÁVILA, Maria Betânia M. *O Tempo do Trabalho das Empregadas Domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência*. 2009, 321 f. Tese de Doutorado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro *decolonial*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

BARROS, Vanessa A et al. “Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de História de Vida. *Mosaico: estudos em psicologia*, Belo Horizonte, vol. 1, nº 1, 2007, pp-25-35.

BARTHES, Roland. *A Câmara Clara – Nota sobre a fotografia*. Trad. Júlio C. Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Tomos I e II. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BENERÍA, Lourdes. Reproducción, producción y división sexual del trabajo. *Mientras tanto*, España, Nº 6, pp. 47-84, 1981.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Colonialidade do Poder e Subalternidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Revista Brasileira do Caribe*, vol. VII, núm. 14, enero-junio, 2007b, pp. 311-345.

_____. *Sindicato das Trabalhadoras Domésticas no Brasil: Teorias da Descolonização e Saberes Subalternas*. 2007, 287 f. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 2007.

BERTAUX, Daniel. L’approche biographique: sa validité méthodologique, ses potentialités. *Cahiers Internationaux de Sociologie*. NOUVELLE SÉRIE, Vol. 69, Juillet-Décembre/1980, pp. 197-225.

BHABHA, Homi K. Introdução – Locais da Cultura. In: BHABHA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BIDASECA, Karina; LABA, Vanesa V. Feminismos y (des) colonialidad. Las voces de las mujeres indígenas del sur. *Temas de Mujeres*, Ano 7, Nº 7, 2011.

BINZER, Ina Von. *Os Meus Romanos* – alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. Trad. Alice Rossi e Luisita G. Cerqueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BOSI, Antônio de Pádua. Ex-escravos, imigrantes e Estado na constituição da classe trabalhadora de Uberabinha, MG (1888-1915). *Revista de História Regional* 9(1): 105-135, Verão 2004.

BOURDIEU, Pierre. *La dominación masculina*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2000.

BRANDÃO, Helena H N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Unicamp, 2004.

BRITES, Jurema G. Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. *Cadernos de Pesquisa*. v.43 n.149, maio/ago 2013, pp.422-451.

BRUSCHINI, Maria Cristina; RICOLDI, Arlene. Revendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 1, 2012, pp. 259-287.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, 2º sem. 2002, pp. 91-108.

CARNEIRO, Maria Teresa; ROCHA, Emerson. Do fundo do buraco – o drama social das empregadas domésticas. In: SOUZA, Jessé; et al. *A ralé brasileira – Quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 125 – 142.

COSTA, Cláudia de Lima. Feminismo e tradução cultural: sobre a colonialidade do gênero e a descolonização do saber. *Portuguese cultural studies*, N. 4, Outono de 2012, pp: 41-65.

COURA, Alba *et al.* As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(2): 336, maio-agosto/2013.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *The University of Chicago Legal Forum*, 1989, pp. 139-167.

_____. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Estudos Feministas*, ano 10, 1º semestre 2002, p. 171-88.

DELGADO, Maurício G. *Curso de Direito do Trabalho*. 6ª edição. São Paulo: LTr, 2007.

FANON, Frantz. *Pele negra máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FRASER, Nancy. Cultura, economía política y diferencia. Sobre el libro de Iris Young: Justicia y la política de la diferencia. IN: FRASER, Nancy. *Iustitia Interupta: Reflexiones críticas desde la posición “postsocialista”*. Santafé de Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 1997.

FURST, Priscila L V. *Uma análise de discursos jornalísticos sobre trabalhadoras domésticas*. 2013. 237f. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

GODBOUT, J T. Introdução à dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 13 nº 38. São Paulo Oct. 1998.

GONÇALVES, Emílio. *Empregados Domésticos: Doutrina – legislação e jurisprudência*. São Paulo: LTr, 1973.

GRAHAM, Sandra L. *Caetana diz não – Histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. *Proteção e Desobediência – Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860-1910)*. Tradução Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. Uma certa liberdade. In: FARIS, Juliana B. et al (orgs.). *Mulheres Negras no Brasil escravista e pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012, pp. 134-148.

HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu* (22) 2004: pp.201-246.

_____. SABERES LOCALIZADOS: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*. Vol. 5. 1995, pp. 07-41.

HIRATA, Helena *et al* (orgs). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Revista Tempo Social*, v. 26, n. 1, São Paulo jan./jun, 2014, pp. 61-73.

_____. Trabalho Doméstico: uma servidão “voluntária”? In: GODINHO, Tatau (org.). *Políticas Públicas e Igualdade de Gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, pp 43-54.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, Nº 132, set/dez 2007.

hooks, bell. Intelectuais Negras. *Estudos Feministas*, Florianópolis, Ano 3, segundo semestre/1995, pp. 464-478.

_____. *Vivendo de amor*. 1993. Disponível em: <http://www.olibat.com.br/documentos/Vivendo%20de%20Amor%20Bell%20Hooks.pdf>
Acesso em 22/05/2016.

HOUAISS. Grande Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/>

KILOMBA, Grada. *Plantation, Memories: Episodes of Everyday Racism*. Munster: Unrast, 2010.

KOFES, Suely. *Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas*. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

LORDE, Audre. *Zami, A New Spelling of My Name*. New York: Crossing, 1982.

LUGONES, María. Clonialidad y Género. *Tabula Rasa*. Bogotá - Colombia, N.9, julio/diciembre 2008, pp 73-101.

MACIEL, José A C. O progresso atual e o contrato de trabalho do empregado doméstico. São Paulo: LTr, 1978.

MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais/Projetos globais* – Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MOHANTY, Chandra T. *Feminist without borders* – decolonizing theory, practicing solidarity. Durham: Duke University Press, 2003.

MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. 2003. Disponível aqui: <http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf> Acesso em: 13/06/2016.

MURARO, Rose Marie. *A sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.

PACHECO, Ana Cláudia L. *Mulher negra: afetividade e solidão*. Salvador: EDUFBA, 2013.

PINTO, Elisabete Aparecida. *Etnicidade, Gênero e Educação: a trajetória de vida de D^a Laudelina de Campos Mello (1904-1991)*. 1993, 775f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1993.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: Almeida, H B; SZWAKO, J. E. (orgs). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. Pp. 116-149.

_____. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e cultura*, Vol. 11, Núm. 2, julho-diciembre, 2008, pp. 263-274.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. *A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencia Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Argentina. Setembro 2005, Pp: 107-130.

_____. Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*. Ano 17, nº 37, 2002, pp. 04-28.

RICOEUR, Paul. *Teoria da Interpretação* – o discurso e o excesso de significação. Lisboa: Edições 70, 2016.

SAFIOTTI, Heleith. *A Mulher na Sociedade de Classes* – Mito e realidade. 3^a edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

SAID, Edward W. Introdução. In: SAID, E. *Orientalismo – o Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. Representações do intelectual. In: SAID, E. *Representações do intelectual – As conferências de Reith de 1993*. Trad. Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SALCEDO REPOLÊS, Maria Fernanda. *Habermas e a Desobediência Civil*. Belo Horizonte, Mandamentos, 2003.

SCHWARCZ, Lilia M. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário – cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

_____. Uma história de diferenças e desigualdades – as doutrinas raciais do século XIX. In: SCHWARCZ. *O Espetáculo das Raças – Cientistas, Instituições e Questões raciais no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 43-66.

SCHWARCZ, Lilia M; STARLING, Heloisa M. Toma lá dá cá: o sistema escravocrata e a naturalização da violência. In: SCHWARCZ; STARLING. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, pp. 79-106.

SCOTT, Joan. *Gender: a useful category of historical analyses*. Gender and the politics of history. Tradução: DABAT, Christine R.; ÁVILA, Maria Betânia. New York: Columbia University Press, 1989.

SOUZA, Flávia Fernandes. Escravas do Lar: as mulheres negras e o trabalho doméstico na corte imperial. In: FARIS, Juliana B. et al (orgs.). *Mulheres Negras no Brasil escravista e pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012, pp.244-260.

SOUZA, Jessé. *A Tolice da Inteligência Brasileira – ou como o país de deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Almeida et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

STOLCKE, Verena. La mujer es puro cuento: la cultura del género. *Estudios Feministas*, Florianópolis, 12(2): 264, maio/agosto 2004.

TEIXEIRA, Juliana C. *As artes e práticas cotidianas de viver, cuidar, resistir e fazer das empregadas domésticas*. 2015. 414f. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

_____. As patroas sobre as empregadas domésticas: discursos classistas e saudosistas das relações de escravidão. In: Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. 8º *Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos premiados – 2013*. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013, pp. 33-70.

TELLES, Lorena Féres da Silva. *Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920)*. São Paulo: Alameda, 2013.

VILLELA, João Baptista. Aplicabilidade e eficácia da norma constitucional. *Síntese: Revista de Filosofia*, v. 17, N. 51, 1990 Pp: 65-77.

Documentários e filmes:

A Negação do Brasil – o negro nas telenovelas brasileiras. Direção Joel Zito Araújo. 2000, 91min, cor/p&b. Disponível em: <https://vimeo.com/95471812> Acesso em: 31/03/2016.

Como se Fosse da Família. Direção Alice Riff e Luciano Onça. Brasil. Produção Grão Filmes Distribuição Agência Pública. 2013, 13min, cor. Disponível em: <http://apublica.org/2013/12/minidoc-como-se-fosse-da-familia/> Acesso em: 26/07/2015.

Dep. Jair Bolsonaro (PP-RJ) foi contra aprovação da PEC das Domésticas. Programa Palavra Aberta. Câmara dos Deputados. 16/04/2013, 11min, cor. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/PALAVRA-ABERTA/440113-DEP.-JAIR-BOLSONARO-\(PP-RJ\)-FOI-CONTRA-APROVACAO-DA-PEC-DAS-DOMESTICAS.html](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/PALAVRA-ABERTA/440113-DEP.-JAIR-BOLSONARO-(PP-RJ)-FOI-CONTRA-APROVACAO-DA-PEC-DAS-DOMESTICAS.html)

Heróis de todo mundo – Laudelina de Campos Melo. Lapilar Produções Artísticas. 2011, 2min14, cor. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EEewuy3suFA>

Histórias Cruzadas. Direção Tate Taylor. EUA. Distribuição Walt Disney Studios Motion Pictures. 2011, 137min, cor.

Que Horas Ela Volta? Direção Anna Muylaert. Brasil. Distribuição Pandora Filmes. 2015, 114min, cor.

Documentos e fontes estatísticas:

Association of Black Women Historians – ABWH. *An Open Statement to the Fans of The Help*. 2013. Disponível em: <http://www.abwh.org/images/pdf/TheHelp-Statement.pdf> Acesso em: 31/03/2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil). *Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – Síntese dos Indicadores Sociais*. 2013. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf> Acesso em: 06/04/2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil). *Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa*. 2016. Disponível aqui: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/retrospectiva2003_2015.pdf Acesso em: 12/04/2016.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Brasil). *Relatório das desigualdades de gênero e raça*. 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_trabalho_domestico_remunerado.html Acesso em: 02/03/2016.

International Labour Office (Suíça). *Domestic workers across the world: Global and regional statistics and the extent of legal protection*. 2013. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_173363.pdf Acesso em: 18/04/2016.

Observatório de Gênero (Brasil). *Mesmo com a PEC, a informalidade continua entre domésticas*. 2015. Disponível aqui: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/mesmo-com-pec-a-informalidade-continua-entre-domesticas/> Acesso em: 13/06/2016.

Organização Internacional do Trabalho (Brasil). *A OIT no Brasil: Trabalho decente para uma vida digna*. 2012. Disponível aqui: <http://www.oitbrasil.org.br/node/809> Acesso em: 13/06/2016.

Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico. *Brazil - Education at a Glance: OECD Indicators*. 2015. Disponível aqui: <https://www.oecd.org/brazil/Education-at-a-glance-2015-Brazil-in-Portuguese.pdf> Acesso em: 11/04/2016.

Rede Brasil Atual. *Após dois anos da PEC das Domésticas, patrões continuam descumprindo obrigações*. 2015. Disponível aqui: <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2015/03/apos->

dois-anos-da-pec-das-domesticas-patroes-continuam-descumprindo-obrigacoes-969.html
 Acesso em: 13/06/2016.

Palestras e conferências:

BIDASECA, Karina. *Interseccionalidades e pós-colonialidade na diversidade de teorias e práticas no campo feminista*. Seminário do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. 11 de setembro de 2014.

DOMINGUES, José Maurício. *América Latina: do nacional-popular desenvolvimentista à revolução democrática*. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. 11 de junho de 2015.

FRASER, Nancy. *Crisis of care*. Reitoria, Universidade Federal de Minas Gerais. 10 de novembro de 2015.

Fontes iconográficas:

Acervo digital Fundação Casa Rui Barbosa. Disponível em:
http://memoriaescravidao.rb.gov.br/artigos_jornais.php

Acervo digital Instituto Moreira Salles. Disponível em:
<http://www.ims.com.br/ims/explore/acervo/fotografia>

Agência Senado. Disponível em:
<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2010/04/27/fundadora-do-primeiro-sindicato-de-trabalhadoras-domesticas-do-brasil-laudelina-de-campos-mello-lutou-por-sua-categoria-durante-70-anos>

BARRETO, J; LUHAR, C. *O Preconceito Estampado*. Campos dos Goitacazes: Arquivo Público Municipal, 2011, p. 34.

FREYRE, Gilberto. *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. São Paulo: Global, 2010, p. 91.

Decretos e Leis:

BRASIL. Decreto nº 3.078. 27 de Fevereiro de 1941. Regulamenta o contrato de locação de serviços domésticos.

BRASIL. Consolidação das Leis do trabalho. 1º de Maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

BRASIL. Lei nº 5.859. 11 de Dezembro de 1972. Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico.

BRASIL. Constituição da República. 1988.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 72. 02 de Abril de 2013. Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais.

ANEXOS

Anexo 1 – Relato de Maria de Lourdes

Anexo 2 – Relato de Claudineia

Anexo 3 – Relato de Cláudia

Anexo 4 – Reportagem “As reações à Constituinte”

Anexo 5 – Discurso Deputada Benedita da Silva

Anexo 6 – Entrevista com a presidente da FENATRAD, Creuza Maria

Anexo 7 - Entrevista com a presidente do Sindicato de Empregadores Domésticos Margareth Carbinato

Anexo 1

Relato de vida
Maria de Lourdes Santos (17/12/2015)

Mariane (M) É... Então a senhora começou a trabalhar como doméstica porque sua mãe trabalhava?

Maria de Lourdes (ML): É... Porque minha mãe trabalhava.

M: E quando você começou com sete anos, você trabalhava numa casa só ou...

ML: Na verdade eu trabalhava em duas casa. Duas casas.

ML: Era todo dia! Era todo dia. Porque a mãe de uma criança saía tarde, né? Não sei. E eu ficava de manhã.

M: E estudou?

ML: Não.

Não. Não recebia salário.

M: Morava na casa? Ganhava alguma coisa pelo trabalho?

ML: Sim, às vezes ganhava uma fruta, ganhava alguma coisa assim ... Coisa de comida.

Entendeu? Não que eu precisaria nesse tempo, realmente eu não precisava assim mas elas davam era isso. Dinheiro mesmo não. Às vezes dava uma roupa... Entendeu?

É. Uma coisinha.

Nunca tive tempo pra isso e na verdade acho que a minha mãe, não sei, né? Difícil a gente julgar né? Mas ela não se interessou assim de me por na escola e tal morava no interior...

Tenho. Tenho 4 irmão. Meus irmão te que não convivi... criamos juntos. Quando eu fiz 14 anos... 14... É, com 17 eu vim pra Belo Horizonte.

Aí vim com a família de lá.

Entendeu? Vim com a família que era de lá.

Não, não trabalhei com eles assim antes.

Já saí direto com eles.

Tavam procurando uma pessoa pra trabalhar ai uma amiga minha falou assim “*a você não quer ir pra Belo Horizonte?*”, e tal né, “*com essa família vc vai ganhar bem*”, não sei o que, bem 10 reais por mês.

Isso foi, não sei se foi em 1950. Eu sei que tem muitos anos que eu tô em Belo Horizonte. Eu nem sei o ano mesmo, certo assim eu não...

É na década de 50, início assim...

Morava na casa dela.

É. Não conhecia ninguém. Cidade grande... Eu morava numa cidade pequena. Não tinha, sabe...

Lá eu estava trabalhando quando eu vim pra cá.

Bem, trabalhava na casa de família numa cidade, na Bahia também.

É, chama Igaporã.

É. Tudo cidade bem pequena.

Igaporã, mais ou menos...

Um lugar, cidade maior, mais perto. De Igaporã era... Como chama meu Deus?

É mais no sul. É... Ai meu Deus, esqueci...

Eu vou lembrar... É Caculé!

Olha o nome! [risos] É uma cidadezinha maiorzinha um pouco. Ai sai dessa cidade Igaporã e fui trabalhar numa cidade, fui trabalhar em Vitória da Conquista.

Conhece? Fui pra lá. Trabalhei lá acho que um ano e pouco.

Aí já era uma tipo um hotel.

Uma pousada é. Ali tinha 20 pessoas. Morava assim na pousada e ai tinha dia que chegava muita gente pra almoçar um negócio assim.

Só na cozinha!

Só na cozinha. Ai eu trabalhava na cozinha... E eu acho que fiquei um ano lá. Mais ou menos. Um ano lá.

Trabalhando com essa família lá. E depois voltei pra Igaporã de novo, na mesma casa que eu trabalhava antes. Que a dona me ligou... Me ligou não, me escreveu se eu não queria voltar, não sei o que e tal. Aí eu voltei. Voltei de Vitória da Conquista até Igaporã de novo. E era longe! Agora não tinha como, não tinha ônibus, assim, que vinha. Sabe como que eu vim de lá?

Em cima de um pau de arara, um caminhão, aqueles caminhão que transporta negócio... Em cima daquilo ali!

Pra trabalhar. Aí voltei e fiquei mais na casa dela um tempo e aí apareceu essa família. Que vinha pra Belo Horizonte aí eu vim pra cá.

Trabalhei. Com essa família eu trabalhei acho que uns 18 anos trabalhei com eles. Depois fui trabalhar na casa da filha.

É, continuei. Aí fui trabalhar na casa da filha, trabalhei uns tempo assim deu... Aí eu sai da casa da filha e fui trabalhar numa outra casa aqui no bairro Cruzeiro.

Aí nessa casa eu trabalhei acho que 21 anos eu trabalhei. Criei 2, 3 criança da dona.

E fora depois que eu fui pra essa última casa, aí depois eu sai fiquei um como diarista aí eu morava numa favela que tem aqui em cima.

Na Serra. Morei na favela ali.

Não, não morei na casa. Essa última que eu trabalhei que foi aqui no Cruzeiro eu tinha minha casa lá nessa favela. Morava lá. Aí eu vinha e trabalhava e voltava...

M: Era perto né?

ML: Mais ou menos.

É. Eu vinha a pé. De lá eu vinha a pé. Porque tinha que descer pegar o ônibus da cidade

Muito, *muito* tempo. Aí eu trabalhei com essa dona 21 anos, né, que eu falei com você. Criei os 3 filho dela e o meu já tinha o pai do [neto] né, o pai do [neto] já era grandinho. Depois eu tive outro. Outro filho que mora aqui mora em Ipatinga.

M: Não, mas me conta então dos filhos da senhora agora. A senhora teve dois?

ML: Dois.

Tive ele na casa.

Aí fiquei com ele na casa.

M: Ah, tá. Quando a senhora saiu de lá arranjou a casa lá na Serra?

ML: A favela lá em cima? Antigamente chamava lá o “pau comeu” [risos]

M: Acho que hoje não. Hoje eles tem outros nomes, né? Tem Cafezal...

ML: Cafezal era perto mais ou menos, só que é mais pra cá.

M: Ah tá. Porque agora parece que são sete bairros.

ML: É, tem muitos, é. Mas é por ali. Por ali mesmo. Comprei um barraco lá. Eu não lembro o ano porque não guardo esses troços não. [risos] Foi logo que eu sai dessa casa. Com esse pessoal que eu vim da Bahia. Ai eu fui morar na casa da filha dela e não deu certo, porque eu tinha menino né? Eu tive que... Eu vinha todo dia, deixava o menino com uma dona, ela olhava pra mim. Eu nem pagava porque não tinha como né. Aí ele foi crescendo aí (...)

M: É. Quando a senhora foi trabalhar nessa casa do Cruzeiro, que trabalhou 21 anos, a senhora deixava ele com outra pessoa lá?

ML: É, deixava. Ele vinha pra escola...

E a tarde ele voltava pra casa. Tinha sete anos e já voltava sozinho.

Eu deixava comida pronta...

Recebia salário aqui, dessa... Recebia salário.

M: Deixa eu fazer uma coisa meio cronológica aqui: a senhora não recebeu salário foi quando a senhora trabalhava na Bahia.

ML: Isso.

M: Ai quando a senhora veio pra cá...

ML: Quando eu era ainda criança que eu ia...

M: *Aham*. Trabalho tá totalmente ilegal, né?

ML: Subia no banquinho e tal... Mesmo assim depois que eu trabalhei aqui, eu nunca trabalhei de carteira assinada. *Nenhum* mês assinou minha carteira!

Não tem direitos de nada, nenhum! Direito só de trabalhar e receber aquilo ali e pronto. Entendeu? Não tem direito de *nada*!

Comecei, é. Comecei a receber salário.

Bem baixinho. 10 reais (sic).

Mas eu morava na casa né, não precisava. Comprava sapato, roupa... Aí ia juntando... Sapato e roupa, era isso. Eu morava na casa então não precisava né.

Aí depois eu tive outro filho. Aí que foi o problema, porque eu não podia ficar na casa com dois filhos. Tá certo, né?

Eu já tinha um e o problema entrava a família. “E agora, como é que eu faço?” Aí apareceu um pessoal que eles pegavam criança...

As mães davam a criança e na maternidade eles já pegavam, a mãe não tinha direito nem de ver.

Não, nem era... Aí uma colega minha me levou nesse lugar. Aí eu não tive coragem não.

Aí não tive coragem não, aí eu falei “seja o que Deus quiser, nem que eu vou pro meio da rua com ele”, mas eu não dou... Porque depois e a minha consciência, né?

Num é? É... Aí eu arrumei uma dona lá no Salgado Filho que olhava um menino.

Longe. Mas só que quem levava no médico era eu. Tinha que trabalhar, saía daqui do...

E eu tinha que trabalhar, ir lá pra levar as coisas pros menino, aí o menino adoeceu, quase morreu...

Ficou com ela lá. Eu não podia ficar com ele.

É. Depois apareceu uma outra dona nessa favela, eu já tinha um barraco lá né?

Aí a dona olhava ele pra mim, a dona trouxe ele de lá dessa outra, e ela tomou conta dele até... Até grande, até depois dos oito anos ele ficou com ela. Depois, depois eu ia trabalhar, ia pra casa e ele ia ficar lá em casa. Aí ele tava na escola, ficava na escola...

Aí ficaram, entendeu? Só que um bem mais velho que o outro, que quando eu ganhei o outro, o outro já tinha sete anos.

Era maior

M: E a senhora... É, a senhora foi casada?

ML: Não.

Só eu mesmo, só eu mesmo.

Eu não tinha ninguém! Ninguém...

Ninguém, depois que eu vim da Bahia eu não tive contato nenhum com eles mais.

Nenhum. Assim quando eu cheguei eu escrevi, dei um tempo assim, eu escrevi e tal, mas não... Não me responderam e nem a carta voltou.

Perdi o contato... Aí eu não voltei mais na Bahia também.

Até hoje...

Não tenho. Não sei se morreu, nem a minha mãe se morreu ou se tá viva eu não sei...

Não tenho contato nenhum com eles.

É, pois é... E eu, eu, eu sempre falo assim: “eu é que me criei”.

Porque depois a minha mãe foi tendo filho, já não era filho do meu pai, já era com outra pessoa...

E nunca dá certo, né? Aí tinha eu e meu irmão que era do casamento dela né?

Meu irmão era mais novo do que eu, sumiu no mundo que eu não tive contato nunca mais.

Saiu de casa já era rapazinho, saiu de casa, não tive mais contato.

Não tenho contato.

A minha família foram meus filhos, meus netos e agora bisnetos.

Né? Aí depois veio...

Agora bisneto eu tenho dois que é filho do irmão do [neto].

Aí foi né? Eu criei meus filhos, aí veio os neto, aí veio bisneto, pronto, tá bom.

Ah, tem que eu parei de trabalhar, deve ter... Uns 15 anos...

O [neto], logo que o [neto] foi morar, casou com a [esposa do neto], aí ele me chamou: 'vó'... Porque eu morava ainda no, no, na...

Na Se..., é, é. Eu morava sozinha, que meu filho tinha casado e morava em Ipatinga, né? Eu morava sozinha naquela favela lá, só Deus...

Aí [neto] falou: *'vó, cê vem morar aqui em casa, porque aí a [esposa do neto] vai ganhar menino, aí cê ajuda e tal e fica com a gente e tal'*.

É, aí eu fui morar com eles... Eu não queria muito não, porque eu tava acostumada, morar sozinha, e ir trabalhar, cuidar da minha vida, mas...

Mas... Se não é isso, eu acho que... Aí ele me chamou e eu fui, aí fui ficando né... Aí eu fiquei. Aí vendi o meu barraco lá.

Não. Não volto não.

A minha experiência lá não foi nada boa.

Não. Primeiro quando eu comprei esse barraco eu nunca tinha morado em favela. Morava em cidade pequena, mas em favela eu não...

É. Aí o povo falava muito de favela e tal... Apareceu uma dona vendendo um barraco. Um, um cômodo!

Sabe? Mais ou menos esse sofá pra cá assim. Ali era cozinha sala quarto. Tudo ali. Depois com o tempo eu fiz uma parede... Separei um quarto, era grande sabe? Separei um quarto e o outro ficou como a cozinha e sala mas quando eu cheguei, fui morar nesse lugar era bem. Quando eu cheguei lá cê não tem ideia. Falei “meu Deus”, mas não tinha outro jeito!

Tinha que morar. Tinha o do lado, tinha um pessoal que morava que entre a casa deles assim e a minha assim tinha chiqueiro de porco. Pensa bem.

E do outro lado do mesmo barraco a parede... O pessoal escutava música a noite inteira, de madrugada. Maior barulho e eu saía, tinha dia que saía quatro horas da manhã. Com o irmão, pai do [neto], que era trocador. Ele tava com 11 anos.

Como trocador. Cê acredita? Ele era muito inteligente ele foi ai eu descia com ele lá dessa favela. Nesse ônibus “Cruzeiro” que ele trabalhou.

Descia com ele pra pegar o ônibus na esquina lá na Contorno com... Como é que chama aquela rua? Contorno e... Sabe onde fica um corpo de bombeiro?

É, Afonso Pena, né.

É, ali naquela esquina de baixo.

Aí descia mais um pedaço, naquele quarteirão de baixo. Esqueci o nome da rua lá. Não sei se é Piauí...

É isso mesmo! Aí naquela eu esquina ficava parada, aí o ônibus passava, pegava ele...

Uma criança, uma criança! Ia trabalhar e eu ia pro emprego que era aqui no Cruzeiro. Eu chegava... Saía de casa tinha dia que era 5h30 eu tinha que pegar o ônibus.

Então não podia falhar. Tinha q chegar no horário. Às vezes chegava antes né. Ficava esperando até as 5h30, aí entrava no ônibus e eu vinha pro serviço.

Aí começava a trabalhar e saía do serviço tinha dia que era 20h.

Não tinha horário não.

M: E a senhora fazia o quê no trabalho?

ML: Tudo.

Cuidava dos meninos, da casa, cozinha. De tudo.

Só eu.

Era um apartamento assim... De quantos cômodos? Dois, três... De oito cômodos. Bem grande.

Três meninos. Cuidei de três.

Muito bem. Eles me tratava bem, sabe? Única ruim que era o salário era pouco, né? Mas o...

Não. Direito nenhum.

Agora eu ganho aquele negócio do governo.

Eu não sei como chama. Eles fala que é minha aposentadoria

Tem um salário. Minha neta que arrumou isso pra mim. Tem pouco tempo.

É. Ela conseguiu, não sei como ela conseguiu.

É, aí ela conseguiu isso. Porque eu nunca, muita gente fala que tem que dá um jeito, tem que dar um jeito e ninguém nunca deu um jeito.

O fato é que eu nunca parei. Depois dos sete anos eu nunca parei de trabalhar.

A não ser agora.

É. O [bisneto] tá com 5, daqui a pouco tá com 7!

Ninguém acredita!

É, outra visão em relação ao mundo, né? Sabe mexer em tudo. O [bisneto] mexe em tudo e eu não sei mexer.

Eu não saía, né?

60 ou mais, né? Que eu tô com 76.

Nunca brinquei.

Nem lembro se eu brinquei.

Que logo que minha mãe foi morar na casa dos meus avós... Eu morava na casa dos meus avós.

Nunca estudei.

Eu sei ler, sabe...

Eu sei ler, mas... Por exemplo, o meu nome eu não assino. Eu assino sabe...

Pois é! Entendeu?

M: E a senhora sente falta disso?

ML: É bem que faz falta, tem hora que faz falta.

É. A gente acostuma, a gente acostuma, né. Mas eu não tenho dificuldade por exemplo pra sair na rua pra, pra ir na... Não. Os ônibus, os nomes de ônibus, número de ônibus.

Nada eu tenho dificuldade. Onde me mandar eu vou.

Entendeu?

Isso nunca me atrapalhou, não. Sabe, sempre eu fui muito ativa, assim...

Perdi essa parte. Eu não sei contar o que é que é... Fala comigo, o que é que foi infância pra mim? O que é que foi adolescência? Num te falar nada não sei. Foi trabalho. Nem sabia se existia.

Não sabia o que é que era.

Não sabia.

Com relação ao trabalho, tive! Porque, pensa bem, a gente trabalha numa casa que, por exemplo, o almoço não podia ser o de hoje e amanhã a mesma coisa. Todo dia tinha que ser novo. E mesmo assim tinha dia que falava, sabe, falava umas coisa que não agradava a gente, mas... Né... Não, nessa casa eu tive bastante experiência porque eu lembro do dia quando o barraco igual eu te falei aí eu acho que precisava de 10 reais... Aí eu pedi a dona pra... Pedi, aí eu tava com a filha dela! Eu não tava na casa dela, mas a filha dela novinha ainda eu falei “vô pedir não” Eu peço pra mãe, depois que ela receber eu pego, dou pra mãe dela. Aí eu pedi pra ela 10 reais [risos] pra pagar que faltava pra pagar o barraco, né. Aí ela falou “*mas como é que eu vou te emprestar 10 reais? Da onde você vai tirar pra me pagar?*”, depois que eu trabalhei 20... Mais de 20 anos com ela.

Uai, não confiava porque da onde é que você vai tirar... Ela me trouxe da Bahia criança ainda! Praticamente, né! Adolescente!

Pra trabalhar. E trabalhei com ela esse tempo todo.

Também, também. Essa menina que eu falei que eu trabalhei com ela, ela era menininha pequena. Quando fui pra lá eu que tinha que fazer tudo com ela. Cuidava dela.

Cuidava dela.

Ela não me emprestou.

Eu tive que pedir pra filha dela.

Emprestou.

Descontou do salário, né. Descontou.

Você sabe, né. Não, assim... Tem meio um preconceito contra cor, essas coisas, é claro que existe. Mas assim, diretamente...

Não. Não posso falar que eu... Isso aí é a única coisa que eu não... Acho que não, assim... Posso até ter passado, assim... Mas não assim...

M: Mas talvez tenha sido um comportamento naturalizado, né? Acostumado...

ML: É. A gente pode achar assim: “ah, isso é normal porque eu né”...

Assim que acontece né, então não pode levar tudo a fogo e ferro né. Às vezes a pessoa fala alguma coisa com você e se você pudesse na hora você explodia, falava coisas, né... Mas as vezes é melhor você calar, né? Eu sempre tive esse comportamento, graças a Deus... Eu não chego, por exemplo, a pessoa fala alguma coisa, aí às vezes ela quer que eu também desato, fico assim desatada, pra brigar, qualquer coisa, mas eu não chego lá no nível dela.

Nunca trabalhei em outro lugar. Só...

Quando eu comecei a trabalhar, que eu falei que trabalhei de diarista... Aí eu trabalhava assim na casa dos outros, passava, lavava e passava. Lavava roupa e passava... Isso eu lembro eu um tempão fazendo isso.

É. Depois que eu saí dessa última casa, sim.

Não... Não sei se é porque eu já tava acostumada lá, então eu voltei pra lá trabalhar *mas* só lá, né? Às vezes ia lá dois dias e outros outro dia, entendeu?

M: E como a senhora enxerga hoje o trabalho de casa, assim? A senhora faz porque tem que fazer...

ML: Não...

Eu faço.

M: Mas o que é que a senhora acha? Porque a senhora ficou sua vida inteira fazendo?

ML: Trabalhando, né? Agora hoje eu acho o seguinte, que a pessoa vê... Você quer saber o que é que eu acho, assim, de mim. Agora, né?

Agora, depois que eu moro com o [neto] mesmo, eu faço as coisas, porque eu não consigo ficar parada. Entendeu? Então e eu fico vendo às vezes pessoas que vem trabalhar, porque sempre tem pessoa trabalhando aqui. Agora a dona que trabalha tá grávida, não tá vindo. Então eu... Mas eu não espero ter pessoa pra fazer, né... Mas eu não espero a pessoa fazer... Eu ajudo, tem coisa que eu pego e faço... Porque eu não gosto de ficar ensinando todo dia a mesma coisa, falando... Porque tem gente que não gosta!

Mas se tá fazendo uma coisa que não tá certo você tem que falar. E... Mas eu gosto de trabalhar, até hoje eu gosto. Não dou conta igual era antes né?

Mas agora em casa assim eu... [neto] não gosta, né?

Não gosta que eu faço. Mexo assim... Agora assim quando é cozinha eu faço direto.

Eu gosto, eu gosto. Então na cozinha nunca veio ninguém aqui pra cozinhar. Nunca. Na cozinha sempre sou eu que faço. Aí às vezes quando não tem ninguém, eu arrumo a casa... Hoje por exemplo arrumei a sala aqui tirei as coisas tudo... Aí [neto] chega e briga, né? Enfim, deixa pra lá.

Trabalhei. Tem hora que eu fico pensando, meu Deus, não sei como eu aguento porque..

Trabalhei de criancinha...não é fisicamente o trabalho. E a mente?

Quando eu trabalhei nesta casa que te falei, que eu vim com o pessoal da Bahia, já dormia... Não dormia. Preocupada com que eu vô fazer amanhã.

Sabe?

Era só isso que eu conhecia, sô. Só sabia aquilo! Né? Só sabia fazer aquilo! Então eu ficava com aquilo dali e tinha uma vizinha do lado que era uma pessoa boa demais! Ela me ajudou muito. Ela me ensinava “*ah faz isso*”, que ela cozinava, né? Aí ela me ensinava “*faz isso faz aquilo*”...

Boas, né? Essa dona me ajudou muito nessa casa. E tinha também a dona que morava dentro de casa que era cunhada dessa dona... Ela me ajudava assim quando o menino era pequeno, ela me ajudava. O menino chorava, que eu não podia... Se chorasse eu não podia ir lá no quarto olhar. Eu não podia sair da cozinha, por exemplo, tava aqui mexendo nas panelas... Ia lá. Primeiro porque eu tava ocupada, e segundo se ela, a dona visse...

Ia xingar. Porque tava tomando conta de menino e deixando obrigação.

É, que eu tinha que cuidar do meu serviço. Entendeu? Que eu tinha que cuidar do meu serviço...

O menino ficava no quarto lá. Tinha um quarto separado, sabe? Uma casa assim, né, o quarto, o quarto separado, assim...

Agora a cunhada dela, a cunhada dela ia escondido! Às vezes ia lá dava uma mamadeira no menino pra mim... Trocava. Escondido da minha patroa, porque se ela visse ia xingar, entendeu?

Não, só na hora que eu fizesse todas as minhas obrigações!

Deixasse o menino lá. Agora, depois que eu fizesse tudo eu podia olhar o menino...

É, nossa senhora...

M: Que coisa! E como é que era o quarto da senhora quando a senhora morou nessas casas?

ML: Era um quarto, tinha um banheiro do lado... Quarto pequeno.

Tinha, uma janela. Lá tinha ventilação, tinha uma janela. Dava pra entrar ventilação.

É, é. Não, nesse ponto aí, não...

M: E o que a senhora acha hoje que a senhora, é... Tem quanto tempo que a senhora recebe esse benefício que a sua neta arranhou?

ML: Deve ter uns 12 anos mais ou menos...

M: E o que a senhora acha de ter trabalhado esse tempo todo?

ML: Muito tempo.

E não ter direito a nada, nem aposentadoria... Com isso eu fico triste, sabe?

Porque eu vejo hoje trabalho tem direito a tudo, carteira assinada e não sei o quê, não sei o quê... Mas...

A vida inteira. A minha vida inteira sem....

M: E agora voltando na sua família assim, né... Da Bahia. A senhora falou que não tem mais contato com ninguém, né, desde que veio de lá.

ML: Não tive mais contato, nem voltei...

E mandei carta e não me responderam.

Não, não só... Não por isso, a vida mesmo, foi a vida mesmo. Sabe? Aí eu falei: “ah”...

Não! Graças a Deus não.

Foi uma coisa mesmo, assim... Quando eu fui trabalhar nessa casa dessa dona que eu falei pra você lá na Bahia, eu morava na casa da dona. Então minha mãe morava num lugar perto, na mesma cidade assim... Era perto mas não era, sabe? Aí eu ia em casa, tinha dia que... Fim de semana eu ia...

Sabe? Mas eu tenho impressão de que pra mim ir ou não ir... Acho que minha mãe...

Não, não... Eu nunca recebi um carinho da minha mãe. Que eu lembro não! Nunca! Nunca recebi! Agora se me perguntar se eu já apanhei muito... [risos]

Ah, se você perguntar...

Não sei. Porque a minha mãe, tinha que fazer as coisas, e tinha que ser do jeitinho dela.

É. Então assim qualquer coisinha, se não ficasse, ao invés dela chamar e conversar ensinar “*não, isso é assim, não faz mais isso*”.

Querida bater. Né, porque os pais antigamente não era...Palmadinha. Palmadinha não era não.

É.

Não. Não conheci meu pai.

Não conheci meu pai. Não conheci.

M: Então era sua mãe mesmo, dois filhos e... E aí o jeito... É, vai ver que o jeito que ela aprendeu também né?

ML: Hum... Deve ser, não sei... Pode ter sido, né....

Diferente. Bem diferente.

É. Eu costumo dar carinho pros meus filhos. Tudo o certo, né? Tem hora pra tudo, né? Sobre isso aí... Porque eu não tive não é que eu vou pa... Tem que falar “eu não tive isso como é que eu vou passar”? Eu não tive! Não tive nada, não tive amor de ninguém... Mas eu sei passar amor, eu criei meus netos com maior amor, criei meus bisnetos, que... Meu Deus, são tudo pra mim!

É, então começaram a... Nessa favela *sozinha*... Não tem jeito não. Aí eu fui, no principio eu não queria não, sabe?

Tava muito acostumada. Aí achava muito sem jeito. Porque toda vida fui independente, nunca dependi de ninguém.

Né? Eu não sabia o que que era depender dos outros! Então eu achava que ia pra lá e ia ser um... Um peso. *Eu* achava isso, ele não, né? Aí eu dei sorte também graças a Deus...

M: Ah que bom. É... A senhora tem contato ainda com essas famílias que a senhora trabalhou?

ML: Tenho! Com uma eu tenho... Mas com essa que eu vim da Bahia não. Porque até já morreu.

Ela já morreu, os dois já morreram. Tem os filhos, né. De vez em quando eu tenho contato, mas demora muito, sabe? Assim, ter contato... Agora essa que eu trabalhei depois aqui no Cruzeiro tenho sempre contato com ela.

Agora ela mora no lado da Serra aqui, de vez em quando ela liga ou eu ligo... Conversa muito, sabe?

Ela tem muita coisa comigo, só nunca assinou minha carteira né?

Pagou direito as coisas! E eu ajudei ela, ajudei bastante.

Trabalhei *muito*, ajudei *muito*. Cuidei dos três filhos.

M: E a senhora sente sua vida hoje que a senhora deixou de fazer algumas coisas pra senhora?

ML: Ah, sim! Sim!

Não, arrepender não, mas assim se voltasse atrás... Tem dia que eu falo isso, né?

Eu falo seu eu pudesse voltar lá atrás, muitas coisas não ia ser igual não. Eu ia...

Mudar. Assim não, não assim...

É! Mas seria de outra maneira. Muita coisa assim que eu já passei, eu... Acho que eu ia evitar de passar. Não sei...

A gente não sabe, né porque...

É, e não preocupar muito com que passou, né. Porque se você for ficar pensando assim...

M: Ficar vivendo só no passado assim...

ML: Não. Eu não vivo, não.

Não vive. Não vive.

Eu não... Coiso muito não... Não ligo muito não.

M: E a senhora mudaria em relação ao trabalho doméstico, assim? Talvez não tão cedo, né?

ML: Talvez não tão cedo, porque... [risos]

M: A senhora escolheria um outro trabalho, assim?

ML: Um outro trabalho. Acho que eu escolheria...

É, escolheria outro trabalho. Não que eu não...

É, não que eu não goste. É que foi disso que eu sobrevivi, né?

Que eu tô aqui até hoje. Então eu acho assim, eu mesma acho que eu fiz muito. Porque...

Não é? Porque eu não tive nunca alguém pra me apoiar, ninguém pra nada, nada! Era eu e eu!

Né. Então esse negócio de trabalho eu acho que... Trabalhar eu sempre gostei, eu acho que eu não... Trabalho assim, mudaria assim... Não fazia mais do jeito que eu... Eu trabalhava, mas... Exagerava muito.

Entendeu? Então isso me desgastava demais

Agradando os outros, só procurava agradar os outros. Né? Fazia tudo pra agradar... Então quem vive a minha vida conhece, viver pra agradar os outro. Eu achava que eu agradando os outros tava tudo bem, né. É por isso que eu não sei, eu não arrependo de ter sido assim porque eu não tenho nada que me acuse. Minha consciência não me acusa.

Agora hoje não hoje tem outra vida. Então aquilo já passou, né? Já passou, agora se fosse hoje ainda ter que trabalhar acho que seria bem... Trabalhar assim, pra me sustentar, né...

Até hoje né, acho seria bem... Podia até trabalhar, né, mas...

Desse jeito.

M: É, né, mas eu acho que a gente tem que ser não só realista, mas... Também se colocar no lugar do outro, né?

ML: Se acontecesse isso comigo, será né?

Pode mudar, pode mudar.

Não mas isso a gente é... Antigamente era assim, você era um objeto, mesmo, sabe? Se você tinha que fazer aquilo que eles queria, mas...

Ah, não. Tratamento muito ruim, é. Não tinha esses negócio... Né, assim por exemplo, chegar, conversar e tal, isso aí não.

Não, não tinha isso. Por exemplo, essa casa que eu trabalhei eu botava a mesa, só comia depois que todo mundo comia.

Não! Que mesa, minha filha? Sentava na cozinha!

É. Esse negócio de sentar. Eu hoje eu vejo aqui em casa, por exemplo, a empregada senta na mesa antes da família jantar, almoçar, eles falam... Tá na hora da pessoa almoçar, manda a pessoa almoçar.

Né? Aí ela chega senta ali, serve...

Eu falei “meu Deus”, aquele tempo parece que hoje...

M: Mas a senhora acha que todo mundo é assim?

ML: Não!

Não. É, pois é.

M: Não é só aquele tempo da senhora, não!

ML: E pois é, e nesse ponto aí ainda tem gente...

É.

Não, é, mas ainda tem isso

É, isso aí é...

É isso aí não é pra você não.

Ah, tem. Ah tem! Até hoje ainda tem.

M: É, né. Infelizmente. A proposta da minha pesquisa mesmo era dar uma luz pra essa realidade, o tanto que ela ainda, que ela é antiga na história brasileira.

ML: É. Mas é atuante ainda, né? [risos]

É. Nesse ponto aí é...

É...

Não, não. É quando essa dona que tô te falando que eu tive um filho lá eu sempre gostava de criança bem arrumadinha e tal, né? Então eu arrumava meu filho, comprava sapato, roupinhas bonitinho, ficava... E ela... Isso ela achava humilhação...

E ela falava “*nunca vi pobre criar filho igual rico, sapato dentro de casa*”.

Não podia. Quer dizer, usava porque era eu que comprava, né?

Mas por ela não podia,

No meu lugar. Isso, isso. Meu lugar. No meu lugar.

É, era isso. Essa dona era *bem*... Ela morreu tem pouco tempo, morreu com cento e poucos anos, 106, 105 anos. Ainda viveu muito [risos]

M: É, mas a senhora não tinha, assim era uma convivência boa. A senhora falou que a senhora era muito tranquila. A senhora nunca bateu de frente?

ML: Não não. Nunca bati. Sempre fala as coisas e eu calava. Nunca. Eu nunca respondi! Ninguém, nem minha mãe... Ninguém. Minha mãe, eu nunca respondi minha mãe! Hoje os filhos fala mais alto que os pais, isso aí eu acho muito... Mas...

Agora, minha vó... minha mãe eu lembro dela, né... É a minha mãe! Mas agora que eu lembro com... Assim, muito amor da minha vó.

Eu lembro da minha vó com muito, muito amor. Porque se for olhar foi a única família que eu tive lá no princípio da minha vida foi a minha vó. Entendeu? Porque nossa, era tão calma sabe? Nossa, tinha uma paciência e tal, né?

Nossa! Diferente! O dia que fazia por exemplo um feijão que chama fava, não sei se você conhece...

É maiorzinho. Lá eles usava muito isso esse feijão. No dia que, eu não gostava eu lembro eu não gostava, e no dia que falava que ia fazer eu falava: “ai meu Deus vô ter que comer isso”, porque nem podia falar com a minha mãe que não gostava. Eu nunca falei com a minha mãe que eu não gostava. Porque eu tinha que comer. Se eu falasse que não gostava ia lá fazer eu comer mais. Entendeu? Aí eu falava com a minha vó. Aí no dia que fazia a minha vó ficava perto de mim e falava: “*ela não vai comer isso não porque ela não gosta*”, fazia sempre uma coisa pra mim comer. Se a minha mãe pudesse naquela hora ali...

Nossa! Dava um jeito, sabe?

Eu lembro da minha vó com muito carinho...

M: Então a senhora conheceu o amor sim, né, por mais que tenha sido por pouco tempo, né?

ML: Por minha vó. Por muito pouco tempo que eu morei com a minha vó. Eu fui...

Convivência com ela. Da minha vó eu... A única pessoa! Sabe que eu lembro com amor assim era minha vó.

É também perdi assim, também já era velha, né? Agora hoje em dia perdi o contato com a minha vó. Não sei. Saí de lá quando eu ainda era criança, né?

Que a minha mãe mudou pra outro lugar e minha vó morava mais praticamente numa roça. Eu não tive mais contato com a minha vó. Mas lembro muito bem da minha vó. Pouco tempo que convivi com ela... Lembro muito de...

Essa lembrança né. A única coisa do meu passado que eu conto é dá minha vó.

Meu passado.

Uma boa lembrança! É, eu lembro assim mas sabe com muito amor mesmo.

Por isso que eu sempre procuro ser uma boa vó. [risos] Sabe? Posso ate não ser, mas eu procuro ser.

Eu procuro ser uma boa vó.

Bisavó, é. Eu achava que... Eu pensava comigo mesmo “meu Deus, eu num vô chegar nem ser avó”. Eu achava assim, né. E agora eu sou bisavó sabe [risos]

Eu tive nova. O meu primeiro mais velho eu tava com 19. E o outro tava com 27.

Olhando assim, meu Deus do céu.

Essa conta do passado, é. Tem hora que eu fico pensando, “meu Deus será como é que eu como é que foi que eu vivi aquilo lá”? Foi assim encarando mesmo, né? Sem reclamar, assim sem nada, porque não tinha pra quem reclamar também.

É amparar. Por exemplo, assim, qualquer coisa... Hoje não, eu chego converso com um amigo, converso com uma pessoa né. Mas aquele meu tempo não. É trabalhar, trabalhar e...

E trabalhar.

Tranquila. Não, não, muito tranquila.

É, já passaram. Eu também não preocupo com nada que já passou. As vezes eu lembro assim hora assim e tal mas a gente lembra não

Não com remorso, rancor, graças a Deus.

Graças a Deus.

Seguir a vida, é...

Mas a pessoa, quando ela guarda...

Ela acumulou aquilo ali dentro, né?

É, vive mal.

Se eu fosse viver assim, o que eu passei lá trás...

Nossa, eu não lembro daquilo ali não...

Tentar mudar!

E não voltar pra aquilo, é.

Eu vivo o hoje!

Eu vivo hoje. Aquilo lá trás por exemplo agora assim nem lembro, entendeu?

Se for por nesses detalhes assim muito se for aprofundar muito, vixe, tem muito mais coisa... Mas eu não ligo muito assim, sabe?

Eu não deixo levar por isso não nem lembro daquilo.

Tem hora que eu falo assim talvez foi bom pra mim isso ai pode ter sido em alguma parte pode ter me beneficiado isso.

Viver dessa forma.

Não vê questiona nada brigar esse negocio guarda rancor mágoa isso aí graças a Deus...

É.

M: Já como a senhora mesmo disse, não tinha nem com ninguém com quem reclamar...

ML: Com que reclamar.

Não tinha nem com quem reclamar.

É a minha história, é.

É bom.

Anexo 2

Relato de Vida
Claudinéia Alexandrina Moreira (18/09/2015)

Claudinéia (C): Meu nome é Claudinéia Alexandrina Moreira tenho 31 anos e nasci na cidade de Matias Cardoso em Minas Gerais.

Mariane (M): Quando você começou a trabalhar como doméstica?

C: Eu comecei aos 18 anos de idade, quando eu saí do interior para ir para Belo Horizonte.

Porque foi o primeiro trabalho que apareceu. Eu tinha que trabalhar para estudar e aí foi a primeira coisa que apareceu.

É, eu sempre quis fazer faculdade só que no início eu não tinha ideia do que ia ser, do que precisava aí eu comecei a trabalhar fazendo cursinhos básicos de informática, depois para técnico de radiologia, depois comecei a fazer cursinho para entrar na faculdade.

É eu trabalhei em duas casas diferentes. A primeira foi na casa de um dentista e aí eu fiquei poucos meses porque eu tinha pouca experiência não sabia fazer nada e aí fiquei pouco tempo lá. Aí fui dispensada fiquei uns quatro meses lá.

M: Então você foi dispensada?

C: Fui, rs. Ela não falava que foi por conta disto né. Foi porque eu não tinha experiência.

C: Aí a outra foi com uma senhora. Só eu e a filha dela eu não sabia fazer nada mas aí ela achava bom porque ela me ensinou a fazer as coisas do jeito que ela queria aí eu aprendi e com ela eu fiquei mais tempo foi um ano.

M: E os dois lugares, você morava na casa?

C: Os dois, morava.

O primeiro foi indicação de uma amiga minha que morava em Matias Cardoso?

M: Uma amiga sua que morava em Matias Cardoso?

C: Sim.

M: Você conhecia muitas pessoas?

C: Sim, praticamente todo mundo. Eu trabalhava de doméstica e achava que essa era a única possibilidade de sair pra trabalhar. E como eu queria estudar, se eu tentasse outra coisa seria mais difícil assim.

Mesmo sem experiência. Eu não fazia serviço doméstico direito nem na minha casa mas sempre gostei de aprender. Mas não era uma coisa que eu queria passar fazendo o resto da minha vida mas assim era para eu aprender alguma coisa. E eu estava disposta a prender assim também. É... e ai foi. Assim, primeiro eu queria começar de babá. Assim pra começar a trabalhar. Eu gostava de criança e já tinha mais experiência com criança. Só que depois eu comecei a pensar que trabalhar com crianças é bom mas a parte dos pais me desanimava mas a parte dos pais. Ai eu pensei que assim que trabalhar como doméstica é melhor mesmo porque os pais não ficava de mimimi. Ai eu podia ficar me apegando as crianças e sair seria mais difícil. Doméstica foi por conta disto também.

M: Nessa casa que você ficou quatro meses como foi a experiência lá? Como foi a relação entre?

C: Foi péssimo porque então eu não sabia fazer as coisas né eu tinha que ficar procurando minha tia que era doméstica toda hora para saber como fazia as coisas perguntando as coisas. Ela era dentista ai eu lavava as roupas ai manchava.

Ficava perguntando como tirava as manchas. Fazia o trem ficava pior. Ai assim eu acho que ela percebia, mas ela não falava nada não.

Ela morava com dois filhos. Uma acho que começava a faculdade. O outro era adolescente acho que uns 15 anos mais ou menos. Eu não gostava também dos meninos eu tinha que levar os meninos na escolinha era uma vez por semana mas eu odiava ai os meninos eram grandes ai assim mas era só isso com ele era isso levar uma vez no futebol. Mas essa menina também assim ela só falava as coisas que tinha que fazer mais também assim parece que nem ela sabia direito. Ela sem saber também como que fazia pra fazer eu fazer as coisas direito. E eu não tinha um jeito próprio ai as coisas ficavam assim

Ela só falava o que tinha que fazer e tal. Hoje é dia de lavar roupa hoje é dia de arrumar casa de fazer uma coisa mais especial mas ela não tinha um jeito assim sabe? Ela não tinha um jeito de dona de casa. Ela queria alguém que fizesse o que tinha que fazer sem precisar pedir. Eu não tinha experiência.

M: Você morava na casa. Qual era seus horários de trabalho?

C: Lá era de boa porque eu estudava né, assim. Eu fazia as coisas e estudava.

Final de semana eu ia pra casa né pra casa dos meus tios.

M: E como é que era? Você tinha carteira assinada?

C: Não.

Assim acho que não deu tempo né porque eu saí rápido.

Pagava certinho. E até pra época assim eu recebia um salário bom para a época. Razoável também acho que foi por isso que eu animei. Pagando bem que mal tem? Na época não sabia fazer nada né, acho que foi isso.

M: E nessa segunda casa que você ficou mais tempo? Como era essa relação? Você

falou que ela gostava de ensinar né de falar né.

C: É. Mas tinha um porém, que ela era idosa né. Ai além de fazer as coisas ela queria companhia também né. Mas eu não tinha saco né porque eu queria assim deu meu horário acabou. Eu queria ficar fazendo as minhas coisas ai eu saía pra fazer minhas coisas. Não queria ficar lá ficar vendo televisão com ela. E os familiares queriam exigir isso, uma companhia para ela além de fazer as coisas isso eu não gostava muito não.

Eu falei: “ah gente, no dia que eu tiver disponibilidade na hora que eu quiser e se eu quiser eu faço companhia no dia que eu não quiser eu não faço”. E eu sempre fazia outras coisas acabava que não dava tempo né. Ai eu vi que para ser uma coisa melhor eu precisava de um curso básico de informática ai eu fiz. Tinha uma época que isso era importante, porque ninguém sabia, ninguém tinha computador. Ai eu entendi que precisava disso fiz e tanto é que no próximo trabalho eu precisei. Ai eu virei secretária. Se eu não tivesse não ia rolar.

M: E como era esse trabalho? Como pagamento? Como era o salário?

C: Ahh não era tão bom assim não mas era médio né. Na verdade mas eu gostaria de receber muito mais porque eu acho assim que é um serviço que você trabalha muito além sabe? Eu não era explorada mas eu me sentia sabe assim. Por conta dessas coisas às vezes, sabe, ah faz isso... Extrapola sabe? Eu não tinha um contrato de trabalho sabe? Ai. Mas isso acontece com todo mundo

M: E você tinha carteira assinada?

C: Também não assinou. Nessa época eu não sei porque eu sei que passou o período de experiência ai passou eu não lembro se tava tendo algumas pendências ai eu não lembro porque não quiseram assinar a carteira assim. Eu também não fazia questão sabe?

M: Sei... Mas o que você acha? Faria a diferença porque você trabalhou um ano e oito meses em um e um ano e meio no outro. Imagina FGTS...

C: É na época não sabia, mas hoje faz a diferença. Eu tinha na cabeça que seria muito rápido mas se assinasse carteira teria que ficar mais um pouco sabe. Acho que foi isso minha estratégia porque eu realmente não queria ficar muito tempo minha ideia era passageira por isso não fiz questão.

M: Você já sabia que o trabalho de doméstica para você seria temporário.

C: É

M: E você acha que para o pessoal da sua cidade também é isso? É transitório ou definitivo quando o pessoal sai de lá?

C: Naquele tempo era definitivo, assim treze anos atrás. Não tinha essa coisa de provisório. Eu era porque queria estudar. E a maioria das pessoas não queriam estudar, queria trabalhar mesmo e ganhar dinheiro porque isso que era importante. Trabalhar chegar na cidade no final do ano com presentes. E eu não tinha essa ideia, minha ideia é de estudar. Agora os jovens já saem para estudar direto, a vida mudou, os jovens já tá saindo só pra estudar mesmo.

Eu sempre falei com minha mãe que queria sair com 18 anos. Eu queria sair até antes mas minha mãe não deixou (risos). Ai eu falei que queria sair pra estudar. Ai vi que não tinha possibilidade de fazer só isso, eu tinha que sair pra trabalhar. Na época todo mundo falou assim: você não sabe fazer nada. Trabalhar com o que? Você não vai dar conta.

A porque minha mãe fazia tudo. Eu sabia tipo assim fazer o básico. Mas não era aquela coisa eu fazia qualquer coisa.

E ela não fazia questão de me ensinar sabe? Ela não tinha preocupação de transmitir para mim eu também não tinha interesse as coisas iam. O que eu aprendi foi o que eu fazia de vez em quando, não uma imposição.

Ela tinha paciência também ela falava que eu tinha que fazer eu não dava conta ela ia e fazia. Ela falava assim: Ah não, deixa que eu faço. E ela era muito proativa fazia as coisas rápido. Então ela preferia fazer ela mesma. Ai meu pai de vez em quando falava: cuidado com essa menina, ensina ela fazer as coisas; não sei o que, as vezes ele até ia para o fogão comigo minha mãe fazia mas então não tive esse espaço.

Acho que foi exatamente um espaço de transição mesmo. Porque eu tinha que começar de algum lugar. Foi o que apareceu então foi exatamente isso assim um espaço de transição mesmo. Não aprendi nada que seja significativo pra mim, como não sentia a vontade fazendo aquilo então não tenho aquilo como aprendizado hoje assim, se eu tô fazendo na minha casa eu acho que tem muito mais aprendizado, eu tenho vontade de aprender a fazer pratos e tal. Por mais que eu tivesse feito aquela escolha eu sentia que era uma escolha que eu fazia por falta de escolha também. Eu sempre quis fazer coisas que eu tivesse vontade de aprender não simplesmente trabalhar por trabalhar, ficar naquele serviço por ficar, o trabalho para o trabalho. Eu não sentia muito isso.

Anexo 3

Relato de vida
Cláudia Viana Gomes (05/09/2015)

Mariane Cruz (MC): Você entrou na faculdade quando?

Cláudia Viana (CV): 2010.

MC: Ah, 2010... Então você demorou 1 ano e meio pra conseguir moradia, né?

CV: Mas não é que eu não conseguir. É porque quando eu ficava lá na casa onde eu trabalhava, acabou que eu tinha medo de ir pra casa, não sabia o que eu ia encontrar aqui, né? O pessoal falava muito mal daqui, aí eu ficava com medo de vir... E aí tinha aquela coisa também, o pessoal “*não, continua morando aqui*”, porque, tipo assim, criou aquele elo, né? Eu me sentia assim, responsabilizada, eu tinha que ser de certa forma responsável por cuidar...

MC: Quanto tempo você ficou lá?

CV: Quatro anos.

É, fiquei de fevereiro de 2008 a maio de 2012. Só que aí chegou um ponto em que eu não conseguia mais trabalhar lá e estudar, tava ficando super complicado [1']... Sábado eu fazia faxina de 6h até a hora que eu acabava... Assim, 6h da manhã até 1h da manhã já aconteceu. Fiquei até 1h da manhã fazendo faxina, porque a casa era grande, eu não tinha tempo de fazer durante a semana e acumulava pra sábado. Então chegou um ponto que eu não conseguia mais estudar, tipo assim, tava ficando impossível pra mim.

Não, e você sai do Betânia, tinha que levantar cedo, _____[1'26"]

Não, eu pegava o 1207, que ele passava pelo Centro na época.

É, dava volta, ele vinha pelo Centro. E às vezes muito engarrafamento, então tinha que chegar mais cedo. Para não ter levantar muito cedo pra fazer café da manhã... Aí eu acabava vindo para a faculdade e tomava café da manhã no bandeirão. Assim eu ficava super cansada. Quando voltava para casa, chegava lá morta de cansada e daí eu ia fazer as coisas... E como eu tinha aula à tarde, eu chegava mais tarde lá. E quanto mais tarde que eu chegava, mais tarde eu terminava de fazer o serviço. E aí às vezes eu só ia ter tempo pra começar a estudar 10h da noite.

É, tava super cansada...

MC: Começava a ler e dormia, né?

CV: É,[risos] Eu chegava com vontade de dormir, aí não dava. Aí quando eu pedi Moradia [Estudantil]. Aí eles falaram pra mim que eu não tinha mais direito, que eu só podia pedir moradia até o terceiro período e eu já tava no quarto período já quando eu pedi. Eu tava indo pro quinto, né?

Eles falaram: “*olha, é difícil você pedir moradia agora, difícil de conseguir pra você, a gente da prioridade*”.

É, pra quem tá entrando... Falei para os assistentes : “mas eu vou abandonar o curso, que não tem jeito mais de continuar”... Eu realmente tava pensando em abandonar, porque tava muito difícil continuar, se eu não conseguisse a moradia eu ia abandonar. Ficou nisso por um tempo, trancar o curso pelo menos por um tempo . Aí a primeira tentativa também eu consegui. Eles falaram pra mim que eu não ia conseguir, que ia ser difícil, mas aí os assistentes sociais se mobilizaram. Falaram “*não, é a primeira vez que ela tá pedindo*”... [3] Eles também entenderam a minha história. Porque toda vez que eu falava que ia sair, a minha patroa falava assim “*Não, eu vou fazer uma cirurgia*”. E aí eu pensava "nossa! Vou ter que ficar, É difícil, eu tenho que ficar..."

E também tem aquela coisa, eles falavam “*nós te ajudamos muito, você entrou na faculdade. Nós te ajudamos a entrar na faculdade*”. Tem aquele pensamento, sabe? E assim, eu sentia de forma que eu era ingrata. Se eu saísse de lá eu estaria sendo muito ingrata, sabe? Deixar eles na mão... E *além*... tava com medo né, medo do desconhecido. O sentimento assim de tô sendo ingrata, tô saindo daqui essas pessoas que me ajudaram. Na minha cabeça realmente eles tinham me ajudado. E eles me ajudaram, mas eu também ajudei. Hoje eu compreendo.

É, hoje eu elaboro bem isso. É como diz o ditado do povo: uma mão lava a outra. Ali eles não me devem nada e eu não devo nada também, entendeu? Não é ingratidão, é amizade. O que ficou, restou como amizade, eu tenho muita consideração por *elas*. A minha ex-patroa faleceu. Eu tenho sentido muito, ainda porque ela tornou uma amiga.

MC: Você morou lá quatro anos, né?

CV: Morei quatro anos com ela. E você também cria um elo com a pessoa, sabe? Mesmo com a relação de trabalho. Mas, lá também foi diferente das outras casas, porque lá eu nem recebia uma salário mínimo. Nós fizemos um contrato, deles não me pagarem um salário e nem assinar a carteira, mas eles deveriam me deixar estudar. Nas outras casas em que eu trabalhava, eu não podia estudar.

MC: Você teve outras casas? Porque eu lembro da do Rio de Janeiro.

CV: Teve, teve do Rio de Janeiro. Eu trabalhei numa casa, depois eu fui trabalhar em outra casa, e aí eu fui pra Belo Horizonte e fiquei um ano numa casa e fiquei mais um tempo aqui.

Quatro anos.

Foram 4 lugares diferentes em que eu fiquei. Mas aí nas outras casas eles sempre falavam assim: “ah, não dá pra você estudar”. A gente mora no trabalho, veio do interior, não tem onde ficar. Se sair, tem que pagar um aluguel, você vai morar num lugar perigoso. Eu sou muito medrosa. Eu vim do interior, não tem malícia de nada, acha que todo mundo é bom, mas aí a gente percebe que nada funciona do jeito que pensamos.

As pessoas daqui, não tem aquele mesmo pensamento lá do interior, né? Eu morria de medo de morar em outros lugares. E também, com o salário que a empregada doméstica ganha não dá pra você viver bem. Você vai ver, não tem como, não tem.

Pode ficar à vontade. Aí quando eu morei no Rio [de Janeiro] eu até pensei...

MC: Com quantos anos você foi pra lá?

CV: Eu tava com 18, tinha acabado de completar 18.

É, quando eu saí da minha casa. É que na verdade quando eu saí da minha casa... Eu saí da minha casa eu tava com 15 anos. Que eu fui morar numa cidade pra poder estudar.

É, na casa da minha tia. Mas lá era assim, eu era empregada doméstica. Mas antes eu morava na casa de uma outra família.

É, é. Assim, eu ficava lá, eles me davam uma ajuda de 15 reais, eu lavava passava e cozinhava, entendeu?

Estudava, fazia ensino médio à noite.

MC: O que você vai fazer com esses 15 reais?

CV: Eu pagava passagem para eu ir embora pra casa no final de semana, quando papai não podia me buscar, meu pai me buscava a cavalo. Mas o dia em que ele não podia me buscar aí eu ia de ônibus.

MC: Era longe? Da sua casa?

CV: 20 quilômetros. Não era tão...

O que fica difícil é o transporte. Não tinha toda hora. Só tinha de manhã e de tarde.

É. É saí de lá, assim que eu terminei o ensino médio e fui morar no Rio. Para trabalhar

MC: Como é que você conheceu esse pessoal do Rio?

CV: Através de um menino que é filho do amigo do meu pai, ele era aluno de uma professora lá, e ela tava precisando de alguém. E ela pediu para ele arrumar uma pessoa para ela. Porque tem muitos esse hábito de falar: “*ah, você conhece uma pessoa boa, do interior, menina tranquila de família?*”.

MC: Aham. Eu tenho uns anúncios assim. Esse ano, sabe? Mas assim, 2015. “*Procura-se menina boa de família para trabalhar*”...

CV: É, ela estava procurando menina boa, tranquila, de família, que não é saideira, pra trabalhar na casa dela. Ele conversou com meu pai. E eu falei com meu pai: “eu quero muito estudar”. Foi por telefone que a gente conversou, eu conversei com ela.

É, com a família. Ela falou: “*you vai poder estudar*”. Eu falei: “eu tô indo porque eu quero muito estudar”. Só que quando chegou lá foi diferente. Eu não estudei. Não estudei, porque com o salário que eu ganhava lá não dava pra pagar nem um cursinho.

Na época era R\$ 246 que ela me pagava.

Eu não lembro, ela me falava que era salário mínimo.

Em 2004.

É, eu acho que era isso mesmo o salário. Eu recebi R\$ 246.

É, mas eu acho que ela... Acho que ela... Era justo, eu acho que ela pagava...

MC: Mas não tinha nada de carteira assinada...

CV: Não, não assinou minha carteira.

Só pagava o dinheiro e pronto.

Ela falou que eu ia estudar, mas quando eu fui conversar com ela, me disse assim: “*Cláudia, você ganha aqui R\$ 246. A faculdade mais barata é Letras.*” Que era 300 reais. Eu ia conseguir pagar... Como, né? Como é que eu ia fazer para ir pra faculdade? Como que eu ia tirar Xerox?

Então... Eu pensei numa pública, mas como vim de escola pública, né?

Tinha que fazer cursinho...

Quando eu fui pesquisar os cursinhos onde eu morava.

Botafogo. Era muito caro.

Era um absurdo! Era muito caro. Pra eu fazer somente matérias isoladas, ficava por uns 500 reais. Pra fazer as matérias que eu tinha mais dificuldade, que era matemática, química e física, ficava por 500 reais. Eu ganhava 246, entendeu? Era impossível pagar um cursinho lá no Rio de Janeiro. Aí, faculdade federal eu tinha que estudar. Eu até tentei entrar num cursinho, é... Num pré-vestibular comunitário, mas lá era muito fraco. Era bem assim, não dava pra ter muito conhecimento.

MC: E como é que era o horário de trabalho lá nessa primeira casa?

CV: Não tinha horário não.

Você *mora*. Quando você *mora* num emprego você não tem horário. Você trabalha na hora em que eles precisam de você. [10’]

A criança acordou de madrugada, você vai. Não tem muito horário. A pessoa tá cansada. Os pais também tão cansados, a criança tá chorando de noite, você é quem vai cuidar.

Doméstica, babá, e ainda fazia serviços extras, tipo pagar conta no banco, ia até em reunião de escola. [risos].

É, até em reunião de escola eu já fui, sabe?

Então, a folga foi combinado que todo final de semana eu tinha folga. Isso foi combinado por telefone. Quando chegou lá, eu tinha folga... Aí passou a ser a cada 15 dias. Quando as crianças não estavam em casa, porque os pais eram separados, aí eu tinha folga a cada 15 dias. Revezava, né? Um final de semana com o pai e o com a mãe. Então quando tava com o pai, era minha folga. E quando tava com a mãe, eu tinha que trabalhar, no final de semana. Aí a _____ [11'00''] liberava, porque eu pedia pra ela. Eu sempre fui pra Igreja, aí me liberava no sábado à tarde pra eu ir pra Igreja. Quando voltava, continuava trabalhando. E no domingo também, eu ia à missa, aí era liberada pra missa. Mas isso chegou no final, foi quando eu resolvi sair de lá porque tava difícil. Eu falava que queria estudar, ela falava olha: “*infelizmente*”.

É, eu *comecei ficar chateada* [11'27'']. Eu vim pra cá, com um sonho... Meu pai ficou muito chateado, porque eu saí de casa pra isso, sabe? Ele me deixou sair de casa pra estudar. Até menti uma época para meu pai, falei com ele que eu estava estudando, para que ele não ficasse chateado comigo... Porque ia mandar eu ir embora, meu pai é gente boa.

Triste, ele ia falar assim: “*não, você saiu daqui com um objetivo e você não tá correndo atrás disso.*” E aí eu não tinha folga, começou a ficar difícil. O final de semana que era do pai, às vezes ele não pegava e as crianças ficavam comigo. [12']

Demorava para pegar... Então era para pegar sábado as 7h da manhã, aí ele pegava 4h da tarde. Eu perdia o grupo de oração ou de ir à missa. Porque entregava mais cedo as crianças, eu tinha que estar em casa.

MC: E o que é que... E a folga, quando tinha folga sua você podia... Você ficava na casa, né?

CV: Eu ficava na casa.

É, na folga eu acabava trabalhando. Algumas vezes, já mais no final, nos últimos seis meses em que eu tava lá, eu fiquei lá quase dois anos. Quando ia completar dois anos eu saí. Eu costumava ir para o interior do Rio com uma colega. A família dela morava lá. Mas também, não dava pra ir sempre, porque eu ajudava lá em casa, ajudava meus pais com um pouquinho... Eu sempre mandava um pouquinho para o meu pai. As coisas lá em casa estavam um pouco difíceis na época e aí eu ajudava. Aí não tinha como toda folga eu querer sair, entendeu?

É, não dava. E na folga, quando as crianças não estavam comigo, como não tinha muita amizade no Rio, eu saía com o pessoal da Igreja, fazia alguma coisa da Igreja, ou então eu ia pra praia. Quando tinha final de semana que elas estavam comigo eu ia com elas, com as meninas, entendeu? Não tinha... A folga era sempre trabalhando, porque é difícil você ficar numa casa não trabalhar, entendeu? Você ficar na sua folga e você não fazer nada, sabe?

Acumulando, você vê a pia, a louça na pia, dá aquela agonia, nossa. Se fosse na minha casa ou aqui, se não fui eu que sujei, então não vou lavar, entendeu? Só lavo o que é meu e

não me importo aí se está acumulando. Mas se você tá naquela casa, você se sente obrigado a fazer aquilo, entendeu? Até porque tem aquela coisa de olhar e falar: “*nossa!, mas a minha empregada, está em casa e não faz nada*”. Hoje é diferente, eu tenho outro olhar. Mas quando eu estava lá, eu queria fazer também para agradecer. [14’] Porque eles falam: “*nossa, tem uma menina boa que faz as coisas direito*”. Nem nome você tem, só pra começar, né? É a menina que trabalha na minha casa. Aí quando eles falam assim: “*nossa, tem uma menina aqui em casa que é uma menina muito boa*”. Por exemplo, trabalhadeira, menina quieta, uma menina de família, sabe?

É. A menina toda certinha, sabe? Assim, responsável...

É! É menina da Igreja! Ai o pessoal crescia o olho, os amigos diziam. “Não, mas onde você conseguiu?” E quando chegava alguma pessoa na casa, muitas vezes, elas não me cumprimentavam. Na verdade eu acho, eu não tenho muito o que reclamar em relação a cumprimentar no Rio, porque lá era diferente, as pessoas me tratavam até de forma diferente. Acho que as pessoas de lá eram mais acolhedoras, assim...

Do que aqui. Aqui, eu acho que as pessoas fazem mais distinção, por exemplo: você é empregada [15’], você tá na cozinha, e as pessoas não conversam com você. Chegavam e cumprimentavam todo mundo e não olhavam pra mim, sabe? Mas na hora de pedir o petisco, falavam comigo.

É. “*Ô menina, faz isso pra mim, vem cá*”... Nessa hora é que as pessoas te chamam. Essas pessoas nem te cumprimentam.

É! Nossa, você passa despercebido. E acaba que no Rio, as pessoas eram mais tranquilas em relação a isso... Tinha aqueles, como é que eu falo? Eram mais conservadores e tal, mas tinha gente boa. No prédio em que eu morava, nessa primeira casa, eu subia e descia do elevador social...

Não tinha isso de subir no elevador de serviço. Minha patroa falou na portaria: “*olha, eu não quero que faça distinção, não quero que ela suba pelo elevador, mesmo quando ela não estiver com as crianças ela vai subir pelo [16’] elevador social*”,”... Porque as empregadas tinham que sair pelo elevador de serviço. Ela deixou isso claro na portaria.

MC: Mas era só... Desculpa. No prédio tinham outras domésticas...

CV: Tinha. Tinha muitas.

MC: Aí as outras como é que era?

CV: As outras subiam pelo elevador...

Não, social não. De serviço.

De... De serviço. Subia pelo elevador de serviço. E aí eu noto uma coisa também, eu não sei se eu tô errada, pode ser um pensamento assim, sobre a cor.

Porque eu era, tipo assim...

Eu sou branca. Não tinha muitos...

É. Aquela coisa do cabelo, as crianças, muitos pais que iam ao parquinho achavam que eu era prima dos *meninos*... _____ [16'40'']

E os meninos se quisessem mentir e falar: “*não, ela é minha irmã mais velha*”. não queria citar nomes, mas assim...

Tá. Aí a criança que eu cuidei, falava: “*ah, ela é minha irmã, ela é minha prima*”, ele não falava que eu era a babá dele. Ele, sempre na escola, falava para os amiguinhos dele que eu era irmã dele. Então até na escola, quando eu ia buscar as [17'] crianças, eu ficava esperando para o balé, e para o futebol, as mães conversavam comigo, mas muitas achavam que eu era parente.

MC: Tem olho claro, é branca...

CV: É, eu sentia isso... eu ouvi histórias de mães contando que a criança assustou porque a empregada era preta, o cabelo era muito alto, e a criança assustou. Ela não sabia o que fazer porque a criança tinha medo entendeu? E, nossa... Doía, porque sabia que eu não passava por essa situação por causa da minha cor. De certa forma, o que é *que* _____ [17'44]. É!

[17'47] Eu me pensava assim: “como é que ela se sente?”, entendeu? Nossa, a criança com medo dela! A gente sente mal quando você chega numa casa pra trabalhar que a criança não te aceita, que a criança te rejeita [18']. Por exemplo, uma das crianças me rejeitava. Falava assim: “você não é da minha família!” Nossa, aquilo doía tanto! _____ [18'05''] você escuta uma criança falar que você não é da família... Que lá no interior todo mundo, não importa de onde você veio, todo mundo é tratado igual. São membros de minha família, a gente trata todo mundo igual. Não importa se você é branco, se você é preto, de onde você é! É tratado igual, entendeu? E assim, e lá tinha aquela coisa, “*nossa, mas você não é da minha família*”... Como assim? “*Eu não te respeito, você não é minha mãe, tem regras pra obedecer mas eu não vou te obedecer porque você não é minha mãe*”. Era ruim. Aí fiquei me colocando no lugar dessa menina, sabe? Eu não conheço, eu só escutei a história entre as mães, enquanto eu esperava a menina que estava no balé. Então eu sentia isso, entendeu?

MC: E você acha que nesse prédio aí as outras eram negras? As, as empregadas...

CV: Tinha, tinha a maioria... A maioria das meninas era negra.

É, elas andavam no elevador de serviço.

Ó, o tratamento era um tratamento assim: “*você é a menina, é a mulher que trabalha aqui em casa*”...

Ela me tratava bem, eu não posso reclamar disso. O que comia, lá foi uma das casas que também, que não tinha separação de mesa. Eu já trabalhei em uma casa aqui em Belo Horizonte que eu não comia na mesa quando tinha visita. Só quando não tinha visita eu sentava na mesa com eles, mas quando tinha visita eu não podia sentar na mesa.

Mas nessa casa em que eu trabalhei eu sentava, tendo ou não visita.

Comia as mesmas comidas das crianças... Ela até falava. *Eu comprei fruta, é pra todo mundo. Você pode comer.*” A gente fica com vergonha.

Porque você fica numa posição. Igual você falou de hierarquia né? A gente sente, assim... Nossa, eu tô aqui em baixo, eu não tenho voz. Eu não posso, eu não posso sair pegando, entendeu? E também tem aquela coisa, você veio do interior, então você tem outros hábitos, você fica morrendo de medo de pegar e a pessoa te xingar [20’]... Ela falava: “*não, não precisa pedir, você pode pegar.*” Mas mesmo assim eu ficava me sentindo mal. Mas ela, em relação ao tratamento, em relação à alimentação ela era super de boa, sabe? Ela não... Ela não tinha esse problema assim, de dividir, “ah, você vai comer isso, isso aqui é a *sua* comida”, entendeu?

Nas outras casas tinha. O pão era diferente. Teve uma menina que me contou que o pão dela a mulher comprava pão pra semana, pão francês pra semana! Aí você imagina. Eu não sei, eu tô relatando isso, não sei se é verdade. A menina me contou! O pão era comprado pra semana. Não sei mais...

No segundo dia já tá duro. [risos] lá não tinha esse problema. Eu comia da comida que as crianças comiam

Fazia comida direitinho, pra mim e pras crianças. Quando no final que ela e as crianças não estavam, ela falava “olha, a gente não tá em casa mas você pode fazer sua comida [21’]. Fica tranquila pra fazer sua comida, pode usar as coisas, minhas coisas”... Não tinha separação não, sabe? Era de boa.

Usava, quando tava sozinha... Até porque às vezes eu passava o sábado, né, pegava as crianças mais cedo, eu acabava. Eu tinha que comer, né? E comer fora lá é um absurdo, né? Em Botafogo não dá pra comer fora. Eu comia, eu fazia a minha comida. Ela não tinha problema com isso não, sabe? O problema de lá, é que eu não podia estudar, não tinha tempo, ela falava que eu podia, mas não chegava mais cedo em casa e eu não podia sair.

É. “*Se vira*”... Eu fui fazer uma seleção para um cursinho pré-vestibular comunitário. Só que ele era um pouco melhor do que eu tinha ido, porque o outro que eu ia era muito assim, fraco e tal... Eu queria fazer um cursinho melhor [22’]. Eles faziam uma seleção, porque a demanda era muito grande. E no dia da seleção, ela chegou muito tarde. A prova era 7h, ela chegou 9h. Eu perdi a seleção! Só que eu fui lá na direção, conversei, expliquei para o coordenador ele que eu não, eu queria muito aquilo e tal... E aí eles me deixaram fazer a seleção depois. Só que, ela chegava todos os dias tarde, a aula começava 7h, aí ela chegava as 8h. Eu sempre perdi as primeiras aulas, entendeu? Era muito complicado. Eu não tinha como estudar fora, mas tipo assim. O cursinho era ruim, mas se eu não estudasse não tinha como... com a deficiência que a gente vem da escola pública.

Não. Só indo à aula não adiantava.

É, eu tinha que ter tempo pra poder estudar um pouquinho. “*você precisa estudar em casa*”. Você não consegue...

Não, não dava. Era impossível, porque, você cuida de menino, você tem que dar banho, e você tem que fazer o melhor. Coisa que às vezes, que mais me...

MC: Coisa que você nem faria normalmente, nem ela faria normalmente...

CV: É, nem ela. Se fosse pra eu fazer tudo direitinho eu não daria conta, às vezes. Uma coisa que me deixava triste... A gente combinou que eu ia cuidar só de criança... E aí o resto ela ia fazer, entendeu? Ela ia pagar alguém pra fazer. E é sempre esse discurso. Em todas as *casas*, não, exceto na casa dos missionários italianos. Porque eles realmente foram certinhos comigo, sabe? Tinha horário pra trabalhar, era tudo, era bem marcadinho. Foi a única casa em que eu realmente tinha horário de trabalho.

Foi no Rio também. Aí mas depois eu falo desse. Só falar desse aqui. Aí ela combinou, mas quando chegou lá eu tinha que *cuidar* dos meninos, *cuidar* da casa... [24'] Se eu não cuidasse da casa, deixasse a casa desarrumada, ela reclamava. E tinha dia que as crianças estavam super agitadas, e com criança tem que ter *muito* cuidado, porque se você se distrai pode acontecer qualquer coisa.

É! E outra coisa. Acho que você não pode distrair um momento, porque criança vai lá e faz qualquer coisa e aí... Se eu não cuidar das crianças, deixar as crianças fazer tudo o que quer, por exemplo a criança que eu cuidava nessa casa, me desobedeceu e ficou jogando bola dentro de casa e nisso ela quebrou uma taça de cristal. A mãe ficou muito brava comigo. Eu falei com ele “você não vai jogar *bola aqui dentro de casa*”, mas ele não me obedeceu. A minha patroa disse, “*ah, mas você não olha os meninos, você não tem pulso forte com eles*”.

MC: Você não tem que educar o menino, né?

CV: É...

É, mas ela falava: “*mas você não chama atenção, você não tem pulso forte*”. E eu realmente não sei brigar, não sei ficar falando alto. Eu falo... Eu vou até onde eu posso. Tinha hora que eu pensava “pra quê ficar me desgastando aqui, fazendo esse menino chorar [25’], os vizinho podem escutar ele chorar e achar que eu poderia estar batendo nele, então eu preferia deixar eles fazerem o que queriam.

É! Então eu vou deixar... Não vou deixar fazer o que quer também, mas...

Tinha dia que realmente era difícil. Eu levantava cedo, eu tinha que fazer a mamadeira, preparar uma fruta, fazer dever de casa, levar no parquinho pra brincar, fazer almoço, levar as crianças para a escola. Quando chegava ia arrumar a casa, depois voltava para pegar as crianças na escola, dar lanchinho e botar o menino pra dormir... Tinha dia que eu não arrumava a casa, era impossível tirar toda a poeira da casa. Ela chegava e passava o dedo nos moveis e falava: “*Cláudia, mas você não limpou a casa*”! Teve um dia que já era 9h da noite ela colocou os meninos pra dormir no quarto dela e falou assim: “*olha aqui o quarto, olha o rodapé, o rodapé tá ficando sujo, você vai ter que passar um pano com lysoform pra tirar o ácaro na parede, porque ele tem alergia, e você não tá cuidando direito, sabe?* [26’] É impossível, como que eu vou dar conta, às vezes eu me sentia culpada por não dar conta. Às vezes eles falam de uma forma que te convence, que você não está fazendo direito é porque não quer ou que você não é ágil... por exemplo ela sempre falava comigo: “*você não é ágil, Cláudia! Como é que você quer estudar? Como é que você quer fazer um curso superior?*

Você não tem agilidade! Você precisa ser mais ágil!”! E realmente, eu acho que eu sou uma pessoa muito devagar [26’23’’]. Eu faço as coisas *muito* devagar. Não sou *estabanada*, pra fazer as coisas correndo. Eu gosto de fazer os trem devagar! Por mais que tem coisas que a gente tem que fazer rápido. Mas ali nem se eu fosse aquela mulher que fizesse tudo e tivesse não sei quantos braços, e me dividisse, eu não ia dar conta! Isso foi me deixando mais pensativa em relação ao trabalho. [26’46’’] Pensava: “eu trabalho aqui, não tenho nem tempo pra nada”. Um dia fui no dentista no horário depois que eu levei as crianças pra escola, a minha patroa ficou extremamente com muito furiosa comigo. Só que ela saía 6h e chegava 8h da noite, e eu fui no dentista naquele horário porque não tinha outro horário pra ir, entendeu? [27’] No sábado eu trabalhava... E não tinha hora pra ir no dentista. Aí eu levei as crianças pra escola, *passei* no dentista. Só que esse dia ela passou mal e voltou pra casa, e ela chegou em casa e não me achou! Ela ficou muito brava. Ficou *muito* brava. E falou assim: “*você tem que pedir quando for assim*”! E falou um tanto de coisa comigo, falou: “*olha, como assim? Vai lá no açougue e compra um bife de carne para mim*”! Eu expliquei, mas não adiantou muito. Como a eu fazia pouca *comida no almoço* [27’23’’], porque a janta era uma sopinha, então eu fazia a *conta* para as crianças, eu não gostava de fazer comida pra sobrar. Fazia a conta pra mim e para elas, porque minha patroa não almoçava em casa. Ela falou: “*vai lá*”! Eu tinha acabado de chegar do dentista, ela me xingou horrores, falou que eu devia pedir, eu tentei explicar: “mas como é que eu vou no dentista? Porque você chega depois do horário que”...

MC: Depois do horário comercial.

CV: É, que os dentistas atendiam em horário comercial. Que hora que eu vou ser atendida? E eu precisava de ir ao dentista. De tanto eu morei no Rio eu não fui ao médico nenhuma vez. Nenhuma vez. Porque não dá! Que horas que eu ia para o médico, *entendeu?*

É, quando você mora fica, acaba ficando complicado. E aí ela falou: “vai comprar carne”! Eu fui comprar carne pra poder fazer bife pra ela.

Ela não parava de falar. Eu tava com a cabeça estourando e aí começou a falar e olhava pro banheiro e falava [28’20’’] “*Ó o banheiro, você não tá limpando o banheiro direito, o banheiro não tá ficando limpo*”, mas eu pensava “gente, que horas que eu vou dar conta?” Porque eu levava as crianças, saía de casa 12h15 e eles entravam para a escola as 12h30. Quando era 5h eu tinha que pegar esses meninos na escola! Eu tinha um intervalo tão curto pra dar conta! Às vezes tinha que lavar uniforme depois que eles dormiam...

MC: Tem umas prioridades, né? Tipo, lavar vasilha, *uniforme*.

CV: Sim, uniforme das crianças... Essas coisas, fazer a comida deles, entendeu? Preocupava com essas coisas. E às vezes ainda tinha que sair pra fazer compra no supermercado, fazer hortifrúti, é impossível. Eu fico pensando eu me sentia mal de não dar conta do serviço. Hoje eu fico com raiva de mim que eu sentia assim, culpada por não dar conta de fazer as coisas. E aí foi quando eu saí da casa dela. falei com ela que não dava mais para continuar lá. Eu tava ficando extremamente cansada, eu emagreci muito, chegou um ponto que eu cheguei a pesar 44 quilos, entendeu?

Nessa altura, chegar a 44 quilos. Não dava nem conta mais. O menino falou pra mim assim: “*Dinha, você vai morrer! Você tem que se alimentar, você tá tão magrinha, você sabia que a modelo magrinha morreu*”... Foi na época que morreu uma menina que era modelo extremamente magra. E ele viu a reportagem e falou assim: “*nossa, você viu como ela era*

magrinha? Igual a você. Ela morreu porque ela era muito magra?” A criança percebeu isso. Chegou a um ponto, eu falei: “não dá mais”. Aí foi quando eu saí da casa dela. Hoje ela fala que se eu quiser ir na casa dela pra passear que eu posso ir.

A gente mantém contato. Um contato mais distante...

Mas eu mantenho contato até por causa dos meninos, já tão... Mocinha e o menino já tá um rapazinho [30’], tá se virando na vida já...

É! Total! Já tá grande, , eu tenho contato com ela. Eu criei, eu um carinho mesmo, eu gosto deles, gosto muito da família dela, eles me acolheram muito. Gosto muito dela também, num tenho raiva dela, mas na posição de empregada e ela na posição de patroa, não foi uma relação boa. Foi uma relação que para mim foi muito ruim. Quando eu saí de lá, ela falou que eu estava sendo ingrata, que estava saindo no tempo em que ela mais precisava de mim. E *realmente*, o tempo que ela mais precisava de uma pessoa pra ficar com ela foi o tempo que eu saí! E eu senti muito culpada nesse tempo, eu fiquei muito mal. Falei: “nossa, eu estou saindo daqui, e estou deixando ela e as crianças. Me apego demais às pessoas, eu me apeguei demais aos meninos”. Eu falava, “nossa, mas”... Aí eu ficava pensando: “mas se eu ficar aqui eu é que estou educando esses meninos”...

É, e eu não quero isso. As crianças tão ficando *sozinhas*...

É, “as crianças tão ficando sozinhas e eu não quero isso pra mim”, e assim, é uma responsabilidade muito grande... Aí é que eu fui pra trabalhar na casa dos italianos, que veio em missão para o Brasil, eles eram missionários, e estavam precisando de alguém pra ficar na casa deles, e eu fui morar com eles.

É, da Igreja.

Católica. Aí eu morei com eles quase dois anos também. Fiquei de 2006...

Lá em Botafogo também.

É, é em uma comunidade que eu frequentava, eles eram da mesma comunidade... Eles estavam precisando de alguém pra ficar com eles. Lá também era um prédio ... Eles moravam num prédio mais pobre, o prédio era bem tranquilo...

Bem simples. Tinha as empregadas também, mas você vê que eram pessoas mais... Eram poucas empregadas, porque nesse condomínio que eu morei, trabalhei... Todo mundo tinha uma ou duas. Às vezes tinha até três, tinha a babá de um filho, a babá do outro filho, mais a empregada...

Não... Eu não cheguei a usar uniforme, em nenhuma casa. [32’] Aqui em Belo Horizonte, numa casa em que eu trabalhei, a primeira casa quando vim trabalhar aqui, ela queria que eu usasse. Ela foi até em alguns lugares buscar uniforme, mas ela não achou uniforme e falou: “*ah! Então você veste uma calça preta e uma blusa branca*”.

Aí no início...

No início, quando eu ia buscar a menina na escola eu ia de calça preta e blusa branca...

Eu morava lá. Só que ela foi vendo que a nossa relação morando em casa com ela, morava com ela e tal... Ela disse “*ah*”... “*faz o que você quiser*”. Acabou que você cria uma amizade, quando você mora no emprego...

É aquela coisa, né: “*ah, você faz parte da família*”. [risos]

MC: Disse isso... Colocando *aspas*. [risos]

CV: É, “*você faz parte da família*”. Mas nas outras casas eu não usava uniforme. Esses italianos assinaram minha carteira... Eu trabalhava de 7h até 16h. Eu *só levava* os meninos na escola, eu não pegava... [33'] E ela era super de boa, ela falava: “*Cláudia, eu quero que você faça aqui é a comida pras crianças porque eu não dou conta fazer*”, porque eles trabalhavam em missão o tempo todo. Porque tinha o asilo, a casa de dependentes químicos... Eles ficavam o tempo todo trabalhando, não tinham tempo. Eu tinha que fazer, mas... Eu trabalhava só até 16h. Se eu fizesse mais que isso, no dia em que ela precisava, depois ela me dava folga... Ah, eles iam viajar em missão e precisava que eu ficasse mais, sempre ficava uma pessoa da comunidade comigo, ia me fazer companhia pra eu não ficar sozinha com os meninos. Quando isso acontecia, eu pegava mais tempo de folga. Eu ficava uma sexta-feira sem trabalhar, ela não me pagava em dinheiro, mas...

É, eu podia tirar... Pegar folga, sabe? E trabalhava só de segunda a sexta, não trabalhava final de semana, e era só um salário também. Na época era 300 e pouco, né?

Foi quase, foi quase dois anos, foi...

De janeiro a mês de junho...

2004. Eu fiquei lá em 2004 e 2005, final de 2005 eu saí e aí fui ficar nessa casa. E saí dessa casa final de... 2006. Não, no início de 2007, né? Que aí eu vim morar aqui em fevereiro...

Não, eu fiquei ó...

2007, né? 2006... Eu fiquei 2005, setembro de 2005 mais ou menos nessa casa, eu não tenho as datas. Aí eu fiquei lá até... Fevereiro de 2007.

É. Lá eu tinha mais liberdade. Eles não faziam distinção também. E quando os pais deles chegavam, eles deixavam eu ficar na mesa com todos.

MC: E você acha que tinha alguma diferença, por eles serem italianos, um grupo diferente? Cultura um pouco diferente? Ou você acha que *eles* eram diferentes?

CV: Eu acho que... Eu não sei. Eu não vou falar porque eu não conheço cultura italiana, então eu não vou falar, entendeu? Mas eu acho que eles é que pensavam diferente.

É... Eles pensavam diferente. Até porque a minha Patroa falou que ela que na Itália ela já tinha trabalhado em casa de família. Então acho que ela pensava diferente.

Não, é... Eu não sei como é que é, entende?

É, eu não sei. Então ela... Ela era diferente...

Ela tinha sensibilidade. Ela dizia: “*olha, se não der tempo de cuidar das casa, aqui a prioridade é as crianças. Se deu tempo de você varrer a casa, tá ótimo. Se não de, não importa, faça o que você puder... da mais atenção para as crianças*”. Quando eles tinha tempo à noite, faziam o dever de casa com os meninos, eu não me preocupava com o dever de casa... Era mais pra brincar, ir no parquinho, brincava, chegava, dava a comidinha deles, levava eles pra escola... E à tarde, eu não buscava eles mais na escola, então lá realmente eu tinha tempo... Eu não tinha esse negócio de sair, fazer outras coisas extras... Pagar conta e nem fazer compra... Eles é que faziam essas coisas.

Aí esse período que eu fiquei lá eu fiz cursinho, eu fiz 2007 eu fiz um cursinho... 2007 não, 2006.

Eu fiz um cursinho pré-vestibular comunitário. É aquele que eu tinha falado...

É, que eu passei na seleção, aí eu fui estudar em 2007.

Eu até tentei vestibular aqui.

É, 2006. Só falo 2007, Tô maluca. [risos] Em 2006 eu vim para fazer vestibular aqui, mas aí eu não passei. Eu gostei muito quando eu vim pra cá. Eu gostei daqui. Senti que aqui era mais tranquilo, era mais frio... Lá no Rio a gente não tinha vontade nem de sair de casa, faltava morrer... Aquele calorão..., eu gosto daqui, as coisas são mais tranquilas. Apesar que eu acho que as pessoas aqui são mais preconceituosas, mas eu gosto desse clima daqui de Minas... Aqui é mais tranquilo.

Longe...

Caro... E não dava pra fazer quase nada.

Aí foi quando eu vim, pra...

Na verdade, não. Foi assim: quando... Eu tava nessa casa e esses italianos *voltaram* _____ [37'42''] pra Itália.

Já tinha passado o tempo deles aqui e voltaram. Como eu já tinha juntado um dinheiro, porque apesar de eu ajudar em casa eu guardava, eu fazia uma poupança... E quando você mora no emprego tem as vantagens e desvantagens. Porque eu não gastava com [38'] nada... Porque eu tinha alimentação, não pagava aluguel, então consegui juntar um dinheiro. Um *bom* dinheiro, que deu até para pagar meu cursinho, e deu ainda pra manter um pouco na faculdade. Graças a Deus deu pra fazer o que eu queria. Eu tinha juntado dinheiro, eu tava (sic) pensando em ir pra Teófilo Otoni, fazer cursinho em Teófilo Otoni. Ia pra Teófilo Otoni mas naquele mesmo sistema...

É perto da minha cidade...

É a cidade maior perto da minha cidade. Na época que eu tava estudando o pessoal da minha turma foi morar lá. Aqueles pais que podiam pagar Foi pra Teófilo Otoni [risos]. Fazer cursinho. Então eu sabia que lá não era tão caro, que eu tinha conversado com uma menina que estudou junto comigo, que ela fazia cursinho, não era

tão caro. Ai eu pensei: “uai, eu vou pra lá, meu pai conhece um povo lá, eu também vou trabalhar na casa deles com uma condição, que deixe eu estudar”, Quando eu tava na Rodoviária indo pra minha, minha casa, [39’] aí me ligaram... Falando...

Indo embora, já tava tudo arrumado. Tava indo embora pra minha casa. Aí ligaram pra mim para convidar, e falaram: “*olha, Cláudia... Tem um, um missionário da comunidade em Belo Horizonte que ele conhece uma moça de Belo Horizonte que tá precisando de alguém... Pra ficar na casa. Como você trabalha e tal, você topa?*” Eu falei, uai: “topo!” [risos]. Já ia comprar a passagem pra ir lá pra Teófilo Otoni, porque do Rio só tem como ir pra Teófilo Otoni, pra depois ir pra essa casa. Aí eu fui e falei: “não, então eu vou pra Belo Horizonte então”! Liguei pra essa mulher na mesma hora, falei: “olha, fiquei sabendo que você tá precisando”...

“De alguém... Como é que é?” [risos] Aí ela falou: “*eu pago em salário, tem folga*”... E ela foi super de boa no telefone... Eu falei com ela: “ou, mas eu tenho uma condição, eu quero estudar”. Ela falou: “*não tem problema, você pode estudar*”... As coisas que eu colocava mesmo: “*eu quero estudar, e quero ter tempo pra Igreja*”. Pra Igreja não era um tempo assim grande, mas assim...

É! Era mesmo só ir no grupo de oração [40’] Ir na... Assim, na missa. Pra mim é essencial, eu vou à missa todo domingo. Então...

Era só isso que eu queria. Ela falou: “*você pode vir estudar*”. Só que quando chegou aqui, a *mesma* história. Ela viajava muito, não tinha com quem deixar a menina. Porque ela era separada. Eu tinha que ficar com a criança. Ela é uma pessoa muito boa e agradável. Ainda hoje eu mantenho um pouco de contato com ela, contato também distante, mas ainda mantenho contato. Foi uma pessoa muito tranquila. Mas *lá* tinha *aquela* coisa: eu não podia sentar-se à mesa quando tinha visita.

Lá no Cruzeiro.

É. Perto da Fumec, na verdade.

Acho que ali é Cruzeiro, então...

É, perto da Fumec então. [inaudível] E aí... Ela quando eu ia apresentar, eles eram amigos [41’] de um deputado aí. Quando ia...

Não, às vezes fechava até a porta, assim. Isso era ruim, sabe? Dava uma angústia, sabe?

Eles fechavam a porta. E, e assim... As pessoas chegavam, aí às vezes por exemplo, eu, ela falava: “*vai lá comprar uma coisa*”. Aí realmente, nessa casa eu entrava sempre pela porta da cozinha. Ela falava assim, que não era bom ficar entrando pela porta da sala, que depois ela tava com visita... E tal... E... E outra coisa também que eu achei diferente nessa casa, porque nas outras casas eu dormia com as crianças, no quarto. Eu não tinha quarto de empregada nas outras casas...

Eu dormia com os meninos.

Tinha, eu tinha cama. Na primeira casa eu não tinha cama não, eu tinha, ela... No início era um colchão e aí depois ela comprou um sofá cama, sabe? Aquele que tipo assim, que vira tipo um colchão assim, mais, mais alto, né?

Aí depois ela comprou. Mas eu fiquei um bom tempo dormindo assim no chão, [42'] no, lá no quarto com as crianças. Aí...

Na segunda casa eu tinha cama. Tinha as três camas no quarto, tinha a minha e as das duas crianças, assim. Mas assim... As crianças... Mesmo a segunda casa eu não tenho muito a reclamar, porque as crianças eram muito boazinhas, sabe?

Eles não eram... Não... Criança muito independente, menino, não tinha, não tinha muita frescura não, sabe?

É, não tinha liberdade nenhuma.

Tipo assim, minhas coisas, minhas roupas...

É, tinha que trocar no banheiro. E aí tipo assim, _____ [42'34] as roupas deles, né?

Não tinha muito assim.

É, mas era com criança mesmo...

E nessa casa eu já tinha um quarto de empregada, que tipo assim, era minúsculo, menor que esse aqui! Né?

É, só cabia tipo assim...

MC: Tinha ventilação, pelo menos?

CV: Tinha. [43'] Esse prédio era um prédio até bom assim, então... A janela era grande... Era do tamanho da janela da cozinha, sabe? Era janela grande...

O banheiro também não era aquele banheiro espremido, era um banheiro até bem feitinho...

Era um banheiro decente, assim, se você for pensar.

É, o quarto era menor do que o meu. Mal cabia a cama e o guarda-roupa, só. A cama e o guarda que cabia, mais nada assim... Não tinha como... Tipo assim, se eu quisesse colocar *alguma coisinha* já não dava pra colocar não. Porque... Era... Era pequeno demais, né?

Não tinha espaço. Eu sentia mal com essa divisão que eles fazem de não poder sentar com eles na mesa, comer depois que todo mundo já tinha comido. Lá no interior todo mundo é *família*... Todo mundo tá junto e tal... Só que quando você chega aqui tem essa separação. Nas outras casas, eu ficava junto com as crianças e tal, era como se eu fosse uma...

É, não tinha essa separação... [44'] Eu podia sentar na mesa, quando só tinha as pessoas da família dela, mas quando chegava uma pessoa, uma visita, um primo *rico*. Que eles consideram que tinha mais dinheiro que os outros e tal aí não podia mais ficar na mesa, entendeu? ai fechava a porta da cozinha...

Ela falou, ela falou assim... Não. Ela não falou _____ [44'28].

É! Não, ela falou: “*olha*”... Olha, assim: “*eu não importo, você pode ficar à vontade na casa. Mas assim, quando tiver visita eu gostaria que tipo assim, que não sentasse na mesa*”, aquela coisa de servir... E do uniforme também, ela falou assim que... Colocar blusa branca, calça preta... Somente quando tiver visita... Pra poder servir...

Pra não ter que... *Misturar*.

A gente fica no nosso lugar... Entendeu? Tipo assim: “*vem aqui em casa e é aquela coisa*”... [45']

Ela assinou a minha carteira. Assinou *certinho*, eu trabalhava de segunda a sexta, e final de semana eu não trabalhava... Lá também ela bem, ela... Isso, em relação a isso eles...

MC: Só o primeiro então que não teve carteira assinada.

É.

Só o primeiro e o último. Aí, é... Ela assinou minha carteira direitinho, não... Pagava direitinho, no dia *certinho* pra mim, entendeu? E tipo assim, ela não. Ela... Lá também tipo, o que ela comprava pra comer eu comia junto. Assim, não tinha separação, “*você come isso e fulano come aquilo*”.

Eu fiquei só... Eu fiquei nem foi um ano, que eu fiquei lá de março, né?

De março de 2007 até dezembro, final de dezembro, final de dezembro. Que aí janeiro eu já saí de lá e já fui pra essa casa, essa última casa, entendeu?

MC: E por que você saiu de lá?

CV: Por causa desse negócio, que falou que ia deixar eu estudar, aí quando eu falei: “e agora? Eu vou estudar?” “*Não, Cláudia, porque eu viajo! Quem vai ficar com a menina?!*” Era uma menina só, e tal, mas assim, “*quem vai ficar*”, entendeu? E aí... Eu não podia estudar. Eu continuava, aí... Aí eu falei com ela assim, aí quando foi em dezembro eu falei: “*olha, eu já fiquei demais, assim, eu gostaria... Agora eu, eu realmente... Tipo assim, eu já adiei muito meu sonho. Eu não quero mais adiar esse sonho, não. Agora eu quero a qualquer custo, eu quero estudar. Você vai deixar?*” Ela falou: “*não. Se você continuar aqui não tem condição de você estudar. Porque eu preciso de alguém*”...

MC: Você fez vestibular em 2007?

CV: Fiz também, de novo. Aí eu passei na segunda etapa, na primeira etapa... Mas não fui pra segunda.

Não. Eu fui pra segunda, mas eu não passei na segunda etapa... Aí... Eu falei com ela assim, falei: “ou, eu... Não tem jeito! Agora...” “Eu quero”, eu falei com ela: “então não. Eu vou sair”. Ela falou: “*não, então é melhor você sair porque eu preciso de alguém bacana*”... Alguém que fique, entendeu? Tipo assim, que durante um tempo...

MC: Você ficou muito triste? Quando ela falava alguma coisa assim com você, do tipo: “*não vai estudar*”?

CV: Ficava, porque é um sonho, né? [47'] Mariane, pensa, em uma pessoa que sonhou a vida inteira em estudar. Desde criança, eu sempre tive muita vontade de estudar. Pensava: “nossa, mas nada dá certo, tudo é tão difícil”. Primeiro você tá lá na roça não tem um ônibus pra ir para a escola. Aí você vai ter que morar em casa de parente, como *empregada* também! Que lá na minha tia era praticamente *empregada* e tal...

Aí sai de lá, fui para Rio com o sonho de estudar, *não dá certo*. Aí chega aqui e não dá certo também. Parece que meu sonho tava morrendo. Eu pensava assim: “não, eu não posso deixar isso morrer. Eu tenho que estudar. Eu saí de casa com esse objetivo”. Por isso é que eu falei com ela, fui muito firme, falei: “olha, eu gosto muito daqui, gosto muito de trabalhar”. Eu gostava muito de trabalhar com ela, porque ela é uma pessoa muito tranquila. Lá eu fazia tudo também, lavava, passava...

Cuidava da menina dela, a menina era super de boa [48'], uma gracinha. Super educada, não dava trabalho *nenhum*. E ela falava a mesma coisa: “*aqui em casa o que importa é você cuidar da minha filha. Se deu pra fazer, faz, se não deu, não importa*”. Na sexta ela pedia: “*eu queria que você fizesse uma faxina pra mim na casa, que a casa tá ficando*”... Mas aí ela tomava conta da menina e eu nem ficava com a menina. Foi que ela combinou, só de fazer as coisas. Em relação a isso era super de boa, sabe?

Não tinha assim... Ela cumpria os tratos, entendeu?

E mesmo quando eu tava em casa, no final de semana, eles comiam fora, não comiam em casa... Pra não...

Pra não ter que fazer.

E eu nem ter que fazer. E se ela fizesse também ela lavava as louças. Ela não deixava eu lavar louça. A não ser quando eu ia fazer uma comida para mim e fazia para todo mundo. Mas ela me ajudava não me deixava fazer tudo sozinha

Então lá era de boa. Mas saí de lá, falei: “olha, infelizmente não vai dar”. Saí de lá, fiquei sem saber para onde eu ia, porque eu não conhecia quase ninguém. Na época, em 2008, eu conhecia pouquíssima gente aqui, apesar de que tinha o povo da Igreja. Mas eu achava as pessoas daqui mais fechadas mesmo... Lá no Rio, você falava: “ah, eu tô precisando disso”, “*ah não, vai lá pra minha casa*”.

As pessoas ficam mais na delas... Mas como eu não tinha parente aqui, não tinha pra onde ir. Conhecia pouca gente da minha cidade que tava aqui, e nem tinha tanto contato também. Fiquei sem lugar pra ir. Eu tinha uma prima que tava morando aqui, só que minha prima foi embora pra Curvelo... Eu fiquei uns dez dias na casa da minha prima, procurando

um lugar pra ficar, depois eu fiquei mais uns 15 dias na casa de uma senhorinha que eu conheci na igreja, ela não sabia nem quem eu era. Eu falei com ela que eu ia embora pra minha casa e tal... Ela falou: “não, você vem ficar aqui em casa. Fica uns dias. Até você arrumar emprego. Você arrumar um lugar pra ficar”. Procurei emprego, aí surgiu essa senhora dessa última casa em que eu trabalhei. ela tava precisando de uma menina pra ficar na casa dela. Naquele mesmo esquema, a menina boa, de família, não saideira. Eu cheguei na casa e nós combinamos. Fui pra lá no mesmo dia que eu conversamos. Minha vida sempre foi assim, né? [risos] Combinou, fui.

Fui. Aí... Fui lá, combinei com ela, no mesmo dia eu fui pra lá. Já cheguei, combinei, falei: “posso vir morar aqui de tarde?” “*Pode*”.

O combinado era: eu ia fazer companhia pra ela... Ia fazer só companhia.

Como acompanhante, ficar na casa dela, assim... Mas eu não ia, ia...

Quando eu fui ficar lá ela tava com 70, tava com 60, 70... Morreu com 75...

Não... [50'] Eu acho que é menos, porque ela morreu agora...

Ela é de [19]30, ela é... Ela é de [19]38. Então tipo assim, ela... Quando eu fui morar lá eu não lembro quantos anos ela tinha. Mas aí a gente combinou isso. Aí eu fui e falei assim: “ó, mas eu quero *muito* estudar”.

MC: Mas combinou salário?

CV: Ah, tá teve essa parte também. Eu falei: “olha, eu quero muito, muito estudar... Só que eu não tenho condição. Todas as casas em que eu vou as pessoas prometem e não deixam eu estudar. Então eu queria fazer um acordo”... Ela falou assim: “*olha, só que a gente não pode pagar um salário pra você*”. Eu pensei: “Então já que não pode me pagar um salário vai ter que me liberar pra estudar” Aí eu falei: “olha, então tá. Então, eu concordo em ficar aqui, fico por 209 reais, que vai ser a conta de pagar a passagem pro cursinho e um sobra um pouco para que eu possa comprar as minhas coisas do dia a dia, de higiene.

E o dinheiro... É! Mas aí eu falei: “o dinheiro”... Eu não tinha nem roupa, passava até vergonha. Deixava de ir nos lugares [52'] porque eu não tinha nem roupa pra ir, entendeu? Eu economizava tanto...

Eu juntava...

Juntei, toda vida... Nem roupa eu comprava, vestia muito roupa usada. Que eles davam roupa... Então eu tipo assim, usava muita roupa usada mesmo. Eu acho que comprei pouquíssimas roupas assim, na época... Porque eu juntava...

Era com esse objetivo, era pra estudar. E eu combinei com ela, a gente combinou, “então eu vou ficar aqui, a gente vai”... Aí eu falei: “olha, mas é que é o mesmo esquema. Eu quero ter tempo pra Igreja, porque eu gosto muito de ir pra Igreja”... Eles acham ótimo também, né? Uma menina que é da Igreja, assim... [risos]

Aí... Uma pessoa assim... Eu entendo o lado deles também, porque colocar uma pessoa pra morar em casa, uma pessoa que não...

Tem que ser uma pessoa que dá pra confiar!

Que pensa! É, não pode ser uma pessoa que pensa totalmente diferente de você, porque você vai lidar com criança...

É complicado... Então, então... Eu entendo essa parte [53'] deles também disso, assim. Mas aí ela foi, a gente combinou, ela falou então: “*não, sem problema, Cláudia. Você vai poder estudar*”. Aí eu falei: “mas eu posso estudar que horas? Posso estudar de manhã? Porque eu tenho muito medo de ficar à noite em casa sozinha”... “*Então você estuda de noite, de tarde e de manhã você fica em casa*”... Aí a gente combinou isso. Aí combinou o valor, o salário né...

MC: Que era o dinheiro da passagem, né?

CV: Era o dinheiro da passagem... Porque tipo assim, eu lembro na época a passagem era 2,10 [reais]. Aí dava uns cem reais de passagem, tipo assim, e aí... Me sobrava 109 reais pra eu comprar as minhas coisinhas. E a gente combinou, porque tipo assim, a comida... A comida, eles iam me dar a comida, creme dental, sabonete, shampoo, esses trem. Só que não. [risos]

Chegou lá, aí eu tinha a comida, tinha a casa, mas sabonete, shampoo...

É, esses trem de higiene pessoal eu é que comprava.

Não sobrava nada, porque a gente gasta essas coisas.

É! acabava [54'] que não sobrava nada. É aquela história de que você vai trabalhar só acompanhando mas eu fazia tudo. Só não cozinhava. Porque ela cozinhava. E a roupa... Ela lavava a roupa, ela colocava na máquina, e tudo. Mas aí eu passava a roupa. Eu tomava conta da casa. Quando eu fazia cursinho, eu chegava em casa, eu arrumava a cozinha de almoço, lavava o quintal, que lá tem cachorro, a casa é grande, E ela falava assim: “*não precisa fazer faxina, limpar a casa todo dia não. Só varre a casa e tira o pó*”, “*Não precisa todo dia ficar passando pano não*”. Então era de boa e quando chegava seis horas da tarde eu já tinha terminado o serviço. Aí eu ia estudar. Eu falava assim: “olha, agora eu já terminei, eu vou estudar”. Aí eu só descia pra arrumar a janta. Ela jantava...

No início era só eu e ela. E o marido dela tava viajando. Mas ele vivia viajando. Quando ele não tava em casa era só a gente, entendeu? Lá eles tinham aquela coisa também... “*É da família. Você é da família*”. Realmente eles me tratavam muito bem como ela era mais velha tinha aqueles problemas dela lá. Ela implicava comigo por qualquer coisa

Muito por causa da idade, ela é do Nordeste... Tem aquela coisa, outra coisa também, povo do Nordeste também tem muito esse pensamento assim... “*Se eu posso pagar e você tá fazendo por mim então você vai ter que fazer*”.

É! Eu percebo muito porque eu vi o pessoal deles que veio lá do Nordeste e tinha uma menina...

Com essa mesma postura, com esse mesmo pensamento... alguns deles nem falavam comigo direito. Mas era aquela coisa “*Ela é empregada*”. Eles gostavam muito do meu trabalho, eu fazia biscoito... Eu gosto de fazer essas coisas, biscoitos... Eu brincava: “eu tenho a receita, a senhora me financia e a gente faz”. Eu também não saía. Aí começou também assim: como era só eu e ela, não tinha ninguém pra ficar com ela no final de semana. E eu...

Não tinha folga final de semana. Às vezes eu ia pro cinema... Já aconteceu, eu ia pro cinema, ela me ligava: “*minha filha, vem embora, que eu tô com medo de ficar sozinha*”. Eu já sai no meio da sessão, “eu tenho que ir embora porque ela tá sozinha, ela tá desesperada, eu tenho que ir embora”. E confiava muito, eles deixavam muito só pra mim. Eu gosto muito deles, tenho um carinho enorme com a família toda. Depois que ela faleceu todo mundo veio conversar comigo. Falou assim que eu fiz um trabalho muito bom e eu fiz até muito mais que os filhos. Coisa que os filhos não fizeram, eu [57'] fiz por ela.

Quatro anos e...

É, lá foi quatro anos e tudo...

Eles falaram assim que eu fiz muita coisa por ela, e eu tinha uma amizade com ela... No início ela implicava comigo, mas no final ela foi pegando muita confiança... Meu pai falava comigo: “*Minha filha, se você continuar morando com ela, vai continuar sendo empregada*”.

“*E nunca vai sair, vai continuar sendo empregada. E outra coisa, eles vão te ver como a menina que trabalha na casa deles e você não vai ser amiga. Porque... Eu vejo assim, você é amiga, mas você tá sempre fazendo as coisas!*”. Sendo empregada, por exemplo: férias. Ela falava assim: “*não minha filha, você vai... Eu vou te dar só 15 dias! Eu não posso te dar mais do que isso não, viu?*” Eu ia lá em casa ficava 15 dias meu pai achava aquilo um absurdo, porque ele queria que eu ficasse mais tempo em casa... E eu não ficava. “*Mas minha filha, isso não é amizade não! Que um amigo entende o outro! Eu entendo os meus camaradas!*”

Amizade! Toda vez em que eu falava que ia sair de lá meu coração doía, porque ela chorava, porque eu fazia massagem no pé dela todo dia de noite... E ela começou a ver as massagens no pé dela não era mais algo que eu faria por amizade, já tinha virado obrigação! O dia em que eu não fazia ela apelava comigo, sabe? E reclamava comigo: “*meu pé ficou doendo a noite inteira, eu passei mal a noite inteira, só que você tava dormindo, você dorme igual uma pedra*”... E jogava algumas coisas pra mim que eu pensava: “mas eu não sou obrigada!”

E apesar de tipo assim, um filho dela falava: “*é folga da Claudinha, ela precisa sair, ela não pode ficar aqui em casa o tempo todo.*” Ela retrucava: “*Ah, mas quem não trabalha não come*”. Ela falava umas coisas desse jeito... “*Quem não trabalha não come*”. As amigas dela sempre a aconselhava para ela não ficar pegando no meu pé. Hoje, eu considero amigas minhas também, que a gente acabou criando um laço de amizade. Elas falavam: “*você não pode tratar ela assim, que ela veio do interior e a gente sabe como que é difícil quando a gente tá num lugar que não é seu e as pessoas te destratam. Não faz isso com ela não!*” Conversava com ela. Quando eu sai de lá eu ia todo final de semana pra casa dela, ficava lá com ela no final de semana... E até esse ano mesmo, antes de ela falecer, eu fazia questão de

ir lá uma vez por mês. Ela me ligava quase todo dia. Então já tinha criado essa amizadeim. E eu percebi que quando eu saí de lá a amizade ficou bem mais forte!

Eu acho assim... De certa forma uma dependência, até um ponto dependência, mas no outro também amizade.

Ela gostava de mim e eu também gostava muito deles assim, também... [1°] Eu gostava de estar lá, entendeu? Assim... Gostava do ambiente da casa. Lá eu tinha um quarto só meu, o quarto é um quarto da casa...

Não, não era dependência doméstica não. Teve uma época que a filha dela foi morar lá, dividíamos o quarto[1 0'14'']. Mas era de boa, a filha dela também muito de boa. E a filha dela saiu, aí foi morar um filho, mas o filho dela também era muito de boa, eu não tinha que lavar a roupa dele...

Não, ele tinha o quarto dele. Cada um tinha seu quarto. E era muito de boa também, eu não tinha que lavar a roupa dele. Ela no início até começou a falar que eu tinha que lavar e *passar*. Eu falei: “não”. “Eu combinei com o seu Paulo, o seu Paulo falou que eu vou fazer só isso, eu não vou fazer outras coisas não”. .. O marido dela era de boa, ele sempre... Ele realmente me tratava como uma filha. Que até hoje, minha formatura, ele veio na minha colação de grau... E ele realmente me tem como uma filha. Ele viajou pra... Santa Maria. Ele me ligou pra falar: “minha filha, eu vou viajar”... [1°1'] Entendeu?

Então mas com ela era um pouco diferente... “*Você trabalha na minha casa*”. Ela me comparava com uma menina que trabalhou na casa dela quando os filhos dela eram pequenos... Ela me comparava. “*Que a menina era uma boa menina, que a menina fazia não sei o quê*”. Eu me sentia mal, porque você tá trabalhando, você quer mostrar um bom serviço, porque a gente quer fazer... Você quer mostrar que faz um serviço bem feito, você não quer fazer malfeito. E aí chegava gente na casa dela, e às vezes as coisas estavam bagunçadas. As pessoas chegavam e nem davam um oi. Mas lá foi bem atípico, foi bem diferente das outras casas, assim... Como não tinha um salário completo e não ter carteira assinada, virou muito amizade. Mas chegou a uma altura que eu não dava conta, eu tinha que ficar com ela o final de semana direto, às vezes não tinha folga... Não dava conta... Toda hora que eu ia estudar eles me chamavam, e aí começou a ficar muito impossível pra mim...

2010, Início de 2010. Que eu fiz cursinho em 2009... 2008. Aí em 2008 eu fui morar com ela. Comecei a fazer cursinho. Só que eu fiquei muito assim, eu trabalhava e estudava, o tempo que eu tinha eu precisava de estudar. No dia da prova eu não consegui fazer nada. Eu passei mal, fui passando muito mal pra fazer a prova. Não passei nem na primeira etapa. Isso em 2007.

2008, é. Em 2007 eu fiz o vestibular, passei na primeira etapa e não passei na segunda!

Mesmo sem ter estudado! Porque, tipo assim, eu tinha feito o cursinho lá no Rio, mas eu não tinha tempo de estudar também nunca...

É! Aí acabou que eu não passei nem na primeira etapa em 2008. Em 2009 eu falei: “vou tentar mais um ano”. Mais um ano não, eu tava disposta a tentar até mais tempo! Eu queria muito estudar. Não importa quanto tempo eu vou tentar, mas eu vou tentar. Quando eu morava no Rio, mesmo não estudando eu fazia todas as provas. Eu fiz de 2003... Eu fiz

vestibular em 2003 lá em Teófilo Otoni mesmo, aquelas particulares... Aí em 2004, 2005, até eu passar!

Sei como é que funciona. [risos] Eu não... Os editais!

Hoje mudou tudo, hoje é ENEM, então hoje eu não sei... O pessoal vem perguntar pra mim, eu falo “gente, quando eu entrei era vestibular! Hoje eu não sei mais!”

De vestibular, quase doutora em vestibular, sabe? Mas eu passei em 2009 passei para segundo semestre de 2010. Foi bom que eu descansei também, eu tava tão cansada... [1°4'] eu aproveitei, descansei e aproveitei para tira a carteira. Sr Paulo pagou metade do valor que eu gastei.

Eu tirei carteira quando tava lá.

Andava. No início, quando...

É! [risos] Levava ela no médico... E assim, quando eles saíam também deixavam eu sair um pouquinho, mas depois também eu comecei a ficar com muito medo de andar de carro...

Carro dos outros. Aí eu fui e parei de sair de carro, assim... E aí depois eu vim embora, vim pra Moradia, assim...

Fiz cursinho. Dois anos.

Foi no Pré-UFMG que eu fiz. Fiz dois anos de cursinho. As amigas dela me tratavam também muito bem, não desfazia de mim... Ah, se fazia alguma coisa na casa na casa delas, elas levavam pra mim. Me davam roupas das filhas. Quando eu entrei na faculdade eu tinha vergonha, porque eu não tinha roupa. Via o pessoal arrumado, eu não tinha roupa.

MC: E ela continuou te pagando o mesmo tanto?

CV: Eles foram aumentando... Aí tipo assim...

Quando eu saí, quando eu fui pra faculdade eles aumentaram pra 300 reais. Eu falei que eu ia sair, aí eles aumentaram pra 400 [reais] e depois eles aumentaram pra 500 [reais]. Eu falei com eles: “eu estou pedindo moradia, assim que sair eu vou embora”... Ela falou: “*mas e a minha cirurgia?*” Eu falei: “quando a senhora fizer a cirurgia eu venho ficar com a senhora”... Quando ela fez cirurgia eu fui pra lá. Eu tava no Pólos [de Cidadania]... Foi até na época que... Você não tinha chegado no Pólos ainda não .

MC: Não, eu cheguei em 2012. Agosto de 2012.

CV: É, eu entrei em maio. [1°6'] às vezes eu ia do hospital direto pro Pólos, e ficava revezando com as meninas, com as netas dela também. Eles revezaram comigo. A gente ficou revezando. “Eu prometi isso e eu vou cumprir” Fazer faxina eu ia lá e fazia faxina pra ela nos dias que tava difícil de conseguir alguém, sabe? Aí eu ia lá e fazia faxina pra ela...

É... “Eu tô saindo”, aí eles davam um aumento e tal... Mas assim, deles eu não tenho o que reclamar, sabe? Acho que foi um tempo muito bom, assim... Não me arrependo de nenhuma...

É, me ajudou. O que eu arrependo mais não foi ter trabalhado de empregada doméstica, o que eu arrependo é bobagem que eu fazia, sabe? Tipo assim, as coisas as quais eu me submetia, assim... De esfregar o chão de escova... Hoje, Mariane, eu tô com meu joelho todo arreventado! [1°7’]

Eu esfregava o chão de escova, isso é que me deixa mais assim, sabe? Por que é que eu fazia essas coisas? Eu podia falar assim: “olha eu vou fazer o meu serviço, meu serviço é esse... Eu vou limpar direito mas eu não vou *escovar* o chão!” Porque tipo assim, hoje eu tenho problema no joelho, entendeu? De pegar peso, de fazer coisas além. Eu não me arrependo de fazer o que eu fiz, mas...

Do *meu* trabalho, mas de fazer coisas além, sabe? Eu me submeter, sabe? Fazer coisas muito mais... Igual a primeira vez, até reunião de escola eu já fui... Isso pra mim tipo assim, por mais que a gente tinha uma amizade e tal, eles confiavam muito em mim... Mas eu não deveria ter feito isso, sabe? Eu me arrependo de ter deixado chegar a esse ponto assim, sabe?

MC: Mas você acha que é você que era assim? Você tinha... Não só escolha, mas tinha... Essa... Essa capacidade de chegar lá e falar assim... Era só você que era responsável por ter chegado a esse ponto? Ou você acha que você... A vida vai te levando... E as pessoas também...

CV: Não, é... Eu acho que...

MC: Você acha que se você virasse lá e falasse... Você precisando de trabalho, precisando de um lugar pra morar, falasse assim, “não vou chegar a esse ponto, não vou esfregar, não vou em reunião da escola”.

CV: Aham, não, lógico. Eu não, vou fazer igual a minha irmã fala. Minha irmã trabalha hoje também, no final de semana. Ela cuida de criança. E é a mesma situação, tipo assim... Tem que usar uniforme, não come na mesa com eles... Parece que lá a comida também, não sei como é que eles... Mas é diferente. Eles compram um sorvete melhor, e um sorvete mais *vagabundinho* pra minha irmã... É... Nossa! Na carteira, porque são só dois dias da semana, né?

Porque são só dois dias na semana que ela trabalha. Tem essas diferenças assim, sabe? E a minha irmã morre de medo, sabe?

Aqui. Aqui mesmo, ela veio morar aqui em Belo Horizonte ano passado... Ela tá morando aqui agora. É lá no Gutierrez que ela tá trabalhando. E aí ela fala assim... Eu falo com ela: “não!” Concurso... Eu até falei com ela: “não, _____ [1 °8’58’] vai fazer essa prova [1°9’] do concurso!” Então ela: “*não, não vou fazer não, porque eu tenho medo de que se eu for fazer*”...

É, e tal.. “*Eu não vou fazer a prova, não vou*”... E ela já tinha feito a inscrição e tudo, e não foi fazer porque ela, “*ah, eu fico com medo, o povo ficar falando que eu vou fazer*”

concurso e não sei o quê”... E a gente: “depende, né, porque”... Por mais que... Tem um irmão meu que tá morando aqui agora também, que veio morar aqui, né?

Nós somos seis. Mas aí um tá morando no corte de cana agora, trabalhando no corte de cana... Minha irmã e meu irmão tão morando aqui em Belo Horizonte agora... E tem dois que moram na minha casa com a minha mãe... _____[1 °9’37’] mora no quintal de casa com a minha mãe. Mora no quintal de casa, fica mais lá em casa do que na casa dele.

É! É tipo um puxado assim, fica o tempo todo lá em casa. E às vezes a minha irmã fala que tem medo. Eu também tinha muito medo... Porque eu precisava, sabe? Eu falo assim, com o salário de empregada doméstica, como é que eu vou me manter? Eu trabalhei como doméstica, eu não vi... [1°10’] E assim, trabalhar em loja também você não ganha bem... Eu vou morar onde? Com quem?

É! A gente dava um medo... Tipo assim, acho que eu não era só, acho que eu fazia as coisas, eu fazia bem feito. Até porque eu não gosto de nada _____[1 °10’14’]. Nossa, a maior alegria é de eu ter arrumado a casa, eu falava assim: “eu vou dar uma arrumadinha aqui só juntar os _____ que a Mari vai chegar e tipo assim, ela vai querer entrar... Aí... [risos]

Não, os meninos tipo assim... E nosso quarto, o meu quarto e o quarto dela ficam assim, bem na sala, né? A gente não pode deixar nem a porta aberta, que todo mundo tá vendo. Mas eu tava com uma bagunça no quarto, entendeu? Aí...

Não, Mari, a melhor coisa do mundo hoje é eu levantar e eu não ter que arrumar a cama... Porque em todas as casas, você tem que levantar...

Igual, eu morava na casa...

É, arrumar a cama da pessoa... Isso é horrível, eu não gosto de arrumar a cama, deixa a cama lá pra você dormir de noite! [1°11’]

Ou então cada um arruma a sua!

Pois é, Mari. Quando eu falo do trabalho da empregada doméstica não é lavar, porque às vezes você não dá tempo mesmo. Tem hora que você não dá tempo nem pra arrumar a *sua casa*, se você não tem tempo e você pode pagar...

Trabalho!

Como qualquer outro trabalho! Por que é que a empregada doméstica não é vista como... O que importa não é o trabalho doméstico, assim, não é lavar, passar, cozinhar, mas a posição da gente, as relações... [1°14’]

Mari, dói muito a pessoa chegar na cozinha, cumprimentar todo mundo e nem olhar pra você. Você não tem nome!

É! Você fosse uma *peça*! Entendeu? Não é um ser humano que está ali! Isso é que dói, sabe? As pessoas não olharem pra você, as pessoas nem te cumprimentarem, chegarem a cumprimentar todo mundo exceto você! Nossa, isso é muito ruim, sabe?

Igual, tipo assim, teve uma casa que eu trabalhei dessas casas aí, uma dessas casas é a pessoa lavar as peças íntimas dela. Eu lavava...

Aí um dia eu fui ensinar a criança a lavar a roupa. Aí ela falou assim: “não tem necessidade de ela lavar não!” Aí eu falei assim: “mas é bom que ela mesma lave a roupa dela.” “Não! Se tem alguém que faz!”... Eu ouvi essa frase, não tô mentindo. “Se tem alguém que faz, por que é que ela tem que lavar a roupa?”

A roupa íntima! [1°15'] Aí eu fui e falei com ela: “olha”... Eu fui contar a história de uma empregada, de uma mulher, que ela me contou, porque... A empregada não sei porque motivo colocou a roupa das crianças e de todo mundo da casa junto com pano de chão pra lavar, sabe? A gente tem que tomar esses cuidados. São roupas que você lava no chuveiro, você lava depois, entendeu? Mas são coisas a mais, sabe? Não, “tem *alguém* pra fazer”. Mas *isso* é o *mínimo* que você pode fazer, sabe? Isso é uma coisa sua, sabe?

Questão de saúde! Ai! Essas coisas me incomodam, sabe? Assim, eu ficava...

MC: É, mas a proposta mesmo da pesquisa é repensar isso mesmo, as relações domésticas. O meu foco é trabalho doméstico remunerado, ou que deveria ser remunerado, né? Porque se a gente for pensar mais profundamente o trabalho doméstico mesmo, em que o papel da mulher, que tem um trabalho íntimo, que não é relevante [1°16'] na sociedade, que ele é invisível, né? Que a mulher tem... Que a mulher que trabalha fora e trabalha em casa, sei lá quantas jornadas, porque tem que chegar em casa... Ela e o marido trabalham lá fora, mas ela é que tem que cuidar da casa. Então o que é que o trabalho doméstico significa? E aí... Porque ele é tipo, oculto.

Aí ele tá na mesma hierarquia que qualquer outro trabalho. Aí você vê as questões dos direitos também. Por que é que não é um trabalho de prestador de serviço?! Do mesmo jeito que vai um pintor na sua casa, que vai um encanador na sua casa, só que é um serviço mais *regular*. Por que é que não é isso, né?

Aí a gente pode pensar que é um trabalho *destinado* às mulheres. Aí por isso ele já tá um pouco abaixo. Ele é doméstico, ele é íntimo, então ele não é relevante economicamente na sociedade... E aí o que é que isso significa, né? Tem que repensar o trabalho doméstico, assim... E aí... Vários outros fatores também se convergem. Que é a questão da raça. A questão da classe, né? Porque cem por cento das domésticas são pobres, né?

MC: Ou tem uma origem pobre, assim...

CV: Origem pobre.

MC: Por mais que às vezes a vida melhora de alguma forma, né? Economicamente e tal, continua sendo pobre. E aí... O que é que isso significa, né? O que é que é isso?

CV: E aproveitam muito dessa coisa também, da pessoa que vem do interior... Você vê que a origem. Lá no Santa Lúcia, a origem de quase todo mundo ali era do interior.

Nossa, eu fico feliz assim, de participar... De estar participando disso, sabe? Porque quando eu era empregada, eu ficava assim, olha, um dia eu vou fazer a revolução das panelas... _____ fazendo panela! Gente! [1°19']

Nunca pegou uma panela na vida! E eu fiquei até com um pensamento, dá vontade de juntar todas as empregadas domésticas e a gente fazer um protesto mesmo, assim! Das panelas!

E aí eu percebo: depois que eu vim pra faculdade isso foi morrendo, assim. Eu falei: “ah, deixa”... Isso já passou, a minha vida... Mas eu, quando eu volto eu penso assim que tem pessoas que continuam trabalhando, entendeu?

Minha irmã hoje trabalha, minha irmã vem falar isso comigo... Eu fico revoltada, sabe? Tipo assim... _____ pra tomar um sorvete lá que eles tomaram, um sorvete mexicano... Sorvete não...

É, é um negócio muito caro! Ela falou: “*não, mas Cláudia. Como é que eu ajudo a Adriana pagar aluguel, eu ajudo em casa... Pra mim sobra...*”. Ela ganha mil reais, né? Trabalha final de semana, ganha mil reais. “*Não, mas aí não tem jeito de pagar*”. E eles comeram, assim, eles comeram na frente dela, entendeu? Aí eu fiquei: “nossa, que raiva!” Entendeu? [1°20'] Tipo assim...

É mostrar! É também! É mostrar a nossa realidade, né? É mostrar que eu fico feliz de participar disso, porque...

Então... Esse tempo em que eu trabalhei como empregada eu juntei, né? Como eu já vim pra faculdade, teve bolsas, essas coisas... Eu consegui bolsa, assim, né? De certa forma. Quando eu vim pra faculdade tinha bolsa vale-transporte, eu fui guardando, eu sempre guardei. Mesmo quando eu ganhava assim, duzentos reais, 30 reais sobrou eu deposito! Eu sou muito assim... [1°22'] Não sou muito de gastar. E aí, mesmo com bolsas de estágio eu sempre guardei, pra mim... Hoje eu tenho uma poupança, graças a Deus assim, que... Que quando eu terminar dá pra eu me manter uns dois, três meses aqui, sabe?

É, até eu achar um emprego. E esses dois estágios eu tô falando mais por isso também, porque assim... A remuneração já não é muito boa, mas assim, dá pra guardar pelo menos assim, uns quinhentos reais por mês pra quando eu sair aqui.

É, eu como na faculdade. A gente daqui é de segunda a sábado. Que a gente come na faculdade, entendeu?

Porque não dá pra ficar fazendo, sabe? Sai caro. Você gasta, e se eu tenho... Porque se eu tenho essa alimentação gratuita, aí eu almoço lá, entendeu?

Eu evito, sabe? É almoço, café da manhã... Café da manhã, almoço e janta.

Um eu tô fazendo no Risoleta [Neves], e o outro aqui dentro da UFMG mesmo, nos recursos humanos da Universidade.

É, é perto, assim de onde... Eu saio, eu almoço no Risoleta... [1°23']

A gente tem um interno que leva a gente. Especial. É, sai daqui, sai daqui da porta.

MC: Se não fossem essas coisas você acha que você teria...

CV: Não...

Se eu não tivesse...

É. Talvez se, igual por exemplo, eu... Por mais, com toda essa ajuda da FUMP, eu acho que a FUMP ajuda a gente demais e tal... Por mais que tenha essa ajuda da FUMP, se eu não... E eu tô atrasada. Se eu não tivesse...

No curso. Sabe? Eu atrasei. Se eu não tivesse _____[1°23'39"] eu ia atrasar muito mais. Muito assim... Seria muito mais, assim... Nossa...

Ia ser muito... Eu ia ter que trabalhar pra me manter, né? Então tipo assim, a assistência estudantil, assim, me ajudou pra caramba, assim... Acho que...

AS REAÇÕES À CONSTITUINTE

Patroas e domésticas já brigam por direitos

"Não há motivos para comemorar", advierte a presidente da Associação das Donas-de-Casa do DF, Vera Sant'Anna. "O que eu realmente gostaria de saber e das garantias das patroas, porque vai demorar um pouco até que as relações entre patroas e empregadas domésticas venha a ser meramente profissional. E preciso que as empregadas se conscientizem que a conquista de seus direitos devem estar associados suas qualificações e atribuições".

A posição de Vera Sant'Anna, apesar de um tanto radical, antecipa algumas dificuldades que as empregadas domésticas terão a partir da promulgação da nova Constituição. Mesmo que não aconteça uma retração do mercado de trabalho, certamente as patroas estarão mais exigentes, querendo ter certas qualidades da profissional que irá contratar. Isso, porém, não intimida a presidente da Associação das Empregadas Domésticas, Ana Maria Degoberto, que afirma: "É um preço que teremos que pagar".

Convicta, ela diz que, mesmo com a suposta mordomia que as empregadas têm, a oferta de mão-de-obra vem se retraindo. "Esta é apenas nossa primeira vitória", anuncia. "Nã há ainda todos os direitos assegurados".

ser lei, é preciso que esses direitos sejam cumpridos e por isso partiremos para a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Doméstica (Senad)".

A iniciativa da Associação das Empregadas Domésticas conta com o apoio da Secretaria de Trabalho do DF, que marcou para amanhã a primeira reunião para discutir o assunto. O objetivo é iniciar o projeto por Brasília e depois expandi-lo aos demais estados. "Precisamos enxertar a distância entre a realidade de uma casa e a necessidade de termos que lidar com a tecnologia dos eletrodomésticos", sustenta Ana Maria Degoberto.

APOIO

O reconhecimento da profissão e os consequentes direitos das empregadas domésticas, de uma maneira geral, são vistos como mais uma conquista da mulher, que trabalha. Maria Cary, presidente da Associação de Mulheres Profissionais e de Negócios de Brasília, diz que a decisão do plenário da Constituinte apenas reconheceu uma situação que já existia de fato. "A maioria já eram direitos adquiridos", justifica. "Além disso todos os direitos assegurados

as mulheres — não importa se empregada doméstica ou não — são extremamente importantes".

Para ela é absolutamente necessário que a partir de agora a categoria das domésticas busque a profissionalização com muito afinco e dedicação, "mudando a imagem de que doméstica é aquela mulher que não consegue outro tipo de emprego".

LUTAS

Atualmente, um quarto da mão-de-obra feminina ar via de Fajã é constituída de empregadas domésticas. E com base neste dado que a presidente da Associação das Empregadas Domésticas de Brasília acredita no sucesso de novas lutas, como a sindicalização, licença remunerada a gestante, jornada de trabalho pré-determinada, seguro contra acidentes e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

No futuro todos estes pontos serão objeto de lei ordinária. O importante é que conseguimos uma vitória importante, graças a nossa mobilização e ao apoio das deputadas Benedita da Silva (PT-RJ) e Maria de Lourdes (PFL-DF)".

O QUE DIZ A POPULAÇÃO



Dagmar Silva, dona-de-casa

"É interessante desde que a profissional tenha competência. Atualmente não existe mão-de-obra especializada e a principal consequência é que temos que pagar caro depois ir para a cozinha. Além disso temos que ter muito cuidado porque ao invés de estarmos contratando uma empregada, podemos estar acumulando um problema para dentro de casa".



Lucimar Alves, estudante

"Acho válido o reconhecimento da profissão e dos seus direitos. Não creio que isto trará maiores dificuldades na relação entre patroas e empregadas, mas poderá dificultar o acesso ao mercado de trabalho na medida em que, havendo mais direitos, haverá maiores responsabilidades. Não sei se as empregadas domésticas estão prontas para isso".



Nelson Bittencourt Filho

"Acho positivo porque já pago salário mínimo, férias e 13º salário. Acredito que o reconhecimento da profissão vai restringir o mercado, pois elas não querem ser empregadas domésticas; querem, isto sim, trabalhar no Jumbo, nas Lojas Brasileiras, ganhar quase a mesma coisa e ainda ter que se submeter a uma série de constrangimentos. Além disso, 90 por cento delas não são habilitadas; sequer sabem costurar um frango".



Vera diz que as novas leis podem limitar o mercado mas Ana Maria já quer o sindicato



Gleomélio Alto, funcionário público

"Acho uma boa. Tudo o que é para beneficiar o trabalhador é positivo. Não se deve evitar o que traz benefícios à população. Acredito que não haverá restrição da oferta de mão-de-obra e os patrões, ao contratar, vão ter melhores condições de saber das qualidades da empregada".



Léo Monteiro, advogado

"Acho que não só as domésticas, como todos nós, tínhamos que ter nossos direitos aprovados. Não há mais justo do que o reconhecimento da profissão".



Cecília Pires, jornalista

"Na prática isto já vinha se consolidando. Garantir na Constituição é justo, pois o reconhecimento dos direitos não podia ficar a critério das patroas".

Anexo 5

Discursos e Notas taquigráficas



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 051.3.54.O

Hora: 14h42

Fase: PE

Data: 02/04/2013

Disponível em:

<http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=2&nuSessao=051.3.54.O&nuQuarto=22&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:42&sgFaseSessao=PE%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=02/04/2013&txApelido=BENEDITA%20DA%20SILVA&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20&dtHoraQuarto=14:42&txEtapa=Sem%20supervis%C3%A3o>

Sumário

Avanço decorrente da promulgação da Emenda Constitucional nº 72, de 2013, sobre a equiparação de direitos trabalhistas entre os empregados domésticos e os demais trabalhadores rurais e urbanos.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) - A Deputada Iriny Lopes cedeu seu tempo à Deputada Benedita da Silva. Concedo a palavra pela ordem à Deputada Benedita da Silva. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro quero agradecer à minha companheira Deputada Iriny Lopes, que também foi uma das promotoras das articulações e mobilização enquanto Ministra de nós mulheres para que hoje pudéssemos promulgar a nossa grande Emenda nº 72, de 2013. Muito obrigada. O dia de hoje, sem dúvida, para mim, é especial. Comemoramos, Deputado Amauri, 70 anos das leis trabalhistas, e, após 25 anos de muita luta, desde a Constituinte, hoje será a promulgação da Emenda nº 72, de 2013.

Viramos uma página na história da justiça social do Brasil, garantindo a ampliação dos direitos trabalhistas a mais de 7 milhões de trabalhadoras e trabalhadores domésticos. Acredito que a partir de agora, com a promulgação da emenda, o Brasil, maior empregador dessa categoria, será referência para os demais países. Conseguimos resgatar uma dívida social. É um avanço histórico em relação à situação de exclusão de direitos e de subemprego

deixada pela Lei Áurea para os ex-escravos no Brasil.

Não concordo com o desemprego em massa nessa área. Os artigos que vão ser regulamentados buscarão adequar as condições de empregabilidade. Ainda teremos novos desafios, é o que expressará a promulgação. O Brasil está vivendo uma crescente superação da informalidade em todas as áreas. A PEC das Domésticas expressa exatamente isso, a formalização das relações de trabalho dos empregados e empregadas domésticas e o advento de uma nova realidade social, mais justa e moderna.

Meus agradecimentos ao apoio do Governo Federal, às Ministras Luiza Bairros, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial —SEPPIR, à Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, à Ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos. Agradeço principalmente à Câmara e ao Senado, que se empenharam pela aprovação dessa matéria, e ao Presidente Renan Calheiros, que cumpriu sua palavra ao colocar na pauta do Plenário do Senado a votação da proposta no mês das mulheres (março).

Agradeço ainda, de coração e muito emocionada, as homenagens que todos fizeram à minha pessoa durante a votação em segundo turno, na Câmara e no Senado. Não cabe, de forma nenhuma, em muitas palavras a emoção que sinto neste momento. Apenas expresso minha sincera gratidão em nome de todos os trabalhadores e trabalhadoras domésticas deste País. Minha gratidão, porque minha emoção é muito maior do que minha razão possa expressar neste momento.

Ministra Iriny, que acompanhou, Deputado Amauri, que tem acompanhado, todos os Deputados e Deputadas, desde a Constituinte, que viram a luta dessas mulheres, lembro-me da nossa companheira Lenira, em Pernambuco, que nesta Casa encheu as galerias, dos que passaram noites indormidas nesta Casa para fazer valer o direito das trabalhadoras domésticas, Deputado Luiz Alberto.

Muitas emoções acumuladas! Hoje Creuza, comandando esse processo e esse movimento... A Bahia tem sim, agora eu posso dizer, muita responsabilidade com essa mobilização. Quero cumprimentar também a Relatora no Senado, a nossa Senadora Lídice da Mata, que conosco na Casa, enquanto Deputada Federal, pôde também acompanhar esse processo. Eu poderia estar pecando em não dizer o nome de muitas outras pessoas que contribuíram. O

Deputado Simão Sessim, quando aperta essa campainha, está me lembrando de que foi um dos que ajudou para que eu fosse Relatora dessa emenda, dessa PEC nesta Casa. Foi muito difícil — o Deputado Luiz Alberto acompanhou — que me escolhessem para Relatora da matéria.

Isso ocorreu por uma trajetória histórica nesta Casa como ex-trabalhadora doméstica. Mas o mérito não é só meu, o mérito é de todos aqui na Casa que contribuíram, inclusive do nosso Deputado Carlos Bezerra, que propôs a emenda. Eu, enquanto Relatora, pude ampliar, na medida em que entendemos que não podíamos apenas retirar o parágrafo único do art. 7º da Constituição e equiparar os direitos aos dos demais trabalhadores. Ali vimos que era preciso regulamentar artigos que dessem aos empregadores condições de terem empregados domésticos em seus lares, com taxas e tarifas que não podem ser comparadas às daqueles que pagam impostos de grandes empresas.

Portanto, fiquem tranquilos os empregadores, porque o Governo mandará em breve, pela Previdência, pelo Ministério do Trabalho, o equilíbrio, para que todos possam pagar em dia o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e tudo o mais. O empregador certamente terá a sua trabalhadora e o seu trabalhador com qualidade no seio de sua família. Muito obrigada, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) - Só para lembrar, Deputada Benedita, presidi a instalação da PEC quando foi escolhido o Deputado Marçal Filho para Presidente e V.Exa. para Relatora. Tive muito orgulho disso.

Anexo 6

"Se a PEC das Domésticas existisse, não teria sofrido tanto"

Disponível: <http://atarde.uol.com.br/economia/noticias/1507901-se-a-pec-das-domesticas-existisse-nao-teria-sofrido-tanto>

Foto: Mila Cordeiro | Ag. A TARDE



Presidente da Fenatrad, Creuza Maria Oliveira conta o drama de ser vítima no trabalho doméstico

Por Paula Janay Alves, Jornal A Tarde

Sáb, 01/06/2013 às 20:51 | Atualizado em: 01/06/2013 às 20:52

Creuza Maria Oliveira, 56 anos, sofreu na pele a escravidão em pleno século XX. Tinha menos de 10 anos quando trabalhou como babá sem receber um centavo. O primeiro salário só veio aos 21 anos. Hoje, ela acumula uma trajetória de 28 anos de luta pelos direitos dos empregados domésticos. À frente da Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos (Fenatrad), mostra-se preocupada com a votação que irá regulamentar a PEC das Domésticas. Nesta entrevista, ela conta o drama de ser vítima, no trabalho, de exploração e assédio sexual.

Com quantos anos a senhora começou a trabalhar?

Antes dos 10 anos. Meu pai faleceu quando eu tinha 5 anos, e minha mãe foi morar com outro companheiro. Ele disse que não iria sustentar filho que não fosse dele. Como eu era a filha do meio, fui a escolhida para começar a trabalhar. Era uma boca a menos na família. Saí do interior de Santo Amaro da Purificação e fui trabalhar na cidade, como babá. Eu era tão pequena que minha patroa tinha que colocar um banquinho para eu alcançar a pia e lavar os pratos. A ideia era que eu tivesse casa, comida e escola. A promessa da escola nunca foi cumprida.

Até quando trabalhou nesta primeira casa?

Aos 12 anos saí da casa. Eu apanhava, era maltratada, mas não tinha coragem de dizer para a minha mãe porque a minha patroa me ameaçava. Ela dizia que ninguém iria acreditar em mim porque eu era criança. Quando minha mãe chegava, eu não falava nada. Uma vizinha, que ouvia os maus-tratos, me aconselhou sobre como eu deveria contar para a minha mãe. Um dia resolvi falar que estava com dores nas costas, que a filha da patroa estava muito pesada para eu carregar. Aí minha mãe me levou. Mas não parou por aí, continuei trabalhando em outras casas de família.

Quanto a senhora recebia no primeiro emprego?

Não tinha salário. Eu recebia roupas usadas, casa e comida, que na verdade eram as sobras da comida dos filhos da patroa. Raramente eu comia a comida que vinha da panela. As crianças da minha patroa deixavam a comida no prato, e ela fazia o meu com o resto da comida dos filhos. Colocava um caldinho de feijão por cima e dizia: "Coma que está limpo".

Com quantos anos a senhora recebeu o primeiro salário?

Só com 21 anos, já em outra família. Recebi um ordenado que não era do valor do salário mínimo da época. Era algo em torno de R\$ 200. Aos 21 anos, também foi a primeira vez que a minha carteira foi assinada. Meu patrão assinou, mas pagava o valor que queria.

E o primeiro salário mínimo?

Já estava com 31 anos. Só recebi quando foi estipulado como direito pelo governo, a partir da Constituição de 1988.

Como eram as suas folgas nos empregos?

Quando eu era criança, não tinha folga, me lembro de poucas vezes que eu pude passar o dia em casa. Normalmente, era a minha mãe que ia me visitar. Depois que ela morreu, aí eu não tinha mesmo como voltar para casa. Só visitava a minha avó uma vez por ano. Depois, teve uma casa que a folga passou a ser uma vez por mês. Só tive folga todos os domingos quando eu bati o pé. Demorou anos para descobrir que eu podia questionar os patrões.

Quantas horas a senhora trabalhava quando criança?

Tinha que acordar às 7h. Às 22h, ainda estava lavando os pratos. Eu era babá, e criança não para. Trabalhei até os 20 anos sem horário. A carga horária só vai ser regulamentada agora. A partir da PEC, a carga horária máxima será estabelecida. Ainda são poucas as relações de trabalho atuais que respeitam o horário.

Há casos de patrões e filhos de patrões que abusam das empregadas. A senhora passou por isso?

Sofri assédio sexual dos filhos dos patrões. Graças a Deus, eles nunca me violentaram. Quando eu era menina, ainda com 11 anos, o pai da minha patroa ia para o banheiro e ficava me chamando, mostrava o pênis e se masturbava. Mas ele nunca chegou a abusar sexualmente de mim. Aos 14 anos, o filho de minha patroa, que tinha a mesma faixa etária que eu, também me assediava sexualmente. Ele vivia me perseguindo. Seguia todos os meus passos. Se eu estivesse tomando banho, ele ficava me olhando. E ainda era violento, me agredia porque eu não cedia ao assédio.

Por que a senhora continuava nos empregos? Não tinha como voltar para o interior?

Não tinha como voltar por causa da pobreza. Quando eu era menor, não entendia que estava sendo explorada. Tinha medo de a minha mãe acreditar na patroa e não em mim, porque eu era criança. Havia assédio moral. Eu era chamada de lerda, demente, preguiçosa, mole. Isso faz você realmente acreditar que está fazendo tudo errado. Tinha também a questão da falta de consciência. Só em 1986 eu passei a ter essa consciência, quando comecei a participar de um grupo de domésticas. Foi lá que eu descobri que eu poderia questionar o patrão.

Quando veio para Salvador, a promessa era que a senhora estudasse e isso não ocorre.

Quando foi que a senhora começou a estudar?

Só aos 16 anos. Aqui em Salvador, comecei no Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Depois, ficava naquela história: ia para uma casa e a patroa permitia que estudasse. Ia para outra, e a outra já não permitia. Eu precisava do trabalho e tinha que abrir mão dos estudos. O trabalho era mais importante para a minha sobrevivência. Ainda não terminei o ensino médio.

Quando a senhora procurou um grupo para discutir o trabalho doméstico?

No início da década de 1980, fui procurar a Pastoral da Doméstica, mas eu não gostei. Eu queria uma reunião que falasse que a gente tinha direitos, que a gente precisava se organizar. Soube pelo rádio que existia um grupo que estava querendo começar um sindicato. Durante a semana, tentei mobilizar as domésticas do prédio onde eu trabalhava. Chamava uma e outra, e diziam que não podiam, ou diziam que não iriam perder tempo em reuniões de domésticas. Mas consegui levar uma irmã. Quando cheguei lá, vi que era um grupinho pequeno. No dia só tinha quatro pessoas, o que me deixou bastante decepcionada. Ali foi um balde de água fria, mas assisti à reunião e gostei do que ouvi.

Como foi que a senhora se engajou realmente no movimento social?

Quando terminou a reunião, eu pensei que talvez o grupo precisasse de mim para crescer. E a partir daí o grupo se tornou um projeto de vida. Entrei nessa para lutar contra tudo o que eu passei. Não queria meus sobrinhos e filhas passando por tudo aquilo. Depois do grupo, em 1986, criamos a Associação de Trabalhadoras Domésticas da Bahia. E em 13 de maio de 1990, a gente criou o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos da Bahia. O sindicato fez 23 anos de existência.

O trabalho doméstico em Salvador e na Bahia está ligado também ao trabalho das mulheres negras. Como a senhora vê essa relação?

Tem tudo a ver. Isso passa pela questão de gênero, raça e classe. A maioria dos trabalhadores domésticos é de mulheres de raça negra. E ainda há a questão de classe. Uma classe que é discriminada, que não é vista como uma categoria que faz parte da classe operária brasileira. E faz, sim. Nós contribuímos para a economia brasileira. Contribuímos para que outras mulheres possam sair de suas casas para trabalhar fora. Participamos da educação dos filhos das mulheres de classe média.

De que forma a Fenatrad e os sindicatos tiveram participação na elaboração da PEC das Domésticas?

Estamos envolvidas nesse projeto desde 1985, quando entregamos uma proposta de emenda constitucional. Na Constituição de 1988, a gente já conseguiu alguma coisa. Foi um processo de negociação como agora. Fomos para Brasília muitas vezes. Em 1988, tivemos que abrir mão e deixar o adicional noturno e as horas extras para um outro momento. Só conseguimos garantir salário mínimo e folgas. E ficou todo o resto engavetado. Mas nunca perdemos a esperança. O avanço foi maior a partir do governo Lula. Eu já tinha tomado posse como presidenta da Fenatrad. Fizemos várias audiências públicas, pedimos audiências com todo mundo. Cobramos da Organização Internacional do Trabalho, desde 1995, a proibição do trabalho infantil. Com o governo Dilma, os avanços continuaram. Foi um longo processo. Foi muita luta, de muitos anos.

Qual foi o maior benefício para as trabalhadoras domésticas com a PEC?

Acho que o que vai mudar mesmo é a mentalidade. É isso que transforma. Se a mentalidade da sociedade mudar, aí tudo muda. Mas se a mentalidade não mudar, vamos continuar conquistando leis, e as leis vão ficar no papel. Se o conjunto dos três poderes, que decidem e votam as leis, não mudar de mentalidade, então vai ficar sempre na mesma situação.

Uma das críticas feitas à PEC é a multa do FGTS, de 40% sobre o valor recolhido. Quem é contrário argumenta que as domésticas não aferem lucro ao patrão e por isso a multa não deveria ser aplicada. Como a senhora enxerga essa questão?

A multa de 40% é uma medida de proteção ao trabalhador doméstico. Se todos os trabalhadores têm, por que a doméstica não pode ter? E esse valor não será pago todo mês. Os patrões vão pagar quando a trabalhadora for dispensada, e uma trabalhadora pode ficar 10, 20 anos em um mesmo local. É um direito que já está valendo desde que o FGTS se tornou opcional. Alguns patrões já faziam o recolhimento do FGTS. Há casos de patrões que já pagaram a multa quando o sindicato homologou demissões. Abolir a multa tiraria o direito de empregados que já têm o FGTS. Se isso ocorrer, a Fenatrad vai entrar na Justiça contra o Congresso.

Se existisse a PEC há 40 anos, a senhora teria passado por tudo que passou?

Se existisse a PEC, eu não teria começado a trabalhar antes dos 10 anos, porque a PEC proíbe o trabalho infantil. Eu estaria estudando e poderia escolher se seria advogada, médica,

doméstica, o que eu quisesse. Depois de adulta, eu poderia estudar à noite, sem desistir da minha escolaridade porque a patroa não poderia impedir que eu estudasse. Então, com certeza, eu não teria passado por muita coisa que passei. Tem gente que está achando a PEC muito rápida. É rápida para quem não viveu a situação do trabalho doméstico.

Anexo 7

“Não aprendi muito com 'Que Horas Ela Volta?'”, diz representante de patrões

Disponível: <http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2015/10/1689476-nao-aprendi-muito-com-que-horas-ela-volta-diz-representante-de-patroes.shtml?mobile>

Por **INGRID FAGUNDEZ**

DE SÃO PAULO 04/10/2015, 02h00

Em seu escritório, na sede do sindicato dos empregadores domésticos do Estado de São Paulo, Margareth Carbinato balança a cabeça a cada cena em que Jéssica enfrenta os patrões da mãe, a empregada Val, interpretada por Regina Casé no filme "Que Horas Ela Volta?", de Anna Muylaert.

Jéssica senta na cama do quarto de hóspedes, testando o colchão. "Ninguém dorme aqui?". Na exibição do longa, acompanhada pela **Folha de São Paulo**, o olhar de Margareth é de reprovação. "Não é porque o doméstico reside na casa que vai poder tomar certas liberdades como se fosse um hóspede. "

Presidente de honra e fundadora do sindicato, ela diz que "está faltando no ser humano cada um saber o seu lugar" e critica o que considera falta de profissionalismo das domésticas.

Foto: Rodrigo Dionisio/Folhapress



Margareth Carbinato, presidente do Sindicato dos Empregadores Domésticos do Estado de São Paulo

Folha de São Paulo - O filme é factível? Gostou?

Margareth Carbinato - Não é comum patrão acolher parentes de empregada. Acho que quem escreveu o filme quis dar uma conotação do patrão querendo se impor, mas não quero acreditar nisso, porque na casa o dono deve colocar a ordem. A [Regina] Casé estava maravilhosa, fez o papel de uma empregada consciente. Se sentiu oprimida pelas atitudes da filha. Houve um "abuso" da menina. Gostei do papel da patroa porque ela foi até onde suportou e não ofendeu. Não aprendi muita coisa com o filme e acho que você sempre tem que extrair uma mensagem. Não entendi a mensagem.

Os empregadores se colocam no lugar da patroa no filme?

É muito fácil você criticar. A Bárbara não tem nada de vilã. Coloque-se no lugar dela, absorva o que aconteceu com ela, na casa dela, para depois falar alguma coisa. Ninguém, em sua consciência, gostaria de ter uma situação dessa na própria casa.

Do que os patrões costumam reclamar no sindicato?

A queixa é a seguinte: tem empregado que desaparece do emprego e entra na Justiça falando que o patrão mandou embora. O empregador ainda não assimilou a relação empregatícia. Não toma cuidado em ter a documentação do empregado e depois não sabe como fazer. O empregador tem que se conscientizar de que precisa ter os documentos porque a realidade é outra, não é mais aquela relação que anos atrás era mais próxima.

O que mudou no comportamento?

Tem um ditado que diz "quem nunca comeu mingau, quando come se lambuza". Tenho medo de como caminhará em uns anos, porque hoje ninguém respeita ninguém, todo mundo quer tirar proveito.

Não há mais consciência de direitos?

Não sou fã desse discurso porque existem profissões que não têm os direitos que os domésticos conquistaram. Agora, não sei como poderia falar, porque não sou da época da escravidão. Quando nasci não existia empregado com bola no pé nem pelourinho. Então resquício de escravidão, como dizem...não é resquício de coisa alguma, é falta de educação.

Não é porque conquistei um direito que vou chegar para o patrão e dizer: "seu tonto, agora quero meus direitos". Ele vai dar, não precisa agredir.

O que faz uma boa empregada?

O respeito mútuo é fundamental em todas as áreas. Eu, como advogada, não vou entrar numa sala de audiência sem pedir licença. Princípios básicos que não precisam ser ditos. É respeito. Essa palavra precisa fazer parte do dia a dia. Então, acho que o que está faltando no ser humano é cada um saber o seu lugar. Você tem direitos, respeite o meu.

E a desigualdade no Brasil?

Meu amor, desigualdade...A única desigualdade que vi até agora foi um absurdo de que tomei conhecimento. Uma família que tem um hotel no centro da cidade, paga IPTU e, como estavam querendo vender o hotel e é difícil de vender, o local foi invadido pelos sem terra, os sem teto da vida. Quatrocentas famílias. [Os donos do hotel] Entraram na Justiça para reaver o que era deles e aí vem um promotor perguntando onde os proprietários vão colocar as famílias. Se fosse eu, esqueceria a educação que meus pais me deram e daria uma resposta. Eles não puderam fazer nada até agora. Que espécie de governo eu tenho?